Heitor Megale
Sílvio de Almeida Toledo Neto
Phablo Roberto Marchis Fachin

POR RUMOS DA AGULHA

DOCUMENTOS DO OURO DO SÉCULO XVIII

Série Diachronica

POR RUMOS DA AGULHA

DOCUMENTOS DO OURO DO SÉCULO XVIII

Série Diachronica 7

Coordenação da Série Diachronica
Sílvio de Almeida Toledo Neto
Phablo Roberto Marchis Fachin

- Volume 1:** Carta de Caminha
CAMBRAIA, César Nardelli,
CUNHA, Antônio Geraldo da,
MEGALE, Heitor
- Volume 2:** E os preços eram commodos
BERLINCK, Rosane de Andrade
GUEDES, Marymarcia
- Volume 3:** Cartas Baianas Setecentistas
LOBO, Tânia (org.)
FERREIRA, Perminio Souza
GONÇALVES, Uilton
OLIVEIRA, Klebson
- Volume 4:** Por minha Letra e Sinal
MEGALE, Heitor
TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida
- Volume 5:** Descaminhos e dificuldades: leitura de
Manuscritos do século XVIII
FACHIN, Phablo Roberto Marchis
- Volume 6:** Caminhando mato dentro
MEGALE, Heitor
TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida
FACHIN, Phablo Roberto Marchis

Heitor Megale
Sílvio de Almeida Toledo Neto
Phablo Roberto Marchis Fachin

POR RUMOS DA AGULHA

DOCUMENTOS DO OURO DO SÉCULO XVIII

Edição dos manuscritos por
Andrea Hitos Ferreira
Cláudia Damiano Lopes de Almeida Silveira
Elisabete Massami Nishi
Elizângela Nivardo Dias
Heitor Megale
Keila Makarovsky Galvão
Lia Carolina Prado Alves Mariotto
Maria Célia Lima-Hernandes
Paula Held Lombardi Araujo
Phablo Roberto Marchis Fachin
Renata Ferreira Costa
Renata Ferreira Munhoz
Sílvio de Almeida Toledo Neto
Vanessa Martins do Monte

editora cubo
soluções para o universo acadêmico

São Carlos, SP
2015

Copyright © 2012 by
Heitor Megale
Sílvio de Almeida Toledo Neto
Phablo Roberto Marchis Fachin

Revisão de Texto:

Amanda Valeira de Oliveira Monteiro - Ana Cláudia de Ataíde Almeida Mota
Ana Cláudia Zatorre dos Santos - Elizângela Nivardo Dias
Heitor Megale - Maria Fernanda Brito Resende - Phablo Roberto Marchis Fachin
Renata Ferreira Munhoz - Renata Ferreira Costa - Sílvio de Almeida Toledo Neto
Vanessa Martins do Monte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Por rumos da agulha : documentos do ouro do Século XVIII /
Heitor Megale, Sílvio de Almeida Toledo Neto, Phablo Roberto
Marchis Fachin, (org.) . -- São Carlos, SP : Editora Cubo,
2015. -- (Série diachronica ; v. 7 / coordenadores Heitor
Megale. [et. al.])

ISBN 978-85-60064-64-9

1. Brasil - História - Ciclo do ouro 2. Filologia
3. Manuscritos - Brasil 4. Paleografia 5. Português - Brasil -
História 6. Português - Transcrição 7. Português escrito -
História I. Megale, Heitor. II. Toledo Neto, Sílvio de Almeida.
III. Fachin, Phablo Roberto Marchis. IV. Série.

15-10117

CDD-469.800981

Índices para catálogo sistemático:

1. Língua portuguesa : Português escrito : Brasil : História :
Século 18 : Linguística aplicada 469.800981

DOI: 10.4322/978-85-60064-64-9

Apoio

Sumário

<i>Apresentação.....</i>	<i>11</i>
Heitor Megale, Phablo Roberto Marchis Fachin e Sílvio de Almeida Toledo Neto.	
<i>Capítulo I A Escrita no Século XVIII</i>	<i>17</i>
Phablo Roberto Marchis Fachin, Renata Ferreira Costa.	
<i>Capítulo II Descrição de Documentos</i>	<i>37</i>
Heitor Megale, Phablo Roberto Marchis Fachin e Sílvio de Almeida Toledo Neto.	
<i>Capítulo III Lição Justalinear de Fólios Escolhidos.....</i>	<i>59</i>
Heitor Megale, Phablo Roberto Marchis Fachin e Sílvio de Almeida Toledo Neto.	
<i>Capítulo IV Lição Modernizada</i>	<i>101</i>
Andrea Hitos Ferreira, Cláudia Damião Lopes de Almeida Silveira, Elisabete Massami Nishi, Elizângela Nivardo Dias, Heitor Megale, Keila Makarovsky Galvão, Lia Carolina Prado Alves Mariotto, Maria Célia Lima-Hernandes, Paula Held Lombardi Araujo, Phablo Roberto Marchis Fachin, Renata Ferreira Costa, Sílvio de Almeida Toledo Neto, Vanessa Martins do Monte.	
<i>Capítulo V Lição Semidiplomática</i>	<i>223</i>
Andrea Hitos Ferreira, Cláudia Damião Lopes de Almeida Silveira, Elisabete Massami Nishi, Elizângela Nivardo Dias, Heitor Megale, Keila Makarovsky Galvão, Lia Carolina Prado Alves Mariotto, Maria Célia Lima-Hernandes, Paula Held Lombardi Araujo, Phablo Roberto Marchis Fachin, Renata Ferreira Costa, Sílvio de Almeida Toledo Neto e Vanessa Martins do Monte.	
<i>Bibliografia</i>	<i>355</i>

Apresentação

São Paulo, nas duas primeiras décadas do século XVIII, período que a documentação deste livro cobre, permaneceu praticamente em estagnação completa, conforme aponta o estudo de Carlos A. C. Lemos (2004:158), reconhecendo que os povoados do Vale do Paraíba continuavam a manter ligação com os arraiais mineiros, que estavam no auge da produção aurífera, fornecendo-lhes os mantimentos, expressão dos documentos da época para os gêneros de primeira necessidade.

O viajante francês, François Froger, que esteve na cidade no final do século XVII, tendo publicado seu relato em 1699, assim se pronunciou, na tradução de Jean Marcel Carvalho França (2001), a respeito de São Paulo: “localizada a dez léguas do litoral, foi formada a partir da união de salteadores de todas as nações, os quais, pouco a pouco, formaram uma espécie de república onde, por lei, não se reconhece um governador. Nessa república, circundada por altas montanhas, não se pode nem entrar nem sair senão por um pequeno desfiladeiro. Tal passagem é fortemente guardada, pois os paulistas além de temerem o ataque dos índios, com os quais estão constantemente em guerra, receiam que seus escravos fujam. O povo da cidade costuma sair em grupos de 40 ou 50 indivíduos, armados de arcos, flechas e espingardas, armas que manipulam com uma destreza inigualável, e atravessar todo o Brasil até o Rio do Prata ou mesmo até o Amazonas. Quatro ou cinco meses depois, quando retornam à cidade, esses grupos trazem consigo mais de 500 escravos, tocados como um rebanho bovino. Depois de domesticados, esses cativos são empregados no cultivo da terra ou na exploração do ouro. A propósito desse metal, os paulistas costumam encontrá-lo em tão grande quantidade que o Rei de Portugal, a quem eles enviam o quinto, tira anualmente de 800 a 900 marcos. Eles pagam esse imposto não por medo, já que são mais poderosos que o Rei, mas sim em razão de um costume herdado de seus pais, que, não estando ainda bem estabelecidos nos seus domínios, para se furtarem à dominação dos governadores, alegaram cuidar melhor do que esses dos interesses reais. Segundo dizem os habitantes locais, eles não são súditos do Rei, mas sim tributários; situação que lhes permite livrarem-se desse jugo quando a ocasião for propícia”.

Depois do descobrimento das minas do sertão de Cataguá, no fim do século XVII, ampliam-se os limites geográficos da busca, que avança por

diversas picadas para os Goiazes. São Francisco das Chagas de Taubaté é um dos pontos de partida de intensa movimentação demográfica, com as armações que atravessavam as gargantas da Mantiqueira em demanda de Vila Rica, atual Ouro Preto, Ribeirão do Carmo, atual Mariana, São João Del Rei, Aiuruoca, Baependi, Ibituruna, Sabará, e muitos outros lugares, sendo que alguns derivavam para picadas que adentravam o oeste, na direção de Pitangui, de onde Garcia Rodrigues Pais Betim correspondeu-se com o Tenente Coronel Major Pedro Taques de Almeida, em carta editada neste livro com data de 1.º de julho de 1715.

Ao mesmo tempo que os horizontes se expandem, amplia-se a variedade de procedência das pessoas que circulam pelas minas. Um Regimento, entre outros do século XVII, mostra a preocupação da Coroa com os interesses da Fazenda Real, sabedora dos desvios e contrabandos. Os aventureiros afluem de todo o mundo, havendo relatos de casais vindos de Portugal, com a mulher dando a luz em canoa monçoeira. Por toda a parte há membros do clero, muitos deles falsos padres, que buscam riqueza. Membros do Conselho Ultramarino, como o conselheiro e desembargador José de Carvalho Abreu, são muito francos em declarar que pretendem evitar-se totalmente que das minas não haja de se extraviar algum ouro sem ser quintado. É pretender o impossível porque, enquanto nelas houver homens ambiciosos, não faltarão descaminhos, tanto pelo dilatado âmbito em que elas se estendem, como porque os homens práticos do sertão, acostumados a vadiá-lo por rumos da agulha, não necessitam de estradas para atravessá-lo e, a cada dia, descobrem novas veredas para fazer suas jornadas com que se poderão desviar daquelas partes donde souberem que serão examinados. Veja-se a respeito o que refere a Consulta, documento de número 68 deste livro. Revela-se que, havendo tirado da Serra do Potosi, desde o ano de 1543 em que foi descoberto até o de 1585, cento e onze milhões de pesos ensaiados, que se haviam quintado, não se envergonha de confessar que o que se furtou a este direito seria outra tanta quantia.

A mineração configura um quadro que alterna euforia e desânimo, definido pela oscilação de picos de riqueza e surtos de miséria, necessidades e doenças, exatamente porque o dinheiro proveniente do ouro, como observa Lemos, nunca gerou abundância para a população em geral. Usufruíam do lucro tão somente os armadores das bandeiras e, sem dúvida, os forasteiros aventureiros mais ainda, mas esses não voltavam. O pesquisador já citado, Carlos A. C. Lemos, considera a elevação da vila bandeirante a cidade, em 1711, uma espécie de consolo, com o título pomposo de Capital da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, que dura tão somente até 1720, quando as Minas Gerais foram separadas de São Paulo, apagada a lembrança do sangue escorrido no Capão da Traição, na guerra contra os reinóis. Já para Laima Mesgravis, o quadro da estagnação e decadência

é discutível, visto que não houve antes um apogeu, sendo mais acertado reconhecer-se um desenvolvimento lento e constante, considerando-se o crescimento demográfico e a evolução agrária paulista, atestados por Maria Luíza Marcílio (2000).

Avalie-se a comunicação entre pessoas provenientes dos quatro cantos do mundo. Portugueses atravessavam o oceano para “fazer a américa”; além dos espanhóis, que vinham diretamente para as minas, havia aqui a vizinhança com os que haviam vindo para o Paraguai, Peru e outras terras que os tratados atribuíram à Espanha. Hábeis no trato com os negros da terra, esses sabiam pôr tribos contra os portugueses, além de uma tribo contra outra, tirando o benefício desejado.

Os documentos manuscritos, objeto deste livro, dão a conhecer a data e o lugar em que foram escritos, o nome de quem os elaborou e das pessoas envolvidas. Para o pesquisador interessado, são informações que permitem um retrato, o mais fiel possível da língua escrita da época. Salta aos olhos um dos traços fundamentais do conjunto de documentos publicados, a heterogeneidade, característica que se manifesta na convivência de punhos, possivelmente de muitas origens, com diversos graus de habilidade na escrita e detentores de variados hábitos de escrita. Além das características individuais de cada escriba, há que se considerar também as diferentes espécies documentais, públicas ou particulares, elaboradas com base em diferentes modelos e em diferentes contextos. A partir desses fatores, evidencia-se, nos textos que compõem esse *corpus*, um vasto panorama para os estudos filológicos e linguísticos. Com a cautela exigida, é possível buscarem-se indícios de retenção *linguística* em traços presentes na variedade padrão ou não-padrão escrita da época, e hoje encontrados, no Brasil, com maior frequência na fala coloquial, mais especificamente de idosos, com baixa escolaridade, criados e radicados em ambiente rural. Pode-se afirmar que o recorte documental reunido constitui-se em conjunto de escritos que pretende retratar, de forma ampla, o estado de língua do período, por meio de edição conservadora. A abordagem é ampla por trabalharmos com a hipótese de que, apesar de estarmos limitados ao texto escrito, pode esse espelhar, em maior ou menor grau, a língua falada na época, na perspectiva de John M. Monteiro (2004) que reconhece um continuum da língua geral ao dialeto caipira, que os documentos constantemente confirmam.

Com este livro a Série Diachronica, na sua linha de publicações continua no século XVIII. São documentos manuscritos pesquisados no âmbito do Projeto Temático Filologia Bandeirante. Neste volume, o *corpus* reúne setenta e cinco documentos, o primeiro datado de 16/03/1701 e o último, de 08/06/1719. Em sua edição semidiplomática, esses documentos distribuem-se por quatro mil, duzentos e quarenta e três linhas de texto corrido.

Os documentos manuscritos publicados procedem de múltiplos arquivos públicos e bibliotecas, e foram reunidos a partir da leitura de originais ou de fac-símiles. Estão aqui documentos avulsos relativos ao Estado do Brasil, provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e recolhido pelo Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, material que se encontra disponível, na forma de CD-ROM, em arquivos públicos e bibliotecas. No Arquivo “Histórico Municipal Félix Guisard Filho”, de Taubaté, onde há inestimável acervo referente a sertanistas e seus familiares: cartas particulares, cartas de créditos, escrituras, inventários, testamentos e partilhas são tantos documentos cuja leitura permite conhecer, tanto quanto possível, aspectos do quotidiano da então Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, e encontrar registro da presença de familiares no sertão. Outros acervos documentais pesquisados preservam-se nas seguintes instituições: Instituto de Estudos Brasileiros, Museu Paulista, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Público Mineiro, Fundação Biblioteca Nacional e Biblioteca Nacional de Portugal.

O livro compõe-se de cinco capítulos, sendo que o capítulo I trata da escrita do século XVIII, examinada a partir das características apresentadas pelos manuscritos editados. Há dois estudos, um dos quais trata da escrita, mostrando a variedade das letras e levantando o alfabeto miúsculo e minúsculo, e o outro apresenta a descrição e a classificação de abreviaturas, com atenção especial para as abreviaturas, privilegiando a variação gráfica em documentos provenientes do Conselho Ultramarino, visto que outro livro desta Série tem por objeto de estudo específico a escrita e as abreviaturas nos documentos taubateanos.

O capítulo II traz a identificação e definição de todas as espécies documentais editadas, segundo os critérios estabelecidos pela Diplomática. Em seguida, apresenta-se um quadro com a relação integral dos documentos, que inclui o número de ordem, número da primeira e da última linha, a espécie documental, data tópica, palavras iniciais do texto e data cronológica.

O capítulo III compõe-se de fac-símiles selecionados com base na boa qualidade dos originais, considerando-se o suporte material e a nitidez do texto. A par do fac-símile, na página à direita do leitor, apresenta-se lição justalinear, que respeita a distribuição de linhas do manuscrito. O cotejo entre o fac-símile e o texto transcrito permite ao leitor conferir em detalhe os critérios seguidos, como também possibilita o exame de aspectos paleográficos do manuscrito apagados na transcrição, tais como as variantes morfológicas das letras em seu contexto de ocorrência, o uso de abreviaturas e outros hábitos gráficos que evidenciam as idiossincrasias de cada escriba.

No capítulo IV, encontra-se a lição modernizada dos setenta e cinco

documentos transcritos. Os textos modernizados apresentam-se em ordem cronológica. O propósito desse capítulo é dar a conhecer ao público não-especializado o conteúdo dos documentos, a partir de textos que permitam uma leitura fluente.

No capítulo V, encontram-se as normas adotadas na edição semidiplomática dos textos. Trata-se das Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil, aprovadas durante o II Seminário Para a História do Português Brasileiro, realizado em Campos do Jordão, no ano de 1998. Além disso, traz a lição semidiplomática dos textos, que preserva fielmente o estado de língua dos manuscritos do *corpus* e, ao mesmo tempo em que facilita o acesso ao texto, eliminando dificuldades apresentadas por lacunas do original, pela letra manuscrita e por abreviaturas da época, fornece ao estudioso um instrumento de trabalho indispensável para a pesquisa da escrita e da língua utilizadas na época.

Por fim, a bibliografia disponibiliza títulos teóricos, trabalhos similares publicados e estudos de grande interesse para o conhecimento da época, predominando os históricos.

CAPÍTULO I

A Escrita No Século XVIII

Por Phablo Roberto Marchis Fachin

Renata Ferreira Costa

A escrita do século XVIII presente nos manuscritos editados neste livro tem como principais características a cursividade e a individualidade gráfica, também chamada por Higounet (2004: 168) de *grafismos pessoais*. Já observadas em períodos anteriores, a primeira é consequência da flexibilidade gerada pelo instrumento de escrita no correr do punho sobre o suporte, o que proporciona o seu aspecto corrente; a segunda decorre, dentre outras razões, do fim do monopólio das escolas caligráficas dos scriptoria medievais e, consequentemente, do número considerável de escribas atuantes na produção de manuscritos, principalmente nas instituições da administração ultramarina portuguesa. Como afirma Higounet (2004: 169) “o número impõe a diversidade”.

Acioli (1994: 41), em seu livro *A escrita no Brasil Colônia*, confirma tal fato. Segundo a autora, “com a invenção da imprensa, acabaram-se as escolas caligráficas dos mosteiros, transformando-se muitas delas em oficinas tipográficas. A escrita deixou de ser artística, passando a ser essencialmente cursiva”. Sem o rigorismo padronizador dos mosteiros e chancelarias medievais, houve espaço para uma escrita corrente, com formas e traços bastante variados e numerosas ligaduras de acordo com a habilidade de cada escriba, proveniente, principalmente, da frequência com que realizava esse trabalho e de suas circunstâncias. Como resultado, a escrita tornou-se muito rápida, pessoal e, muitas vezes, irregular.

Resultado da humanística, praticada desde os fins do século XV, a escrita do XVIII, porém, não possui uma classificação que resuma as características caligráficas encontradas em documentos coloniais e imperiais. Ainda há muito que se ler e editar para formar-se um *corpus* considerável que possa embasar estudos paleográficos com fins classificatórios.

Os manuscritos constantes deste livro demonstram muito bem a variedade de tipos caligráficos desse período, decorrentes da cursividade em questão e da individualidade da escrita de cada escriba. Servem também para comprovar que, apesar da diversidade de punhos responsáveis pela produção desse material, há características caligráficas comuns, como a inclinação de seu traçado à direita, o seu aspecto corrente com ângulos

variáveis, a sua cursividade e a forma de algumas letras, por exemplo, que cercam o período abrangido por esses documentos, o que auxiliará uma futura classificação.

Não havia mais a preocupação artística na preparação e na produção dos manuscritos. Os documentos à época eram escritos por um número considerável de escribas de diferentes níveis hierárquicos e, dependendo das circunstâncias e da peculiaridade da escrita de cada um deles, muitas vezes, independente de habilidade, tinha-se como consequência um conjunto de tipos caligráficos de fácil, médio e difícil leitura.

O trecho abaixo, retirado de um documento escrito na vila de Santos, em 18 de novembro de 1710, representa um exemplo de tipo caligráfico de fácil leitura. Além do cuidado observado na produção do manuscrito, apresenta regularidade no traçado das letras e na distribuição das linhas. Tal fato ameniza a dificuldade que poderia ser causada pela falta de fronteira de algumas palavras e pela presença de ligaduras entre algumas letras.

Offereceseme fazer prezente a Vossa Magestade que
chegando a Praça de Santos em Companhia
de Antonio de Albuquerque coelho de carualho
Gou. de São Paulo, e Minas, me ordenou
visse os portos da quella praça, eo que se =

Offereceseme fazer presente a Vossa Magestade que
chegando a Praça de Santos em Companhia
de Antonio de Albuquerque coelho de carualho
Gouernador de São Paulo, e Minas, me ordenou
visse os portos da quella praça, eo que se =

O trecho seguinte, retirado de um requerimento escrito em Santos por volta de 26 de novembro de 1710, em sua apresentação não se diferencia muito do anterior. No entanto, talvez pela rapidez empregada, os tipos caligráficos não oferecem a mesma facilidade que o primeiro. A cursividade da escrita proporciona traçados rápidos e corridos, tendo como consequência vários nexos entre as letras, que, em certos momentos, encontram-se espremidas nas palavras devido à proximidade entre elas, ampliando ainda mais a dificuldade de leitura.

U.º Jozé galvão de Moura Mosso Fidalgo da casa de Vossa Magestade
que elle Seacha prouido no posto de Ajudante do numero, da
Praça de Santos, Seia nodestrito da Cappitania de São Paulo, que
Vossa Magestade
Costoma por sua real grandeza fazer merce, a semelhantes pe

Diz Iozégalvão de Moura Mosso Fidalgo da casa de Vossa Magestade
que elle Seacha prouido no posto de Ajudante do numero, da
Praça de Santos, Seia nodestrito da Cappitania de São Paulo, que
Vossa Magestade
Costoma por sua real grandeza fazer merce, a semelhantes pe

Retirado de uma minuta de parecer de 12 de março de 1709, o trecho a seguir apresenta tipos caligráficos de difícil leitura. Não por consequência da falta de habilidade do escriba, pois se trata de um documento proveniente do Conselho Ultramarino. Possui traçado rápido e forte, aparentemente, irregular. À primeira vista, passa a impressão de falta de cuidado. A direção da escrita é angulosa, ora está crescente, ora decrescente em relação à pauta. As letras de uma mesma palavra variam

de acordo com essa oscilação, o que dificulta identificá-las em certos contextos.

Pareceo ao Conselho remeter a *SuaMajestade* a planta
que fizes Manoel Pimentel e por que se entende que
esta fortaleza nao sera a que baste para ficar maes
defensa uel esta praca desantos que *SuaMajestade*
deue mandar remete[!]la ao gouernador que *suaMajestade*

Por se tratar de tipos caligráficos de cunho pessoal, resultante da particularidade de seus escribas, para cada manuscrito, teoricamente, teríamos uma grafia diferente, porém todos pertencentes a um padrão de escrita do século XVIII. Nesse contexto, o estabelecimento de seu alfabeto é um dos meios mais eficazes para o levantamento de suas características, pois, observando o trajeto de formação de cada letra, além de essencial na eliminação de pendências causadas pela dificuldade de leitura, auxilia o estudo de qualquer tipo caligráfico. Por meio dele, identifica-se com facilidade quais letras possuem traçados semelhantes a outras e, portanto, necessitam de mais cuidado na sua diferenciação e quais possuem mais de uma forma. Dessa maneira, à medida que se habitua ao tipo de escrita, a empregos de letras com diversos traçados, obtêm-se as suas peculiaridades.

Ao lado segue o alfabeto extraído dos documentos editados neste livro. Distinguindo entre maiúsculas e minúsculas, está organizado de maneira que permita ao leitor comparar as formas e os traçados das letras.

O alfabeto em questão apresenta vários casos com diferentes formas para a mesma letra, cujo traçado padrão ou usado com maior frequência denomina-se *grafema*, e as suas variantes, *alógrafos*. Segundo Maia (1986: 299), nem sempre o sistema grafemático representa o fonológico de uma única forma, tanto há casos de polifonia de grafemas, quanto de heterofonia de fonemas. Destacam-se nesse contexto as minúsculas <r>, <s> e <z>. Há situações em que somente por meio do contexto e da comparação com outros exemplos, identifica-se, com precisão, o grafema que o escriba tinha intenção de registrar.

No caso do <r>, convém destacar as implicações fonéticas causadas pelo uso variacional de diferentes alógrafos desse grafema na representação das vibrantes alveolares simples e múltiplas, à primeira vista, sem critérios claros, processo semelhante ao que ocorre com as sibilantes e os esses caudado, longo e pequeno. Isso ocorria devido ao uso do <r> com valor de pequeno, conhecido como *dois de conta*, em razão de sua semelhança com o numeral “2”, de forma simples em vez de geminado em contexto de vibrante múltipla.

O grafema <s> é um dos que mais possuem variantes nos manuscritos deste livro. Da mesma forma que acontecia na escrita do século XVII (MEGALE e TOLEDO NETO, 2006: 116), acontecia também na do XVIII, “sendo necessário distinguir o <s> normal, também chamado pequeno, o <s> caudado, também chamado longo [...]” e “quando se empregava <ss>, era usual que o primeiro fosse longo ou caudado e o segundo pequeno ou normal”. Em relação ao <z>, em contextos intervocálicos, a semelhança entre o <s> e o <z> longos causa dificuldade na sua identificação e diferenciação, podendo trazer problemas de edição se essa tarefa não for feita com precisão.

Além dos já citados, vale a pena ressaltar outros grafemas que também apresentam variação. O grafema <d> minúsculo, por exemplo, tem a sua haste ora formada por uma linha reta inclinada para a direita ora inclinada para a esquerda, nesse caso, chegando a fazer um arco para o mesmo lado. O <c> maiúsculo apresenta duas formas: uma posicionada na linha da escrita com a forma de um semicírculo voltado para a direita,

como o tipográfico utilizado atualmente; outra com a mesma forma, mas com um tamanho maior, invadindo a parte inferior da pautação. O <h>, como na escrita do século XVII (MEGALE e TOLEDO NETO, 2006: 117), “traz alguma dificuldade para o principiante, porque seu grafema tem um alógrafo muito utilizado que se assemelha a um <e> maiúsculo”. O mesmo acontece com o <p> e o <f> minúsculos que, em determinados casos, apresentam as mesmas características, dificultando bastante a sua identificação.

ABREVIATURAS ENCONTRADAS NOS DOCUMENTOS SETECENTISTAS¹

Abreviatura, do latim *brevis*, é uma forma reduzida de se escrever uma palavra. O que se abrevia são sílabas, palavras ou frases de um conjunto escrito, das quais se reduz alguma ou algumas de suas letras. Segundo Marín Martínez (2002: 136), toda abreviatura possui dois elementos: aquele que abrevia e o que é abreviado. “Al primero se le llama signo abreviativo; al segundo, palabra o frase abreviada o, simplemente, abreviatura”.

O uso das abreviaturas, embora existisse desde a época romana, torna-se mais frequente no período medieval, época em que, como salienta Silva Neto (1956: 31), um dos erros mais frequentes na leitura dos manuscritos se dá justamente devido à ignorância de siglas e abreviaturas.

Se por um lado esse sistema abreviativo baseava-se na tradição latina, por outro, possuía características próprias de textos em língua portuguesa, o que tornou, de certa forma, a interpretação da escrita mais complexa para os leitores e os profissionais do texto, como paleógrafos, filólogos e historiadores.

A origem do sistema abreviativo se encontra em um tipo de escrita muito praticada na Roma antiga, a taquigrafia, do grego *tachys* (= rápido) e *graphein* (= escrever), é um tipo de escrita desenvolvida para ser tão rápida quanto a fala, já que o costume era transcrever os discursos proferidos ao

1 Este estudo foi publicado por Renata Ferreira Costa na revista eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo, *Revista Histórica*, nº 15, ano 2, outubro de 2006, com o título “Abreviaturas: simplificação ou complexidade da escrita?”. No entanto, o texto aqui apresentado traz algumas modificações em relação ao artigo, principalmente em relação ao *corpus* utilizado.

vivo.

Apesar de as notas tironianas (*notae tironianae*), criadas por Marco Túlio Tiro, liberto de Cícero, grande orador romano, donde a designação de *tironianas*, constituírem o primeiro sistema taquigráfico, alguns estudiosos atribuem a invenção da taquigrafia aos hebreus, e outros, aos gregos.

Segundo Millares Carlo (1929: 46), a partir das notas tironianas desenvolveu-se, desde o século II d.C., na escrita comum, um sistema abreviativo completo e complexo, as *notae iuris* ou notas jurídicas, chamadas assim por encontrar-se em códices de conteúdo jurídico

y formado por un conjunto de abreviaturas por suspensión, contracción, signos especiales derivados de notas tironianas o verdaderas notas taquigráficas, signos abreviativos con valor general y signos con valor relativo o determinado.

Lima (2006: 11) salienta que este tipo de abreviaturas, as notas jurídicas, não tiveram a mesma popularidade das notas tironianas, mas algumas persistem, como por exemplo, v.g. (= *verbi gratia*, por exemplo) e s.m.j. (= salvo melhor juízo).

A proliferação das abreviaturas se explica, conforme Flexor (1990: XI), por dois fatores: ocupar menos espaço, devido à raridade e consequente custo elevado do material de escrita, e economizar tempo escrevendo mais depressa. Esse uso excessivo suscitou, em fins da República romana, como salienta Spina (1994: 49-50), a criação de medidas que condicionavam seu emprego, embora não surtisses efeito. O abuso diminuiu com a utilização da letra cursiva, mas, durante o Renascimento, “o hábito das abreviaturas continuou, a ponto de, para as obras jurídicas, serem até publicadas tábuas especiais para a leitura das siglas”.

Além das notas tironianas ou taquigráficas e das notas jurídicas, havia um outro tipo de abreviaturas, os nomes sagrados (*nomina sacra*), tipo de abreviaturas, por contração, de carácter sagrado, usadas na escrita do Novo Testamento. Seu uso estava ligado não à economia de tempo ou espaço, mas à reverência a Deus. Segundo Lima (2006: 12), na tradução da Bíblia para o latim houve a conservação da escrita grega e latina no que concerne a algumas abreviaturas, como por exemplo, XPTO (=Christo) e

IHU (Iesu).

As abreviaturas, embora não apresentem regularidade ou sistematização nos documentos luso-brasileiros, podem ser classificadas², segundo a natureza do sinal abreviativo, em:

1. Por sinal geral: composta por um signo abreviativo – ponto (.), apóstrofo ('), linha sobreposta à letra (–) ou traço envolvente (@), que indica na palavra afetada a falta de uma ou mais letras, mas sem dizer quais. Pode ser subdividida em:

1.1 *Abreviatura por suspensão ou apócope*: supressão de elementos finais da palavra. De acordo com Spina (1994: 51), o desenvolvimento desse sistema se dá a partir da escrita carolíngia na Europa. O ponto, segundo Millares Carlo (1929: 51), é o signo próprio da abreviatura por suspensão.

Artigo		porque
afolha <u>230</u> .		Capítulo
annos		

Figura 1: Exemplos de abreviaturas por suspensão ou apócope presentes no corpus.

1.2. Sigla: derivada da palavra singula (letterae singulae), foi, conforme Spina (1994: 50), “o processo mais antigo de abreviação por suspensão ou apócope, e seu uso se manteve durante toda a Idade Média”. Consiste na representação da palavra pela letra inicial maiúscula, seguida de ponto. Segundo Flexor (1990: XII), podem ser:

² A classificação apresentada a seguir é baseada nas informações contidas em Millares Carlo (1929), Flexor (1990), Spina (1994) e Megale e Toledo Neto (2006).

1.2.1. Siglas simples: quando indicadas apenas por uma letra.

Sargento		Reverendo
Dom		Pede
Frei		

Figura 2: Siglas simples presentes no corpus.

1.2.2. Siglas reduplicadas: quando a letra é repetida para significar o plural das palavras representadas.

Pedem
---	-------

Figura 3: Sigla reduplicada presente no corpus.

1.3. Abreviatura por contração ou síncope: representa a supressão de letras do meio do vocábulo. Spina (1994: 51) destaca que esse tipo de abreviatura, quando fixa apenas as letras inicial e final, pode tornar difícil a identificação da palavra, por isso, para amenizar a dificuldade, conservam-se letras intermediárias, chamadas características.

Senhor		Rodriguez
---	--------	---	-----------

Figura 4: Abreviaturas por contração ou síncope presentes no corpus.

1.4. Abreviatura por letras sobreescritas: sobreposição da última ou das últimas letras da palavra. Seu uso, segundo Spina (1994: 51), muito raro entre os romanos, generalizou-se a partir do século XII com a escritura visigótica.

laneiro		para
Seguinte		Somente
prezente		Regulamento
quem		Numero
Companheiros		muito
Villa		necessidade
Cidade		dito
Freguesia		officiaes
Vasconcelos		Excellentissimo
mayormente		annos
Illustrissimo		Teixeira

	Supplicantes		Sargento
	Francisco		Xavier
	Pereira		Ioaquim
	Cappitam		Antonio
	Alfferes		Criados
	Custodio		Senhor
	Ribeiro		por
	Mesmo		General
	pedaços		Lourenco
	Paranapanema		oLiveira
	Mandar		Covados
	vassalo		Padre
	Reverendo		Ajudante

frasqueira		Banguela
Escrivam		testemunho
Santo officio		actualmente
Evangelho		Paroco
Capitular		Pregador
Caridade		Vias
Provisam		Igreja
Reverendissima		merce
Fidelissima		Fevereiro
Portaria		

Exemplos de abreviaturas por letras sobrescritas presentes no corpus.

1.5. Abreviatura mista: quando em uma mesma palavra se encontram abreviaturas por suspensão (apócope), por contração (síncope) e/ou por letras sobrescritas, ou quando, numa sequência de palavras, nenhuma delas apresenta-se isoladamente abreviada.

São Paulo		Vossa Magestade
EsperaReceberMerce		São Payo
Deos Guarde a Vossa Senhoria muitos annos		Vossa Excelencia
Sam Paulo		Vossa Excelencia
Deos Guarde a Vossa Senhoria		Vossa Senhoria

Figura 6: Exemplos de abreviaturas mistas presentes no corpus.

2. Por sinal especial: presença de um sinal colocado no início, meio ou fim da palavra abreviada, indicando os elementos ausentes.

etcoetera		Lisboa
parágrafos		parágrafo

Figura 7: Abreviaturas por sinais especiais presentes no corpus.

3. Notas tironianas ou taquigráficas: de acordo com Spina (1994: 51) e Flexor (1990: XI), é a mais antiga forma de taquigrafia européia. Os sinais utilizados, que se baseiam nas letras do alfabeto maiúsculo

romano, são utilizados em várias posições, tendo significados diferentes em cada uma delas. De acordo com Lima (2006: 11), as notas tironianas “se mantêm na escrita moderna, como .S. (= scilicet = a saber), e as várias formas usadas para o et (= e)”.

que
---	-----

Figura 8: Nota tironiana encontrada no corpus.

4. Abreviaturas numéricas: constituem as abreviaturas de numerações, designativas de ordem, divisão e meses do ano. Usa-se a sobreposição das vogais o (os) ou a (as) minúsculas aos numerais ou à terminação –br.

segundo		sexto
sétimo		oitavo
oitavas		outubro

Figura 9: Exemplos de abreviaturas numéricas presentes no corpus.

Mesmo para investigadores acostumados com a leitura de documentos manuscritos setecentistas, muitas vezes torna-se difícil interpretar as abreviaturas correntes. As abreviaturas são variadas e, algumas vezes, inconstantes, já que não havia uma normatização gráfica na época. Para

o processo de expansão ou desenvolvimento das abreviaturas, tomou-se como base o dicionário de autoria de Maria Helena Ochi Flexor (1990), que reúne material colhido em documentos do século XVI ao XIX, e que serviu muito bem aos objetivos pretendidos, que são, segundo as “Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil”, propostas por Cambraia et alii (2001: 23-26), “respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba”, evitando-se, dessa maneira, projeções anacrônicas da língua do editor sobre a língua do texto, e “no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual” (MEGALE e TOLEDO NETO, 2006: 147).

O estudo das abreviaturas, um tema bastante relevante, principalmente para os estudiosos de textos manuscritos antigos, uma vez que é um recurso muito utilizado na escrita, é necessário e importantíssimo, já que uma boa leitura paleográfica faz-se mediante um conhecimento preciso do sistema abreviativo.

CAPÍTULO II

Descrição de documentos

1. Identificação e definição dos documentos editados

Neste capítulo, identificamos e definimos todas as espécies documentais editadas neste volume, segundo os critérios estabelecidos pela Diplomática, ciência que tem como objeto a estrutura formal do documento.¹ As fontes consultadas são principalmente o glossário do catálogo 1 dos *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo* (2000) e Bellotto (2002), os quais seguimos de perto.

Para que bem se compreendam as definições que se seguem, explicamos antes os principais termos técnicos utilizados. Considera-se documento diplomático o registro legitimado de ato administrativo ou jurídico, resultante de fato administrativo ou jurídico. Quanto às categorias documentais, os documentos públicos e notariais podem ser dispositivos, testemunhais e informativos. Os documentos dispositivos podem conter manifestações de vontade de autoridades supremas, obrigatórias para os subordinados; acordos de vontade entre duas ou mais partes; ou a determinação da execução de atos normativos em âmbitos de jurisdição mais restritos. Os documentos testemunhais podem trazer registros oficiais sobre fatos ou ocorrências, ou comprová-los. Os documentos informativos esclarecem questões contidas em outros documentos, para fundamentar uma resolução. Quanto à circulação, os documentos podem ser ascendentes, que sobem dos súditos a instâncias superiores; descendentes, os que descem de autoridades superiores; e horizontais, quando transmitem-se entre autoridades ou pessoas do mesmo nível.

Apresentamos a lista das espécies documentais transcritas, com uma breve definição que contempla as principais características diplomáticas dos documentos estudados.

AUTO: Documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal.

Relato pormenorizado de um acontecimento com a finalidade, em geral, de conduzir um processo a uma decisão ou um infrator a uma sanção.

BILHETE: Documento não-diplomático, descendente ou horizontal, enunciativo, informativo. Em geral de Secretário do Conselho

¹ Bellotto (2002: 19) explica o objeto da Diplomática como “a configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade”.

transmitindo uma concessão real ou solicitando alguma informação necessária à tramitação de algum processo.

CARTA: Documento não-diplomático, de desenho mais ou menos oficializado, ascendente, descendente ou horizontal. Na administração colonial, trata-se de correspondência enviada ao rei por autoridade subalterna ou súdito, diferindo-se dos requerimentos ou petições por não possuir caráter peditório. Assim, quaisquer assuntos que se quisesse expor ao rei eram retratados por meio de carta. Pode tratar, ainda, de questões de caráter particular, em especial quando for um documento horizontal.

CERTIDÃO: Documento diplomático testemunhal comprobatório, horizontal. Documento emanado de funcionário de fé pública mediante o qual se transcreve algo já registrado em documento de assentamento.

CERTIFICADO: Documento diplomático testemunhal comprobatório, descendente, notarial ou não. Declaração que garante a veracidade de um fato ou de um estado de coisas.

CONSULTA: Documento não-diplomático, informativo opinativo, enunciativo, ascendente. Ato pelo qual uma instituição ou indivíduo, em cumprimento de um preceito genérico ou específico da autoridade máxima, o rei, presta assessoria em assunto determinado. Na administração colonial esse era o tipo de documento utilizado, em geral, pelo Conselho ou por Juntas cujo objetivo fosse assessorar o rei em algum assunto específico. É, portanto, o principal documento-atribuição do Conselho Ultramarino. Na atualidade, pode ser considerado o mesmo que parecer.

ESCRITURA: Documento diplomático, testemunhal de assentamento, notarial. Registro autêntico de um contrato ou de uma transação feito por um oficial notarial.

FÉ DE OFÍCIO: Documento diplomático de assentamento que se configura por registro em estabelecimento notarial. Documento passado em tabelião que serve para atestar serviços prestados pelo interessado.

INSTRUÇÃO: Documento diplomático normativo de correspondência, descendente. Documento de uma autoridade dirigido a um subordinado em que dá ordens gerais, muitas delas a virem a ser detalhadas por meio de outros atos.

INVENTÁRIO: Documento não-diplomático, informativo, horizontal. Lista dos bens de uma pessoa, deixados por óbito, devidamente avaliados, para posterior partilha entre os herdeiros.

MANDADO: Documento diplomático normativo dispositivo, descendente. Ordem de autoridade judiciária dirigido a determinada pessoa para ser imediatamente cumprida.

OFÍCIO: Documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos oficializado, informativo ascendente ou horizontal. Correspondência entre autoridades subalterna/delegadas entre si ou entre outras autoridades do reino, com exceção do rei.

PARECER: Documento diplomático opinativo ou não-diplomático informativo enunciativo, ascendente ou horizontal. É a opinião técnica sobre um ato. Nos documentos coloniais geralmente aparece no texto de uma consulta, sendo o parecer do Conselho sobre algum assunto específico, servindo de base para a tomada de decisão do rei.

PROCURAÇÃO: Documento diplomático informativo, notarial. Instrumento pelo qual uma pessoa recebe de outras poderes para, em nome delas, praticar atos ou administrar bens.

PROVISÃO: Documento diplomático dispositivo de correspondência, descendente, pelo qual a autoridade competente confere a alguém mercê, que se traduz por um cargo, uma dignidade, um ofício ou autorização para o exercício de sua profissão.

REGIMENTO: Documento diplomático normativo descendente, em que a autoridade manifesta sua vontade, por conjunto de normas disciplinadoras, regedoras, estabelecendo direitos e obrigações e determinando finalidades.

REGISTRO: Documento não-diplomático testemunhal de assentamento. Trata-se de lançamento em livro próprio, sob rubrica e cota, de um documento, de um objeto ou de um bem imóvel devidamente identificado e descrito para efeito de direitos.

RELAÇÃO: Documento não-diplomático, informativo, horizontal. Listagem de nomes de pessoas, de coisas ou fatos, muitas vezes solicitadas, por várias razões e sobre os mais variados objetos, pelas autoridades da metrópole às autoridades delegadas.

REQUERIMENTO: Documento diplomático informativo ascendente. Instrumento que serve para solicitar algo a uma autoridade pública e que, ao contrário da petição, está baseado em atos legais ou em jurisprudência.

ROL: Documento não-diplomático informativo. Relação feita com objetivo de transferência, entrega, recolhimento ou empréstimo de objetos.

TESTAMENTO: Documento diplomático testemunhal horizontal, notarial. Ato pelo qual alguém dispõe, para depois da morte, de seus bens ou de parte deles, como expressão de última vontade.

2. Relação dos documentos editados

Segue-se um quadro com a relação dos documentos editados, no qual indica-se o número de ordem do texto, conforme as lições modernizada e semidiplomática, o número da primeira e da última linhas do documento na edição semidiplomática, a espécie documental, a data tópica, as palavras iniciais do texto e a data cronológica.

Quadro 1 - Relação dos documentos editados

1	0001-0021	Requerimento	São Paulo	Diz o Marquês de Cascais	16-03-1701
2	0022-0428	Regimento	Lisboa	Regimento do Superintendente	19-04-1702
3	0429-0476	Carta	São Paulo	A Vossa Majestade dei conta	09-06-1702
4	0477-0705	Relação	Bahia	Porquanto convém remeter-se	19-08-1702
5	0706-0724	Carta	Rio de Janeiro	Vi a ordem inclusa	24-02-1703
6	0725-0741	Carta	Lisboa	Desembargador José Carvalho Pinto	07-05-1703
7	0742-0761	Carta	Lisboa	Desembargador José Carvalho Pinto	07-05-1703
8	0762-0772	Instrução	Lisboa	Haverá o escrivão de uma carta	07-05-1703
9	0773-0786	Carta	Lisboa	Desembargador José Carvalho Pinto	07-05-1703
10	0787-0805	Carta	Lisboa	Desembargador José Carvalho Pinto	07-05-1703
11	0806-0847	Declaração	Lisboa	Capítulo 1 Das discórdias	07-05-1703
12	0848-0876	Carta régia	Lisboa	Dom Álvaro da Silveira	20-09-1703
13	0877-0895	Carta	Rio de Janeiro	Quando dei conta a Vossa	24-01-1704
14	0896-0986	Carta	Santos	Não posso escusar de fazer a Vossa	28-10-1705
15	0987-1030	Certificação	São João da Barra	Certifico estando de guarnição	16-12-1705
16	1031-1352	Consulta	Lisboa	Vendo-se neste Conselho	26-10-1706
17	1353-1387	Carta	Taubaté	Meu irmão	27-03-1707
18	1388-1457	Escritura de renúncia	Taubaté	Saibam quantos este público	26-08-1707
19	1458-1513	Escritura de venda	Taubaté	Saibam quantos este público	14-09-1707
20	1514-1541	Crédito	Taubaté	Diz Domingos Jorge Santarém	07-01-1708
21	1542-1572	Crédito	Taubaté	Diz o vigário desta vila, o padre	13-10-1708
22	1573-1626	Escritura de alforria	Taubaté	Saibam quantos este público	01-02-1709
23	1627-1654	Carta	Taubaté	Senhor irmão, terá Vossa Mercê	21-05-1709
24	1655-1665	Provisão	Santos	Por vagar o posto	13-07-1709
25	1666-1690	Crédito	Taubaté	Senhor Capitão Manoel Fernandes	14-08-1709
26	1691-1729	Escritura de dinheiro	Taubaté	Saibam quantos este público	27-08-1709
27	1730-1793	Crédito	Taubaté	Diz Sebastião de Siqueira Gil	28-08-1709
28	1794-1837	Escritura de dívida	Taubaté	Saibam quantos este público	29-08-1709
29	1838-1855	Crédito	Taubaté	Digo eu, Ambrósio Caldeira Brant	30-08-1709
30	1856-1916	Crédito	Taubaté	Diz o Padre Vigário Antônio Barreto	03-10-1709
31	1917-1986	Crédito	Taubaté	Diz Manoel da Silva Salgado	04-10-1709
32	1987-2035	Escritura de alforria	Taubaté	Saibam quantos este público	29-10-1709
33	2036-2060	Carta régia	Lisboa	Antônio de Albuquerque Coelho	29-11-1709

Capítulo II - Descrição Dos Documentos

34	2061-2242	Testamento	Taubaté	Em nome da Santíssima Trindade	07-12-1709
35	2243-2288	Carta	Santos	A fortaleza da planta junta	1710
36	2289-2343	Escritura de alforria	Taubaté	Saibam quantos este público	08-05-1710
37	2344-2391	Escritura de doação	Taubaté	Saibam quantos este publico	15-09-1710
38	2392-2434	Carta	Guaratinguetá	Oferece-se-me fazer presente	12-10-1710
39	2435-2457	Certidão	Santos	Joseph Gomes de Andrade	16-10-1710
40	2458-2474	Certidão	Santos	Oficiais do Senado da Câmara	18-10-1710
41	2475-2484	Fé pública	Santos	João da Veiga, público tabelião	20-10-1710
42	2485-2517	Parecer	Santos	A presente planta é uma trincheira	20-10-1710
43	2518-2585	Carta	Santos	Não se deu logo à execução	25-10-1710
44	2586-2599	Carta	Santos	Vossa Majestade foi servido	31-10-1710
45	2600-2614	Carta	Minas Gerais	Oferece-se-me fazer presente	18-11-1710
46	2615-2666	Carta	Santos	Por carta de Vossa Magestade	20-11-1710
47	2667-2730	Procuração	Taubaté	Saibam quantos este público	29-12-1710
48	2731-2759	Crédito	Taubaté	Diz Domingos Rodriguez do Prado	30-12-1710
49	2760-2793	Rol de casamento	Taubaté	Diz Francisco Rodriguez Montemor	18-01-1711
50	2794-2868	Consulta	Lisboa	Por decreto de 23 de janeiro	11-02-1711
51	2869-2918	Escritura de venda	Taubaté	Saibam quantos este público	23-05-1711
52	2919-2959	Ofício	Lisboa	Vi a planta da fortaleza	20-10-1711
53	2960-3063	Consulta	Lisboa	Vendo-se neste Conselho	07-02-1712
54	3064-3084	Parecer	Lisboa	Pareceu ao Conselho remeter	09-09-1712
55	3085-3123	Traslado de Mandado	Santos	O Desembargador Sebastião Galvão	01-07-1713
56	3124-3154	Carta	Vila Rica	Quando passei pela Vila de Taubaté	02-01-1714
57	3155-3174	Consulta	Lisboa	O governador e Capitão General	24-03-1714
58	3175-3209	Carta patente	Vila de N.ª S.ª do Carmo	Dom Braz Balthasar	20-09-1714
59	3210-3292	Carta	Santana do Panaíba	Não podemos por lei	20-10-1714
60	3293-3300	Carta	Lisboa	Por ordem de Vossa Majestade	22-10-1714
61	3301-3332	Consulta	Lisboa	Vendo-se neste Conselho	05-11-1714
62	3333-3371	Consulta	Lisboa	Manoel Mosqueira da Rosa	23-01-1715
63	3372-3390	Carta pessoal	Pitangui	Recebi a de Vossa Mercê	01-07-1715
64	3391-3482	Pedido	Lisboa	Diz Anna Maria Duarte	a10-01-1716
65	3483-3529	Certificação	São Luis do Maranhão	Certifico que em 20 de maio	24-07-1716
66	3530-3558	Provisão	São Luis do Maranhão	Faço saber aos que esta minha	...-11-1716
67	3559-3604	Carta régia	Lisboa	Dom João, por graça de Deus	08-02-1717
68	3605-3786	Consulta	Lisboa	Ordenando-se ao governador	19-12-1718
69	3787-3802	Carta	Santos	Por carta de 12 de julho	20-12-1718
70	3803-3827	Carta	Santos	O Conde General das Minas	15-03-1719
71	3828-3842	Carta	Santos	Achou-se que a contribuição	08-05-1719
72	3843-3856	Carta	Santos	Os Padres da Companhia	12-05-1719
73	3857-3891	Carta	Santos	Ao porto desta vila	16-05-1719
74	3892-4227	Auto de Assentada	Santos	Ano do nascimento de Nosso	30-05-1719
75	4228-4243	Carta	Santos	Com o auto incluso	08-06-1719

EMENTAS DOS DOCUMENTOS EDITADOS

Documento 01

Requerimento do Marquês de Cascais solicitando a Sua Majestade alvará para citar o procurador da Fazenda pela dízima dos quintos do ouro que saíram de suas terras.

Documento 02

Regimento do Superintendente, guarda-mor e mais oficiais das minas do ouro de São Paulo, para boa direção e governo das pessoas que trabalham nas minas, conferindo ao superintendente autoridade para manter a ordem. Instrui a respeito da medição das datas, de sua distribuição, e do seu rendimento. Impede gestões visando a aumento de salários acima do estabelecido neste regimento; exige livro do guarda-mor rubricado pelo superintendente, para lançamento das informações das braças de terra de cada mineiro; manda controlar quantos entrem nas minas, disciplinando a atividade de quem traz gado para vender; traz medidas para impedir o descaminho dos quintos, impõe expulsão de ourives que tenham ouro e proíbe ourives escravo. Quer rigor na arrecadação, orienta a nomeação de tesoureiro dos quintos, outorga autoridade cível e do crime ao superintendente.

Documento 03

O ouvidor geral da vila de São Paulo e capitânicas do sul escreve a Sua Majestade para informar o que mais convém à administração da Justiça, sugerindo sejam os réus sentenciados e punidos por devassas tiradas por um juiz de capa e espada, e que os casos comprovados tenham pena de morte.

Documento 04

Em cumprimento a dispositivos das Ordenações, dá relação do dinheiro gasto com o terço dos paulistas, sob as ordens do mestre de campo, Manoel Álvares de Moraes Navarro, entre 1698 e 1702. Os mandados são listados com o valor e a finalidade para a qual foi gasto.

Documento 05

Carta em que se declara exato cumprimento da ordem de não se

autorizar entrada nas minas a pessoas a quem é proibido, mas queixa-se de que os castigos aos que entram não conseguem dissuadir a ambição. Sugere seja compartilhada a autoridade do superintendente pelos guardas-mores para expulsão dos invasores e confisco de seus bens.

Documento 06

Carta do Desembargador José Carvalho Pinto declarando que revoga a exclusão das pessoas que ajudaram a descobrir minas, que impedia de atribuir-lhes datas, determinando se dê cinco braças de repartição a cada um dos sócios, a sua escolha.

Documento 07

Carta do Desembargador José Carvalho Pinto declarando que altera o disposto nos artigos 9 e 10 do regimento, quanto à impossibilidade de outro interesse além do salário previsto, permitindo ao guarda-mor, ao tesoureiro e mais oficiais que possam minerar e usar das conveniências que as minas dão de si.

Documento 08

Dispõe sobre a forma dos emolumentos do escrivão e meirinho das datas, em consequência da revogação dos capítulos 9 e 10.

Documento 09

Carta do Desembargador José Carvalho Pinto autoriza tenham os guardas-mores seus guardas substitutos que assistam nas partes mais distantes, com as mesmas conveniências de minerar concedidas ao guarda-mor.

Documento 10

Carta do Desembargador José Carvalho Pinto autorizando atribuição de datas de meia, de modo a se cobrirem os gastos em minerar todos por conta própria, tirando-se do ouro metade para a Fazenda Real, ficando a outra metade para a mineração.

Documento 11

Declaração que relaciona, à maneira de títulos, os assuntos dos trinta e dois capítulos do Regimento.

Documento 12

Carta régia dirigida a Dom Álvaro da Silveira dirimindo algumas

dúvidas em relação a se fazer de novo uma casa para o labor da moeda com as oficinas necessárias.

Documento 13

Carta dirigida a Sua Majestade, em que se dá conta da averiguação da prata e das esmeraldas, proposta feita por Antonio Correa da Veiga, por seu procurador Antonio de Oliveira Guimarães. Para cumprimento da diligência, refere o número de quinze índios, sendo ordenado que se buscasse mais nas aldeias das vilas do sul.

Documento 14

Carta dirigida a Sua Majestade, em que o governador da Praça de Santos, José Monteiro de Mattos, faz queixa contra o juiz por atitudes despóticas de régulo ou soberano em relação a pessoas simples, como um negro, preso e açoitado, bem como por acinte e desrespeito a autoridades. Pede que Sua Majestade mande seja o tal juiz publicamente repreendido.

Documento 15

Francisco Henriques de Miranda, Capitão de Infantaria, certifica que estando de guarnição na praça de Elvas, recebeu ordem de se incorporar ao de Aronches, seguindo em direção à praça de Alcântara. Trata-se de atitude bélica portuguesa ao tempo da sucessão na Espanha, com o risco de Luís XIV unir a monarquia espanhola à França e, em consequência, Portugal e colônias.

Documento 16

Consulta em que o presidente do Conselho Ultramarino, o Conde Mesquita S. S. Barbosa, escreve a Sua Majestade a respeito de vários assuntos, após exame pelo Conselho de sucessivos arbítrios sobre as minas. A renda das minas foi a matéria mais debatida, em função dos descaminhos dos quintos do ouro. Pronuncia-se contra o desvio de dinheiro na casa da moeda, e reconhece a dificuldade de impedir as irregularidades. Considera que os açúcares e os tabacos seriam as melhores minas do Brasil, porque estáveis e perpétuas, enquanto o ouro, com a corrida excessiva de pessoas para a mineração, acarreta impossibilidade de atender a todas as necessidades. Por outro lado,

fica o reino desprovido de pessoas para sua defesa, e as povoações no Brasil, sem os moradores ficam infestadas de inimigos da Coroa. Sugere conceder só aos paulistas irem todos os anos com trezentos negros para o trabalho das minas. Propõe o pagamento das sisas de todas as coisas que se vendam, e não acha conveniente a venda do ouro na casa da moeda, por ser um dos grandes instrumentos do descaminho do ouro.

Documento 17

Carta de Manoel Munhoz Pais para seu irmão e senhor, Domingos Nunes, pedindo paciência por seu atraso em quitar empréstimo, o que pretende fazer em agosto próximo, correndo os juros desde o tempo em que passou o crédito. Pede também não leve a mal, se quitar outra dívida antes dessa, porque prefere envergonhar-se pedindo dilação a um irmão do que a um estranho.

Documento 18

Escritura de doação e renúncia que fazem Maria Portes del Rei, viúva do Capitão Bartolomeu da Cunha Gago, seu filho Bartolomeu da Cunha Gago e a mulher desse, Margarida Bueno da Veiga, moradores em Taubaté, para o Capitão Amador Bueno da Veiga, casado com Marta de Miranda Del Rei, filha mais velha da referida viúva, moradores em São Paulo. Trata-se de doação *causa dotis*.

Documento 19

Escritura de venda de um pedaço de terras no bairro de Tremembé, que faz o Capitão Jaques Félix a Francisco Pinto de Macedo, ambos moradores em Taubaté. O valor da venda foi de dez mil réis, pagamento esse feito com uma espingarda de quatro palmos com seus anéis de prata.

Documento 20

Escritura de Crédito que requereu Domingos Jorge Santarém ao Juiz Ordinário, Capitão João de Toledo e Pisa, para enfrentar as dificuldades que vai encontrar para ir para as minas. Quer seja lançado no livro de notas referido crédito. O tabelião traslada o crédito de duzentos e setenta mil réis que Baltazar do Rego da Silva deve a Domingos Jorge

Santarém, e pretende quitar em fevereiro vindouro.

Documento 21

O Padre Antonio Barreto de Lima, vigário desta vila, quer remeter para as minas um crédito para fazer cobrança. Quer que a escritura de crédito seja lançada no livro de notas. Trata-se de crédito de quinhentos mil réis, a razão de oito por cento cada ano, que Manoel da Costa Escobar declara que pagará ao padre, em julho próximo. Na escritura de crédito foi encontrado um recibo assinado por Lima, em que está dito que recebeu do mesmo padre os juros do dinheiro acima referido.

Documento 22

Escritura de alforria que faz o Capitão Lourenço Castanho, morador em São Paulo, a Maria, moça parda. Diz que havia sempre recebido bons serviços dela, que lhe havia também entregue seiscentas e cinqüenta oitavas de ouro em pó, razões pelas quais dava-lhe liberdade e alforria

Documento 23

Carta de Manoel Munhoz Pais a seu irmão, em que declara estar de volta das minas sem um oitava de ouro sequer. Pede paciência até ter como pagar sua dívida. Pede que dê dez patacas ao tio, Capitão João de Siqueira Caldeira, e aquando da visita à mãe leve a espingarda que ficou com o primo, Manuel Gomes, sendo que, na ocasião, fará o pagamento.

Documento 24

Provisão em que o mestre de campo e governador da praça de Santos, José Monteiro de Mattos, nomeia Pedro Macedo para o posto de condestável, vago por promoção de Antônio Rodrigues.

Documento 25

Escrito de Lourenço Velho Cabral, juiz ordinário de Guaratinguetá a Manuel Fernandes Pinto, lançado em nota a pedido do Padre Antonio Bicudo de Siqueira, ordenando diligências para prender a João Ferreira.

Documento 26

Escritura de dinheiro a ganhos que faz Diogo Arias de Aguirre a

Salvador Moreira de Castilho, no valor de cento e oitenta mil e seiscentos réis, a razão de oito por cento ao ano, obrigados sua pessoa e seus bens de raiz havidos e por haver, tendo como fiador Antonio Arias Correa.

Documento 27

Escritura de Crédito do capitão Sebastião de Siqueira Gil, que pede seja lançada no livro de notas, com quatro créditos, sendo o primeiro de doze libras de ouro em pó mais trinta e uma oitavas de ouro em pó, um areal e outros variados bens, tudo que lhe ficou devendo Salvador Gil; o segundo, de cento e quarenta e cinco oitavas de ouro procedidas de ouro de empréstimo de milho, que lhe devia Nazário; o terceiro de cento e vinte oito oitavas de ouro em pó, que lhe deve Pedro da Fonseca Magalhães, tendo como fiador e pagador principal Lourenço Henrique do Prado; e o quarto de doze oitavas de ouro em pó, que lhe deve Lourenço Henrique do Prado.

Documento 28

Escritura de dívida que faz o capitão Francisco de Almeida Gago de bens e dinheiro que deve à fazenda de Domingos Gonçalves. É uma dívida de trezentos e vinte e um mil réis, dos quais cento e quarenta mil e quinhentos pela compra do negro José, e os restantes cento e oitenta mil e quinhentos por outro negro de nome Pedro, ambos arrematados em leilão dos bens de Domingos Gonçalves, forasteiro que se suicidou.

Documento 29

Escritura de Crédito ao Capitão Sebastião Siqueira Gil, lançada em notas a seu requerimento. É uma dívida de trezentas e cinquenta oitavas pela compra de duas datas e meia de terras compradas por Ambrósio Caldeira Brant do Capitão Belquior Felix Correa, partindo com o Padre Barreto.

Documento 30

Escritura de Créditos do muito reverendo Vigário da vara, o Padre Antonio Barreto de Lima, sendo o primeiro de quinhentas oitavas de ouro em pó, e o segundo, de duzentas e quarenta, tudo, que lhe deve

Paulo Duarte Coelho.

Documento 31

Escritura de seis créditos de Manoel da Silva Salgado, que pede seja lançada no livro de notas, sendo o primeiro de mil quatrocentos e quarenta réis, que lhe deve Domingos da Cunha Prado; o segundo, de dezoito oitavas de ouro em pó, que lhe deve Felipe Cabral; o terceiro, de duzentos e dez mil e quinhentos e oitenta réis, que lhe deve Gaspar Vaz da Cunha; o quarto, setenta e seis mil e oitocentos réis, que lhe deve Luis Cabral do Prado; o quinto, trinta e um mil quatrocentos e sessenta réis, que lhe deve Paulo Duarte Coelho; e o sexto, trezentos e onze mil e quarenta réis, que lhe deve Lourenço Henrique do Prado.

Documento 32

Escritura de alforria feita por Maria Cardoza, dona viúva, a João, um mameluco, filho de uma negra de sua administração e de um homem branco, atendendo a que, conforme alvará de Sua Majestade, seja dada liberdade a semelhantes mamelucos, dando-se por satisfeita com os quatro mil réis que recebeu das mãos de Gabriel Pimenta de Oliveira, que se diz com certeza ser o pai do dito João.

Documento 33

Carta régia ordenando seja estabelecida uma avença, pela qual as pessoas que se ocupam das minas pagarão valor certo por dia do ouro que se costuma tirar da parte que mineram.

Documento 34

Testamento de Mariana de Freitas, que o mandou escrever por José Leitão de Abreu. Declara ser natural de São Paulo, filha legítima de Manuel Fernandes Yegra e de Maria Cubas, ter sido casada com Amaro Gil Cortês, de quem teve onze filhos, ser pobre, morando em casa do genro, João Vaz, não ter dívida alguma e se, de sua terça, sobrar alguma coisa, seja dada à filha, Maria Dias. Segue-se o termo de apresentação e abertura do testamento cerrado com três pingos de lacre de cada banda.

Documento 35

Carta em que Pedro Gomes Chaves avalia a construção da fortaleza

para a defesa da Praça de Santos. Começa pelo exame o lugar escolhido, reconhece que a despesa não será pouca, e também que a Fazenda Real não conseguiria superar as dificuldades, nem impedir os descaminhos dos recursos. Sugere, então, se aceite que João de Castro a faça a suas expensas, visto que a promete pronta em seis anos.

Documento 36

Escritura de alforria que faz Materiana Cabral a Ana, negra de sua administração, e a seu filho, Pedro, pelos bons serviços que de ambos tem recebido. Estando velha e não querendo deixar que mãe e filho continuem escravos, por não poder pagar-lhes os serviços, dá-lhes plena alforria e liberdade, pelo amor e temor de Deus, sem constrangimento de pessoa alguma.

Documento 37

Escritura de doação de cem braças de terras em quadra passada por Marta de Miranda Muniz a seu genro, Diogo Dias de Aguirre, em *causa dotis*, pelo casamento com sua filha Francisca Cardoso.

Documento 38

Carta em que Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho recomenda a Sua Majestade considere que João de Castro, que tem cabedal, é brioso e deseja servir a Sua Majestade, deseja fazer a fortaleza para segurança do porto de Santos.

Documento 39

O escrivão de Alçada e de Sindicatura das capitanias do sul, Ioseph Gomes de Andrade, certifica que encontrou a Vila de Santos sem administração alguma da justiça, devido à suspensão do ouvidor geral da Comarca, Dr. João Saraiva de Carvalho. Também certifica que o mestre de campo e governador desta praça, Manuel Gomes Barbosa, tratou com diligência das fortalezas desta vila.

Documento 40

Oficiais do Senado da Câmara da vila de Santos certificam o mestre de campo e governador desta praça, Manuel Gomes Barbosa, tomou posse do governo da vila e o está exercendo com pontualidade, zelo e satisfação.

Documento 41

João da Veiga, público tabelião do judicial e notas, dá fé pública a José Gomes de Andrade, reconhecendo sua firma no documento aqui editado a linhas 2089 a 2108, vindo nessa última sua assinatura.

Documento 42

Parecer em que Pedro Gomes Chaves expõe que a planta é uma trincheira que se deve fazer na montanha de Monserrate, com domínio da ilha, de grande parte da costa e da barra. A própria dificuldade de acesso é favorável, pois facilita vencer algum inimigo que tenha conseguido entrar na barra. Declara que o governador atual e o anterior são do mesmo parecer.

Documento 43

Carta de Manuel Gomes Barbosa, governador da praça de Santos, a Sua Majestade, encarecendo a Sua Majestade que a construção da fortaleza seja confiada a João de Castro Oliveira que a executará em seis anos, em condições que se pode atender.

Documento 44

Carta em que o desembargador sindicante, Antônio da Cunha Souto Maior, em cumprimento a ordem de Sua Majestade, informa que Bento do Amaral Gurgel é culpado da morte do provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, Pedro de Souza, segundo devassa que se tirou.

Documento 45

Carta que escreve Pedro Gomes Chaves a Sua Majestade informando que esteve em Santos, em companhia do governador de São Paulo e Minas, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, de quem cumpriu ordem de vistoria dos portos para definir o que seria melhor para sua defesa. Sugere que Sua Majestade avalie as plantas para resolver o que for mais conveniente para o real serviço.

Documento 46

Manuel Gomes Barbosa se queixa a Sua Majestade de que diversas ordens de Sua Majestade não estão sendo cumpridas, o que provoca prejuízos pessoais a ele, e danos à segurança da praça de Santos, do Rio de Janeiro, e da Vila de São Vicente, estando como que em levante.

Documento 47

O Capitão Domingos Rodrigues de Carvalho passa procuração a diversas pessoas em Taubaté, em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia para cobrar, receber e arrecadar dívidas, fazendas, dinheiro, ouro, prata, peças escravas e administradas, encomendas, carregações e seus procedidos, com poderes para liquidar, citar devedores, lançar bens de devedores em leilão, dar quitação e substabelecer esses poderes onde for necessário.

Documento 48

Traslada-se uma Escritura de Crédito de Paulo Preto, a requerimento do síndico do convento de Santa Clara, Domingos Rodrigues do Prado, que declara ter Manuel Adorno feito doação ao convento de um crédito de duzentas oitavas de ouro em pó. Paulo Preto diz que é verdade que deve a Manuel Adorno referidas oitavas, que pagou por ele a João Rodrigues Moreira, as quais lhe pagará em agosto.

Documento 49

Rol de casamento Francisco Rodriguez Montemor, casado com Andresa Félix, filha do Capitão Jaques Félix, pede lançamento em nota com despacho do juiz ordinário do rol de casamento de sua mulher, embora passados tantos anos. Segue a relação dos bens.

Documento 50

O Conselho Ultramarino examina a reclamação do Bacharel, Sebastião Galvão Rasquinho, e sugere que Sua Majestade, levando em conta seus argumentos de que não é possível sustentar-se na ouvidoria com duzentos mil réis, e outras razões de justiça, sugere seja atendida sua reivindicação.

Documento 51

Em nome de seu constituinte, Domingos Garcia Velho, que está nas minas, e com procuração da mulher, Catarina Rodrigues Pais, o Capitão Bartolomeu Garcia Velho passa, em Pindamonhangaba, escritura de venda de umas casas de taipa de pilão, cobertas de telha, a Domingos Soares Neves, pela quantia acertada de cento e dez mil réis de dinheiro de contado.

Documento 52

Manuel Pimentel, do Conselho Ultramarino, tendo visto a planta da fortaleza que se intenta fazer na barra da praia de Santos, critica a opção pelo método francês, propõe sua substituição pelo lusitano, acha razoável o orçamento de João de Castro de Oliveira e vê vantagem em dispensar-se o depósito de pólvora no outeiro de Monserrate. Termina dizendo que o Conselho resolverá o que for mais acertado.

Documento 53

O Conselho Ultramarino decide que Manuel Pimentel faça nova planta da fortaleza de Santos e, acatando opinião do governador da vila, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho considera que se devia abraçar a oferta de João de Castro de Oliveira, atendidas suas condições.

Documento 54 com

Parecer juntado à planta da fortaleza de Santos, remetido a Sua Majestade pelo Conselho Ultramarino. Seu autor, fez Manuel Pimentel, opina que, para garantir toda a segurança, deve a planta ser examinada por engenheiro, para o desenho que for mais conveniente.

Documento 55

Traslado de Mandado em que o ouvidor geral de São Paulo, Desembargador Sebastião Galvão Rasquinho, manda aos juizes ordinários de Santos façam citar o desembargador sindicante, Antônio da Cunha Souto Maior, pelo crime de que se tirou devassa. Segue-se despacho do juiz, entendendo não cumprir o mandato, por expressamente contrário às Ordenações vigentes.

O Desembargador Sebastião Galvão

Documento 56

Conta Braz Bacelar da Silva que, de passagem pela Vila de Taubaté, soube do assassinato de José Ventura de Mendanha, por João Batista e gente e escravos de Antônio Correa. Pronunciados os culpados, intentaram vir à vila com muitos escravos armados para insultar o juiz. Remete a Sua Majestade informações acerca dos desdobramentos do fato.

Documento 57

O Conselho Ultramarino relata a Sua Majestade informação de carta do Governador e Capitão Geral de São Paulo e Minas, Dom Braz Balthasar da Silveira, de sua acolhida em São Paulo.

Documento 58

Dom Braz Balthasar da Silveira, Governador e Capitão Geral de São Paulo e Minas, provê, mediante carta patente, a João Barreiros de Araújo no posto de Coronel de um regimento de cavalaria da ordenança que determina formar nos descobrimentos de Batipoca.

Documento 59

Os oficiais da Câmara da vila de Santana do Parnaíba escrevem a Sua Majestade para lamentar a desventura de ficarem sujeitos a excessos de graves conseqüências, por viverem tão distantes do reino, como o do sindicante, Antonio da Cunha Souto Maior, a que se seguiu a assuada dos moradores desta vila. Sugere que os presos cumpram degredo nos sertões, em diligências do ouro e da prata, o que propiciaria grandes aumentos à Coroa.

Documento 60

Carta em que o desembargador declara ter cumprido ordem de Sua Majestade recebendo do ouvidor quinze moedas e uma barra de ouro falsas, e pergunta o que fazer com elas.

Documento 61

O Conselho Ultramarino pronuncia-se nesta consulta favoravelmente em relação à petição de João da Fonseca Coutinho Souto Maior, irmão de José Bento Mendaña, assassinado em Taubaté, por João Batista e gente e escravos de Antonio Correa, solicita se faça devassa pelo ouvidor do Rio de Janeiro, e sugere abstenha-se o governador de demolir casas, salvo casas fortes que obstruam da justiça.

Documento 62

Manoel Mosqueira da Rosa pede a Sua Majestade lhe seja dada a mesma ajuda de custo de seu antecessor, quinhentos mil réis. Ao Conselho Ultramarino parece que Sua Majestade haja por bem que se lhe dê ajuda de custo de duzentos mil réis.

Documento 63

Garcia Rodrigues Pais Betim escreve de Pitangui a Pedro Taques de Almeida, pedindo que espere por seu pagamento de empréstimo, prometendo satisfazer a tudo com o que espera de suas lavras.

Documento 64

Anna Maria Duarte dirige-se a Dom João V dizendo que é órfã, solteira, moradora em Lisboa, à Rua da Inquisição. Conta que seu irmão, já falecido, exerceu funções públicas durante quinze anos, conforme atestam os documentos juntados a seu requerimento. Pede que, em consideração aos serviços prestados por seu irmão, seja ela nomeada para a Tesouraria da Obra Pia, com tença de duzentos mil réis.

Documento 65

Christóvão da Costa Freire informa o provimento de Gervásio Leite Rebelo como Secretário de Estado do Maranhão, em consequência de estar de partida Antônio Rodrigues Chaves, para tratamento de saúde.

Documento 66

Christóvão da Costa Freire certifica que chegou a São Luís do Maranhão Gervásio Leite Rebelo, provido como Secretário de Estado. Informa a dedicação com que o acompanhou em visitas, e as consequências de um entrevero com índios.

Documento 67

Carta régia em que Sua Majestade ordena ao provedor da fazenda da vila de Santos que siga a causa da passagem do Cubatão, em juízo, por embargo dos padres da Companhia de Jesus, e manda que sentencie com brevidade a faça remeter os autos ao Conselho Ultramarino.

Documento 68

É assunto desta consulta do Conde de Assumar sobre a fundação de casas das moedas nas minas, com o objetivo de minorar os descaminhos do ouro. Os Conselheiros ponderam que, em qualquer parte que se encontrem, seriam convenientes e necessárias. Reconhecem a impossibilidade de impedir os extravios do ouro não quintado, havendo inconvenientes em se executar o que se mandou perguntar. É lembrado o exemplo de Potosi, onde entre 1543 e 1585,

de onze milhões de pesos que se haviam quintado, o que não o foi seria outro tanto.

Documento 69

Timóteo Correa de Góis queixa-se a Sua Majestade do motim dos soldados, por não lhes pagarem as fardas, tendo ficado impunes e absolvidos, em nome de Sua Majestade.

Documento 70

Timóteo Correa de Góis apresenta a Sua Majestade suas razões para o não cumprimento da ordem de pagar seiscentos mil réis de propina, pela execução em São Paulo do contrato dos dízimos.

Considera-se perdido o navio por falta de condições de navegar. Espera seja Sua Majestade servido mandar que, com esse dinheiro, sejam pagas as fardas dos soldados.

Documento 71

Timóteo Correa de Góis relata a Sua Majestade que saem da Fazenda Real os duzentos e noventa e cinco mil réis que faltam para os quatrocentos que Sua Majestade foi servido mandar pagar ao ouvidor geral desta comarca.

Documento 72

Timóteo Correa de Góis informa a Sua Majestade que os Padres da Companhia de Jesus perderam a causa do porto de Cubatão, de cuja sentença haviam apelado. Solicita informação de como proceder ao arremate pela Fazenda Real.

Documento 73

Timóteo Correa de Góis informa a Sua Majestade que, ao porto desta vila, chegou um navio francês com negros, marfim, ferro e cera bruta. Como se levaria tempo considerável para remetê-lo ao governador do Rio de Janeiro, venderam-se os negros. Descontadas as despesas, ficaram nove contos e setecentos mil réis.

Documento 74

Um crioulo, escravo de Frei José de Santa Brígida, do convento de Santo Antônio, foi repreendido por Antônio Freire Agostinho, que o mandou recolher-se, pois andava na rua fora de horas. Como

respondeu que iria quando quisesse, aplicou-lhe Antônio Freire Agostinho umas vergastadas. No domingo, os padres pegaram Antônio Freire Agostinho, levaram-no à portaria do convento, onde estavam mais seis religiosos, tiraram-lhe a espada; na sala do capítulo, fizeram-no ajoelhar-se à força e deram-lhe, por três vezes, disciplinas que deixaram vergões. O juiz de fora abriu o termo de assentada em que foram ouvidas nove testemunhas.

Documento 75

O juiz de fora da vila de Santos, Matias da Silva, representou a Sua Majestade contra as insolências dos frades do convento de Santo Antônio para com o escrivão, Antônio Freire Agostinho.

CAPÍTULO III

*Lição Justalinear de
Fólios Escolhidos*

[illegible]

||70r.|| Meu Jrmaõ esenhor *domingos* nunes
Este Serue depedir mezeriCordia [a]Vossamerce a[q]ue me que[ra]
fazer merce Como bom Jrmaõ eComo *quem* athe aqui teue
pasi en Sia en me esperar que me espere mais athe
prin Sipio de agosto Sen falta Correndo Senpre
oseu *dinheiro* de Vossamerce aiuros des do tenpo que pasei oCre
dito athe agosto proxhimo que bem Sem falta
nẽ di lasao que faço Contas antes de <a>gosto estar ou
traues en Caza mais *que* bou en busCa dodinheiro [p]ara
Vossamerce e *quando* Cauzo eu págue outra diuida primeiro=
que a deVossamerce naõ me tenha por Seu Jrmaõ que he
minha Reputasaõ hi e meu tinbre pelo primor
Com que Vossamerce Setem auido Com migo naõ lhe fal
tar *para* este tenpo que fico Com Vossamerce aminha Con
Siderasaõ he que me quero en ber gonhar apedir
aVossamerce e não a estranho etaõ bem pelas uzenas que
estaõ uzando hestes Senhores pedindo disprepozito de
abanço epor taõ breue me zes me não animo atom
ar *dinheiro* para Vossamerce easim Como zelozo lhe peço pelo=
amor de Deũs não Se en fade Contra min nẽ me
quira mal adequerer Deũs que antes de<a>gosto lhe
hei de hir en pesoa Lebar oseu *dinheiro* deVossamerce, esobre
tudo que Vossamerce Logre muita eper feita Saude estimare
mos muito eseia na boa Companhia dasenhora minha Cunhada
e mais familias danobre Caza eu e os mais deste
Seu Rancho deVossamerce aposuimos boa para Seruir aVossamerce
Sua Cunhada en bia Suas am[corroído] *lembrancas* para asenhora
minha Cunhada e aVossamerce i e[n] partiCular mentes=
faço a Vossamerce eosenhor Seu So[gro] que lhe ueio [corroído]
muitas vezes e os Senhores Cunhados minhas *Lembrancas* a Cuia pesoa
oseo *guarde* oie
27 de Março 1707 doseruidor e Jrmaõ muito obrigado aVossamerce

Manoel munhos Pais

Na Semidiplomática a lição deste fólio está às linhas 1353 a 1382.

[illegible]

Benito de la Cruz
Relator de la causa

Officio de Louv.^o Velho Adm.^o Lancado
Nesta nota a seguir me do. M.^o P.^o M.^o
Biludo de fig.^o me ha a seguir

[illegible]

Confessado em 20 de maio de 1900
João de Souza

Procurador Baptista que faz o Cap.^{am}
Franc. de Almeida gago av. abaixo
nomeado, na cidade do Rio de Jan.^o

[illegible]

||69v.|| ESCrito de Lourenco Velho Cabral Lançado

Nesta nota a Requerimento do Muito Reverendo Padre Antonio

BiCudo desiqueira he hê oque SeSegue

Senhor Capitaõ Manoel fernandes Pinto, omeu mayor emterese foj
Ver eu que Vosas merÇes estauaõ Diuididos, E a hora que Vosas merçes
estaõ

Juntos he oque mais estimo pera oseu bem deVosas merCes etodos
nozoutros, fasaõ Vosas merÇes adeligençia de prender aJoaõ
Ferrera eos mais que lhe fizer Companhia; edado Cazo tomem Armas
Sem que Sequeiraõ entregar por bem, Seja aprizaõ feita Com todo
oRigor; eCom Segunda ordem nosa poderaõ Vosas merCes fazer oque
[lhe] detreminarem. EaVosamerÇe goarde Deus muitos annos; treze
de MarCo de mil esetecentos enoue annos Amigo emuito Criado [de]
VosamerÇe Lourenco Velho Cabral /// enaõ seContinha mais no dito es
Crito que o dito Lourenco Velho Cabral Sendo Juis ordinario daVilla de
gurã

tinguetã esCreueu aese Manoel Fernandez morador nadita Villa nese
bairro Cham[a]do guaipaCarê. que eu tabaliam aquj tresladej bem efiei
mente eotornej ao d[i]to Reverendo

Padre por fazer abem desua Justisa todas asuezes que lhe for neçesario E
Corrie Consertej esCreuj easinej aos Catorze dias domes de Agosto dem[il]
Esete Centos enoue annos euJoaõ desouzaDias tabeliam oesCreuj
eConfe[rj]

Consertado Com opropio por

mim sobredito taballiaõ

Joaõ desouzaDias

C. Tribuna de Dmida que Jay
 o q. g. m. f. n. d. Hmida p. g. d. o.
 Bm. c. d. h. i. n. h. o. q. u. e. d. u. e. a. t. o. b. a.
 d. e. p. o. g. r. i. s. q. u. e. l. u. a. t. o. u. p. e. r. b. o. d. o.
 d. u. e. l. i. v. i. s. d. e. d. o. u. y. n. e. g. r. o. s. q. u. e.
 e. m. p. r. o. n. e. m. p. r. a. p. e. n. t. e. n. t. e.
 a. s. d. i. t. o. d. i. f. u. n. t. o.

64

||71r.|| ESCritura de Diuida que faz

oCapitam Francisco de Almeida gago dos
Beñs e dinheiro que deue a fazenda
de Domingos goncaluez que Sematou perto do
Seu Citio de dous negros que
Comprou emprasa pertensente
ao dito defunto

Saibam quantos este publico instrumento de esCritura de diuida Virem que
no anno do nasimento denoso Senhor JezuChristo demil Esete Centos enoue
annos a os Vinte enoue dias do mes de Agosto do dito anno nestaVilla desaõ
Francisco das Chagas de Taubatê daCapitania do Conde daIlha do prinsepe
gouernador e do=
natario della perpetuo por Sua Magestade partes do Brazil etcoetaera nesta dita
Villa
em Cazas do Capitam Francisco de Almeida gago onde eu tabaliam ao diante
nomeado fuj Cha=
mado Sendo Lâ por elle mefoj dito que elle Rematou emprasa dous negros de
guine aos Catorze deJulho dos bens que saõ da fazenda que pertense a Domingos
goncaluez, homem
forasteiro ja defunto Como Constaua do emventario que Se fes por Sua morte
em oqual
Leilaõ Remataua onegro Josephe em Cento eCorenta mil equinhentos eo o negro
Pedro
[[Pedro]] em Cento eoitenta mil equinhentos Reis quais quantias ambas faziaõ por
emCheyo trezentos eVinte ehũ mil Reis os quais Se obrigaua apagar por em
Cheyo todas as Vezes que por quais quer Justisas a quem pertenser da feitura
desta
ahũ anno sem a hiso por duuida algua tanto aos Juizos destaVilla Como a
outras quais quer por quem a dita quantia lhe for pedida; e pera Segurança
deste pagamento obrigou sua pesoa e bens moueis e de Rais auidos e por hauer,
pote-
Cando hũ Citio naRoza ehuas Cazas daVila junto a Cadea etodos os mais bens

Na Semidiplomática a lição deste fólio está às linhas 1794 a 1822.

[illegible]

1. *John*
 2. *John*
 3. *John*
 4. *John*
 5. *John*
 6. *John*
 7. *John*
 8. *John*
 9. *John*
 10. *John*
 11. *John*
 12. *John*
 13. *John*
 14. *John*
 15. *John*
 16. *John*
 17. *John*
 18. *John*
 19. *John*
 20. *John*
 21. *John*
 22. *John*
 23. *John*
 24. *John*
 25. *John*
 26. *John*
 27. *John*
 28. *John*
 29. *John*
 30. *John*
 31. *John*
 32. *John*
 33. *John*
 34. *John*
 35. *John*
 36. *John*
 37. *John*
 38. *John*
 39. *John*
 40. *John*
 41. *John*
 42. *John*
 43. *John*
 44. *John*
 45. *John*
 46. *John*
 47. *John*
 48. *John*
 49. *John*
 50. *John*
 51. *John*
 52. *John*
 53. *John*
 54. *John*
 55. *John*
 56. *John*
 57. *John*
 58. *John*
 59. *John*
 60. *John*
 61. *John*
 62. *John*
 63. *John*
 64. *John*
 65. *John*
 66. *John*
 67. *John*
 68. *John*
 69. *John*
 70. *John*
 71. *John*
 72. *John*
 73. *John*
 74. *John*
 75. *John*
 76. *John*
 77. *John*
 78. *John*
 79. *John*
 80. *John*
 81. *John*
 82. *John*
 83. *John*
 84. *John*
 85. *John*
 86. *John*
 87. *John*
 88. *John*
 89. *John*
 90. *John*
 91. *John*
 92. *John*
 93. *John*
 94. *John*
 95. *John*
 96. *John*
 97. *John*
 98. *John*
 99. *John*
 100. *John*

Credito que se vende as ^{am} l^{as} de lã de algodão
Lancado visto nota afim de que me cubra o cheffo.

[illegible]

Carteira de Deuto cobrigação
que faz D.º J.º Ramo de qualidade
Cento e oventa mil e quinhentos
Reis que pertence ao inventario
de D.º Antallio Caldeira como mais

[illegible]

||71v.|| [[Bens]] que se aCharem Ser Seus pera otal pagamento em odito
tempo Consinado de hũ
anno pera a satisfasão desta esCritura Esenella faltarem alguãs CLauzulas
ou So=
lem nidades em *direito* necesarias que elle outorgante aquj as auia por
postas ede
CLaradas Como Se de Cadahua dellas fizera expresa ede CLarada menção
em fee *deverdade*
asim o outorgou pedio amim *tabaliam* lhe fizese esta esCritura de diuida
nesta nota que
aseitou Eeu Sobredito Como *pesoa publica* extipulante easeitante aseito
em nome de
quem toCar odireito della em aqual o outorgante asignou Com testemunhas
prezentes
Joseph Cardoso gutterres e *Pedro* dafonseca deCarualho todos moradores
nestavilla e pesoas
Conhesidas pellas propias de mim *tabaliam* Joaõ desouza Dias oesCreuj
Pedro daFonseca deCarvalho
Joseph Cardoso gutterres
Francisco de Almeida gago

Em nome do Santissimo Trindade, *Padre, Filho, Espirito Santo,*
fey pellas, e eu so deus, verdadeiro.

saybas quantos este instrumento viem, como no anno de Vozes de 1671.
 O Sr. Christo deus e libertador, e no anno, aq. Scedia, do mte de Deu
 Crocu Marianna de Freitas, ebanda em meu, no feto juizo, e entendido
 no feto. medu. san, eam. saud. Sem embargo da morte q. me pede. luctu.
 Repentina por elado eba. suzita amercia. Eumand. eoz. gindo. p. p. m. m.
 Emd. no. a. m. m. da. Calvada. por. na. s. l. b. e. r. o. q. d. e. g. n. o. f. e. t. e. m. m. m.
 f. u. e. r. e. g. d. e. r. e. l. v. i. d. o. d. e. m. e. a. v. e. r. s. p. a. r. a. d. i. f. a. c. e. e. b. t. e. t. a. m. m. e. f. o. r. m. a. s. o. t. e.
 L. i. m. e. i. r. a. m. e. n. c. o. m. u. d. o. m. i. n. d. a. l. m. a. d. a. s. a. n. t. i. f. i. m. a. V. i. m. a. d. e. f. a. b. r. e. u. e. l. o. g. o.
 a. d. a. b. i. e. D. e. u. s. p. e. l. l. a. m. o. r. t. e. e. p. e. i. r. a. s. d. e. s. u. b. i. g. e. n. t. e. E. l. l. e. a. g. u. i. n. d. V. i. b. e. r.
 C. o. m. a. d. a. b. e. l. a. a. d. a. e. b. a. n. d. o. E. m. o. r. t. e. n. a. s. i. m. b. o. r. e. d. a. v. e. r. d. C. o. m. e. a. m. e. n. d. a.
 O. S. r. C. h. r. i. s. t. o. p. e. r. s. p. o. r. t. u. s. d. i. v. i. n. u. e. l. a. g. e. y. J. j. a. g. n. e. s. t. a. v. i. d. a. m. e. n. d. a. d. a. r.
 S. e. u. p. r. e. c. i. o. s. S. a. n. g. u. e. m. e. r. e. l. i. m. e. n. t. e. d. e. C. o. m. f. i. a. b. i. l. e. y. m. e. f. a. c. i. a. t. a. m. b. u. m. m.
 m. e. v. i. d. o. q. u. e. p. r. e. s. e. n. t. e. d. a. r. d. i. v. i. n. u. e. l. l. e. y. J. j. e. a. g. b. r. i. d. e. e. p. e. i. r. a. s. e. l. o. g. o. d. e. f. o. r. i. s. a.
 V. i. g. i. a. d. M. a. r. i. a. s. e. n. t. i. a. V. i. s. i. t. a. M. a. t. r. n. d. e. D. e. u. e. l. l. e. y. g. l. a. n. t. i. a. d. a. t. e. r. e.
 C. e. l. e. s. t. i. a. l. p. a. r. t. i. c. u. l. a. r. m. a. s. A. n. g. e. l. a. m. i. n. d. a. j. u. a. r. a. d. e. a. s. a. n. t. a. d. e. m. u. n. o. m.
 e. a. d. P. i. e. r. a. d. e. s. a. n. t. F. r. a. n. c. i. s. c. o. d. a. y. e. l. a. g. e. y. e. a. s. g. l. o. r. i. a. s. s. a. n. t. M. i. s. e. r. i. c. o. r. d. i. a. s. q. u. a. n. t. e.
 n. o. d. e. r. e. p. e. s. a. s. q. u. i. r. a. d. p. e. r. m. u. d. i. n. t. e. r. a. d. e. r. e. l. o. g. a. r. a. m. e. n. s. e. n. b. e. r. O. S. r. C. h. r. i. s. t. o.
 a. g. o. r. a. e. J. j. o. m. i. n. d. a. l. m. a. d. a. t. e. C. o. m. p. s. S. a. l. u. s. p. o. r. q. u. e. C. o. m. o. m. u. d. a. l. i. n. d. i. s. t. i. n.
 p. r. o. t. e. c. t. o. r. d. e. v. i. v. e. r. e. m. o. r. r. e. f. e. m. a. s. a. n. t. a. d. e. C. a. l. v. a. d. a. e. l. e. v. e. r. a. g. t. e. n. d. e. e. l. e. v. e. r. e. d.
 s. a. n. t. a. M. a. t. r. n. J. j. e. r. a. d. d. e. h. o. m. a. d. e. e. n. d. e. b. a. t. e. f. e. e. p. e. i. r. a. s. d. e. s. a. t. u. r. m. i. n. d. a. l. m. a.
 n. a. s. p. e. r. m. e. y. m. e. r. e. l. i. m. e. n. t. e. y. m. a. y. p. e. l. l. o. d. a. s. a. n. t. i. f. i. m. a. d. e. y. a. x. a. d. d. e. s. i. g. n. e. n. t. e.
 E. l. l. e. d. e. D. e. u.

[illegible]

||2r.|| Em nome da Santissima Trindade Padre, Filho, Espirito Santo, tres pessoas, ehũ sô Deos verdadeiro.

Saybaõ quantos este Instrumento virem, como no anno do Nascimento do Nosso *Senhor*

JESVS Christo demil, e Sete Centos enove annos, aos Sete dias do mes de Dezembro, eu Marianna deFreytas, estando em meu per feito juizo, e en tendimento, *que* nossos*enhor* me deu, San, ecom Saude. Temendome da morte *que* me pode Suced

repentina, pois atudo está Sugeita amizeria humana, edezejando pôr minha alma no Caminho da Salvaçaõ, por naõ Saber, o*que* Deos nosso *Senhor* demin q[u]er

fazer, e *quando* Serã Servido deme Levar para si, faço este testamento naforma *Seguinte*:

Primeira *mente* en comẽdo minha alma â Santissima Trindade, *que* acreou, e rogo aoPadre Eterno pella morte, epaixaõ de Seu Vnigenito Filho, a queira receber Como recebeo a Sua, estando *para* morrer na Arvore da vera Crux, ea meu *Senhor* JESVS Christo peço por suas divinas chagas, *que* ja *que* nesta vida me ff[e]s merce de dar

Seu preciozo Sangue, emerecimentos de Seos trabalhos, me faça tam bem merce na vida que esperamos, dar opremio delles, *que* he a gloria: epeço, e rogo â Glorioza Virgem Maria Senhora Nossa Madre de Deos, e atodos os Santos daCorte Celestial, partiCularmente ao Anjo da minha guarda, e a Santa do meu nom[e] e aoPatriarcha Sam Francisco das chagas, e ao Gloriozo Sam Miguel, aos quais tenho devassaõ, queiraõ por min interceder, e rogar ameu Senhor JESV Christo, agora, e *quando* minha alma deste Corpo Sahir: porque Com o verdadeira christaõ prote[st]o, de viver, emorrer em a Santa fê Catholica, eCrer o*que* tem, e Crê a Santa Madre Igreja de Roma, e em esta fê es pero de Salvar minha alma, naõ por meos merecimentos, mas pellos da Santissima Payxaõ doVnigenito Filho de Deos.

Rogo ameu genro o Cappitam Joaõ Vas Cardozo, e a Manoel da Sylva Salgado, por

Serviço de Deos nossos*enhor*, epor me fazerem merce, queiraõ Ser meos testamenteiros.

Meu Corpo Serã Sepultado no Convento de Santa CLara desta Villa de Tau batê, no Lugar deputado para os Terceiros, e em habito de meu Padre Sam Francisco; e Serã o dito meu Corpo Levado em a tumba desta Matrís, e Serã aCompanhado Com todas as Cruzes, e guioẽs, *que* ouverem em todas as Confrarias desta

villa; epeço aoReverendo Padre Vigario aCom panhe meu Corpo, de *que* Se dará a esmola Custum[ada]

Na lição semidiplomática a lição deste fólio está entre as linhas 2061 a 2097.

[illegible]

||2v.|| Por minha alma deixo Se fassa [hum] officio Solemne de nove [Li]çoins no dia [do] Sahimento quefizerem meos filhos, e Seja namesma Igreja onde estiver Sepultada

Deixo mais Sedigam por minha alma trinta e Seis Missas: asaber, Sinco a Nosso Senhor JESVS Christo, Sinco, digo, dêa a Nossa Senhora daConceyção, Sinco a Nossa Senhora do Rozario, outras Sinco a Nossa Senhora doPillar, Sinco ao meu Anjo da guarda, mais tres a Saõ Francisco das chagas meu Padre, e tres a Sam Miguel. Declaro, que Sou natural da Villa de Saõ Paulo, Filha Legitima d[e] Manoel Fernandes Yegra, e de Maria Cubas ja defuntos; declaro que fui Cazada Com oCappitam Amaro Gil Cortês, in facie Ecclesie nesta villa; de que tivemos onze filhos; assaber, Miguel, Salvador Manoel, Sebastiam e Francisco que morreo Sendofilho famiLia, Florencia, Maria, Anna, Maria Francisca, eMaria; os quais Saõ meos Legitimos erdeiros. Declaro, que das filhas Cazei tres, assaber Florencia Com Antonio JorgePais Francisca Com I[oaõ] Vas Cardozo, Maria de todos os Santos Com Domingos Rodrigues doPra[do] as quais dotei Com forme minha pobreza, epossi bilidade Incluindo nos dotes a e rança que lhes toCava daparte de Seu pay. Declaro que aos dous oCappitam Jo[aõ] Vaz, e Antonio Jorge não dei rol, e So dei a Domingos Rodrigues; oque S[u]pposto, todos estão pagos do que lhes prometi. Declaro, que de Sem. brasas [de] terra que vai acada hum na paragem chamada Itapecerica não tem os dois clareza alguã, enoque respeita â Antonio Jorge não ha duvida porque as vendeo Com esCritura passada pella qual Se governará. E Domingos Rodriguez pello Seu rol; e Com o Joaõ Vas não tem CLareza me he forçozo declarar que par tindo dehuã banda Com Antonio Jorge, e da outra Com Domingos Rodriguez [l]he

dei Cem braças Com todo oCertaõ. Declaro que me restaõ duzentas braças dos ditos dotes para aparte do Sitio quefoi de Antonio de Siqueira Com todo oCertaõ que tiver,

Deixo, que Se dê de dote ahuã filha Solteira por nome Maria. Declaro, que [na] paragem chamada Itanhi tenho hũs Sobeijos de terra partindo Com o C[corroído] a quantidade que se achar, as quais deixo às duas freyras, assim naconta da er[an]ça de Seu pay, Como da minha, e por lhes Serem Convenientes, e Serem pobres, Declaro que tenho mais terras, e chaõs, que Constarã das esCrituras, eCartas que esta[m]

naminha Caixa, das quais terras, echaõs Sepodem enteirar os mais erdeiros, Contra fazerem oque tenho dis posto. Declaro, que tenho huãs moradas deCazan[es]

ta Villa partindo Com Bento daCosta dehuã parte, e da outra Com Manoel da Sylva Salgado, as quais venderão os meos testamenteiros parasatis fazer

por medio de Adego Demin En Maz A^o
Mata Demitonda a las 12 de la noche

||92v.|| ESCRitura de doaCão de Cem braças de terras
em quadra que da Marta de Miranda Mu=
nis Dona Viua a seu genro Diogo Arias de
Aguirre todos Moradores nestavilla
Saibam quantos este publico instrumento de esCritura de doação
deterras Virem que no anno donasimento de noso Senhor JezuChris=
to demil esete Centos edes annos aos quinze dias do mes de Seten=
bro do dito anno nesta Villa desaõ Francisco das Chagas de Taubate daCapitania
do Conde daIlha do prinsepe governador edonatario della perpetuo
per Sua Magestade partes do Brazil etcoetera nestaditaVilla em Cazas de Marta
de Miranda Munis Dona Viua onde eu Taballiaõ ao diante nomeado
fuj Chamado Sendo Lã a aChej presente epor ella me foj dito emprezença
das testemunhas no fim desta assignadas que ella posue no citio emque
Deprezente mora trezentas brasas deterras detestada com ocertaõ que Se
aChar que as tinha Comprado pello Seudinheiro de Maria de Brito que Deus
aja eseus erdeiros Como melhor Consta das esCrituras que tem; das quais
ditas terras na forma que deCLarado tem dise ella outorgante que
daua edoaua a seu genro Digo Arias de Aguirre que lhe prometeu
em dote de Cazamento easuafilha Françisca Cardoza Cem brasas de terras
Comesando de hũ Corrego que lhe Serue de Agoada para abanda do
Rio da Parayba athe donde fizer as Cem braças eoutras tantas de
Certão que Vem aficar em quadra estas daua Como Logo deu ao
dito Seu genro efilha paraque as gozem ajaõ eposuaõ Como Couza
Sua dada em dote deCazamento elles eseus erdeiros de hoie para
todo o sempre edesj afastaua toda apose acção dominio Vtil
eReal Senhorio que nas ditas terras tinha etudo de[m]itia
naspeoas dos ditos Compradjo ditos doados eseu decenden=
tes Sem mais Contradição alguma Como ella as Logrou aVista efose
detodos Sem empedimento; epor esta Se obriga epor todos seus
bens moueis ede Rais afazer esta data boa Liure edezembarga=
da asua propia Custa. edise ella outorgante que Se nesta esCrj=
tura faltarem algumas CLauzullas ou Solem nidades em direito ne=
sarias para mais Vigor della que aqui as ha por postas edeCLaradas
Como se decada hua dellas fizera expresa edeCLarada menCaõ
oque tudo eu Tabaliam Como pessoa publica ext[i]pulate easeitante
aceito em nome dos auzentes doados aquem toca odireito des=
ta esCritura dedoação que aoutorgante mandou fazer nesta
nota que aceitou epor naõ Saber esCreuer assignou por ella Seu
filho Domingos Viera Cardozo Sendo testemunhas presentes
João garcia Velho eManoel Rodriguez do Prado todos moradores nestavilla
pesoas Conhesidas pellas proprias demim Tabaliam João deSouza Dias o=
escreu j
João GarSia Velho por mãdado erogo deminha Maj A Senhora
Marta de miranda Mu<n>is doadora
Manoel Rodriguez do prado asino Domin[g]os Vieira Cardozo

Na lição semidiplomática a lição deste fólio está entre as linhas 2344 a 2391.

[illegible]

||96r.|| Treslado de hum Cridito dePaullo
Preto aRequerimento do Sindico
Domingos Rodriguez do Prado por pertencer
ao
ComVento desanta CLara destavilla
eCom despacho doJuis ordinario
oCapitam Antonio garÇia daCunha
ehe oque Se Segue

Dis Domingos Rodriguez do prado morador nestaVilla Sindico do
ConVento

desanta Clara della que ao dito ComVento fes doaçaõ Manoel Adorno
tambem aquj morador dehũ Credito da emportança deduzentas oi
tauas de ouro empo, eComo quer elle dito Sindico queira Cobrar dita
quantia pello deuedor estar fora destaVilla ecorrer Risco de
pasagens eoutros mais // Pede aVosa merçe lhe fasa merçe mandar,
Lançar di[to] Credito em modo que fasa fee Recebera merce /// Despacho //
oTaballiaõ Lançe oCredito Como dito hem Taubate trinta de Dezembro
desete centos edes // garcia /// Digo eu Paullo Preto que he Verdade que
deuo a Manoel Adorno Duzentas oitauas de ouro empô que pagou
por mim aJoaõ Rodrigues Morera os quais lhe pagarej por todo o
mes de Agosto aelle ou aquem este me mostrar todas as vezes que
me pedirem Sempor duuida alguã. epor pasar asim naverda=
de pedj a Antonio daCunha que fizese este por mim oie Vinte
esete de Março de mil esete centos ehum annos /// Paullo Preto
Antonio daCunha garçia /// enão Secontinha mais nodito Cre=
dito que aquj tresladej bem efel mente do propio que otornej aparte
eocorrj econsertej escreuj easignej aos trinta de Dezembro de mil
esete centos edes annos Joaõ desouzaDias oesCreuj

Consertado Comopropio por mi[m]
Sobredito Taballiaõ
Joaõ desouzaDias

mis de Huacaya 20m a fin de m.
Zabal Bicuá a Balthazar de Argo
titula todos morados nesta villa

caibam ^{to} e este publico importante de existencia de Venda de
brases de haia, nestas villas vivem 6 ou mais de nães
de negro sentas para sempre daniel este cento e cinco annos
aos dezasseis dias do mez de janeiro do dito anno nestas villas
destes Tran. das Chagas de Tambora da Capitania do Conde de Alentejo
Principe governador e capitão daquelle perpetuo por sua Magestade
Patriarchal do Brasil Ho nesta dita villa empouradas de fôrça de Alia
vinda oute eu Taballeis ao diante nomeado fôrça de Alentejo
la balliey perante effua mother Jacob Biludo

Maestro e finto acrobata afina

Pol de Caranum favelado na pa-
nota a de quem me deu de Fran-
coir Montemuro e de pa. Com de puz
ordinario foz de quem me deu de puz

[illegible]

||104r.|| Rol deCazamento Lancado nesta
nota aRequerimento deFrancisco
Rodriguez Montemor com despacho doJuiz
ordinario Joaõ defeguieredo Tellez

[D]is Francisco Rodriguez montemor morador nestaVilla que hauera perto
decorenta annos que nella secazou com Andreza Felix filha doCapitam
Jaques Felix que lhe dera hũ Rol dedote pera cazar eporque lhe com
uem que este seja Lançado nas notas por fazer abem desua justisa
Pede aVossaMerce lhe facamerce mandar Lancar dito Rol para atodo otempo que
lhe comuier por estar ja corrupto com os annos que tem em modo
que fasa fee Recebera merce /// Despacho oTaballiam Lance dito Rol como
oSuplicante pede Taubate dezoito de Janeiro de sete Centos eonze anos [F]igueiredo
Rol doque dou aminha filha Andreza Felix degoes primeira mente tres pesas
dogentio daterra por nome Thome sua mulher Urbana eLuiza, hũ
citio com suas cazas depalha com duzentas brazas deterras detestada
comesando da agoada que faz dadefunta minha may correndo para ami[n]ha
banda decomprimento trezentas ezinco enta brazas pouco mais ou menos
coRendo docitio que dou aminha filha para banda doSitio de Francisco gonçalvez
eficalhe hũ pau dejiticiba grande por sinal no caminho que foj deFrancisco
gonçalvez mais sinco br asas dechaons nesta Villa hũ Vestido com seu manto Tres
Colheres deprata
hua caixa deSete palmos hua cama com seu cobertor elansois com suas
meudezas decaza quatro pesas defeRamenta com forme minha posebeledades
indo eu para ocertaõ trazendome Deus com algum Remedio lhe darej mais
duas pesas Jaques Feles não secontinha mais nodito Rol que oto[r]
nej aparte aoqual me Reporto eaquj olancej em 18 dejaneiro de
1711 annos Joaõ deSouza Dias Taballiam oescreuj

Consertado co[m] oproprio por

mim sobredit[o] Taballiaõ

Joaõ desouzaDi[as]

Antonio daluarengua

Manoel Nunes de [S]ouza

Pedro RodriguezdAlmeida

Hand
2 Januário
1714

Handwritten flourish or signature.

Quando passei pella villa de Taubate vin
do para estas Minas, dei noticia de
M^o Johauer morto a doze ventura de M^oenda
na as sete horas da manhã, estando a sua
porta sendo homicida São Baptista ajudado
da gente esscravos de Antonio Correa ambos
moradores no mesmo districto. deste caso
setrou de uaca em que ficaram culpados os
dous e pronunciando aprizaõ e sequestro de
que tendo elles noticia intentarão segundo
duor publica vir a villa com muitos es
cravos armados a insultar o Juiz e may
Officiaes de Justica que se achavaõ. na mayor
Consideração que se pode imaginar queren
do de Temporar a dita villa e o seu Recreo
seu bem, do requerimento que me fizeram.
que remeto a V^o Mag^a. a vista do que p^o Cui
tar tal perturbação. Castigar estes del
linquentes não só neste crime mas em
outros, e estabelecer e conservar esta villa
em sossego, mandei o meu Tenente J.
Com a may gente das Ordinaças que
se pode juntar, a acompanhar os Officiaes

(56) 02-01-1714

||1r.|| *Senhor*¹

Quando passei pella villa de Taubate vin
do paraestas Minas, achei anotiça de nel
lla sehauer morto aIoze Ventura deMenda
nha as sete horas da manhã, estando asua
porta sendo homiçida Ioaõ Baupista ajudado
da gente eescrauos de Antonio Correa ambos
moradores no mesmo destricto; deste cazo
setirou de uaçã em que ficaraõ culpados os
dous epronunciandos aprizaõ eseqwestro de
que tendo elles notiça intentaraõ segundo
auox publica uir a villa com muitos es
crauos armados a insultar o Iuis emais
Offiçiais de Iustiça que seachauaõ na mayor
consternação que sepode imaginar queren
do de Zemparrar a dita villa, e osey Receyo
seue bem, do requerimento que me fizeraõ
que remeto a *VossaMagestade*, Auista do que *para* eui
tar tal perturbação; castigar estes de
Linquentes não sô neste crime mas em
outros, e restetuir e conseruar esta Villa
em sosego, mandei o meu tenente *geral*
com amais gente das ordenancas que
sepode Iuntar, acompanhar os officiais

Na lição semidiplomática a lição deste fólio está entre as linhas 3124 a 3139.

¹ Na margem esquerda há a anotação tardia: "São Paulo 2 janeiro 1714".

De Justica para bom effeito da prizaõ
e sequestro este ordenei que no caso de Ea
uerm fugido se de molise as caras, ou que
asim se executou por que elles tiveram a
uiza e se meterão no mato, o procedido do se
questro que se fez a Antonio Correa
por João Baptista se defugiu com ^{te} em sua
casa com a sua pessoa se depositou por ordẽ
minha até a de Villag. para se entregar a
m. for. servido

Com o exemplo deste castigo fiza
rão os Louros com may temor da justicia e o
bediencia as leys, que he preizo introduzi
reos fize com mayor de monstraçõ de casti
go p. castar os horrendos delictos e cruel
dades de pouos que ainda agora comecão.
Com concessida penitencia e seguitarse ao
bediencia das leys, do referido, sou conta a
Villag. p. a que se seja presente o obrei neste par
ticular do g. a qual pessoa de Villag. como seus uasa.
Vos Euemor mister Villa Rica 2 de Jan. de 1714.

[Handwritten signature]

||1v.|| De Iustiça para o bom effeito da prizaõ
esequestro, elhe ordenei que no cazo de ha
uerem fogido lhe de molisse as cazas, oque
asim se executou por que elles tiueraõ a
uizo esemeteraõ no mato, oprocedido do se
questro que selhefes aAntonio Correa
(porque Ioaõ Bautista serefugiu somente em sua
caza com asua pessoa) sedepozitou por ordẽ
minha athe ade *Vossa Magestade* para seentregar â
quem for seruido.

Com o exemplo destecastigo fica
raõ os Pouos com mais temor da justiça eo
bediença as Leys, que he precizo introduzi
remselhe com mayor de monstraçã deCasti
go *para* euitar os horrendos delictos e cruel
dades depouos que ainda agora começã
com conhecida renitencia asugeitarse ao
bediença das Leys; do referido, douconta a
Vossa Magestade para quelhe seja prezenteo*que* obrei neste par
ticular *Deos guarde areal* pessoade *Vossa Magestade* como seus uasa-
llos hauemos mister Villa rica 2 de Ianeiro de 1714.

Bras Bacelar da Silva

(68) 19-12-1718 ||1r.|| <Copia>

<Nº 9>

OConde deAssumar *Dom* Pedro deAlmeida
Governador eCapitam General dacappitania deSaõ Paulo eterra
dasMinnas, responde á Ordemque lhefoi paraexaminar
aparte maizcomoda econveniente emque sepodesse
fundar, e assentar humaCaza da moeda nas mes
mas Minnas, eocusto quefaria, tanto nos ma
teriaes comonosOrdenados dos Officiaes, que deue
hauer namesmaCaza.

OrdenandoseaoGovernador ecappitam General dacappitania deSamPaulo
eterras dasMinnas, *Dom*Pedro de Almeida examinasse aparte mais
comoda econveniente emque sepodesse fundar eassentar huma
caza damoeda nas ditas Minnas, eocustoquefaria tanto nos ma
teriaes, como nos ordenados dosofficiaes que deuehauer names
macaza, equanto selhedevia dar acadahumrespectivamente aparte
ondehaõ deServir, epara esseefeito seinformaria, dos que se
pagavaõ aosqueseruemnaCaza daMoeda do Rio deJaneiro e
taõ bemaVeriguaria asutilidades quese podemseguir aFazenda de
VossaMagestade emhaueraditaCaza, eseSeriaeste omeio depoder impe-
dir aextracção doOuro dosSeos Dominios para amaõ dosEstran
geiros, comoasconveniências que nissopodem ter os moradores das
mesmasMinnas, eaindaparaoComercio domercantins deste Reino
oque tudo faria comtoda aindividuação, mandando fazeraplanta
da mesmaCaza, aqualremeteria aestesReino paraque comtoda
anoticia cepodessetomar aresolução quepode materia taõ im
portante, edetudodariaConta aVossaMagestade naprimeira ocaziaõ
que seofferecesse deembarcação para esse Reino, oqueVossaMagestade lhehavia
por muito recomendado, eselhadeclarava que aseu Antecessor man
daraVossaMagestade encarregar estamesma deligençia, esperando
della edoseo Zello, que não faltaria daSua parte emfazer muy
exactamente estamesma aueriguação.

Aesta Ordemrespondeo odito Governador eCapitam General oqueconsta

[illegible]

||1v.|| da Carta incluza, *que* com esta Seremete á Real Prezença de Vossa Magestade. Dandose da referida Carta vista ao Procurador da Fazenda respondeo, *que* ainda quedessas notícias, *que* o concelho com providencia e zelo pede para segurar os acertos *que* no Serviço de Vossa Magestade se deveza empregar, pareça senão pode colher couza alguma a favor de seus designios, por não parecer ao Governador das Minnasera por porcionado o meio de se por em cazas da moeda nelas para o fim pertendido de se evitar a extração do Ouro sendo o unico fundamento *que* na sua carta apontava, enão se praticava el Vedarse este des Caminho em hum Paiz tão largo e tão aberto, com tudo elle, Senão podia persuadir se usasse Outro algum tão eficaz para impedir a dita extração, e para Vossa Magestade poder cobrar os Seos Reaes Quintos, com lhesaão devidos, enão como lhesaão pagos, segundo *que* já em outro ao Caziaão lhe parecera, ainda não tendo a segurança de *que* as Cazas da moeda se poderiaão com facilidade estabelecer, e *que* hindo a ellas todo o Ouro das Minnas, poderia produzir tão exorbitantes rendimentos *que* equivalhaão aos dos mesmos quintos, o *que* tudo o dito Governador a Severava; porque Suposto não deixava de reconhecer a dificuldade e impossibilidade *que* havia de hauer em se Vedar *que* das Minnas saya Ouro em barra e em pó, hauendo Cazas da moeda em o Rio Bahia, e tal lhe parece se faria totalmente trespassando senas ditas Cazas para as Minnas, e hauendo se por perdido todo e qualquer Ouro, *que* fora dos Destrictos dellas se achasse, enão só em o Rio e Bahia, mas neste Reino também, accrecentandose algumas penas Corporaes e admetindose de escaução em segredo, e ainda aos mesmos Conductores do dito Ouro e Comissarios *que* de pouca Cantidade Seria o faltarem os emolumentos e Senhoriação *que* Vossa Magestade percebe das Cazas da Moeda, *que* por Oratem; quando de outra parte uma de vantajosos excessos os vinha a Lucrar, *que* nem ao negócio a cressia maior caminho, *que* o *que* já nas cazas da moeda do Rio e Bahia, experimenta, porque mandando Vossa Magestade pagarem ellas aos Lavradores se o ouro pelo *que* toca, tem cessado a utilidade, *que* o Comercio experimentava em usar do Ouro como genero, nem da *que* Se Seguiria ficarem as Minnas mais opulentas, porque o ter hum vassallo com mil cruzados em moedas, não faz mais rico, do *que* era quando pelo Seio toque os tinha em ouro; Nem finalmente este se poderia fixar

||2r.|| emasMinnas semsereduzir amoeda, porqueeracerto, queaos MineiroslhenaõServia se naõpara omandarem parafora, eque ninguemhia ásMinnas comanimo deSehauer deperpetuar nelas masSim deserecolher ásuapatria abundanteeaproueitado, ou deLáacudir asuafamilia, eparentes; Queisto em oqueSobre essamateria selherepresentava mais acertado eporque estaeraa mais importante que naconjuncturaprezente Seofereçia sobreella com maior acerto interporia oconselho oSeopareçer aVossa Magestade, equantoahauerSempre emas Cazas da moeda, dinheiroporem pronto paraSepagar semdemora o Ouro,aosque aellas Olevaõ (como oGovernador Aduertia) lhепareçiamuito conveniente e necessario em qualquer parte, queestasSeachassem.

SendotudoVisto.

Pareçeo aoConcelheiro IoaõPedrodeLemos conformarsecomoque respondeoOprovedor daFazenda, ecomoque Vota oConcelheiro deZembargador Ioze deCarvalhoAbreu.

AoConcelheiro oDeZembargador Manoel Fernandes Varges lhепareçe referirsenessenegoçio, aoseovoto quedeo naConsulta que sefazaVossa Magestade nacontaquedeo oGovernador eCappitam General das Minnas, oConde de Assumar Dom PedrodeAlmeida, sobreaforma que deo aArecadação dosquintos.

AosConcelheiros Douttores Ioaõ deSouza, eAlexandredaSilva Correalhесpareçe representaraVossa Magestade; que por estaCartadoGovernador das MinnasSemostraõ Os inconvenientesquehá paraseexecutaroque selhe mandou perguntar, ecomo VossaMagestade temmandado ponderar estamateria emvariasJuntas, ondesetemponderado os meios condusentes para oseointento, que VossaMagestade adeue mandar uer pelosMenistros comquem ceconferio NaJunta desse negoçio, para queconcideradas ascircuns tançias einconuenientes, que nellesepodemoferecer, sepossa tomar aresolução quemelhorparecer eformais conveniente.

Donatário José Gomes da Silva de Regenero deitor a S.
Maj. que em esta Consulta vota que entende a favor e dar n. e
provisão. 3

[illegible][illegible]

||2v.|| AoConcelheiro JozeGomes deAzevedo lhepareçe, dizer aVossa Magestade que emoutraconsulta votaoque entendese deve obrarneste particular.

AoConselheiro oDezembargador Ioze deCarvalho Abreu lhepareçe, queoertender euitarsetotalmente quedasMinnassenaõ hajade extra-
viar algumouro Semserquintado, hépertender humimposiuel porque
emquanto nellas houuer homens ambiciosos, naõhaõ defaltar desca-
minhos, assimpelodilatado ambitoemqueellas Seestendem, comopor
que oshomens praticosdoCertaõ costumados auadialo porrumos da
agulha, naõ necessitaõ deestradas para oatrauessar, ecadadiadescobrem
nouasveredas para fazerem assuasjornadas comque sepoderaõ desviar daque-
llaspartes dondesouberemhaõ deser examinados, eaexperiencia nos está
mostrando quesendoas Minnas daIndia occidental maisfaçeis deguar-
dar edefender pornaõSeremtaõvalentes como as do Brazil, eCanssan-
dosehátantos annos tantosetaõgraues talentos emexcogitar meios
para oevitar, atheagora onaõpoderaõconseguir, pois sabemosque nesta
ultimafrota daIndiaSefezemCadiz humaimportante tomadia
daprata; oreferindo osoberano naSuapolittica, quehauendosetirado
daSerra do Potoci, desdeoannode1543, emquefoi descoberto, athe
o de1585, cento eOnze milhoens depezos ensayados, equeschaviaõ
quintado, naõSeenvergonha deconfessar, que oquesefurtou aeste
direito, seriaOutratantaquanthia.

Sendopoisestapertençaõ praticamente impossiuel, sedeuen
procurar aquellesmeios, o porqueprudentemente Sepossa obviargran
departe desse damno, jáquenaõpode Sertodo, eassimlhepareçe po-
deráconduzir para isto / naõparecendoaVossa Magestade; adequadonem
justo todaaavença queagora Sepratica / mandarpornas
Minnas, naquelpartequeoGovernador arbitrar maisporporcionada
econveniente, humacazadequintos, emquejuntamente selauremoeda,
comCunhos naõsóde moedas, a meias, mas dequartos edecimos
eestabelecidaella, prohibirtotalmente todoo Uzo doouro, quenaõ
for quintado, assimcomohéprohibido nas Indias deHespanha;

© Todo aquelle que Marechimes for aellido empados de men-
 cadras, Magistres, Senhores, Juizes, e outros que aq-
 uella assim Eleria, teia, como Juizes, que actualm-
 Náo Miniam, se come por pardo a signando certo q-
 denunciad, e as miniam sempre de p-
 amo confirmo, e Cito edificaria, em que miniam em emp-
 legio obrigados a vir, quanto t-
 Comuna de que rep-
 e findaill-
 quinto, excepção a India o que for de-
 e Cito, porque a-
 prova de Cito de-
 timor, e assim co-
 den por omi-

Ao Tenor que omeioz della se que
 Gastai nas Officinas, E de d'elles deprezo, unde o pagamento
 feito em munda de contado, por omeioz projuizo, que deo de
 experimentos or munda d'elles, fuisse compensado a laboia.
 De como avengo que Eo de so, no nro que meto em Na
 cada de Munda, que se agora de lha da mil naiz, meto lly
 podera de ga ad mil e q'indento. E f'ondoraiz q' a
 Munda de Oim. Mar de M. f'ue f'ue proporcionada com
 adeprate, por cujo motivo or Estrangeiro transportar a
 vda adeprate, com seu Pariz, nro d'ave de d'ornir de obla
 subo agra de lha, por f'iste d'ornir, ja nro tem l'omedia
 porinda que agora de l'ha se proporcionas, ja elles a nro
 Erio de l'ha, a l'ha de l'ha, e a l'ha de l'ha. Por omeioz munda
 munda, que omeioz f'ague vao dando a de l'ha, a f'ue f'ue
 se deo menor l'ha, para effeito de l'ha proporcionas, mais
 conveniencia. Requerimos q' a l'ha de l'ha, a l'ha de l'ha.
 E. D. Reflexo

||3r.|| todoaqueleque nasMinnas forachado empoder de mer-
cadores, traficantes, rendeiros, tauerneiros, eoutrasquaesquer
peçoas assimEcleziasticas comoSeculares, queactualmente
não min[er]arem, setomeporperdido, asignando certa parte aquem
odenunciar, eaosmineiros tempodistribuhido pelocurso do
anno conforme os Citios edistanças emque minerarem emque
sejaõobrigados avir quintartodooouro, quetiuerm tirado com
Cominaçaõdeque passadoelle selhes podertomar porperdido,
eforadasMinnas emtodos os mais dominios deVossa Magestade seja
perdido todooOuro, que seachar em pó, eSemosCunhos dos
quintos, excepto naIndia oquefordosRiosdeSerra
e Chinna, porqueoavansoqueosMineiros haõdeter no
preço doOuro despoisdequintado oureduzido amoeda, eo
temorqueassim estes comoostraficantes teraõ deoperder, osCon-
terápara onaõ descaminhar.

Naõ ignoraqueosgeneros dec[arre]to queSe
Gastaõ nasMinnas, haõ deSubir depreço, sendoopagamento
feito emmoeda decontado, poremosteprejuizo, quehaõ de
experimentar osmoradoresdellas, ficarácompensado eSaboria-
do como avanssoquehaõdeter noouro quemeterem na
casadaMoeda, que seagoraSelhesdá milreis, nelalhes
poderachegar amil equinhentos. Aponderaçãõ, que a
moedadeOuro nesteReino naõestá porporcionada com
adeprata, porcujomotivo osEstrangeiros transportarão
toda adeprata aosSeos Paizes, naõ deue deServir deobsta-
culo aestaresoluçãõ, porqueestedamno, jánaõ tem remedio, |
pois indaque agora Sequizesse porporcionar, jáelles anão
haviaõ tornar arestituir, e aexperiência nos temmos
trado, queomesmo Saquevaõ dando adeOuro, eseaesta
sedeo menor Vallor paraeffeito deseporporcionar, mais
conveniença lhesfariamos para solicitarem asua extraccaõ. <Areflexaõ>

que o V.º fca de que a conduço' doz materias (Necessario para
valer de munda e de fcar grande de peca) se pda' pceder ou
abrandar ou mto q'elle apinto, ou ordenar de q' Medieas do ouro
de peca' mto mto mto de lla, e de lla e de lla e de lla e de lla
abrandar (e de lla) de lla e de lla e de lla e de lla e de lla.

1792 Porque não se con'gaul' as almas nortas em todos os
lugares, he por causa de cada um ter uma bondade que afflto. E a
de cada um he de differentes transportes de almas, e de grande
diferença de bondade. E de Hez. cada um he por que he aão no
mundo, e de cada um he de diferente modo de se dar, e de poder
mudar para o bem, e de Hez. cada um he de diferente a con-
dição, que he de cada um. E de Hez. cada um he de diferente
modo de se dar, e de Hez. cada um he de diferente a con-
dição de se dar, e de Hez. cada um he de diferente a con-
dição de se dar.

M Multa em Antonio José de Aguiar
Oportuno a favor que deu na consulta que fôz com este junto
do Real, quanto se refere a nova forma de contribuyas e a leoa
della das quintas, que des o fôr do Reino. Lix'o Oco.
17 de Dezembro de 1778. Conde Alvaro Francisco Silva-
Lima e Pargos-Lemos.

7. *Prof. W. G. B. B. B. B.*

||3v.|| queo *Governador* fazdeque aconducção dosmateriaes necessarios para oLavor damoeda haõdefazer grande despeza, sepoderá preuenir ou abraçandoomeio *que* elle aponta, ouOrdenando*que* narecessaõ doouro *que* aspartes meterem nacaza della, setenhaatenção aestadespesa abatendosenoValor dotoque, oquesearbitrar equivalenteaella.

E porque nãoSerá facil achar neste*Reino* todoOs officiais, deque estacazaSehadecompor com abrevidade queafrotta há departir nem dellaspoderaõ transportar asMinnas semgrande despeza daFazenda de*Vossa Magestade* adas ditas Cazas queseachaõno Brazil ateBahia, hésemque menos moedase Lavre, sepoderá mandarpassar esta asMinnas, rezultandotaõ bemdisto aConveniencia, que quando estearbitrio nãoproduza oefeito dezejado, commais facilidade sepodetornar arestituir amesma terra dondeagora Setirou.

AoConcelheiro Antonio *Rodrigues* daCosta lhepareçe referirse aoseovoto quedeaconsulta, quesobecom estajunta a*Vossa Magestade*, quesefezsobre anovaforma acontribuição, eareca dação dos quintos, quedeo o*Governador* das Minnas. Lisboa Occidental 19 deDezembro de1718 Constam Abreu Azeuedo Silva-Souza e Vargas Lemos.

JoaquimMiguelLopesdeLavre

Senhor.

O P. da Cong. do Collegio de
São Paulo viveira Sentença Contra
si na Causa sobre oporção do Cui-
tam, da qual Sentença Appellada
para o Juizo da Coroa da Casa de
Suplicação para donde se recibo
desta appellação na forma da or-
dém de V. Mage. de 1. de Fevereiro
de 1717 e em ambos os effeitos por
m. Requererem assim e eu enten-
der que elle não podia negar. E
será conveniente que ordenando
me V. Mage. que esta pastagem
se arremate nella Fazenda de
al, seia subito mandarme de-
clarar que procedim. Eide ter me
caro que não seja lançado a
dita pastagem. A qual pessoa de
V. Mage. guarde Deus muitos an-
nos. Villa de Santo, 12 de Mayo
de 1719 annos.

M. Simão da Fonseca de Gouveia

(72) 12-05-1719

||1r.|| Senhor

Os Padres da *Companhia* do Collegio de
Sam Paulo tiveraõ Sentença Contra
si na cauza Sobre oposto do Cuba
tam, daqual Sentença appelaraõ
para ojuizo da Coroa da Caza da
suplicaçaõ para donde lhe recebi
aSua appellaçaõ na forma daor=
dem de *Vossa Magestade* de 10 de Fevereiro
de 1717 e em ambos os effeitos por
mo requererem asim e eu enten=
der quelho não podia negar: E
será conveniente que ordenando
me *Vossa Magestade* que esta passagem
se arremate pella fazenda re
al, Seia Servido mandarme de
clarar queprocedimento heide ter no
cazo que não haia Lansador a
dita passagem. Á real pessoa de
Vossa Magestade guarde Deos muitos an=
nos. Villa desantos 12 de Mayo
de 1719 annos.

TimotheoCorreadeGoes

(74) 30-05-1719 ||1r.|| Treslado doAuto que mandou fazer oDoutor Mathias dasilua Juis defora nestavilla eprassadesantos eseutermo com alsada porSuaMagestade que Deos guarde por mim Antonio freire Agostim, escriuaõ das varas sobre hum asoiteiro

Anno doNassimento de nossosenhor Jesuschristo de mil esetesentos edezanoueannos aos trintadias domes de Mayo dodito anno nestavillaepressadesantos empou zadasdoDoutor Mathias dasilua Juis defora onde eu escriuaõ Sobredito eaodiantenomeado fuy por elle chamedo esendo ahypellodito Doutor Juis defora foy ditoamim escriuaõ que depuzesse com todaclareza edistinsão como edequese tinha acontecido oser eu asoitado dentro doconuento de Santo Antonio desta ditavilla oque eu promety fazer nauerdade efoy ocazo naforma seguintequesendo avinteeseite dodito mes deMayo dodito anno ãdando eu escriuaõ Rondando avilla denoite topey foradehoras ahumpreto criollo pornome Bertholameu que se dis Ser escrauo doPadre Frey Joseph deSanta Brizida Guardiaõ dodito conuento deSanto Antonio destavilla ere prendendo eu aodito criollo que Serecolhesse respondeume queserecolheria quando quizesse eavista desta reposta dey nodito criollo humas vergastadas eodito criollo leuan tou damaõ comhumprato que Leuaua eaodespois Seaba xou ao cham apegar emhumapedra pera meatirar elogonoo outro dia Domingo doEspirito Santo indo euamissa aodito conuento comoDitoDoutor Juis defora estando elledentro daIgreja as oito horas damenhan dodito dia do espirito Santo mechamaraõ ao alpendor dodito conuentodous religiosos por nomes Frey Pedro eFrey Bertholameuepegandome em mim me recolheraõ paradentro dapor taria quelogosefechou aonde estavaõ Seis religiosos epuchandomepellos cabellos meleuaraõaocapitulo os ditos dous religiosos com os outros seis emcuja companhia foratambemodito guardiaõ frey Joseph de Santa Brizida eoPadre Frey Antonio cubas o definidor esendo eu Lêuado aocapitulo metiraraõ acazaqua evestia depois demehauerem tirado aespada logo naportaria efizerame ajuelharmeaforssa edizendo euaoditoPadreguardiaõ

[illegible]

Termos de Offensiva

Hoste e n d a e r u n d i n g d o m e d e d e l l a y s d e m i l e s e d e s e m p
 e d e r a n o u e a m o s n e o s t a r i l a e g r a b r e f a n o r e l a r a n g
 m o n d a g d o d e n o r i t a t t a n g b a s i l u a i n p d e f o r a n e o a d i d a r i l l a
 e f e n d e r m o l o m a g l a d a p o p i a l l a g e s t a d e q u e d e o r g u a n t a d e
 p o r e l l e c o m i g o t a b a l i a d o d i a n d e n o m e a d o b r a d i n g u i
 n d y e p e g u n d a d a s a d e s e m u n d a p e l l o c o n t r e u d o n a o n
 a n g a n g u o n i s t o r a d e g a t y p e l l o t t h a i d e d e o t a d i d a r i l l a
 G o n c a l o t o r e a e f e u d o n o m e e b a l y a d r o m e a d i a n t e
 G e l e q u e m d e q u e d e s u d o l i r e o e t e r m o d e a f o n d a d a e c u
 e l d o b r a t a b a l i a d e p e l l e u x

Testimonia

[illegible]

[[Guardiãõ]] que menaõ fissesse algum dezacato respondeume
que overade fazer epreguntandome porque dera no dito
seunegro digo noditoseu escrauo lhe respondy quepor achalo
foradehoras denoite avistadoque omesmo PadreGuar
diãõ mequeria desiplinar nas costas oque fes por seuman
dado humleigo dandome com as deseplinas nas costas por
tres vezes com forssa nascostas deque meficaraõ vergoins
naqual occasiãõ mechamaraõ demamaluco ebastrado
oditoPadreGuardiãõ eodito PadreFrey Antonio cubas
esehera pormandado dealguem que lheviesse contar
quetambem nessealguem ouerade fazer omesmo
ecomisto melargaraõ oquepassa naverdade eojuro
pello juramento de meu officio foram testemunhas
destefacto ManoeldesouzaGazio eFrancisco chauier
Pissarro eoutros mays [[tos]] moradores destavilla oqual
Auto eomais quedelleconsta eoque tenho deposto docazo
mandou elle ditoDoutor Juis defora fazer eem queasi
gnou comigo Antonio Freire Agostim escriuaõ da
varadoAlcaide queoescreuy // Mathias dasilua | Antonio Freire Agostim

Termo de Asentada

Aos trintaehumdias domesdeMayo de mil esetesentos
edezanoueannos nestavillaepressadesantos ecazasdas
moradasdoDoutor Mathias dasilua Juis deforanestadita villa
eseutermo comalsadaporsuaMagestadequeDeos guardeahy
porelle comigo tabaliaõ aodiantenomeado foraõJnqui
ridas epreguntadas astestemunhas pello contheudo no auto
atras as quoaís foraõ chegadas pellooAlcaide desta ditavilla
Goncalo Correa eseusditosnomes eJdades Saõ os que aodiante
seseguem dequeedetudo fis este termo deasentada eeu
Pedro Pinto tabaliaõ oescreuy *etcaetera*

Testemunha

Francisco Cardozo Madureiramorador nestavilla
epressadesantos enella mercador delogiaaberta
deJdadequedissesser desincoenta edousannos pouco
mais oudenos testemunhahuradaaos Santos evan
gelhos aquem oDoutor Juis deforadeuojuramento em
quepos Suamaõ direitaedeabaixo delleprometeu dizer
[[prometeudizer]]verdade doquesobesseefossepreguntado
edocostume dissenada

Epreguntado pellocontheudo noautoatrasdisse

Na lição semidiplomática a lição deste fólio está entre as linhas 3926 a 3962.

CAPÍTULO IV
Edição Modernizada

(01) 16-03-1701

Senhor

Diz o Marquês de Cascais, donatário das terras de São Paulo e São Vicente do Estado do Brasil, que é necessário mandar um libelo ao procurador da fazenda da repartição do Conselho Ultramarino, pela dízima dos quintos do ouro que tem saído das ditas suas terras, desde o tempo em que Vossa Majestade foi servido confirmar que lhe pertencem, em virtude da sua doação e foral.

Pede a Vossa Majestade que faça a mercê de conceder alvará para ser o dito procurador da fazenda da repartição do Conselho Ultramarino citado para a dita causa.

Espera receber mercê

Haja vista o procurador da fazenda.

Lisboa, 16 de março de 1701.

A questão que intenta mover o senhor Marquês de Cascais pertence ao juízo da Coroa na forma da Ordenação, livro 1, título 9, e assim sobre dízimas, posto que delas tenhamos feito mercê a algumas pessoas e não me toca a sua defesa, como em outra petição já tenho dito.

Não há o que deferir, vista a forma da lei.

Lisboa, 20 de junho de 1701.

(02) 19-04-1702

*Regimento do superintendente guarda-mor
e mais oficiais das minas do ouro de São Paulo*

Eu, El Rei, faço saber aos que este meu regimento virem que, por quanto para a boa direção e governo da gente que trabalha nas minas que há nos sertões do Brasil, a que mando assistir os ministros deputados; sendo para eles necessário que tenham Regimento lhes mandei dar um na forma seguinte:

1. O superintendente procurará saber com todo o cuidado se há discórdias entre os ministros ou outras pessoas que assistem nas ditas minas, de que resultem perturbações entre aquelas gentes, e porá toda a diligência em resolvê-las e, caso lhe pareça necessário, mandar prender alguma ou

algumas das pessoas que forem mentores de semelhantes desordens o fará, e não as soltará sem primeiro fazerem termo de não se entenderem um com outro e, tendo alguém cometido culpa pela mereça maior castigo, como for direito.

2. Chegando às Minas, deve o dito superintendente examinar logo os ribeiros que estão descobertos, a riqueza deles, e se a pinta é geral, e depois de ter feito este exame, saberá se estão muito distantes uns dos outros e, no caso em que as distâncias sejam de sorte que a guarda-mor não possa as repartir, assistindo a todas as repartições, nomeará guardas-menores para haverem de ir fazê-las naquela parte que lhe for ordenado, guardando as ordens que para isso lhes forem dadas.

3. E havendo alguma dúvida entre os ministros sobre a medição das datas, entendendo pertencer-lhe maior testa, querendo entrar pelas datas dos vizinhos, recorrerão ao superintendente ou guarda-mor, a quem estiver mais perto, que lhe mande novamente medir as datas que lhe foram dadas para que cada um fique com a que lhe toca; e eles lha mandarão medir, no caso em que seja necessário, por não estar a primeira medição feita com clareza.

4. E porque muitas vezes tem sucedido esbulhar algum poderoso a um pobre, ou miserável, em parte da sua data, por achá-la com pinta rica, por convir muito conservar a cada um o que lhe pertence, quando isto suceda, recorrerá o esbulhado ao superintendente para que, ouvidas as partes, e inteirado de viva voz do esbulho que se lhe fez, o fará restituir; e quando não possa em presença das partes logo averiguar aquela questão, ele admitirá o esbulho a justificar o tal esbulho, e justificado o fará restituir à sua data, e tendo já lavrado algumas braças de terra do esbulhado, lhe fará restituir toda a perda e dano que nisso lhe tiver dado, que se liquidará pelo rendimento das braças da mesma data, dando-se ao esbulhado pelas braças que lhe tocarem outro tanto, como importarem outras tantas braças que lavar da mesma data; com pena de esbulho se lhe fará satisfazer isso que se liquidar em dobro.

5. O superintendente, assim que tomar conhecimento dos ribeiros, ordenará ao guarda-mor que faça medir o comprimento deles para saber as

braças que têm efeito; saberá as pessoas que estão presentes, e os negros que cada um tem, tomando informações disso, e ordenará ao guarda-mor faça a repartição das datas, dando em primeiro lugar data à pessoa que descobriu o ribeiro, a qual lhe há de dar na parte que ele apontar, e logo repartirá outra data para a minha Fazenda no mais bem parado do dito ribeiro, e ao descobridor dará logo outra data, como lavrador, em outra qualquer parte donde ele apontar, por convir que os descobridores sejam em tudo favorecidos e esta mercê os anime a fazerem muitos descobrimentos. E no caso em que um descobridor descubra quatro ribeiros, no último se lhe darão duas datas, duas como descobridor e duas como lavrador, com declaração, porém, de que as duas que de novo lhe concederem, serão tiradas por sorte, como neste capítulo vai determinado se dêem aos lavradores, e as demais datas o guarda-mor repartirá regulando-se pelos escravos que cada um tiver e, chegando a doze escravos, ou daí para cima, fará repartição de uma data de trinta braças, conforme o estilo e àquelas pessoas que não chegarem a ter doze escravos, serão repartidas duas braças e meia por escravo para que igualmente fiquem todos logrando da mercê que lhes faço, e para que não haja queixa, nem dos pobres, nem dos ricos por dizerem que na repartição houve dolo, repartindo-se melhor sítio a uns que a outros, por amizade ou respeito. O guarda-mor mandará fazer tantos escritos, quantas forem as pessoas com quem se houver de repartir, e com o nome de cada um os deitará a um vaso embaralhados; mandará tirar cada um dos escritos, por um menino de menor idade, que se achar; ao primeiro que sair lhe assinará sua data logo na que se seguir à que, na forma deste capítulo, se tiver dado ao descobridor, como lavrador, e pela mesma ordem se irá seguindo às demais que forem saindo. Nas datas de cada um, as pessoas porão marcos para que não possa vir em dúvida da parte que lhe foi assinada, e também se porão marcos na que tocar à minha Fazenda.

6. E porque muitas vezes sucede levarem os descobridores em sua companhia pessoas que os ajudam a descobrir os ribeiros, e por haver muita gente com quem repartir as datas, ficam de fora as pessoas que as ajudaram a descobrir, e por respeitos se reportem a outros, ordeno que as pessoas que acompanharem ao dito descobridor entrem na repartição do tal

ribeiro com as datas que lhe tocar. (Revogado).

7. E porque é muito prejudicial repartirem-se aos poderosos em cada ribeiro que se descobre sua data, ficando por esta causa muitos pobres sem ela, e sucede ordinariamente por não poderem lavrar tantas datas venderem-nas aos pobres, ou estarem muito tempo por lavrar, o que não é somente em prejuízo dos meus vassalos, mas também dos meus quintos, pois podendo tirar, logo se afastam sem lavrarem as ditas datas, havendo ficado muitos de meus vassalos sem elas; por evitar essa injustiça, se não dará segunda data a pessoa alguma sem terem lavrado a primeira; estando, porém, todos os mineiros acomodados, havendo mais terra para repartir e não se atender aos que tiverem mais negros, porque sendo mais dos doze pertencentes à primeira data, será feita com ele a repartição na forma do capítulo 5.º deste regimento, dando-se duas braças e meia a cada negro, e constando também ao guarda-mor que cada um dos mineiros tem lavrado a sua data, aquele que a tiver lavrado, havendo terra para repartir, a repartirá novamente com ele na forma como fica dito.

8. E no caso em que algum dos mineiros não principie a lavrar, dentro de quarenta dias, as datas que lhe forem dadas, o superintendente ordenará ao guarda-mor que, com o escrivão das minas, veja as ditas datas e, achando-as intactas, fará termo de como estavam intactas, o qual termo assinará o guarda-mor, com as testemunhas que se acharem presentes, que sempre serão ao menos duas, e ouvida a parte por contestação somente as julgará por perdidas para a minha Fazenda, e havendo denunciante se lhe dará a terça parte, e as partes que ficarem para a minha Fazenda, se desfrutarão na forma das que lhe forem repartidas; advertindo, porém, que poderá muitas vezes suceder pararem com a lavra das minas, ou não as principiarem a lavrar por estarem muito distantes, em tal caso lhe não tirarão as ditas datas por devolutas, e o mesmo se entenderá se deixar de lavrar por inverno da falta dos mantimentos, ou saúde.

9. E porque, pelo regimento da minha Fazenda, é proibido se interessem nela os ministros, e oficiais dela, como também os da justiça, pelos prejuízos que disso se seguirão, ordeno que nenhum dos ministros ou oficiais deputados para a administração das ditas minas, ou outro de

qualquer proeminência que seja, possa, por si ou por interposta pessoa, haver data nas ditas minas, nem ter nelas outro interesse mais que o salário ordenado neste regimento e o que o contrário fizer perderá o posto, lugar ou ofício que tiver, e será condenado no que importar o rendimento da data o interesse que tiver em tresdobro para a minha Fazenda, e havendo denunciante se lhes dará a terça parte, e o superintendente, ou guarda-mor que tal data der, ou repartir, perderá o ofício, e pagará o rendimento em dobro aplicado na forma acima dita, e havendo interposta pessoa terá a mesma pena imposta ao guarda-mor, o qual não sabendo da interposição e conluio, será dele relevado e fazendo algum dos ditos ministros, ou oficiais da praça com o mineiro a quem for repartida data, haverá um e outro as penas contidas na Ordenação, Livro 5.º título 71 parágrafo 6, e se tiverem praçaria pagando cada um dos praceiros todo o rendimento da data com perda do porto, lugar ou ofício que tiverem. (Revogado).

10. E porque é justo que o superintendente, guarda-mor e seus oficiais tenham comodamente de que vivam, segundo a qualidade do lugar, e trabalho de suas ocupações, terá o superintendente, de ordenado em cada ano, três mil e quinhentos cruzados, o guarda-mor, dois mil cruzados, o meirinho, e o escrivão da superintendência, quinhentos cruzados cada um, e sendo necessário, em alguma ocasião, fazer-se algum guarda menor, se lhe dará de ordenado mil cruzados cada ano e, no caso que este seja feito por tempo limitado, vencerá o ordenado proporcionalmente ao tempo que servir a respeito dos ditos mil cruzados, e porque estes ordenados os devem pagar os mineiros, pois a respeito da sua conservação e utilidade fui servido criar estes ofícios, cada uma das pessoas a quem se repartir datas dará para os salários dos ditos oficiais a décima parte do preço pelo qual se arrematar a data que pertencia à minha Fazenda, porque sendo a data em menor quantidade, a conta se fará a respeito das braças, para que assim fiquem todos contribuindo igualmente. (Revogado).

11. Sou informado de que algumas pessoas vendem as datas que lhes foram repartidas, a fim de as ter em melhor ribeiro, o que é contra a igualdade com que as mando repartir para todos os meus vassalos. Mando que nenhuma pessoa possa vender nem comprar semelhantes datas, mas

que todos desfrutem as que lhe forem repartidas como acima fica ordenado, e fazendo o contrário, o comprador seja condenado no rendimento que tiver da dita data, e o vendedor, em outro tanto, tudo aplicado na forma acima dita no capítulo 9.º, porém, no caso em que for repartida alguma data, a quem a não possa desfrutar por lhe falecerem, ou faltarem os escravos que tinha; nesse caso a poderá vender, fazendo antes carta ao superintendente com a causa que tem para fazer a dita venda, o qual lhe concederá licença para o poder fazer, porém, não lhe dará nova data, nem o guarda-mor lhe repartirá sem lhe constar ter novos escravos com que a desfrute.

12. E sucedendo fazerem-se alguns descobrimentos em partes muito remotas das em que assistir o superintendente ou o guarda-mor, o descobridor o fará logo saber ao superintendente para que mande o guarda-mor fazer repartição das datas na forma que lhe é ordenada, e não podendo o guarda-mor ir fazer à dita repartição, nomeará o superintendente um guarda-mor que a vá fazer e, nunca em nenhum caso, poderão os descobridores fazer a repartição em outra forma, e não dando os descobridores a dita parte ao superintendente, ocultando o tal descobrimento, não se lhe dará data alguma, antes as que se lhe haviam de dar, se darão a pessoa que dela tratar, o tal descobrimento que se tinha ocultado.

13. O guarda-mor terá um livro rubricado pelo superintendente, em que fará assento de cada um dos ribeiros que se descobrirem com título à parte do dia, mês e ano em que se descobriu, do dia em que se repartiram as datas, fazendo-se declaração das pessoas a quem se repartiram braças da terra que se deram a cada um, confrontações e marcos que se lhe puseram e de tudo fará fazer termo em que assinará o guarda-mor e cada um dos mineiros a que se repartir a data.

14. E porque muitas pessoas da Bahia, ou daquele distrito trazem, ou mandam gados para se venderem nas minas, de que se pode seguir os descaminhos de meus quintos, porque com o que se vende é o troco de ouro em pó, toda aquela quantia se há de desencaminhar, e porque esta matéria é de tão danosas consequências, é preciso que neste particular haja toda cautela, pelo que ordeno ao superintendente e guarda-mor ou menor, ou outro qualquer oficial que, tendo notícia de que tem chegado algum

gado às minas, faça logo notificar a pessoa, ou pessoas que o trouxeram para que venham dar entrada das cabeças de gado que trazem e, ocultando algumas, pagarão o seu valor anoveado, e serão presos e castigados com as penas impostas aos que desencaminham minha Fazenda, o que tudo se lhe declara quando os notificarem para darem entrada; e o superintendente saberá o preço por que vendem o dito gado para, conforme a isso, se cobrarem quintos de ouro que se lhe dê em pagamento, não se fazendo este em ouro já quintado, e esta cobrança fará o superintendente com o seu escrivão que fará termo em um livro que para isso terá rubricado pelo dito superintendente, em que se fará declaração dos quintos que se cobram, de que pessoa, donde é natural, o qual termo assinará o dito superintendente com a pessoa que pagar os ditos quintos e se lhe lerá antes que o assine, e não permitirá o dito superintendente que para aquelas partes se introduzam negro, porque se deve praticar inviolavelmente a proibição e taxa que tenho ordenado para que, só pelo Rio de Janeiro, possam entrar os tais negros na forma que tenho mandado.

15. E no caso em que os ditos vendedores de gado digam que querem vir pagar os quintos aos oficiais de São Paulo ou Taubaté, em tal caso, os deixarão vir, tomando-lhe antes fiança de como hão pagar os ditos quintos nos ditos officios, ou a qual fiança se lhe somará segura e abonada naquela quantia que importarem os quintos que deve pagar, e o fiador não será desobrigado dela, sem mostrar como a pessoa fiada tem pago os ditos quintos, e não dando a dita fiança, quintará, como fica ordenado no capítulo precedente.

16. Pode também succeder que algumas pessoas que assistem naquelas partes das minas, por seu negócio particular, queiram ir buscar gado aos currais do distrito da Bahia, levando ouro em pó para o comprarem e registrarão e pagarão os quintos que deverem; se lhe darão as arrecadações necessárias, e achando-se sem elas, todo o ouro que levarem será confiscado para a minha Fazenda, e da arrecadação dos ditos quintos e do ouro que levam se fará termo e dele se lhe dará a guia em que se declare a quantidade do ouro que leva, e de como fica quintado.

17. Nenhuma pessoa do distrito da Bahia poderá levar às minas,

pelo caminho do sertão, outras fazendas ou gênero que não sejam gado, e querendo trazer outras fazendas as naveguem pela Barra do Rio de Janeiro, e as poderão conduzir por Taubaté, ou São Paulo, como fazem os mais, para que se evite o levarem ouro em pó, e eles ficam fazendo o seu negócio, como fazem os mais vassalos. O superintendente e o guarda-mor terão muito cuidado em lançar fora das minas todas as pessoas que nelas não forem necessárias; pois estas só servem para desencaminhar os quintos e gastar os mantimentos dos que lá deles precisam, como também não consentirá nelas outras pessoas que viessem do distrito da Bahia pelo sertão com outras fazendas que não for gado.

18. Descobrimdo-se ribeiros, sucede pedirem os descobridores dias para o exame deles, o que procuram com dolo a fim de os minerar e escalar e, depois de terem tirado o precioso, dão conta ao superintendente, ou guarda-mor, com o que a minha Fazenda e os meus vassalos ficam prejudicados. Por evitar este descaminho, o superintendente lhe concederá só oito dias para exame e, caso exceda o tempo concedido, perderá as datas que devia ter naquele ribeiro como descobridor e como lavrador; porém, se o ribeiro for muito dilatado, e as catas muito fundas parecendo ao superintendente que não se poderá fazer o exame em tão poucos dias, ficará à sua escolha conceder-lhe os que lhe parecerem convenientes.

19. Como sucede que os ribeiros são tão ricos, que a sua riqueza entra muitas braças pela terra dentro, havendo pessoas que tenham ficado sem data, pedindo-a nas sobrequadras, se lhe repartirá na mesma forma que tenho disposto no capítulo 5.º. No caso, porém, em que todos estejam acomodados com datas; e acabando de lavar a data que lhe tomou por ter notícia de que alguma data das repartidas a outras pessoas é de pinta rica, e por isso pedir se lhe dê a sobrequadra dela, em tal caso, se lhe não dará, porque ela pertence ao que lavrou ou está lavrando a tal data, cuja sobrequadra se pede.

20. Descobrimdo-se algum ribeiro em que, por razão da muita gente que há com quem se repartir as datas, não possam estas ter naquele tamanho em que se tem mandado repartir; em tal caso o superintendente ordenará ao guarda-mor que faça a repartição conforme os negros que cada

um tiver, e ele a fará com tal igualdade, que fiquem todos satisfeitos, ou sejam pobres, ou poderosos, ainda que para isso seja necessário fazer a medição por palmos, mas sempre a repartição se fará em qualquer forma que seja, disposta por sorte, neste regimento.

21. O superintendente terá muito cuidado de examinar se nas minas assistem ourives, ou algum outro oficial que faça fundição de ouro ou exercite o ofício de ourives e, sabendo os que andam nas ditas minas, lhes fará tomar todo o ouro que tiverem, e será aplicado à minha Fazenda, e o mesmo fará achando-se ouro em seu poder, ainda que seja de partes, e os fará expulsar das ditas minas para que não tornem mais aos lugares em que se fabricarem as minas, e o mesmo se observará com os moradores que têm ourives escravos seus nas ditas minas.

22. E porquanto se deve ter nas datas que pertencem à minha Fazenda toda a boa arrecadação, e a experiência tem mostrado os vários descaminhos que têm havido neste particular, a que é preciso acudir com remédio, mando ao superintendente que ponha na praça as datas que pertencerem à minha Fazenda para se arrematarem a quem mais der, e andarão em pregão nove dias, e o escrivão tomará os lances que cada um lhes der e ao mesmo tempo mandará por todas as partes circunvizinhas por donde se minerar pôr também as ditas datas em pregão, para que venha a notícia a todos que puderem dar lances nelas e procurará que todos possam livremente dar lances nas ditas datas, sem respeito algum aos poderosos, que fará castigar como merecerem, no caso em que, por algum modo, impeçam aos lançadores que quiserem lançar nas ditas datas, fazendo sobre isso os autos que lhe parecerem necessários, e no caso que não haja lançadores que lancem preço equivalente nas ditas datas, o superintendente as mandará lavrar por conta de minha Fazenda para o que puxará pelos índios que lhe forem necessários, e lhes pagará pela minha Fazenda, e o mesmo que os particulares costumam pagar-lhes quando os servem, e nomeará pessoa que assista à dita lavoura, que tenha boa inteligência e bom procedimento, e lhe nomeará um escrivão, pessoa fiel e desembaraçada, a quem dará um livro numerado e rubricado em que lançará por dia todo o ouro que se tirar, e quantos índios no mesmo dia bateram de que fará termo, e assinará com

a pessoa que assistir à dita Lavoura.

23. Tem sucedido haver algumas dúvidas entre os descobridores que descobrem o rio principal, e outros que descobrem alguns riachos, que vêm dar no primeiro que se descobriu; em tal caso, sendo os riachos pequenos, pertencem esses descobrimentos ao primeiro descobridor que descobriu o rio principal; porém, se os tais riachos forem grandes, posto que venham dar no rio principal já descoberto, então esses pertencerão à pessoa que os descobrir, como data que se costuma dar aos descobridores dos ditos rios.

24. E porque me tem vindo a notícia de que, nos ribeiros, que se repartem acham-se algumas enseadas e pontas que se repartiram, até agora pelas voltas que faz o dito ribeiro, o que é prejudicialíssimo, ordeno ao dito guarda-mor que a repartição que fizer dos ditos ribeiros a faça pela terra firme, e não pelas voltas dos rios, lançando uma linha reta para fazer a tal repartição; e na terra que ficar fora da quadra para a parte do rio, por causa da volta que faz, se praticará o mesmo que fica dito nas sobrequadras que ficam para o sertão das datas.

25. Para evitar os descaminhos que pode haver na minha Fazenda, assim nos quintos como em tudo o mais que me pertencer do tocante às minas, o superintendente tomará as denúncias que se lhe derem, não só em publico, mas também tomará as que se lhe derem em segredo e em umas e outras guardará as disposições de direito, e o que se contém neste regimento, como também o que é dado à alfândega desta cidade em semelhantes denúncias, e as mesmas denúncias poderão tomar os ouvidores da Câmara de São Paulo, Rio de Janeiro, no caso em que as partes, por lhe ficar mais cômodo, as queiram dar perante eles, o superintendente lhes dará os aviamentos, pelo que os ditos ouvidores lhe remeterão os traslados dos autos.

26. E o superintendente nomeará nas ditas minas uma pessoa das mais principais, e abonadas que nelas assistirem para ser tesoureiro dos quintos, e mais dinheiro em cousas que nas ditas minas se houverem de cobrar para a minha Fazenda, para o que haverá um livro de receita e despesa rubricado pelo dito superintendente em que se assentarão, pelo escrivão da superintendência, todas as receitas e despesas que se fizerem,

e o mesmo terá também tesoureiro, do que se há de cobrar para o salário dos ministros, e o dito tesoureiro terá de ordenado três mil cruzados, que lhe será pago na mesma forma, e pelo mesmo rendimento que se mandam pagar aos mais ministros e oficiais que assistem nas ditas minas e, sendo o caso em que as dízimas das datas não cheguem aos salários dos ministros e oficiais referidos, se lhes prestarão pela minha Fazenda, e pelos quintos que me pertencam.

27. Do livro que há de ter o guarda-mor para a repartição das datas para ter cuidado de fazer cobrar tudo o que importar, assim a data que for repartida para a minha Fazenda, pelo preço em que foi arrematada, como a dízima das mais datas, passará para um livro, que terá o tesoureiro geral das minas, por receita, para lembrança, todas as datas e repartições que se fizerem com toda a clareza e na forma que no livro do guarda-mor se acharem escritas, e nas contas que der o dito tesoureiro, se fará conferência de ambos os livros para melhor justificação das ditas contas.

28. E porque o dito tesoureiro não poderá assistir em todos os ribeiros, nomeará dois ou três, se parecerem precisos para melhor expediente das cobranças, boa arrecadação da minha Fazenda e alívio das partes, e a cada um se darão quinhentos cruzados pela forma acima dita.

29. E para a boa arrecadação dos quintos que pertencem à minha Fazenda, todo o ouro que sair das ditas minas sairá com registro, para o que o superintendente terá um livro por ele rubricado e numerado em que, pelo seu escrivão, se faça termo com declaração da pessoa que registra o ouro dos marcos ou oitavas, que registra da oficina dos quintos, para onde o leva a quintar, do dia, mês e ano em que faça o dito registro, o qual termo assinará o dito superintendente com toda pessoa que registrar o ouro, e do dito termo lhe mandará o dito superintendente dar uma guia, por ele assinada, dirigida para a oficina dos quintos que tiver declarado no dito termo, no qual irá declarado o peso do ouro que leva, de que há de pagar os quintos. As pessoas que não registrarem o dito ouro que levarem das minas, sendo achados sem o quintar, ou registrar, antes ou depois de chegar às casas dos quintos, o perderão para a minha Fazenda, e haverá, além disso, as mais penas em que incorrem os que desencaminham meus direitos.

Sucedendo, porém, que algumas pessoas tenham levado ouro das minas sem guia, nem registro, não lhes tendo sido achados, o poderão manifestar em qualquer dos quintos que tenho ordenado para as ditas minas.

30. E porque a experiência tem mostrado que o governador do Rio de Janeiro, com a assistência das minas, necessariamente falta ao que deve fazer na cidade de São Sebastião, da qual se não deve apartar, sem ocasião que importe mais a meu serviço, ordeno-lhe que não possa ir às ditas minas, sem especial ordem minha, assim ele como os mais que lhe sucederem, salvo por um acidente tal que não possa esperar, e que se lhe daria em culpa, se a ela com prontidão não acudisse.

31. O superintendente terá toda a jurisdição ordinária cível e do crime, dentro dos limites destas minas, que pelas minhas leis e regimentos é dado aos juizes de fora e ouvidores gerais das comarcas do Brasil, naquilo em que lhe puder acomodar, e na mesma alçada que aos ditos ouvidores é outorgada e, não quando não haja nos pleitos de minha Fazenda, havendo respeito à distância das minas, a terá nelas até cem mil réis, e nos que arrecadarem, a sua alçada dará apelação e agravo para a Relação da Bahia nos casos em que couberem.

32. E porque o superintendente das minas, com a experiência da assistência delas, poderá achar que neste regimento faltam algumas cousas que sejam convenientes à boa arrecadação de minha Fazenda e administração dela, dará conta do que lhe parecer conveniente e se deve acrescentar ao regimento, certo também a dará, se achar que alguns capítulos dele podem ser inconvenientes e quando, totalmente a execução deles seja prejudicial ao fim que se pretenda, me dará conta correspondendo à mesma execução.

Este regimento hei por bem e mando se cumpra e guarde inteiramente como nele se contém, sem dúvida, nem embargo algum a quem que o ache, posto que o seu efeito haja de durar mais de um ano e de não passar pela chancelaria, sem embargo da Ordenação do Livro 6 Números 39, e dito em contrário. Manoel Gomes da Sylva o fez em Lisboa, a dezenove de abril de mil setecentos e dois e o Secretário André Lopes de Lavre o fez escrever. Rey.

(03) 09-06-1702

Senhor

Haja vista o procurador da Coroa junta ao Conselho.

Lisboa, 12 de fevereiro de 1703.

Tudo o que refere o ouvidor geral nesta sua carta já se fez presente a Sua Majestade na consulta do Conselho. Sem embargo disso, se decidiu que sem declaração alguma se observasse o indulto e assim não há porque torne esta matéria a subir à real presença de Sua Majestade.

A Vossa Majestade, dei conta de que era conveniente para melhor administração da justiça, que Vossa Majestade me concedesse provisão para tirar devassa de todos os casos sucedidos na minha jurisdição, que pela lei fossem de devassa, e que provados tivessem pena de morte. A Vossa Majestade foi servido me deferir, em sete de junho de setecentos e um, que guardasse o disposto na ordenação, sem alteração do indulto que Vossa Majestade concedeu aos moradores destas capitânias. E porque as devassas que pedi a Vossa Majestade que mandasse tirar são dos crimes que sucedessem depois da minha posse, nos quais já não há lugar para o indulto, pois Vossa Majestade só o permitiu para os delitos cometidos até o tempo da minha posse e a Ordenação manda somente aos juizes de fora ou ordinários tirar semelhantes devassas e as mais da lei, não devassando os corregedores além dos casos conhecidos na devassa de correição, ou por especial ordem de Vossa Majestade, me pareceu repetir a Vossa Majestade que nos juizes ordinários destas capitânias prevalecem os dois afetos, amor e ódio: tiram as devassas, que lhes parece muito mal instruídas, sem constar de corpo de delito e cúmplices das testemunhas; não inquirem a razão de seus ditos, procedendo tão desordenadamente que, aos crimes públicos sentenciados, não se pode dar o castigo que merecem, pelo incurial das devassas e por não saberem formar a culpa. E quiçá por esta razão, Vossa Majestade, com o reino em semelhantes casos, mande tirar por sua especial ordem segunda devassa pelos corregedores e provedores das comarcas, sem embargo de se haver tirado a primeira devassa da lei pelos juizes ordinários, porque parece que não é conveniente assim à boa administração

da justiça como aos réus, que estes sejam sentenciados e punidos em casos graves por devassas tiradas por um juiz de capa e espada. Vossa Majestade ordenará o que mais convier a seu real serviço. São Paulo, 9 de junho de 1702.

O ouvidor geral da vila de São Paulo e capitanias do sul.

Antônio Luis Silva

(04) 19-08-1702

Senhor

Porquanto convém remeter-se a Sua Majestade na próxima fêria a relação do que se tem despendido com o terço dos paulistas, de que o mestre de campo, Manuel Álvares de Moraes Navarro, governador geral, vindo os papéis da despesa dos tesoureiros gerais, fará a dita relação por duas vias. Bahia, 8 de agosto de 1702.

Lamberto

Relação do dinheiro que se tem despendido com o terço dos paulistas de que é mestre de campo Manoel Álvares de Moraes Navarro.

Por mandado do governador e capitão geral que foi deste estado, Dom João de Magalhães, de 25 de agosto de 1698, pagou o tesoureiro Domingos Lima de Carvalho 700\$000 (setecentos mil réis) a Antonio Veloso Machado, capitão da fragata Santa Catarina de Sena e Três Reis Magos, que se lhe deviam de resto de 800\$000, porque foi fretado o dito navio na Capitania do Rio de Janeiro para trazer a esta cidade os oficiais e soldados do terço dos paulistas.

Por outro mandado do dito governador, de 5 de agosto de 1698, pagou o dito tesoureiro geral 400\$000 (quatrocentos mil réis) ao dito Capitão Antonio Velloso Machado, que se lhe deviam de frete de levar no dito navio os oficiais e soldados do dito terço do porto desta cidade ao da Capitania da Paraíba do Norte.

Por um conhecimento em forma de 9 de setembro de 1698, pagou o dito tesoureiro geral 785\$385 (setecentos e oitenta e cinco mil e trezentos e oitenta e cinco réis) a Manoel Iria Antunes, tesoureiro dos dízimos da chancelaria, pelo que havia recebido o almoxarife da Capitania do Rio de

Janeiro do tesoureiro das dízimas dela, por ordem do Doutor Sindicante Miguel de Siqueira Castelo Branco, para com eles refazer o gasto da matalotagem, e outros gastos para socorrer aos oficiais e soldados do dito terço, quantia da qual pagou o procurador da mesma capitania letra para se pagar ao tesoureiro das dízimas da chancelaria desta cidade

Por mandado do dito governador, de 8 de outubro de 1698, pagou o dito tesoureiro geral 475\$840 (quatrocentos e setenta e cinco mil oitocentos e quarenta réis) a Joseph Carvalho Pinto, que se lhe deviam da ferramenta que fez para levarem os paulistas para a conquista do gentio do sertão do Rio Grande.

Por outro mandado do dito governador, de 14 de outubro do dito ano, pagou ao dito tesoureiro geral 19\$184 (dezenove mil cento e oitenta e quatro réis) a Manoel Corrêa Gomes, que se lhe deviam de setenta e nove arrobas e vinte e oito libras de carne de vaca fresca, que se lhe comprou para matalotagem do dito terço.

Por outro mandado do dito governador, do dito dia, mês e ano, pagou o dito tesoureiro geral 27\$700 (vinte e sete mil e setecentos réis) a Domingos Martins, juiz do dito ofício de tanoeiro, que se lhe deviam do conserto da aguada que fez para levar o navio em que foi o dito terço dos paulistas para a conquista do gentio do sertão do Rio Grande.

Por outro mandado do dito governador, de 25 de outubro de 1698, pagou o dito tesoureiro geral 106\$000 (cento e seis mil réis) a Manoel Ferreira Raimundo e a seu procurador Soares Carvalho Vilas Boas pelo frete de 35 soldados, que se somam ao que importou o frete do dito terço da vila de Santos para a cidade de Rio de Janeiro para a conquista de gentio do sertão do Rio Grande.

Por outro mandado do dito governador, de 9 de novembro de 1698, pagou o dito tesoureiro 54\$000 (cinquenta e quatro mil réis) ao capitão Manoel Gonçalves de Faria que se lhe deviam do frete de levar o mestre de campo, Manoel Álvares de Moraes de Navarro com oito passou desta Bahia para a Vila de Santos quando foi manter o terço dos paulistas para a dita conquista.

Por outro mandado do dito governador, de 18 de novembro deste

ano, pagou o dito tesoureiro geral 66\$580 (sessenta e seis mil quinhentos e oitenta réis) a Pantaleão de Souza Porto, que se lhe deviam da botica, que forneceu a levar os medicamentos necessários que levaram os que serviam os paulistas que foram desta cidade para a dita conquista.

Por outro mandado do dito governador, de 6 de dezembro do dito ano, pagou o dito tesoureiro geral 210\$535 (duzentos e dez mil e trinta e cinco réis) a Manoel Corrêa Seixas que se lhe deviam de várias cousas para aparelho e fornecimento do terço dos paulistas.

Por outro mandado do dito governador, de 12 de janeiro de 1699, pagou o dito tesoureiro geral a Antonio Veloso Machado, capitão da fragata Santa Catarina de Sena e Três Reis Magos, 300\$000 (trezentos mil réis), em que se lhe arbitrou o serviço que fez com levar na dita fragata o dito terço dos paulistas ao Rio Grande em direitura, sendo que o fretamento que fez foi para o levar à Paraíba

Por outro mandado do dito governador, de 12 de janeiro do mesmo ano, pagou o dito tesoureiro geral ao dito Antonio Veloso Machado 20\$480 (vinte mil e quatrocentos e oitenta réis) que se lhe deviam do frete de vinte e nove pipas e doze barris pertencentes à Fazenda Real, que a dita fragata trouxe da Capitania do Rio Grande para esta Bahia, pertencentes a Fazenda Real.

Por outro mandado do dito governador, dos ditos 12 de janeiro do dito ano, pagou o dito tesoureiro geral 5\$850 (cinco mil e oitocentos e cinquenta réis) a Manoel Rodrigues Paiva despendido da dita fragata, e ao escrivão dela, pelo serviço que fizeram em trinta dias que referiram com as despesas dos mantimentos, que se lhes entregaram nesta Bahia para sustento do dito terço dos paulistas.

Por outro mandado do dito governador, dito março do dito ano, pagou o dito tesoureiro 5\$600 (cinco mil e seiscentos réis) a Julião da Costa Medeiros de tal, que se lhe deviam de 14 alqueires que se lhe compraram para a salga da carne do provimento dos soldados e oficiais do dito terço.

Por outro mandado do dito governador, de 30 de junho do dito ano pagou o dito tesoureiro geral 64\$000 (sessenta e quatro mil réis) a João Reis Branco, mestre da sumaca Nossa Senhora do Bom Sucesso, no que

importou o frete de 32 soldados do dito terço que da Vila de Santos levou na dita sumaca para a Ilha Grande.

Por outro mandado do dito governador, de 8 de agosto do dito ano, pagou o dito tesoureiro geral 150\$000 (cento o cinqüenta mil réis) a Antônio Soares, mestre da sumaca da Nossa Senhora da Encarnação e Almas, que se lhe deviam do frete de trazer na dita sumaca vários capitães e soldados do dito terço do Paraíba do Sul a esta cidade.

Por outro mandado do dito governador, de 10 de dezembro de 1699, mandou fazer despesa ao dito tesoureiro de 1:970\$184 (um conto novecentos setenta mil e cento e oitenta e quatro réis), por os haver despendido com os socorros que deram aos oficiais e soldados do dito terço.

Por outro mandado do dito governador, do dito dia, mês e ano, se mandou fazer despesa ao dito tesoureiro de 36\$210 (trinta e seis mil duzentos e dez réis), por os haver despendido em fretes e carretos de várias cousas que levaram os ditos paulistas.

De 15 conhecimentos com forma que tem o dito tesoureiro geral para sua despesa, consta que remeteu 6:000\$000 (seis contos de réis) ao almoxarife da Capitania de Pernambuco para socorrerem os oficiais e soldados do dito terço.

Por outro mandado do dito governador, de 3 de novembro do dito ano, pagou o dito tesoureiro geral, Francisco Mendes de Souza 68\$380 (sessenta e oito mil trezentos e oitenta réis) ao procurador-mor da Fazenda Real deste Estado, Francisco Lamberto, quantia que recebeu o almoxarife da Capitania de Pernambuco do escrivão da Fazenda Real, pertencentes às propinas que tocaram ao dito procurador-mor de uma daquelas capitanias, por se haverem despendido com o frete e comboio do dito que desta vila se remeteu para a capitania e de lá para o Rio Grande para socorro do terço dos paulistas.

Por mandado do dito governador, de 12 de abril de 1701, pagou o dito tesoureiro geral a João Reis Coelho 10\$450 (dez mil quatrocentos e cinqüenta réis) que importavam quatro tachos de cobre que dois capitães paulistas levaram para o Rio Grande.

Por outro mandado do dito governador, de 18 de novembro de

1698, se mandou fazer ao tesoureiro geral, Domingos Pires de Carvalho, de 120\$000 (cento e vinte mil réis) dos efeitos das matalotagens, por haver pago ao mestre de campo do dito terço, Manoel Álvares Navarro que se lhe deviam de seus soldos.

Por despacho do Conselho da Fazenda deste Estado, de 23 de setembro de 1701, remeteu o tesoureiro geral, João Pereira Guimarães, ao Almojarife de Pernambuco, Manoel Antunes Corrêa, 4:000\$000 (quatro contos de réis) para socorro do dito terço dos paulistas.

Por portaria do dito governador e capitão geral D. João de Alencastro, do primeiro de dezembro do dito ano, deu o dito tesoureiro geral 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) a Julião Pimentel de Moraes Castro, um dos capitães do dito terço para o gasto que havia de fazer com alferes, sargento e mais gente que foram em sua campanha para comboiarem os ditos quatro contos de réis que remeteu o dito tesoureiro geral pelo despacho do Conselho da Fazenda.

Importa o dinheiro que se tem despendido com o terço dos paulistas de que é Mestre de Campo Manoel Álvares de Moraes Navarro, 15:746\$308 (quinze contos setecentos quarenta e seis mil trezentos e oito réis). Bahia, 9 de agosto de 1702.

Antonio Lopez de Moraes

Por letra de dois de agosto deste presente ano de 1702, passada por Domingos Reis Corrêa, remeteu o tesoureiro geral, João Pereira Guimarães, ao almojarife da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco a ordem do provedor dela 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis) em dinheiro pertencentes ao seu recebimento tocante à consignação dos dízimos reais por conta de trinta e três mil cruzados, que no Conselho da Fazenda deste Estado se resolveu se remeta a peça para este socorro do terço dos paulistas, que assiste na Capitania do Rio Grande.

De um conhecimento passado em 18 de agosto deste presente ano de 1702, por Manoel Gonçalves de Aguiar, mestre da fragata dos Padres da Companhia de Jesus desta cidade, consta que recebeu do dito tesoureiro geral, João Pereira Guimarães, 12:000\$000 (doze contos de réis) em dinheiro para entregar à ordem do Provedor da Fazenda Real da dita

Capitania de Pernambuco, cuja quantia declarou o dito tesoureiro geral remetia por conta e risco da Fazenda Real, na forma da resolução do assento que se fez no dito Conselho da Fazenda, de 16 do dito mês de agosto, de resto dos ditos 36\$000 (trinta e seis mil cruzados) que se assentou no dito Conselho se remetessem para socorro do dito terço dos paulistas, de que é mestre de campo Manoel Álvares de Moraes Navarro.

E todo o dinheiro que se tem despendido com o dito terço dos paulistas importa em 28:946\$378 (vinte e oito contos novecentos quarenta seis mil trezentos e setenta e oito réis). Bahia, 19 de agosto de 1702.

Antonio Lopez
Moraes

(05) 24-02-1703

Senhor

Vi a ordem inclusa, e a nenhuma das pessoas que Vossa Majestade manda proibir para passarem às minas tenho dado licença e, sem ordem disso, vão todos os que querem, porque pode mais com eles a ambição para obrigá-los do que o pouco castigo que aqui têm para despersuadi-los, como já fiz presente a Vossa Majestade e só me parece se podia evitar, mandando Vossa Majestade pôr-lhe as penas que já fiz presente a Vossa Majestade, como também, se Vossa Majestade for servido mandar uma ordem ao superintendente das minas, para se repartirem pelos guardas-mores delas para que cada um no seu distrito examine as pessoas que nele entram e, não apresentando licença minha, os expulse confiscando-lhes os bens e, dessa sorte, não só se proibirá virem às minas as pessoas que Vossa Majestade aponta, mas também os soldados, marinheiros e artilheiros, assim desta praça como da frota em que se experimenta grande excesso nas suas fugidas, e grande falta no serviço de Vossa Majestade. Deus guarde à Real pessoa de Vossa Majestade muitos anos, como seus vassalos havemos mister.

Rio de Janeiro 24 de Fevereiro de 1703

(06) 7-05-1703

Carta em que se revoga o capítulo 6 do Regimento

O Desembargador José Carvalho Pinto etc., mandando ver em junta particular alguns meios que se me apontaram para a arrecadação dos quintos, sendo um deles não se assinar no regimento que mandei fazer para usardes dele na superintendência das minas de que vos tenho encarregado, e ao guarda-mor das datas, e aos sócios dos descobridores. Fui servido resolver que a tudo que se determina no capítulo 6.º do mesmo regimento se dê a cada um dos sócios dos descobridores cinco braças de repartição a sua escolha, depois da segunda data do descobridor entrarão depois na repartição que lhe tocar a cada um deles como mineiros e depois destas braças que se hão de dar a cada um dos sócios escolhereis um lado que também vos concedo, e outro ao guarda-mor que ele escolherá e porque assim o hei por bem, e que com estas declarações, segundo o capítulo 6.º do dito regimento. Escrito em Lisboa a 7 de Maio de 1703. Rei

(07) 7-05-1703

Carta em que Sua Majestade revoga os capítulos 9 e 10 do mesmo regimento

O Desembargador José Carvalho Pinto etc., fazendo-me presente pelo meu Conselho Ultramarino as dúvidas que se vos ofereceram em alguns capítulos do regimento que mandei fazer para dele usares na superintendência das minas do ouro de que vos tenho encarregado, e mandando ver em junta particular. Fui servido permitir, sem embargo de que está disposto nos capítulos nono e décimo do dito regimento, que alem do ordenado declarado nele possais minerar como as mais pessoas que assistem nas minas sem diferença alguma, e usar das mais conveniências que as minas dão de si, e a mesma permissão concedo ao guarda-mor e tesoureiro, e mais oficiais sem se lhe dar algum ordenado da Fazenda Real, como antes se dispunha no Regimento, com o que fica cessando o disposto nele sobre o que deviam contribuir os mineiros, cada um a respeito da sua data para o pagamento dos tais ordenados. De que vos aviso para que tenhais assim entendido, e nesta forma a façais praticar esta minha

resolução. Escrita em Lisboa, 7 de maio de 1703. Rei

(08) 7-05-1703

*Forma dos emolumentos do escrivão e meirinho das datas depois que Sua
Majestade revogou os capítulos 9 e 10*

Haverá o escrivão de uma carta de data duas oitavas, e o guarda-mor, oitava e meia, haverá mais o escrivão de posse que dá, e seu termo oito oitavas, e o meirinho de correr a corda meia oitava, e o caminho, conforme for se pagará a razão de quatro oitavas por dia a um e a outro, e haverá mais a sua preferência em cada ribeiro, e poderá minerar, para o que entrarão também com os mais nas partilhas e gozará também todos os prós e percalços da sua assistência, e o meirinho haverá meia data também a sua escolha.

(09) 7-05-1703

Carta em que se dispõe e declara o capítulo 12.

O Desembargador José Carvalho Pinto etc. por se reconhecer a impossibilidade de o guarda-mor poder assistir e acudir a parte tão distante como aquela em que ao mesmo tempo se trabalha nas minas, ao que pode ser necessária a sua assistência, me pareceu conceder-lhe que possa nomear guardas substitutos seus que assistam nas partes mais distantes, e também escrivães que sirvam com eles, os quais guardas, e seus escrivães poderão ter a mesma conveniência de minerar, e as mais que se concedem ao guarda-mor em lugar do ordenado que antes se lhes taxava no regimento, de que vos aviso para o terdes assim entendido, e ao guarda-mor mando declarar esta permissão que lhe concedo para que possa usar dela. Escrita em Lisboa a 7 de maio de 1703 / Rei

(10) 7-05-1703

Carta por que se dispõe o capítulo 22

O Desembargador José Carvalho Pinto etc. Fazendo-me presente pelo meu Conselho Ultramarino as dúvidas que se vos ofereceram em vários capítulos do regimento que mandei fazer para dele usardes na

superintendência das minas de ouro de que vos tenho encarregado, e mandando-os ver em junta particular por reconhecer como apontais a impossibilidade, e grande prejuízo que resultaria à Fazenda Real de se minerarem as datas por conta da mesma Fazenda, quando se não possam arrematar por lanço conveniente, como dispõe o capítulo 22 do dito regimento, pareceu-me ordenar-vos que, no caso suposto de não se achar pessoa que queira lançar nas ditas datas preço conveniente que as deis a quem as fabrique de meia, fazendo os gastos em minerar todos por sua conta, e do ouro que se tirar, metade para ele, e outra para a Fazenda Real, e para se minerar estas datas, na referida forma, as dareis às pessoas que forem de melhor conveniência e maior crédito, e de quem entenderdes podeis fiar correspondam pela sua parte com a fidelidade que se deve, e com esta declaração, mando se observe o dito capítulo 22 do regimento. Escrita em Lisboa, a 7 de maio de 1703. //Rei//

(11) 7-05-1703

Declaração dos capítulos do Regimento

- 1 Das discórdias entre os mineiros
- 2 Dos exames que se hão de fazer sobre os Ribeiros descobertos
- 3 Do esbulho
- 4 Do conhecimento que hão de chamar os superintendentes
- 5 Da repartição das datas
- 6 Das pessoas que levam os descobridores em sua companhia

(Revogado)

- 7 Das datas que se repartem às pessoas poderosas
- 8 Dos que não principiarem a lavar nos 40 dias
- 9 Da proibição dos ministros e oficiais de justiça
- 10 Sobre os salários do superintendente, guarda-mor, e mais oficiais

(Revogados)

- 11 Dos que vendem datas que lhes foram repartidas.
- 12 Dos descobrimentos que se fazem em partes remotas.
- 13 Sobre o livro que há de ter o guarda-mor rubricado
- 14 Dos que trazem gados da Bahia

- 15 Das dúvidas que podem ter os vendedores do gado
 - 16 Dos que têm negócio particular e forem à Bahia buscar gado
 - 17 Da proibição que há a respeito da condução da Fazenda pela Bahia
 - 18 Dos dias que pedem os descobridores dos ribeiros
 - 19 De como se hão de repartir as sobrequadras
 - 20 Sobre a repartição dos ribeiros quando há muita gente
 - 21 Da proibição dos ourives nas minas
 - 22 Dos ribeiros que pertencem à Real Fazenda
 - 23 Das dúvidas que há com quem descobre ribeiros
 - 24 Das enseadas que se acham nos ribeiros
 - 25 De se evitarem descaminhos da Real Fazenda
 - 26 Da nomeação de tesoureiro dos quintos
 - 27 Do livro que há de ter o guarda-mor em mão do seu escrivão
 - 28 Da nomeação que há de fazer o tesoureiro de dois oficiais
 - 29 Da proibição de o governador vir às minas
 - 30 Da jurisdição do superintendente
 - 31 Da conta que há de ter o superintendente para se fazer o que for mais útil à Real Fazenda
 - 32 Do cumprimento que se há de dar a este regimento
- Manoel Caetano Lopes deLivre

(12) 20-09-1703

Carta sobre se fazer casa nova da moeda

Dom Álvaro da Silveira e Albuquerque, eu, El Rei, vos envio muito saudar. Havendo visto a conta que me destes das dúvidas que se vos ofereceram à execução da ordem que se vos mandou para que na mesma casa que havia servido de labor da moeda se quintasse o ouro pelos oficiais dela, mandando-se fazer armazém de novo para se restituir à Junta do Comércio, pelo que se havia ocupado para a mesma moeda, e o que sobre este particular se assentou na Junta que mandastes fazer para esse efeito, fui servido resolver se faça de novo uma casa para o labor da moeda com as oficinas necessárias, segundo o que apontar Manoel de Souza por se

entender que, ainda que esta obra seja de grande despesa, não há de ser menor a de fortificar e gradear a casa que hoje serve deste ministério e fazer-se novo armazém para dar à Junta do Comércio que ficará mais bem acomodada do que tinha de antes em razão do sítio. E a casa da moeda é repartida e segura, e que juntamente se faça nela casa para os quintos, e enquanto a casa nova se não acabar, se quintará na casa em que se fazia até agora com os mesmos oficiais de quem se tem tão grande opinião, e especialmente Luiz Lopes Pegado, ministro de grande inteligência e verdade, como tem mostrado a experiência, considerando-se-lhe fácil este trabalho, porquanto o ofício de provedor da Fazenda, que andava unido ao da alfândega, já pode acudir a esta administração, livre do encargo de um dos dois ofícios que tinha. E assim vos ordeno o façais executar: com declaração que feita a casa da moeda se restitua à Junta do Comércio a que até agora servia deste labor na forma em que se tomou ao princípio. Escrita em Lisboa, a 20 de Setembro de 1703.

(13) 24-01-1704

Senhor

Quando dei conta a Vossa Majestade de que mandava fazer averiguação da prata e das esmeraldas, conforme a proposta que Antonio Correa da Veiga me fez, por seu procurador, Antonio de Oliveira Guimarães, mandei ordem para se ir tratar dessa diligência e ajustei logo com o dito procurador que não se havia de fazer outra mais do que trazerem as amostras, quando se descobrissem as minas, e que Vossa Majestade lhes havia de fazer a mercê que respeitasse ao serviço que fizessem a Vossa Majestade, o que aceitaram, sem que a Fazenda de Vossa Majestade tivesse despesa alguma; e só lhe entreguei 15 índios e lhe dei ordem para que das aldeias das vilas do Sul lhes desse os que mais lhe fossem necessários, dilatou-se a entrada destes homens pelo sertão, por morrer o dito Antonio de Oliveira Guimarães, e tenho aviso de que Antonio Correa da Veiga tem entrado já, e espero brevemente aviso seu, e quando suceda fazer o dito descobrimento, observarei o que Vossa Majestade é servido ordenar-me. Deus guarde a Real pessoa de Vossa Majestade muitos anos, como seus

vassalos havemos mister. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1704.

(14) 28-10-1705

Senhor

Guardem para a tua residência Lisboa, 22 de junho de 1706

Não posso escusar de fazer a Vossa Majestade presente em como achei, nesta vila, a um homem servindo de juiz, quase régulo ou soberano, no executar, e em julgar, descomedido, o qual achando, uma noite, um negro rebuçado que, sem dúvida, seria por razão do frio, pois se achou sem armas, não lhe valeu a sua ignorância, nem o ser escravo do seu governador, para o não prender, e no dia seguinte, mandar açoitar no pelourinho desta praça, em que pôs ao dito governador em notável sentimento; juntamente um filho, seu criado, com a soberba de seu pai, a cada passo se acha com pendências já com os soldados, de dia, e já de noite, com quem lhe parece, como assim seria a um mulato do provedor da Fazenda Real, que é um ministro de mui boa suposição. Como homem abastado de cabedal e soberbo, os moradores o temem, e respeitam ao filho com esta lembrança. Entrei eu neste governo, por mercê de Vossa Majestade, e logo no dia de minha posse o experimentei de falta, por que mandando o primeiro advertir que no tribunal havia somente de pôr dois assentos iguais, para mim, e para o governador, pôs três iguais, para os dois governadores, e para o ouvidor Geral, o doutor João Saraiva de Carvalho, que ainda não tinha tomado posse de sua ouvidoria, somente por acinte e por lisonjeá-lo, sofri a primeira, dando ao escrivão e procurador uma repreensão em minha casa, de que o ouvidor geral ficou sentido, e foi bastante para se não corresponder mais comigo. Poucos dias depois de minha posse, estando um mulato forro requerente nesta vila, que com sua indústria vivia de requerer nas audiências por reparar em um despacho do dito juiz, esse mandou-o prender e, sem mais cousa nem sentença, açoitar no pelourinho, e foram tais os açoites que, passando muito de uma centena, me informaram que desmaiara duas vezes e, no dia seguinte, dando-se-me parte, respondi que lhe dessem mais cinquenta. E ele, dito juiz, entendendo ao pé da letra, cegou-lhe a sua ira, que ainda ia por diante a sua má intenção. Finalmente,

estes dias passados, sendo eu advertido de como era tempo de fazer mostras para saber a justo que há armas e cabos militares das ordenanças desta vila e seu distrito, passei ordem ao sargento-mor que existe neste presídio, por ser ele também das Ordenanças das Capitanias do Sul, para conduzir aos ditos capitães e oficiais, debaixo do conduto que Vossa Majestade concede para as suas mostras aos homiziados, que logo fui informado que o era o Capitão da Ordenança, por um único leve crime da devassa de suborno, eu por não querer entregar ao Ouvidor Geral, o Doutor Antonio Luis Peleja, setenta mil réis, que diz pertenciam ao seu juízo, e não ao dos órfãos, que o dito capitão servia, sem que lhe passasse recibo de como lhos entregava, o que ele, dito ouvidor o não quis passar, e o deixou em rol do homiziado, mas como me era necessária a sua pessoa, os seus oficiais e soldados, para tomar conhecimento, e ser serviço de Vossa Majestade, debaixo desse seguro o mandei alvarar, e que tratasse de seu livramento, por quanto era tempo em que os corsários costumam andar na costa e, como inimigos declarados de nossa nação, e pelo pouco aparelho de munições, armas, artilharia, e soldados, facilmente podem invadir esta praça. Ele, dito juiz, não quis estar quieto e, sem embargo de o capitão lhe dar satisfação de como era obrigado deste governo, e sem o querer pôr em livramento, o prendeu; e indo junto da cadeia, já preso, o capitão acudiu ao sargento-mor e o reteve, perguntando se tinham dado parte ao seu governador; e logo me mandou dar; e eu dispus que passasse e exercesse o seu posto, e se pusesse em livramento e mandando logo chamar o juiz (que de má vontade veio) lhe pedi, que não entendesse como capitão, mas que o pusesse em autos de livramento porquanto estava por minha ordem no serviço de Vossa Majestade, ao que esse soberbo e tenaz respondeu imprudente que ou ele ou o capitão não havia de passear e que, se o capitão estava no serviço de sua Majestade, ele iria para a sua fazenda e ficaria a vila sem justiça, disse. E eu respondi que fizesse o que quisesse, isto é, o que tem precedido, e ele, se bem o disse, melhor o fez, por que além de se recolher à sua fazenda, suspendeu a todos os escrivães que há nesta vila e alcaide, e logo deu parte ao seu ouvidor geral de que, sem dúvida redundará, pela má vontade que me tem, em alguma queixa a Vossa Majestade, quando eu o devia fazer,

por me não querer dar posse do meu ofício a um sujeito de minha casa, por acomodar a outro da sua, dizendo que Vossa Majestade me fizera mercê da propriedade do ofício e de o poder vender, dar, e doar, mas não para poder apresentar o escrivão que há de servir, por que a ele só compete. Vossa Majestade, sobre um e outro particular, disporá o que for servido que, neste do ouvidor e ofício, sabe Vossa Majestade muito bem, que por me fazer mercê para meu desempenho, me empenha o dito ministro em largar toda a esperança de o lograr, pondo-o em muito pouco valor. Tudo isto merece um pobre governador que, por servir ao seu rei com aquela opinião que sempre soube merecer, venha à terra onde os ministros zombam dos governadores, e, sem saber, aos juizes, para que queiram fazer o mesmo; mas não é muito em mim suceda, quando ao meu antecessor, sendo tão justificado, sucedeu o mesmo. Vossa Majestade mandará ao tal juiz que, por mim, em nome de Vossa Majestade seja publicamente repreendido, e em tudo o que for mais conveniente ao seu Real Serviço; a pessoa de Vossa Majestade guarde Deus. Santos, em 28 de outubro de 1705

Jozeph Monteiro de Mattos

(15) 16-12-1705

Francisco Henriques de Miranda, capitão de infantaria de uma das Companhias do 3.º de São João da Barra, de que é Mestre de Campos, o Conde de Coculim por Sua Majestade que Deus guarde

Certifico que, estando de guarnição na praça de Elvas, me foi ordenado, pelo meu Mestre de Campo, por ordem que teve do Sargento Maior de Batalha, o Conde do Rio Grande marchasse com o 3º a incorporar com o exército que se achava acampado na vila de Aronches, o que fizemos em 25 de abril de 1705, e em 29 do dito marchamos com todo o exército em direção à praça de Valença de Alcântara, à qual lançamos sítio em 3 de maio. Princípios os ataques para as nossas baterias donde fui várias vezes trabalhar nas faxinas com a minha Companhia de destacamento, e em 6 do dito foi ordenado marchássemos de guarda com todo o 3.º para uns ranchos a meio tiro de mosquete da praça, donde estivemos pelejando 24 horas com o inimigo da dita praça, com grande risco de vida e, em 7 do dito,

foi ordenado marchássemos para os ataques pelo Conde do Rio Grande, e no dia 8 avançarmos a praça pela brecha que na dita praça tínhamos feito, o que fizemos, e ganhamos no primeiro avanço a praça de Castelo com o dito sargento-mor de batalhas, o Conde do Rio, que estava de semana com tal valor e resolução que, em pouco espaço de tempo, fomos senhores da dita praça e daí marchamos da praça em direção de Albuquerque a qual lançamos sítio em 15 do dito, e em 16, se tomou o arrabalde e principiando-se os ataques em 17 do dito fui com a minha Companhia de destacamento a trabalhar nas faxinas e se pelejou com a nossa artilharia até o dito dia em que, vendo-se o inimigo com uma brecha aberta capaz de se avançar e duas minas, capitulou a praça, reduzindo à obediência a Sua Majestade, que Deus guarde, e deixando-lhe guarnição, marchamos em direitura para o Rio Labata, e daí para o rincão junto ao Guadiana, donde estivemos até 23 de junho, donde se ordenou ao meu Mestre de Campos marchássemos com o 3.º de Guarnição para a praça de Elvas, o que, com efeito, fizemos e em todo o referido tempo me acompanhou Antonio Francisco, da Companhia do Capitão Mestre Cordeiro, na ocupação de soldado, o qual fez sempre a sua obrigação, havendo com grande valor e zelo do real serviço como honrado soldado, tanto em marchas, guardas, rondas, faxinas, ataques, como em tudo o mais que, por mim e seus oficiais lhe for ordenado e, por me ser pedida a presente, por falecimento do seu Capitão Manoel Cordeiro, lha mandei passar, e o julgo merecedor de toda a mercê e honra que Sua Majestade, que Deus guarde, for servido fazer-lhe passar o referido na verdade, pelo sacramento dos Santos Evangelhos e lha mandei passar por mim assinada aos 16 de dezembro de 1705

Francisco Henriques de Miranda

(16) 26-10-1706

Cópia n.º 5

Com o extrato que fez o conselheiro Francisco Dantas Pereira, sobre alguns arbítrios que se oferecem para maior aumento do rendimento dos quintos das minas de São Paulo e vão os

papéis que se acusam.

Resolução

Por ser dificultoso impedir o descaminho do ouro e não serem bastantes os remédios que se têm aplicado a este dano, e por ser informado de que será mais eficaz arrendarem-se os ditos quintos do ouro, hei por bem que o Conselho arrende o rendimento dos ditos quintos, juntos ou separados os da Bahia e Rio de Janeiro, como entender mais conveniente a minha real fazenda, procurando que seja com a segurança que caiba na possibilidade, cobrando um quartel adiantado, e que o tesouro arrecade o rendimento dos quintos para por ele satisfazer o preço do arrendamento. E quando esta segurança não bastar, será o rendeiro obrigado a dar fianças a contento do provedor da fazenda. Ao provedor da Coroa, o Conselho passará as ordens necessárias, advertindo que nunca se arrematem os ditos quintos por preço menor que aquele cujo rendimento importou nos anos passados, e que a arrematação não será por tempo maior que o de um ano, com declaração de que não haverá por perdido o ouro que vier a este reino e for à casa da moeda. E enquanto não se efetuar a dita arrematação, se cobrarão os quintos com a arrecadação que convém. E hei por bem que cada carga grande que foi para as minas pague um cruzado, e que cada carga pequena pague dois tostões. E porque o desembargador Gregório Pereira Fidalgo da Silveira, conselheiro do Conselho Ultramarino, vai à Bahia devassar os ministros da relação, se encarregará esta diligência, dando-lhe as instruções necessárias.

Lisboa, 30 de março de 1707.

Com a rubrica de Sua Majestade, que Deus guarde, etc.

Vendo-se neste conselho as cartas inclusas em que se trata de vários arbítrios sobre as minas, se deu delas vista aos procuradores da fazenda e coroa, que responderam o que consta das suas respostas. E entregando-se os ditos papéis ao conselheiro Francisco Dantas Pereira, para que os examinasse e fizesse um extrato do que nelas se continha, satisfez com o papel junto, por ele feito e assinado. E sendo tudo considerado e visto, pareceu ao conselheiro Antônio Carneiro Barbosa conformar-se com o voto do doutor Francisco Dantas Pereira. Ao conselheiro Gregório Pereira

Fidalgo da Silveira, parece que, como a experiência tinha mostrado o pouco que aproveitou para se evitarem os descaminhos dos quintos do ouro, mandar Vossa Majestade que se recebesse na casa da moeda a mil e duzentos réis a oitava. Antes, com esta resolução, tinha a fazenda de Vossa Majestade menor rendimento do que quando se quintava o ouro em pó. Parece que não se deve continuar na compra dele e que, tendo ouvido praticar vários arbítrios para se evitarem os descaminhos dos quintos, nenhum lhe parece melhor que o de mandá-los Vossa Majestade atender e que, passando as ordens necessárias para que o governador e provedor da fazenda os mandem pôr em pregão, assim no Rio de Janeiro e minas, como nas outras partes que lhe parecer necessário, para chegar ao conhecimento de todos. E achando que davam por eles a quantia que excedesse alguma coisa ao que tem rendido, em algum dos anos próximos, os arrematassem por um somente, porque estabelecido este contrato poderá ser nos anos seguintes de muito grande rendimento. E suposto ouça dizer que se não poderá praticar este arbítrio porque não haverá naquelas partes fiadores que assegurem um contrato tão grande, nada se perde na experiência de se por em pregão e, à falta de fiadores, se pode acudir pondo-se a condição de que quem arrematar dará sempre um quartel adiantado.

E que também lhe queparecia se não devia desprezar o que escreve Felipe de Barros se oferecendo a dar um arbítrio, para que rendam os quintos a Vossa Majestade dois milhares de cruzados, e que se devia escrever que se declara o dito arbítrio e que se verificando, faria a Vossa Majestade um grande serviço, ao qual teria Vossa Majestade muita atenção para lhe fazer alguma mercê.

E no que respeita às sisas, que de nenhuma maneira se deve abraçar este arbítrio, porque seria esta novidade a mais estranha nas conquistas.

Aos conselheiros Miguel Nunes de Mesquita e Francisco Pereira da Silva, parece dizer a Vossa Majestade que o negócio que contém estas cartas e arbítrios que nelas se dão a Vossa Majestade, não podem produzir nenhum efeito, enquanto se admitir comprar o ouro por quintar na casa da moeda. E porque se trazendo das minas sem temor algum de lhe ser tomado, pois ainda que não seja achado, sempre tem o pretexto de que o

iria quintar no Rio de Janeiro, e daquela praça é tão fácil o transporte para esta corte, como se sabe, no qual não há risco algum, pois Vossa Majestade o manda comprar na casa da moeda pelo seu valor. E faltando o temor da pena, quem haverá que livremente queira pagar vinte por cento, podendo com tão pouco risco (como há), livrá-lo? E é sem dúvida que se neste reino se dessem buscas como se dão para o tabaco, se fossem tiradas devassas e se fossem tomadas denúncias, os homens não se arriscariam com tanta liberdade a trazer o ouro por quintar, porque a experiência tem mostrado que, enquanto no Brasil não houve a certeza dessa permissão, importaram os quintos alguns anos dezoito arrobas, e depois que tiveram esta certeza, bem se vê o abatimento que houve neles, sendo hoje muito maior o rendimento das minas que bem entendem, pois toda a consideração por esta permissão consiste em que irá ouro para fora do reino. Mas esta razão não é tão equivalente, porque por maior que seja a considerável perda que tem a Fazenda de Vossa Majestade, o que é de se admirar é que se permita, na casa da moeda, este descaminho contra as leis de Vossa Majestade, contratando e ainda aprovando a transgressão delas. Mais ainda, o ouro não deixa por esta causa de ir para os estrangeiros, porque se não for em pó, irá em moeda, porque é mais conveniente levar em dinheiro por não terem gêneros, por ser certo que os frutos que embarcam deste reino não equivalem ao que importam as fazendas. Esta é a causa porque hão de levar ouro e prata ainda que não lhes tenha conta. Parece ainda que os lucros que ficam na casa da moeda não podem contrapesar o dano que tem a Fazenda de Vossa Majestade nos descaminhos dos quintos e que este, na sua consideração é o remédio mais eficaz para se evitarem tantos prejuízos. E que sem este, todos os que se aplicarem serão infrutíferos.

Que bem se mostra com evidência que as melhores minas do Brasil são os açúcares e tabacos, porque estes são estáveis e perpétuos, o que não se considera nas do ouro, pois aquelas acabarão se faltar gente para a sua cultura, o que será provável pela muita gente que concorre às do ouro, que a isto lhes parece se devia atender mais que tudo, para que não viesse a faltar uma e outra coisa. E que devia vir, em consideração, muita gente que deste reino vai para as minas. E a falta que nele pode fazer para

a sua defesa, não sendo de menos relevância as notícias que vêm de todas as praças do Brasil, se queixando os governadores que a maior parte dos soldados e dos moradores fogem para as minas, ficando as povoações sem gente e em tempo que podem ser infestados pelos inimigos desta coroa, sendo indubitável que se as da marinha não tiverem gente que as defenda, se poderão perder. E que perdidas elas, também ficam perdidas as minas.

Que nesta atenção, o melhor meio que se podia dar para se evitar o referido dano é que não se deixe passar gente alguma às minas. Só se deve conceder aos paulistas irem, lhes permitindo, todos os anos, trezentos negros para o trabalho delas, escolhendo a um daqueles moradores para guardam-
mor delas, finalmente ficando deles toda a administração e arrecadação dos quintos. Nesta forma, sem dúvida, renderão muito mais. É certo e a experiência tem mostrado que a justiça não tem coação nas minas, nem para castigar, nem ainda para devassar, pelas ameaças e temor de morte, por cujo respeito não tem lá tanto poder para castigar os delinquentes, nem o arbítrio de lhe darem soldados para sua guarda. Parece-lhes poder ser útil, antes ainda será o melhor para os descaminhos dos quintos, pois abre a grande despesa que farão, pois justamente se pode temer que sejam os mesmos que os desencaminham.

Que Vossa Majestade foi servido mandar um ministro por superintendente para as minas, nomeando a José Vaz Pinto para esta diligência, o qual tinha servido no Rio de Janeiro com grande aceitação e bom procedimento e passando às minas veio fugido pelo receio de o quererem matar, se recolhendo para este reino. Dizem que trazia quarenta mil cruzados em ouro, parte em pó, que se depositaram em juízo. Que tendo isto, é sem duvida que este ouro vinha em pó, não vinha quintado. E se o superintendente que Vossa Majestade mandou para evitar os descaminhos os cometia, sendo de tão boa opinião, o que farão os que se mandam porque o pedem?

Que toda a razão de não terem os ministros coação nas minas para fazerem observar o regimento e ordens de Vossa Majestade, dizem ser o poder dos paulistas, pois estes mesmos oferecem meios para a arrecadação dos quintos e se convidam para isso. E neste caso, deve Vossa

Majestade fiar deles este negócio, que é só o meio de poderem ter boa arrecadação, porque assim como estão poderosos em fazendas, hão de ser ambiciosos de honras, procurando que Vossa Majestade as faça pelo meio de servirem a Vossa Majestade. Como têm o poder ou dependência, esta circunstância poderá servir de grande efeito para ser muito diferente esta arrecadação. Não se pode temer que se vendo com todo o poder, se levantarão a maiores, quando é certo que não se podem sustentar naquele sertão sem se comunicarem com as praças. Antes, quanto mais poderosos e ricos estiverem, então dependerão mais da comunicação das praças para os provimentos de fazendas e gêneros do reino. Não poderão tê-la, se faltarem à devida obediência.

Que Garcia Rodrigues Paes, que atualmente é guarda-mor das minas, e o seu escrivão inculcam um tão grande rendimento nas minas, como mostram suas cartas, e suposto não declarem expressamente o arbítrio e a arrecadação que pode haver para um tão grande rendimento, se deixa entender da conta que fazem, que pagando cada pessoa que minar uma oitava de ouro cada dia, fazem aquela importância que inculcam renderão às minas. Mas, ou seja este o arbítrio em que se fundão, ou outro, dizem que este Garcia Rodrigues Paes é poderoso e aparentado com os mais poderosos de São Paulo e está tido e reputado em boa opinião. Pelas notícias que se tem dado neste conselho, não lhes parece desacertado confiar dele esta arrecadação, pois não estava já servindo de guarda-mor, escrevendo as cartas que pedem aqueles moradores que aponta? E quando possa haver outro mais poderoso e mais inteligente, a esse se deve recomendar este negócio.

Que a este tal que Vossa Majestade nomear por guarda-mor, lhe dará toda a jurisdição para devassar de todos os malefícios e descaminhos que se cometerem nas minas, prendendo os culpados e os remetendo com a culpa ao corregedor ou ouvidor de São Paulo, para que os sentenciem na forma disposta no regimento das minas.

Que nas minas deve haver casa dos quintos e que esta deve estar onde o guarda-mor ordenar, e os oficiais dela, à ordem do dito guarda-mor. Não deve haver outra casa dos quintos em parte alguma, por não se

dar ocasião a quem, achando algum ouro em pó ou por quintar, defenda com que vá quintar em direção ao Rio de Janeiro ou a outra parte onde houver quintos. E quando pareça necessário haver casa dos quintos no Rio de Janeiro e Bahia, o ouro que não vier por registro das minas, se tomará por perdido.

Que também lhe consta entrará muito ouro na casa da moeda do Rio de Janeiro com cunhos que se presumem falsos, porque se todo aquele que entrou foi quintado, tiveram importados seus quintos muito maior quantia do que importaram, que se colhe claramente. Ou na casa dos quintos havia muitos descaminhos, se furtando os quintos de Vossa Majestade, ou há cunhos falsos. Se supostamente se tivesse mandado devassar este crime, seria também necessário, para o futuro, mandar mudar de cunhos e mandar lançar bandos, ou colocar editais em todas aquelas partes, para que quem tomou ouro cunhado com os cunhos que até então havia, o manifestasse dentro do tempo que se estipular para se cunhar novamente, para se poder tomar por perdido o que se achar sem o novo cunho, o que deve ser tal que não seja fácil haver outro semelhante naquelas partes.

Que também nestes papéis se apontava o arbítrio de que nas minas paguem todos os que forem a elas, de cada cabeça de gado que lá se for vender a um cruzado. Que este arbítrio lhe parece não se devia desprezar, mas não devia de ser por este modo, se não mandando Vossa Majestade cobrar destas vendas o que se lhe deve, pois importaria muito mais do que pode importar o arbítrio apontado. Que em todo este reino se paga sisa de todas as coisas que se vendem, ou seja, e que se supostamente não se pagou nas conquistas foi por mercê particular de Vossa Majestade, por atender ao aumento delas, que parece não devem lograr os que vão vender às minas este gênero, pois o fazem com tanto avanço, paguem a Vossa Majestade os direitos são devidos. E no caso de que Vossa Majestade mande cobrar este direito, deve ser arrendando no Rio de Janeiro, São Paulo, ou na Bahia, que pela fazenda de Vossa Majestade terá muito má arrecadação.

Que se devia mandar guardar inviolavelmente as ordens que se tem mandado passar, para não virem às minas religiosos. Antes, somente, se devia encarregar esta missão aos padres da companhia, e a tomando por

sua conta, não se devia permitir que fossem lá clérigos, mas que quando os padres da companhia se não encarreguem dela, se deve mandar ordenar ao bispo do Rio de Janeiro que só mande às minas os padres que forem precisos para a cura daquelas ovelhas, e que não se devem contentar outros.

Que também não se devam lá consentir mais que os moradores daquelas capitanias de São Paulo, com os escravos e índios que tiverem. E as pessoas que lá vão do Rio de Janeiro com mantimentos ou gêneros a vender, se lhe tomem por perdidos, não indo com licença dos governadores daquelas praças. Com as fazendas que levarem registro das cópias, registros e licenças, os apresentarão ao guarda-mor, com pena de perder tudo o que for fora do registro e sem licença. E que indo menos gente, terão os quintos maior rendimento, porque terão melhor arrecadação. E ainda que se tire menos ouro das minas, estas sempre ali ficam para se poderem desfrutar mais, em melhor tempo. E não se divertirá a gente das praças em tempo de guerra, nem da cultura dos açúcares e tabacos, que são os frutos mais certos e de maior importância, tanto para a fazenda de Vossa Majestade, como para os vassalos.

Que também lhes pareça, se devem mandar pôr em lances os quintos, e se houver quem os arrende, será mais conveniente arrendá-los com segurança e fianças ao pagamento.

Ao Conde de Alvor, presidente, lhe parece que suposta a permissão de Vossa Majestade de que possa ir da Bahia para as minas tanto gado quanto outro mantimento, porque de outra maneira se não poderão conservar os que assistem nelas, que se deve impor o tributo de um cruzado em cada cabeça de gado, como em cada carga que passarem para aquelas terras, onde estão os descobrimentos das ditas minas, ordenando-se um nome ao governador da Bahia. E para este efeito e para a sua arrecadação, aquelas pessoas competentes, fazendo a escolha de sujeitos de toda a satisfação e verdade, se pondo naqueles sítios onde seja preciso. Que não demandem os que ficam com o dito gado e cargas para as terras das minas, com parte tal que não se possa desencaminhar o dito tributo, dando por este serviço o ordenado proporcional ao seu trabalho.

E no que diz respeito a se introduzir infantaria paga nas ditas

minas e naqueles distritos onde se possa entender que haja algum extravio no rendimento dos quintos do ouro, e para o maior respeito da pessoa de quem se resolvesse confiar a superintendência das minas, que de nenhuma maneira se deva por em prática este arbítrio, porque seria necessário se fazer muita despesa com ele, e se considera que seria acrescentar mais desencaminhadores aos mesmos quintos, porque cada um dos soldados seria um passador e transgressor das leis da Vossa Majestade, no que toca a se praticar o pagamento de sisas, já que esta novidade seria muito estranha nas conquistas, onde nunca se pagaram. Assim, não deve admitir semelhante proposta.

E porque Felipe de Barros, assim como o guarda-mor Garcia Rodrigues Paes, insinuam que, se seguir a sua disposição, será muito importante e considerável o rendimento dos quintos, não declarando a forma que se pode dar para que eles tenham este aumento que, segundo o que afirmam, é considerável, e que só devem avisar que exponha o seu arbítrio, dando Vossa Majestade a entender que surtindo este efeito, Vossa Majestade usará com eles da sua real grandeza.

Que o melhor meio e mais seguro para as conveniências da fazenda real seria contratarem estes quintos, pois se inculca que darão por eles um alto preço, e que assim havendo pessoa que com toda a segurança e com bons fiadores que se devem mandar arrematar por contrato, porque se efetuarão consideráveis gastos que se podem fazer assim na criação dos magistrados, que se supõem são necessários nas minas, como em outros muitos, que são precisos.

E se vê obrigado ele, presidente, a dizer a Vossa Majestade que um dos grandes instrumentos para o descaminho dos ditos quintos é estar permitindo as compras do ouro na casa da moeda, pois é muito notória a grande quantidade que veio para este reino nesta frota, como nas passadas, tanto em pó, como em barras por quintar. Sem dúvida não tiveram a certeza de que se havia de aceitar na dita casa e não tiveram ousadia de o trazerem para este reino, facilitando-se o extravio na permissão de se comprar pelos ministros de Vossa Majestade, e que já em outras ocasiões nas conferências e juntas em que se achou, votou que não era conveniente esta concessão,

porque era abrir porta aos mesmos descaminhos, e que isto mesmo lhe parecia agora. Lisboa, 26 de outubro de 1706. O conde presidente// Mesquita Silva Silveira Barbosa.

Joaquim Miguel Lopes de Lavre

(17) 27-03-1707

Meu irmão e senhor Domingos Nunes,

Este serve para pedir misericórdia a Vossa Mercê, a que me queira fazer mercê como bom irmão e como quem até aqui teve paciência de me esperar; que me espere mais até o princípio de agosto, sem falta, correndo sempre o seu dinheiro de Vossa Mercê a juros, desde o tempo que passei o crédito até agosto próximo, que bem sem falta nem dilação faço contas antes de em agosto estar outra vez em casa, ainda mais que vou em busca do dinheiro para Vossa Mercê. E, quando acaso eu pague outra dívida primeiro que a de Vossa Mercê, não me tenha por seu irmão, que aí está minha reputação e meu timbre, pelo primor com que Vossa Mercê se tem havido comigo, para não lhe faltar para este tempo que fico com Vossa Mercê a minha consideração. É que me quero envergonhar de pedir a Vossa Mercê, e não a estranho, e também pela usura que estão usando estes senhores, pedindo despropósito de avanço, e por tão breves meses me não animo a tomar dinheiro para Vossa Mercê e, assim como zeloso, lhe peço que, pelo amor de Deus, não se enfade contra mim, nem me queira mal. Há de querer Deus que antes de agosto lhe hei de ir em pessoa levar o seu dinheiro de Vossa Mercê. E sobretudo que Vossa Mercê logre muita e perfeita saúde estimaremos muito, e seja na boa companhia da senhora minha cunhada e mais famílias da nobre casa. Eu e os mais deste seu rancho de Vossa Mercê a possuímos boa, para servir a Vossa Mercê. Sua cunhada envia suas lembranças para a senhora minha cunhada e a Vossa Mercê, e particularmente faço a Vossa Mercê e ao senhor seu sogro, que o vejo assim muitas vezes, e aos senhores cunhados minhas lembranças, a cuja pessoa o céu guarde.

Hoje, 27 de março de 1707.

Do servidor e irmão muito obrigado a Vossa Mercê,

Manuel Munhoz Pais

Carta de Manoel Munhos

Ao senhor Domingos Nunes Paes

Guarde Deus muitos anos.

No bairro da Conceição

(18) 26-08-1707

Carta de Manuel Mounhoz

Ao Senhor Domingos Nunes Pais

Guarde Deus muitos anos

Em o Bairro da Conceição

(18) 26-08-1707

Escritura de doação e renúncia de serviços
que fazem Maria Portes del Rei, dona viúva que ficou
do Capitão Bartolomeu da Cunha Gago, e seu filho
Bartolomeu da Cunha Gago, e sua mulher, Margarida
Bueno da Veiga, moradores nesta vila de Taubaté,
a seu genro, o Capitão Amador Bueno da Veiga,
morador na vila de São Paulo.

Saibam quantos este público instrumento de escritura de doação e renúncia de serviços, ou como em direito melhor haja lugar, virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e sete anos, aos vinte e seis dias do mês de agosto do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, que Deus guarde, partes do Brasil etc., nesta dita vila, nas casas de morada de Maria Portes del Rei, dona viúva do Capitão Bartolomeu da Cunha Gago, onde eu tabelião adiante nomeado fui chamado; e sendo aí, estando presentes a dita Maria Portes del Rei, seu filho, o Capitão Bartolomeu da Cunha Gago, e sua mulher, Margarida Bueno da Veiga, moradores nesta vila de Taubaté, todas pessoas conhecidas de mim tabelião, logo aí, pela dita Maria Portes del Rei e seu filho, o dito Capitão Bartolomeu da Cunha Gago, e sua mulher, Margarida Bueno da Veiga, por todos juntos e por cada um deles, de per si *in solidum*, foi dito perante mim tabelião e das

testemunhas adiante nomeadas e no fim desta nota assinadas, que a eles todos pertenciam, pela parte que a cada um deles tocava, os serviços que havia feito seu marido, pai e sogro deles doadores e renunciantes, a Sua Majestade, que Deus guarde, na desinfestação do gentio bravo destas partes, franqueando o caminho aos sertanistas e outros muitos que constavam das certidões, pelos quais nunca fora despachado com mercê alguma do dito senhor, os quais todos doavam e renunciavam o direito que neles tinham a favor do Capitão Amador Bueno da Veiga, morador na vila de São Paulo, genro e cunhado deles doadores e renunciadores, por ser casado com sua filha, irmã e cunhada deles doadores e renunciantes, Marta de Miranda del Rei, a qual fora filha mais velha dela, a dita doadora Maria Portes del Rei, e do defunto seu marido, Bartolomeu da Cunha Gago. E como tal, ao tempo de seu casamento, por não ter dote suficiente para dar a tal genro, lhe prometera os ditos serviços, os quais lhe davam e doavam *causa dotis*, na forma sobredita, e lhe faziam a dita doação e renúncia de suas próprias e livres vontades, sem constrangimento de pessoa alguma, para o que desistiam, a favor do sobredito doado, do direito, ação, razão e domínio, que nos ditos serviços e mercês por eles lhe sejam feitas, para que estas sejam concedidas ao sobredito doado.

E pediam a Sua Majestade, que Deus guarde, seja servido fazer ao dito seu genro e cunhado tudo o que em remuneração dos ditos serviços for servido fazer-lhe, a qual doação e renúncia disseram eles, os ditos doadores e renunciantes, ter e haver por boa, firme e valiosa a todo o tempo, em juízo e fora dele, sob a obrigação de suas pessoas e bens móveis e de raiz. Em fé e testemunho de verdade outorgaram ser feita a presente escritura de doação e renúncia de serviços, nesta minha nota de tabelião, na qual deles aceitei, estipulei, como pessoa pública estipulante e aceitante, em nome das partes a quem tocar possa e não presentes, sendo a tudo testemunhas presentes Manoel Correa da Veiga, Januário Rodrigues e João Peres da Cunha, moradores nesta vila e outrossim pessoas conhecidas de mim tabelião, que todos aqui assinaram com o dito doador, Bartolomeu da Cunha Gago. E, por as doadoras serem mulheres e dizerem que não sabiam escrever, rogaram a Rui Pedroso da Silveira e Manoel Nunes de Souza

que por elas, digo, moradores nesta vila, que por elas assinassem, os quais assinaram a seus rogos. E todos aqui o fizeram depois desta lhes ser toda lida e declarada por mim, João de Souza Dias, tabelião, que o escrevi.

João Pires da Cunha

Januário Rodrigues

Bartolomeu da Cunha Gago

A rogo da outorgante, Margarida Bueno da Veiga, assino por ela.
Manoel Nunes de Souza

Assino a rogo da outorgante, Maria Portes del Rei, dona viúva. Rui
Pedroso da Silveira

(19) 14-09-1707

*Escritura de venda de um pedaço de terra no bairro de Tremembé,
fazendo testada pela estrada do Bom Jesus e o sertão, até onde
direito for, que faz o Capitão Jaques Félix a Francisco Pinto
de Macedo, todos moradores nesta vila de Taubaté.*

Saibam quantos este público instrumento de escritura de venda de um pedaço de terra que faz o Capitão Jaques Félix virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e sete anos, aos catorze dias do mês de setembro do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, que Deus guarde, partes do Brasil etc., nesta dita vila, em pousadas de mim tabelião adiante nomeado, apareceu o Capitão Jaques Félix, pessoa conhecida de mim tabelião. E por ele me foi dito, em presença das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, que, entre os mais bens que possuía, eram umas terras na estrada do Bom Jesus, indo desta vila à mão esquerda, que partem por uma banda com Manoel de Souza Maia e pela outra com terras, digo, que partem por uma banda com terras de Francisco Vieira, onde mora Domingos Pires de Brito, e pela outra, com terras dele dito Capitão Jaques Félix. As quais ditas terras disse ele sobredito que vendia desde a dita paragem onde mora o dito Domingos Pires, correndo para a banda da ermida do Bom Jesus, até o charquinho que está no dito caminho, junto ao ribeirão que passa e atravessa a estrada e o sertão, desde a dita estrada até o ribeirão que servia

de aguada ao defunto Francisco Barbosa, sendo morador nas ditas terras, as quais disse ele que havia possuído com outras mais por herança de seus pais. E, por esta maneira declarada, disse ele, o dito Capitão Jaques Félix, que vendia, como de fato vendeu, deste dia para todo o sempre, a Francisco Pinto de Macedo, por preço de dez mil réis, que lhe deu esse pagamento em uma espingarda de quatro palmos com seus anéis de prata.

E por este instrumento lhe dá plenária quitação, deste dia para todo o sempre, do dito preço e quantia, para que logre as ditas terras, das quais o dá por empossado como coisa sua, comprada por seu dinheiro, a ele, sua mulher e filhos, ascendentes e descendentes que após eles vierem, sem contradição alguma, como ele até o presente as havia possuído à vista e face de todos. E de si afastava toda a posse e domínio que nas ditas terras tinha, e tudo demitia e trespassava à pessoa do dito comprador, para que as logre na forma sobredita. E disse mais ele, o dito vendedor, que, se nesta escritura de venda faltarem algumas cláusulas ou solenidades e pontos de direito para a firmeza dela, aqui as há propostas e declaradas como se de cada uma delas fizera expressa e declarada menção. Em fê e testemunho de verdade outorgou ser feita a presente escritura de venda de terras em presença da parte, nesta nota de mim tabelião na qual deles aceitei, estipulei como peça estipulante e aceitante, em nome das partes a que tocar possa, sendo a tudo testemunhas presentes o Reverendo Padre Antonio Bicudo de Siqueira e o Capitão João de Toledo e Piza, todos moradores nesta dita vila, que assinaram com o dito vendedor, sendo-lhes esta lida e declarada por mim tabelião João de Souza Dias, que o escrevi.

O Padre Antonio Bicudo de Siqueira

Cruz do Capitão Jaques Félix

João de Toledo e Piza

(20) 07-01-1708

Crédito de Domingos Jorge Santarém, lançado

nesta nota com despacho do Juiz Ordinário,

Capitão João de Toledo e Piza, que é o seguinte.

Diz Domingos Jorge Santarém, existente nesta vila, que a ele

é necessário mandar um crédito para as minas, e, como há passagens de rios caudais e outros riscos mais que pelos longes do caminho se oferecem, quer ele suplicante que seja lançado no livro de notas do tabelião desta vila. Pelo que pede a Vossa Mercê seja dito crédito lançado, em modo que faça fê em juízo e fora dele. E Receberá Mercê. Despacho: como pede. Taubaté, sete de janeiro de mil setecentos e oito anos. Piza. Digo eu, Baltazar do Rego da Silva, que é verdade que devo a Domingos Jorge Santarém duzentos e setenta mil réis em dinheiro, procedidos de uma negra e um moleque que lhe comprei a meu contento, tanto em preço como em bondade. A qual quantia me obrigo a pagar por todo o mês de fevereiro próximo que vem. E por assim ser verdade, lhe passei este, por mim feito e assinado, hoje, seis de janeiro de mil setecentos e oito anos. Baltazar do Rego da Silva.

E não se continha mais no dito crédito, que eu, tabelião adiante nomeado, aqui trasladei bem e fielmente do próprio, que o tomei à parte, ao qual me reporto. E o corri e consertei, escrevi e assinei aos sete dias do mês de janeiro de mil setecentos e oito anos. Eu, João de Souza Dias, tabelião com provisão do governador geral do Rio de Janeiro, o escrevi e assinei.

Consertado com o próprio por mim, tabelião sobredito,

João de Souza Dias

(21) 03-10-1708

*Crédito do mui Reverendo Padre Antonio Barreto
de Lima lançado nesta nota com despacho do Juiz Ordinário,
o Capitão Jorge Dias Velho e é o seguinte*

Diz o vigário desta vila, o Padre Antonio Barreto de Lima que ele quer remeter para as minas o crédito que junto oferece a fazer uma cobrança, e por haver vários riscos pelo caminho delas, quer que com despacho de Vossa Mercê seja o dito crédito lançado no livro de notas. Portanto, pede a Vossa Mercê seja servido se lhe lance o dito crédito em modo que faça fê e receberá mercê. O tabelião lance o crédito na forma pedida Taubaté treze de outubro de Sete Centos e oito /// Velho /// Devo ao Senhor Reverendo Vigário da Vila de Taubaté o Padre Antonio Barreto

de Lima quinhentos mil réis em dinheiro de contado procedidos de outros tantos que me deu a razão de juro de oito por cento cada ano como é o costume os quais quinhentos mil réis e juros pagarei ao dito senhor ou a quem este me mostrar para julho próximo que vem sem a isso por dúvida alguma ao que obrigo minha pessoa e bens e por verdade lhe dei este por mim feito e assinado. Taubaté oito de julho de mil setecentos e cinco anos. Manoel da Costa Escobar /// Recibo que achei no dito crédito /// Recebi os juros do dinheiro acima que pagou o muito Reverendo Padre de que passei a presente hoje dezoito de julho de mil setecentos e seis. Lima. E não se continha mais no dito crédito que eu tabelião ao diante nomeado aqui trasladei bem e fielmente do próprio que o tornei à parte ao qual me reporto e o corri e consertei escrevi e assinei, aos treze de outubro de mil setecentos e oito anos João de Souza Dias, tabelião o escrevi

Consertado com o próprio por mim tabelião João de Souza Dias

(22) 01-02-1709

*Escritura de alforria que faz o
Capitão Lourenço Castanho, morador
na vila de São Paulo, e ora estante
nesta vila, a uma escrava sua
chamada Maria, moça parda.*

Saibam quantos este público instrumento de escritura de alforria virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e nove anos, ao primeiro dia do mês de fevereiro do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, partes do Brasil etc., nesta dita vila, em pousadas do Capitão Lourenço Castanho, morador na vila de São Paulo e ora estante nesta, onde eu tabelião adiante nomeado fui chamado. E, sendo lá, por ele, o dito Capitão Lourenço Castanho, me foi dito, em presença das testemunhas no fim desta assinadas, que, entre os mais bens que possui no casal e está de posse deles, há uma moça parda por nome Maria, da qual, desde que esteve em seu poder, havia recebido sempre bons serviços até o presente,

de cuja mão e poder também havia recebido seiscentas e cinquenta oitavas de ouro em pó, por quais razões, e por este presente instrumento lhe dava, como logo deu, à dita moça parda chamada Maria, alforria e liberdade, e a havia, de hoje para todo o sempre, por isenta, livre e desembargada de toda a obrigação de servidão ou administração, para que, assim ao presente como adiante, nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja, assim seus herdeiros presentes como futuros, possam obrigar nem constranger a dita Maria da Silva, porquanto ele outorgante, de sua livre e desembargada vontade, queria e era contente que fosse a dita Maria da Silva forra, livre e desembargada desde agora para todo o sempre. E que por nenhum modo ou estilo judicial poderão os ditos seus herdeiros presentes como futuros ou outra qualquer pessoa contrariar o teor e forma desta escritura de alforria, por ser assim sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma. E pede às justiças de Sua Majestade, que Deus guarde bem, e façam dar a esta escritura muito inteiro cumprimento, e que ele outorgante renuncia a todas e quaisquer leis e ordenações, privilégios e defesas, que sejam e possam ser a seu favor, e à lei que diz que nenhum pode renunciar ao direito que não sabe que lhe pertence. E declarou mais ele outorgante que, se nesta escritura faltarem algumas cláusulas ou pontos de direito necessários para mais validade dela, as havia aqui por postas, expressas e declaradas, como se de cada uma delas fizera expressa e declarada menção, para que, em tudo e por tudo, seja firme e valiosa em fé de verdade. Assim a disse e outorgou, pediu e aceitou, e mandou fazer este instrumento nesta minha nota que ... tabelião, como pessoa pública estipulante e aceitante, aceito em nome de quem tocar o direito dela, sendo a tudo testemunhas presentes João de Toledo e Piza, Manoel de Barros Freire e José Ferreira de Castilho, pessoas conhecidas pelos próprios e moradores nesta dita vila, que assinaram com o outorgante, morador na de São Paulo. Eu, João de Souza Dias, tabelião com provisão do governador do Rio de Janeiro, o escrevi.

Lourenço Castanho Taques
Manoel de Barros Freire

João de Toledo e Piza
José Ferreira de
Castilho

(23) 21-05-1709

Senhor irmão,

Terá Vossa Mercê para si que faço pouco caso de Vossa Mercê, em não lhe dar novas minhas desde que cheguei das Minas. Só nesta ocasião acho ser portador certo, que é o sobrinho do capitão Antônio Correia, que creio ser tão perto de avistar com Vossa Mercê.

Senhor irmão, vim das Minas sem trazer nenhuma oitava de ouro, que vim para acudir à festa do Natal que, se não fora isso, não viera eu, visto não ter com que pagar minhas dívidas. E assim peço a Vossa Mercê, pelo amor de Deus, tenha paciência até eu ter modo de pagar. Vossa Mercê não perde o seu dinheiro, que corre a juros. Ademais, tenho que enfadar a Vossa Mercê como costumado: nosso tio, o capitão João de Siqueira Caldeira, me escreveu que nosso primo Manuel Gomes lhe tinha deixado a minha espingarda, e que fazia de custo dez patacas. Faça-me mercê de dar as dez patacas a nosso tio e trazer-me a espingarda quando vier visitar a nossa mãe, que darei a Vossa Mercê o seu dinheiro, mas sobretudo ficarei festejando que esta ache a Vossa Mercê gozando muita e perfeita saúde, e seja acompanhada com a da senhora minha irmã e mais famílias da nobre casa. Eu e sua irmã e os mais deste rancho de Vossa Mercê a gozamos boa, e essa está oferecida ao dispor de Vossa Mercê. Sua cunhada envia suas saudades à senhora minha irmã e a Vossa Mercê, e eu particular muitas a Vossas Mercê, a cuja pessoa Deus guarde.

Hoje, 21 de maio de 1709.

Do servo e irmão de Vossa Mercê muito obrigado,

Manuel Munhoz Pais

Essa carta, que sua cunhada manda ao primo Pedro da Silva, remeta-lhe com a

brevidade que importa, que assim pede sua irmã a Vossa Mercê de favor.

(24) 13-07-1709

Por vagar o posto de condestável desta praça de Santos por promoção de seu condestável, Antônio Rodrigues, hei por bem, com o

mestre de campo e governador desta praça, nomear a dita ocupação a Pedro de Macedo, por nele concorrerem todos os requisitos necessários para o dito cargo, e eu confiar que ele obrará em tudo o de que se encarregar do real serviço com muita agilidade. E com o sobredito posto vencerá o soldo de artilheiro até Sua Majestade, que Deus guarde, confirmar o posto de gentil homem ao sobredito Antônio Rodrigues. Santos, 13 de julho de 1709

José Monteiro de Matos

(25) 13-03-1709

Escrito de Lourenço Velho Cabral, lançado nesta nota, a requerimento do muito reverendo Padre Antonio Bicudo de Siqueira, e é o que se segue.

Senhor Capitão Manoel Fernandes Pinto, o meu maior interesse foi ver eu que Vossas Mercês estavam divididos, e a hora que Vossas Mercês estão juntos é a que mais estimo, para o seu bem, de Vossas Mercês, e de todos nós outros. Façam Vossas Mercês a diligência de prender a João Ferreira e aos mais que lhe fizerem companhia. E dado o caso que tomem armas, sem que se queiram entregar por bem, seja a prisão feita com todo o rigor. E, com segunda ordem nossa, poderão Vossas Mercês fazer o que lhes determinarem. E a Vossa Mercê guarde Deus muitos anos. Treze de março de mil setecentos e nove anos, amigo e muito criado de Vossa Mercê, Lourenço Velho Cabral. E não se continha mais no dito escrito, que o dito Lourenço Velho Cabral, sendo juiz ordinário da vila de Guaratinguetá, escreveu a esse Manoel Fernandes, morador na dita vila, nesse bairro chamado Guaipacaré, que eu tabelião aqui trasladei bem e fielmente, e o tornei ao dito Reverendo Padre, por fazer a bem de sua justiça todas as vezes que lhe for necessário. E corri e consertei, escrevi e assinei, aos catorze dias do mês de agosto de mil setecentos e nove anos, eu, João de Souza Dias, tabelião, o escrevi e conferi.

Consertado com o próprio por mim, sobredito tabelião, João de Souza Dias

(26) 27-08-1709

*Escritura de dinheiro a ganhos que faz Diogo
Arias d'Aguirre a Salvador Moreira de
Castilho, todos moradores nesta vila.*

Saibam quantos este público instrumento de escritura de dinheiro a ganhos virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e nove anos, aos vinte e sete dias do mês de agosto do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, partes do Brasil etc., nesta dita vila, em pousadas de mim tabelião adiante nomeado, apareceu Diogo Arias de Aguirre, aqui morador. E por ele me foi dito, em presença das testemunhas no fim desta, assinadas, que sendo nos quatro dias do mês de junho passado deste mesmo ano, lhere Salvador Moreira de Castilho, também aqui morador, cento e oitenta mil e seiscentos réis em dinheiro de contado, os quais ele outorgante tomou desde esse tempo à razão de juros de oito por cento, como é estilo nesta vila, por tempo de um ano, ou por tudo o mais que em seu poder estiver, até fazer real entrega e pagamento tanto de principal como dos juros que vencidos forem no tempo dele, sem a isso pôr dúvida alguma em juízo nem fora dele. E para maior segurança obrigou sua pessoa e bens móveis e de raiz, havidos e por haver, e ofereceu por seu fiador e principal pagador a Antônio Arias Correia, o qual foi aceito pelo dito Salvador Moreira de Castilho. E tanto o fiado como o fiador se obrigaram por suas pessoas e bens móveis e de raiz, havidos e por haver, e se obrigaram a fazer este pagamento no dito tempo consignado, dizendo que, se nesta escritura de direito e obrigação faltarem algumas cláusulas ou solenidades em direito necessárias para maior vigor dela, que eles aqui as haviam por postas, firmes e valiosas, como se de cada uma delas fizessem expressa e declarada menção, em fé de verdade. Assim o outorgaram e pediu que lhe fizesse esta escritura de obrigação nesta nota, que aceitou. E eu tabelião, como pessoa pública estipulante e aceitante, aceito em nome de quem tocar o direito dela, e assinou com testemunhas presentes Antônio Pio Ferreira e Antônio Correia Silva, todos moradores nesta vila e pessoas conhecidas pelas próprias de mim tabelião. João de

Souza Dias o escrevi.

Diogo Arias de Aguirre
Antonio Pio Ferreira

Antônio Correia Silva
Antônio Arias Correia

(27) 28-08-1709

*Créditos do Capitão Sebastião de Siqueira Gil,
lançados nesta nota com despacho do juiz ordinário,
o Capitão Jerônimo Ferreira de Melo. São os
seguintes.*

Diz Sebastião de Siqueira Gil, morador nesta vila, que ele quer mandar para as minas a fazer suas cobranças quatro créditos de várias pessoas. E, como haja nos longes do caminho riscos de passagens e outros mais, pede a Vossa Mercê que lhe faça mercê mandar que se lhe lancem ditos créditos no Livro de notas, em modo que faça fê. E Receberá Mercê. Despacho: o tabelião lance os créditos nas notas. Taubaté, vinte e oito de agosto de setecentos e nove anos, Ferreira. Segue-se o primeiro crédito.

Digo eu, Salvador Gil, que eu devo ao Capitão Sebastião de Siqueira Gil, doze libras de ouro em pó, procedidas de um areal que lhe comprei em Guarapiranga, com cinquenta e uma cabeças de porcos e com o milho e plantas que se acharam no areal, assim no paiol como no plantado e na roça. E assim mais oito alavancas e doze almocafres, dez machados, dezessete foices e nove enxadas, e as bateias que se acharam, e um cavalo selado e enfreado, o que tudo comprei a meu contento assim em preço como em bondade. As quais ditas doze libras de ouro em pó pagarei a esse dito senhor ou a quem me este mostrar, da feitura deste a ano e meio sem dúvida nem contradição alguma, para o que quero que este valha como escritura pública e ...nha, e se lhe dê a mesma validade que tem e se dá às que são passadas judicialmente. E como tal faço hipoteca de todos os meus bens, havidos e por haver, futuras e contingentes, e os obrigo, assim eles como minha pessoa, à satisfação desta dívida, até ser realmente satisfeita. E por assim ser verdade, pedi a Manoel da Silva Salgado que este por mim fizesse e como testemunha assinasse. Guarapiranga, quatro de dezembro de mil setecentos e cinco anos, Salvador Gil. Como testemunha, Manoel

da Silva Salgado.

Declaro que devo mais, na forma sobredita, trinta e uma oitavas e meia de ouro em pó, procedidas de um capadote mais que lhe comprei. Dia e era acima, Salvador Gil. Recibo. Tenho recebido à conta deste crédito trinta oitavas de ouro. Por verdade passei este hoje, vinte e nove de abril de mil setecentos e sete anos. Sebastião de Siqueira Gil.

Segundo: Devo ao Capitão Sebastião de Siqueira Gil cento e quarenta e cinco oitavas de ouro, procedidas de ouro de empréstimo e milho que lhe era a dever Nazário, a qual dita quantia me obrigo pelo dito a satisfazer por todo o mês de outubro próximo deste presente ano, ao dito senhor ou a quem este me mostrar sem dúvida nem contradição alguma. E por verdade fiz este de minha letra e sinal. Borda do Campo, quinze de março de mil setecentos e seis. Valentim Rodrigues.

Terceiro crédito: Digo eu, o Coronel Pedro da Fonseca Magalhães, que devo a meu compadre, o Senhor Capitão Sebastião de Siqueira Gil, cento e vinte e oito oitavas de ouro em pó que me emprestou, as quais pagarei a ele ou a quem este me mostrar à minha chegada a povoado, para o que obrigo minha pessoa e bens, havidos e por haver, e, para segurança desta dívida, dou por fiador e principal pagador a meu genro Lourenço Henrique do Prado. Minas Gerais e Ouro Preto, vinte e oito de fevereiro de mil setecentos e seis. Pedro da Fonseca Magalhães. Como fiador e principal pagador, Lourenço Henrique do Prado.

Quarto crédito: Devo a meu tio, o Senhor Sebastião de Siqueira Gil, doze oitavas de ouro em pó, as quais cobre de Domingos Borges nas Minas Gerais, e lhas pagarei todas as vezes que mas pedir. Taubaté, dois de setembro de mil setecentos e oito. Lourenço Henrique do Prado. E não se continha mais nos ditos quatro créditos como acima se vêem, que aqui trasladei bem fielmente e os tornei à parte, aos quais me reporto. E os corri e consertei, escrevi e assinei aos vinte e oito de agosto de mil setecentos e nove anos. Eu, João de Souza Dias, tabelião, o escrevi.

Consertado com os próprios por mim, sobredito tabelião, João de Souza Dias

(28) 29-08-1709

Escritura de dívida que faz o Capitão Francisco de Almeida Gago, dos bens e dinheiro que deve à fazenda de Domingos Gonçalves, que se matou perto do seu sítio, de dois negros que comprou em praça, pertencentes ao dito defunto.

Saibam quantos este público instrumento de escritura de dívida virem, que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e nove anos, aos vinte e nove dias do mês de agosto do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, partes do Brasil etc. Nesta dita vila, em casas do Capitão Francisco de Almeida Gago, onde eu tabelião adiante nomeado fui chamado e, sendo lá, por ele me foi dito que arrematou em praça dois negros de Guiné, aos catorze de julho, dos bens que são da fazenda que pertence a Domingos Gonçalves, homem forasteiro, já defunto, como constava do inventário que se fez por sua morte, em cujo leilão arrematou o negro José por cento e quarenta mil e quinhentos, e o negro Pedro por cento e oitenta mil e quinhentos réis, quantias que, ambas, fariam, em cheio, trezentos e vinte e um mil réis, os quais se obrigava a pagar em cheio todas as vezes que por quaisquer justiças a quem pertencer, da feitura desta a um ano, sem a isso pôr dúvida alguma, tanto aos juízos desta vila como a outras quaisquer, por quem a dita quantia lhe for pedida. E, para segurança deste pagamento, obrigou sua pessoa e bens, móveis e de raiz, havidos e por haver, hipotecando um sítio na roça e umas casas da vila junto à cadeia, e todos os mais bens que se acharem ser seus, para tal pagamento, no dito tempo consignado de um ano para a satisfação desta escritura. E se nela faltarem algumas cláusulas ou solenidades em direito necessárias que ele outorgante aqui as havia por postas e declaradas, como se de cada uma delas fizera expressa menção em fé de verdade, assim o outorgou e pediu a mim tabelião que lhe fizesse esta escritura de dívida nesta nota, que aceitou. E eu sobredito, como pessoa publica estipulante e aceitante, aceito, em nome de quem tocar o direito dela, na qual o outorgante assinou com testemunhas presentes. José Cardoso Guterres e Pedro da Fonseca de Carvalho, todos

moradores nesta vila e pessoas conhecidas pelas próprias de mim tabelião.
João de Souza Dias, tabelião, o escrevi.

Pedro da Fonseca de Carvalho

José Cardoso Guterres

Francisco de

Almeida Gago

(29) 30-08-1709

Crédito que pertence ao Capitão

Sebastião de Siqueira

Gil, lançado nesta nota a seu

requerimento. E é o seguinte.

Digo eu, Ambrósio Caldeira Brant, que é verdade que comprei duas datas e meia de terras ao Senhor Capitão Belquior Félix Correia, partindo com o Padre Barreto, por preço de trezentas e cinquenta oitavas, as quais lhe pagarei a ele, ou a quem este me mostrar, por todo o mês de setembro deste presente ano de mil setecentos e sete. E por clareza lhe passei este escrito de obrigação, por mim assinado. Rio das Mortes, hoje, quatro de abril, mil setecentos e sete anos. Ambrósio Caldeira Brant. E não se continha mais no dito crédito, lançado à instância do Capitão Sebastião de Siqueira Gil, neste meu livro de notas, bem e fielmente, ao qual me reporto, que o tomei à parte e o corri e consertei, escrevi e assinei, aos trinta dias do mês de agosto de mil setecentos e nove anos. João de Souza Dias, tabelião, o escrevi.

Consertado com o próprio por mim tabelião, João de Souza Dias

(30) 03-10-1709

Créditos do muito reverendo vigário da vara nesta

vila, o Padre Antônio Barreto de Lima, lançados

nesta nota com despacho do juiz ordinário

Jerônimo Ferreira de Melo. E é o que se segue.

Diz o Padre Vigário Antônio Barreto de Lima, morador nesta vila, que ele quer mandar para as minas dois créditos, a fazer suas cobranças. E porque pelos caminhos delas há vários riscos de passagens e outros mais

inconvenientes, lhe é necessário que sejam os ditos dois créditos lançados nas notas para segurança deles. Portanto, pede a Vossa Mercê lhe faça a mercê de mandar, por seu despacho, que sejam os ditos créditos lançados, em modo que faça fê. E Receberá Mercê. Despacho: o tabelião lance os créditos contidos. Taubaté, três de outubro de setecentos e nove. Ferreira. Segue-se o primeiro crédito.

Aos dezesseis dias do mês de julho de mil setecentos e oito anos, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, em pousadas de mim tabelião adiante nomeado e assinado, apareceu Paulo Duarte Coelho, habitante nas Minas, e por ele me foi dito que era a dever, e com efeito devia, ao reverendo vigário da vara, o Padre Antônio Barreto de Lima, quinhentas oitavas de ouro em pó, procedidas de outras tantas que lhe havia emprestado a seu contento. E por este se obrigava a fazer boa a sobredita quantia ao sobredito reverendo vigário, ou a sua ordem, da chegada dele outorgante às Minas há três meses, para o que deu por seus fiadores e principais pagadores ao Capitão Sebastião de Siqueira Gil e ao Capitão Francisco Álvares Correia que, junto com ele fiado, disseram que obrigavam suas pessoas e bens móveis e de raiz, havidos e por haver, à satisfação da sobredita quantia. Em fê de verdade pediram a mim tabelião lhe fizesse este, que, disseram, queriam que valesse como se fora uma escritura pública. E por ela não seriam ouvidos em juízo nem fora dele e sem contradição alguma, por firmeza do que assinou o dito fiado com os fiadores. Eu, Felipe Moreira Queimado, tabelião, o escrevi. Felipe Moreira Queimado, Paulo Duarte Coelho, Sebastião de Siqueira Gil, Francisco Correia.

Segundo crédito: Aos cinco dias do mês de novembro de mil setecentos e oito anos, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, em pousadas de mim tabelião adiante nomeado e assinado, apareceu o Capitão Paulo Duarte Coelho, assistente nas Minas e ora nesta dita vila, pelo qual me foi dito que era a dever, e com efeito devia, ao reverendo padre vigário da vara desta vila, o Padre Antônio Barreto de Lima, a quantia de duzentas e quarenta oitavas de ouro em pó, procedidas de outras tantas que lhe emprestou em ouro de receber. A qual quantia, disse ele outorgante, se obrigava a pagar ao sobredito reverendo padre vigário da vara, ou a ordem da sua chegada nas Minas, para onde estava

de partida daqui a três meses, para o que disse que obrigava sua pessoa e bens, móveis e de raiz, havidos e por haver, faltando no sobredito tempo consignado, em fê de verdade do que pediu a mim tabelião que lhe fizesse este, que, disse, queria que valesse como se fora uma escritura pública. E por ele não seria ouvido em juízo, nem fora dele, antes sim seria obrigado a satisfazer a sobredita quantia de ouro na forma que acima declarado tinha. Por verdade do que assinou aqui comigo tabelião Felipe Moreira Queimado, que o escrevi. Paulo Duarte Coelho, Felipe Moreira Queimado, que o escrevi. E não se continha mais nos ditos dois créditos que eu tabelião aqui trasladei bem e fielmente, e os tornei à parte, corri e consertei, escrevi e assinei aos três dias do mês de outubro de mil setecentos e nove anos. João de Souza Dias, tabelião com provisão do governador do Rio de Janeiro, o escrevi e assinei.

Consertados com os próprios, que os tomei à parte por mim, sobre dito tabelião,

João de Souza Dias

(31) 04-10-1709

Créditos de Manoel da Silva Salgado, lançados nesta nota a seu requerimento, com despacho do juiz ordinário, o Capitão Jerônimo Ferreira de Melo. E são os seguintes.

Diz Manoel da Silva Salgado que ele suplicante quer remeter para as Minas os créditos que apresenta. E como sucedem pelo caminho delas muitos e vários roubos, com riscos de passagens e outros mais que corre qualquer coisa que para elas se remetem, pede a Vossa Mercê que lhe faça mercê de mandar por seu despacho que sejam os ditos créditos lançados nas notas, em modo que faça fé. E Receberá Mercê. Despacho: o tabelião lance os créditos contidos como se pede. Taubaté, quatro de outubro de setecentos e nove. Ferreira. Segue-se o primeiro crédito:

Devo a Manoel da Silva Salgado vinte e um mil quatrocentos e quarenta réis, procedidos de fazenda que lhe comprei a meu contento, os quais ditos vinte mil quatrocentos e quarenta, digo, vinte e um mil quatrocentos e quarenta réis pagarei a ele dito, ou a quem este me mostrar por todo o mês de junho deste presente ano, em dinheiro de contado. Por

ser verdade lhe passei este. Taubaté, quatorze de abril de mil setecentos e cinco anos. Domingos da Cunha do Prado.

Segundo crédito: Digo eu, Felipe Cabral, que é verdade que devo ao Senhor Manoel da Silva Salgado, dezoito oitavas e meia de ouro em pó, procedidos de fazenda, as quais pagarei ao dito ou a quem este me mostrar, por todo o mês de outubro próximo. E, por assim ser verdade, lhe passei este, em que assinei, hoje, vinte e três de abril de mil setecentos e dois anos. Felipe Cabral.

Terceiro crédito: Devo a Manoel da Silva Salgado, duzentos e dez mil e quinhentos e oitenta réis, procedidos de fazenda que lhe tomei na sua loja a meu contento, assim em preso como em bondade. Os quais ditos duzentos e dez mil e quinhentos e oitenta réis pagarei a ele dito, ou a quem este me mostrar por todo o mês de dezembro próximo, deste presente ano, sem dúvida nem contradição alguma. E, quando assim a não faça, pagarei os ganhos que correrão até real entrega, a oito por cento cada ano, como é uso e costume, para o que obrigo minha pessoa e bens móveis e de raiz, havidos e por haver, futuros e contingentes, para adita satisfação. E, por assim ser verdade, pedi e roguei a Francisco Álvares de Castilho este por mim fizesse e assinasse como testemunha. Hoje, dois de outubro de mil setecentos e nove anos. Assino como testemunha, Francisco Álvares de Castilho, Gaspar Vaz da Cunha. Devo mais na sobredita forma quarenta mil réis. Taubaté, dia e era acima. Gaspar Vaz da Cunha.

Segue-se o quarto crédito: Digo eu que devo a Manoel da Silva Salgado setenta e seis mil réis e oitocentos, procedidos de um cavalo que lhe comprei a meu contento. A qual quantia pagarei a ele ou a quem este me mostrar por todo o mês de dezembro próximo, deste presente ano. E, quando no dito tempo não satisfaça a sobredita quantia, começarão a correr ganhos de oito por cento do primeiro de janeiro por diante, até real entrega. Taubaté, hoje, sete de setembro de mil setecentos e nove anos. Luís Cabral do Prado. Achei mais por baixo deste sinal, que dizia: Mais pagarei na sobredita forma cinco mil e setecentos réis. Luís Cabral do Prado.

Segue-se o quinto crédito: Devo e pagarei ao Senhor Manoel da Silva Salgado, ou a quem este me mostrar, trinta e um mil e quatrocentos e

sessenta réis em dinheiro de contado, procedidos de fazenda e dinheiro que lhe tomei, os quais pagarei todas as vezes que mos pedirem. E por verdade passei este, por mim feito e assinado. Taubaté, cinco de novembro de mil setecentos e oito anos. Paulo Duarte Coelho.

Segue-se o sexto crédito: Devo a meu primo, o Senhor Manoel da Silva Salgado, trezentos e onze mil e quarenta réis, que tanto tem pago por mim, os quais pagarei por todo o mês de novembro próximo. E para clareza passei este por mim feito e assinado. Taubaté, dois de outubro de mil setecentos e oito. Lourenço Henrique do Prado. E não se continha mais nos ditos créditos, que os tornei à parte, os quais eu tabelião aqui tresladei bem e fielmente dos próprios, aos quais me reporto. E os corri e consertei, escrevi e assinei, aos quatro de outubro de mil setecentos e nove anos. Eu, João de Souza Dias, tabelião, o escrevi.

Consertado com os próprios, que os tornei à parte, por mim tabelião,
João de Souza Dias

(32) 29-10-1709

*Escritura de alforria feita por Maria
Cardoso, dona viúva, a João, de sua
administração, moradores nesta vila.*

Saibam quantos este público instrumento de escritura de alforria virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e nove anos, aos vinte e nove dias do mês de outubro do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo, partes do Brasil etc. Nesta dita vila, em pousadas de Maria Cardoso, dona viúva aqui moradora, onde eu tabelião adiante nomeado fui chamado, e, sendo lá, a achei presente. E logo por ela me foi dito em presença das testemunhas no fim desta assinadas que, entre os mais bens que possui, há um mameluco por nome João, filho de uma negra de sua administração, por nome Ana, e de um homem branco. E, atendendo à liberdade que se deve dar a semelhantes mamelucos, conforme o alvará de Sua Majestade, que Deus guarde, o que suposto e para mais razão estar ela dita outorgante paga, entregue e satisfeita

de quatro mil réis em dinheiro de contado, que eu tabelião dou minha fé de ver a ela outorgante receber da mão de Gabriel Pimenta de Oliveira, cujo pai se diz com certeza ser do dito João. E por este presente instrumento lhe dava, como logo deu, ao dito João, alforria e liberdade de sua livre vontade, sem constrangimento de pessoa alguma e, de hoje para todo o sempre, o havia por livre e isento de toda a servidão ou administração, para que, assim no presente como adiante, nenhuma pessoa, de qualquer qualidade que seja, assim seus herdeiros presentes como futuros, possam obrigar e constranger ao dito João, porque ela outorgante, de sua livre e desembargada vontade, queria e era contente que fosse o dito João livre e desimpedido de toda a administração, de hoje para todo o sempre. E que, por nenhum modo ou estilo judicial, poderão seus herdeiros, presentes ou futuros, contrariar o teor e forma desta alforria, por ser assim sua livre vontade. E pede às justiças de Sua Majestade que façam dar a esta alforria inteiro cumprimento em favor do dito João. E declarou ela outorgante que, se nesta escritura de Alforria faltarem algumas cláusulas ou pontos de direito necessários para mais validade dela, as havia aqui por postas, expressas e declaradas, como se de cada uma delas fizera especificada menção, para que, em tudo e por tudo, seja firme e valiosa em fé de verdade. Assim a disse e outorgou, pediu e aceitou, e mandou fazer este instrumento, que eu tabelião, como pessoa pública estipulante e aceitante, aceito em nome de quem tocar o direito dela, sendo a tudo testemunhas presentes, que assinaram com João Viera de Almeida, que a rogo da outorgante por ela assinou. Francisco Pereira Dias e João Rodrigues Montemor, todos moradores nesta vila, e pessoas conhecidas de mim tabelião. João de Souza Dias o escrevi.

João Rodrigues Montemor A rogo da outorgante Maria Cardoso,
assino

João Vieira de Almeida
Francisco Pereira Dias

(33) 29-11-1709

Cópia Número 26
Senhor

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sem embargo de ter resolvido e se vos ter ordenado que fizésseis arrendar a arrecadação dos quintos do ouro das Minas do distrito dessa capitania de São Paulo, por comarcas, pelo menor tempo que pudesse ser e que vos parecendo não ser razoável o preço dos arrendamentos, ou que não podia ter prática esta forma de cobrança, usareis de outro meio que se oferecesse, pelo qual, sem violência nem opressão dos vassallos, se utilizasse mais a minha fazenda. E me pareceu vos dizer que sou informado que o meio mais eficaz, suave e seguro para a arrecadação dos quintos, ainda no caso que se tenham de arrendar, é estabelecer uma avença, pela qual todas as pessoas que a ocuparem nas ditas minas, pagarão uma coisa certa por dia, a respeito do ouro que se costuma tirar daquela parte em que minerarem. Farão o pagamento aos meses, ou aos quartéis, com declaração de que a avença se faça favorável aos lavradores do ouro, e da maneira que reconheçam que mais foi mercê que lhes fiz nesta forma de cobrança, do que tributo que se lhes impôs. E assim vos ordeno que executeis nesta conformidade, ainda no caso que vos pareça que se devem arrendar os quintos do ouro, porque assim o hei por bem e oferecendo-se algum inconveniente, suspendereis a execução dessa ordem e me dareis conta. Escrita em Lisboa a 29 de novembro de 1709. Rei

Joaquim Miguel Lopes de Lavre

(34) 07-1-1709

Testamento de Mariana de Freitas

Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas e um só Deus verdadeiro. Saibam quantos este instrumento virem como, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e nove anos, aos sete dias do mês de dezembro, eu, Mariana de Freitas, estando em meu perfeito juízo e entendimento que Nosso Senhor me deu, são e com saúde, temendo-me da morte que me pode suceder repentina, pois a tudo está sujeita a miséria humana, e desejando pôr minha alma no caminho da salvação, por não saber o que Deus nosso senhor de mim quer fazer e quando será servido de me levar para si, faço este

testamento na forma seguinte.

Primeiramente encomendo minha alma à Santíssima Trindade, que a criou, e rogo ao Padre Eterno, pela morte e paixão de seu Unigênito Filho, a queira receber, como recebeu a sua, estando para morrer na árvore da Vera Cruz. E a meu Senhor Jesus Cristo, peço, por suas divinas chagas, que, já que nesta vida me fez mercê de dar seu precioso sangue e merecimentos de seus trabalhos, me faça também mercê, na vida que esperamos, de dar o prêmio deles, que é a glória. E peço e rogo à gloriosa Virgem Maria, Senhora Nossa, Madre de Deus, e a todos os santos da corte celestial, particularmente ao anjo da minha guarda, à santa de meu nome, ao patriarca São Francisco das Chagas e ao glorioso São Miguel, aos quais tenho devoção, queiram por mim interceder e rogar a meu senhor Jesus Cristo, agora e quando minha alma deste corpo sair. Porque, como verdadeira cristã, protesto de viver e morrer na santa fé católica, e crer o que tem e crê a Santa Madre Igreja de Roma. E nesta fé espero salvar minha alma, não por meus merecimentos, mas pelos da Santíssima Paixão do Unigênito Filho de Deus.

Rogo a meu genro, o capitão João Vaz Cardoso, e a Manuel da Silva Salgado, por serviço de Deus, nosso senhor, e por me fazerem mercê, queiram ser meus testamenteiros. Meu corpo será sepultado no Convento de Santa Clara, desta vila de Taubaté, no lugar deputado para os Terceiros, e em hábito de meu padre São Francisco. E será o dito meu corpo levado na tumba desta matriz, e será acompanhado com todas as cruzes e guiões que houver em todas as confrarias desta vila. E peço ao reverendo padre vigário que acompanhe meu corpo, de que se dará a esmola costumada. Por minha alma, deixo que se faça um ofício solene de nove lições, no dia do saimento que fizerem meus filhos, e seja na mesma igreja onde estarei sepultada. Deixo mais que se digam por minha alma trinta e seis missas, a saber: cinco a Nosso Senhor Jesus Cristo; cinco, digo, dez a Nossa Senhora da Conceição; cinco a Nossa Senhora do Rosário; outras cinco a Nossa Senhora do Pilar; cinco ao meu Anjo da Guarda; mais três a São Francisco das Chagas, meu padre, e três a São Miguel.

Declaro que sou natural da vila de São Paulo, filha legítima de

Manuel Fernandes Iegra, e de Maria Cubas, já defuntos. Declaro que fui casada com o capitão Amaro Gil Cortês, in facie ecclesiae, nesta vila, de que tivemos onze filhos, a saber: Miguel, Salvador, Manuel, Sebastião e Francisco, que morreu, sendo filho-família, Florência, Maria, Ana, Maria, Francisca e Maria, os quais são meus legítimos herdeiros.

Declaro que, das filhas, casei três, a saber: Florência com Antônio Jorge Pais, Francisca com João Vaz Cardoso e Maria de Todos os Santos com Domingos Rodrigues do Prado, os quais dotei conforme minha pobreza e possibilidade, incluindo nos dotes a herança que lhes tocava da parte de seu pai.

Declaro que aos dois, o capitão João Vaz e Antônio Jorge, não dei rol, e só dei a Domingos Rodrigues, o que suposto, todos estão pagos do que lhes prometi. Declaro que, de cem braças que vão a cada um, na paragem chamada Itapecerica, não têm os dois clareza alguma. E, no que respeitava a Antônio Jorge, não há dúvida, porque as vendeu com escritura passada, pela qual se governará, e Domingos Rodrigues, pelo seu rol. E, como José Vaz não tem clareza, me é forçoso declarar que, partindo de uma banda com Antônio Jorge e da outra com Domingos Rodrigues lhe dei cem braças com todo o sertão.

Declaro que me restam duzentas braças dos ditos dotes para a parte do sítio que foi de Antônio de Siqueira, com todo o sertão que tiver. Deixo que se dê de dote a uma filha solteira por nome Maria.

Declaro que, na paragem chamada Itanhi, tenho uns sobejos de terra, partindo com os ... a quantidade que se achar, as quais deixo às duas freiras, assim na conta da terça de seu pai como da minha, por lhes serem convenientes e serem pobres.

Declaro que tenho mais terras e chãos, que constarão das escrituras e cartas que estão na minha caixa, das quais terras e chãos se podem inteirar os mais herdeiros ... contra fazerem o que tenho disposto.

Declaro que tenho umas moradas de casa nesta vila, partindo com Bento da Costa de uma parte, e da outra com Manuel da Silva Salgado, as quais venderão os meus testamenteiros para satisfazer os meus sepultamento e enterramento. E o que restar entregarão aos meus herdeiros, para que

repartam entre si.

Declaro que uma moleca por nome Teresa é das duas freiras, que seu cunhado João Vaz lhes deu de esmola, em que nem eu, nem meus herdeiros têm parte.

Declaro que de móveis não tenho mais que um tacho meão, uma, digo, duas bacias, uma prensa, cinco pratos de estanho pequenos, e não há mais coisa alguma.

Declaro que sou pobre, e há vinte anos que vivo de portas adentro com meu genro João Vaz, e à sua sombra, comendo e vestindo-me da sua fazenda.

Declaro que, por morte de meu marido, o pouco que ficou me entregou a Justiça, para que sustentasse os filhos e os alimentasse, como assim o fiz. De que acho que lhes não devo coisa alguma, porque nem vendi, nem vesti, digo, dispus de coisa alguma. Tudo eles gastaram, exceto as peças do gentio da terra, que morreram por conta de todos.

Declaro que meu filho Sebastião, enquanto viveu comigo, vestiu, calçou e gastou, para se portar em limpeza sua, muito mais do que lhe tocava de sua herança, de seu pai.

Declaro que não devo coisa alguma a alguém, e nem a mim se me deve. E, porque poderá suceder algum remorso de minha consciência, o que não acho, peço que me comprem duas bulas de composição.

Declaro que, se sobejar - do que duvido - alguma coisa de minha terça, se dê a minha filha Maria Dias, a quem instituo por herdeira do remanescente da dita terça, havendo.

E, por esta maneira, dei este meu testamento por cerrado e acabado. E, se porventura tenho feito outro testamento ou codicilo, o revogo, ainda que antes deste o tenha feito, ainda que seja entre filhos, por mais cláusulas que tenha derogatórias deste, expressas ou tácitas, e ainda que sejam insólitas e derogatórias, e ainda que aqui se houvessem de pôr de verbo ad verbum, porque as hei por postas e declaradas, e ainda que diga em algum dos precedentes testamentos que não valha nenhum que adiante fizer, se não tiver certo sinal ou orações, ou palavras. Para satisfazer meus legados ad causas pias aqui declaradas e dar expediente ao

mais que neste meu testamento ordeno, torno a pedir ao senhor meu genro, o capitão João Vaz Cardoso, e ao senhor Manuel da Silva Salgado, por serviço de Deus Nosso Senhor, e por me fazerem mercê, queiram aceitar serem meus testamenteiros, como no princípio deste testamento peço, aos quais, e a cada um in solidum, dou todo o poder que em direito posso e for necessário, para de meus bens tomarem e venderem o que necessário for para meu enterramento, como primeiro de meus legados, e paga de minhas dívidas. E, porquanto esta é minha última vontade, do modo que tenho dito, rogo a José Leitão de Abreu, que este fez, que assine por mim, por eu não saber ler nem escrever. Nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, em minha própria casa, aos sete dias do mês de dezembro de mil setecentos e nove anos. Assino a rogo da testadora, Mariana de Freitas, José Leitão de Abreu.

Em nome de Deus, amém. Saibam quantos este público instrumento de aprovação de testamento virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e nove, aos nove dias do mês de dezembro do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo, por Sua Majestade, partes do Brasil etc. Nesta dita vila, em pousadas de Mariana de Freitas, onde eu tabelião fui chamado, e, sendo lá, a achei sã e em seu perfeito juízo, e logo de sua mão me foi dado este papel, que é uma folha, e nela escritas três laudas, e, nas quatro, duas regras onde comecei esta aprovação, dizendo-me que era o seu solene testamento, que o havia mandado escrever por José Leitão de Abreu, e por ela assinado, e me pedia que lho aprovasse, porque ela o havia por aprovado, o qual eu tomei, e, por me dizer que estava da mesma sorte que o aditara, lho aprovei e hei por aprovado, tanto quanto de direito posso aprovar. Dizendo-me que por ser assim e o contido nele sua última vontade, requeria às Justiças de Sua Majestade que lho fizessem cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém. Do que de tudo dou minha fê, sendo testemunhas presentes Duarte Gomes de Faria, Alberto Pires Raposo, Miguel Pinheiro, Pedro de Barros, digo, Pedro da Silva Freire, Matias Martins e eu, que assinei, por a testadora não saber escrever, a seu rogo, e assinei em público e raso com

meus sinais costumados. João de Souza Dias, em dito dia, mês e ano ut supra, em testemunho de verdade.

João de Sousa Dias
A rogo da testadora,
por não saber escrever,
assino,
João de Sousa Dias
Pedro da Silva Freire
Alberto Peres Raposo
Miguel Pinheiro
Duarte Gomes de Farias
Matias Martins Castro

Aos dez dias do mês de junho de mil setecentos e dez anos, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, nas casas e moradas do juiz ordinário, o capitão Antônio Garcia da Cunha, aí, pelo secretário da Irmandade Terceira de nosso padre São Francisco, foi apresentado este testamento, de Mariana de Freitas, lacrado com três pingos de lacre de cada banda, sem outro nenhum desmando nem vício algum, nem no fecho, nem na escrita, de que de tudo mandou o dito juiz fazer este termo de abertura, em que assinou. Eu, João de Souza Dias, tabelião, o escrevi.

Antônio Garcia da Cunha
Cumpra-se como nele se contém. Taubaté,
10 de junho de 1710.
Garcia

(35) 1710

A Fortaleza da planta junta, que é um quadrado, deve-se fazer na praia da Barra Grande da Praça de Santos para a sua defesa, entrada dos navios e, ainda, impedir-se que larguem gente em terra com lanchas nas praias vizinhas a ela e da outra banda da fortaleza de Santo Amaro, cuja artilharia cruza a dita barra com pouca distância e o canal por onde passam todas as embarcações que entram ou saem. E suposto que a dita fortaleza

podia-se fazer mais chegada à Vila de São Vicente, não é tão conveniente, porque defendendo esta praia, não se pode defender o canal, por onde passam as embarcações que vem pela Barra Grande e, por esta razão, se deve fazer neste sitio, e não em outro.

O sitio elegido tem as conveniências seguintes: bons ares, água, e lenha, circunstâncias mais necessárias para se conservar a guarnição, e a delineei como mostra a planta, por me parecer que a dita fortaleza não só fica sendo toda a defesa da Barra, mas também, ainda que o inimigo tome a terra, poderá a dita fortaleza, tendo munições de guerra e boca, conservar-se largo tempo, até ser socorrida, porque além da sua igual defesa, tem o inimigo a dificuldade de fazer aproches sobre a área e a água. E suposto pareça que, da parte do mar, devia ter mais baterias, entendo que nos dois flancos, faces e cortina, se lhe pode acomodar bastante artilharia e, quando pareça ser esta pouca, se poderão levantar cavaleiros que sirvam de baterias altas.

Se me disserem que a guarnição do presídio é pouca e que, sendo a fortaleza de quatro baluartes, carece de maior, respondo que, como esta fortaleza seja a principal defesa da barra, e não as outras deste porto por mal erigidas, nem as defesas capazes, sem água dentro, causa porque estão condenadas, sem perda do inimigo, se lhe poderá diminuir a guarnição e aumentar a da dita fortaleza, a que se poderá agregar, na ocasião, a ordenança destes contornos e de serra acima, a qual pelejará coberta, sem o prejuízo de se ausentar do campo.

No que toca à despesa, não será pouca porque a pedra há de vir em barcos e conduzir-se do porto em carros. E pela Fazenda Real será grande, não só pela dificuldade da pedra, mas pelos descaminhos que tem nesta parte em que não há empreiteiros que as transpassem a área por cento e cinquenta mil cruzados, pouco mais ou menos. E como João de Castro se obriga a fazê-la em seis anos, pela Fazenda Real não poderá conseguir-se em menos, porque para esta fabricação são necessários barcos, carros, ferramentas, e sadios trabalhadores, de que há grande falta.

Muito do que tem já o dito João de Castro é a quantidade de serviços com que cultiva mantimentos, motivo porque a poderá fazer

mais breve, e ainda quando as consignações e rendas da Fazenda Real são tão tênues, como me deixaram os ministros daquela praça. E por todas estas elevadas razões, parece-me se deve aceitar fazê-la o dito João de Castro, a sua custa. Sua Majestade, que Deus guarde, resolverá o que mais conveniente for a seu real serviço etc.

Pedro Gomes Chaves

(36) 08-05-1710

Escritura de alforria e liberdade que faz Materiana Cabral, moradora nesta vila, a uma negra de sua administração chamada Ana e a um filho da dita negra por nome Pedro, pelos bons serviços que de ambos tem recebido.

Saibam quantos este público instrumento de escritura de alforria e liberdade virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e dez, aos oito dias do mês de maio do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, partes do Brasil etc., nesta dita vila, em pousadas de mim tabelião adiante nomeado, apareceu Materiana Cabral. E por ela me foi dito, em presença das testemunhas no fim desta assinadas, que possuía de seu uma negra do gentio da terra por nome Ana, a qual a tem servido haverá doze ou catorze anos, com muita diligência e cuidado. Neste tempo teve, como no presente tem, um filho que diz ser de um homem branco o qual também a tem servido desde sua meninice até o presente com muito mais diligência que sua dita mãe. E nem um nem outra lhe tem faltado a qualquer tempo de sua obrigação. E, atendendo a ela ser mulher velha e doentia que, em qualquer hora que Deus seja servido, poderá morrer sem ela poder pagar a estes seus serviços o bom serviço que lhe tem feito, queria desde agora e é contente, como declara em seu testamento, que esta dita negra Ana e seu filho, chamado Pedro, desde agora para todo o sempre sejam, um e outra, forros, libertos, sem obrigação de servidão alguma a ninguém mais que somente à dona, para que se lembre dela em lhe perdoar seus pecados por

fazer aquela obra pia. E lhes dava plenária alforria e liberdade para de si disporem o que forem servidos e irem por onde for suas vontades, como senhores de si e sem impedimento algum de servidão, o que ela fazia pelo amor e temor de Deus e sem constrangimento de pessoa alguma, senão só pelos bons serviços que da dita negra e seu filho tem tido até o presente, e por sempre lhe mostrarem obediência, conhecendo ter-lhe custado sua agência e dinheiro. E, como assim se tinha declarado no particular da dita alforria, pede às justiças de Sua Majestade, que Deus guarde, mandem e façam dar todo inteiro cumprimento a esta alforria e liberdade tão inteiramente como nela se con..., digo, como Sua Majestade e o direito das alforrias dispõem, para que assim fique esta escritura de alforria desde agora vigorosa. E, se para mais firmeza dela faltarem algumas cláusulas ou solenidades em direito necessárias, disse a dita outorgante que aqui as há por postas e declaradas, firmes e valiosas, como se de cada uma delas fizera expressa e declarada menção. Em fé de verdade assim o outorgou e pediu que lhe fizesse esta alforria nesta nota, para dela dar os traslados necessários, a qual aceitou. E eu tabelião, como pessoa pública estipulante e aceitante, aceito em nome de quem toca a direito dela, sendo a tudo testemunhas presentes Luís Cabral do Prado e Salvador Barbosa, que, por a outorgante não saber ler, rogou a Diogo Barbosa que por ela assinasse. Eu, João de Souza Dias, tabelião, o escrevi.

... Siqueira do Prado

Salvador Barbosa Calheiros

A rogo da outorgante, Materiana Cabral, assino, Diogo Barbosa Rego

(37) 15-09-1710

Escritura de doação de cem braças de terras em quadra, que dá Marta de Miranda Muniz, dona viúva, a seu genro Diogo Arias de Aguirre, todos moradores nesta vila.

Saibam quantos este público instrumento de escritura de doação de terras virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de

mil setecentos e dez, aos quinze dias do mês de setembro do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, partes do Brasil etc., nesta dita vila, em casas de Marta de Miranda Muniz, dona viúva, onde eu tabelião adiante nomeado fui chamado. E sendo lá, a achei presente, e por ela me foi dito, em presença das testemunhas no fim desta assinadas, que ela possui, no sítio em que no presente mora, trezentas braças de terras de testada, com o sertão que se achar, que as tinha comprado pelo seu dinheiro de Maria de Brito, que Deus haja, e seus herdeiros, como melhor consta das escrituras que tem, das quais ditas terras, na forma que declarado tem, disse ela outorgante que dava e doava a seu genro Diogo Arias de Aguirre, que lhe prometeu em dote de casamento, e a sua filha, Francisca Cardoso, cem braças de terras, começando de um córrego que lhe serve de aguada, para a banda do Rio da Paraíba, até onde fizer as cem braças, e outras tantas de sertão, que vêm a ficar em quadra. Estas dava, como logo deu, ao dito seu genro e filha, para que as gozem, hajam e possuam como coisa sua, dada em dote de casamento, eles e seus herdeiros, de hoje para todo o sempre. E de si afastava toda a posse, ação, domínio útil e real senhorio que nas ditas terras tinha. E tudo demitia nas pessoas dos ditos doados e seus descendentes, sem mais contradição alguma, como ela as logrou à vista e face de todos, sem impedimento. E por esta se obriga e por todos seus bens móveis e de raiz, a fazer esta data boa, livre e desembargada à sua própria custa. E disse ela outorgante que, se nesta escritura faltarem algumas cláusulas ou solenidades em direito necessárias para mais vigor dela, que aqui as há por postas e declaradas como se de cada uma delas fizera expressa e declarada menção, o que tudo eu tabelião, como pessoa pública estipulante e aceitante, aceito em nome dos ausentes doados, a quem toca o direito desta escritura de doação que a outorgante mandou fazer nesta nota, que aceitou. E por não saber escrever, assinou por ela seu filho, Domingos Vieira Cardoso, sendo testemunhas presentes João Garcia Velho e Manuel Rodrigues do Prado, todos moradores nesta vila, pessoas conhecidas de mim tabelião. João de Souza Dias o escrevi.

João Garcia Velho

por mandado e rogo de minha mãe, a Senhora Marta de Miranda
Muniz, doadora, assino, Domingos Vieira Cardoso
Manuel Rodrigues do Prado

(38) 12-10-1710

Senhor

Oferecesse-me fazer presente a Vossa Majestade, na consideração do muito que é necessário, tratar-se da segurança do porto de Santos, fortificando-se como convém e permite o sitio. Não será fácil poder suprir a Fazenda Real pela falta que há dela e acostumar-se a despender nestas obras com muitos descaminhos e dificuldades e, por haver já poucos índios forros nas aldeias, que são os trabalhadores.

E encarregando-se algum vassalo de a fortificar, a sua custa, com o interesse de qualquer mercê que Vossa Majestade se sirva fazer-lhe, será mais fácil conseguir com brevidade, a respeito do quê, tendo escravos, se escusarão os índios e o muito que cá importam as diárias dos obreiros e oficiais.

E assim me parecia que Vossa Majestade, sendo servido, mandasse ver as condições com que quer tomar por sua conta João de Castro, morador naquela praça, a fabricação de uma fortaleza tão necessária e que fecha aquela entrada. Por ser o sitio nas mesmas suas terras e ele de grandes cabedais, que passa de ter quatrocentos mil cruzados, com muita escravaria, agilidade, zelo e já ter feito muitas obras com conveniência da Fazenda Real, como uma casa para alfândega e quartéis para os soldados, e assistido com farinha para eles, por preços acomodados, em tempo que valiam caras.

Ao sargento-mor e engenheiro tenho ordenado que fizesse as plantas com o governador daquela praça, na mesma forma que comigo se viram os sítios, pois eu todos os corri e examinei, para se remeterem a Vossa Majestade. E quando não venham a tempo para esta embarcação, irão na primeira.

Esta obra já em algum tempo, e no de Artur de Sá, foi avaliada em um mil cruzados e dez anos. Este homem a há de fazer em menos de três e

com muita conveniência, ainda que com trabalho. Pede o ser governador, e seus herdeiros da dita fortaleza e o mais que Vossa Majestade mandará ver do seu requerimento.

Outro, que é paulista e capitão por Vossa Majestade de um fortim, perto da vila no sitio da Itapema, obriga-se também a fazer-lhe o acrescentamento de que necessita e permite o canal, com o interesse das conveniências que espera da real grandeza de Vossa Majestade. Tem cabedal, é brioso, e deseja servir a Vossa Majestade, que mandará resolver, nestes particulares, o que mais conveniente for ao seu real serviço, do que o entender eu as dificuldades e a despesa considerável que haverá, e dilação, fazendo-se estas obras por conta da Fazenda Real, obriga-me a esta sugestão. À real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos. Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá, 12 de outubro de 1710.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho

(39) 16-10-1710

José Gomes de Andrade, escrivão da alçada e sindicatura em as capitânicas do sul por Sua Majestade, que Deus guarde, etc., certifico que, chegando a esta Vila de Santos em os fins de julho deste presente ano, em companhia do Desembargador Sindicante, Antônio da Cunha Sotto Maior, achou-a o dito desembargador a dita vila sem administração alguma de justiça, porque o Doutor João Saraiva de Carvalho, que foi ouvidor geral desta comarca, encontrava-se suspenso do dito cargo havia um ano, pouco mais ou menos, e os juizes ordinários estavam sem confirmação e, da mesma sorte, estavam suspensos todos os mais oficiais de justiça, em o que tudo se proveu.

E, outrossim, certifico que, chegando no mesmo tempo, à dita vila, o Mestre de Campo e Governador dela novamente provido, Manoel Gomes Barbosa, tratou com toda a brevidade, diligência, zelo e cuidado das fortificações e fortalezas desta vila, mandando fazer carretas e cavalgarem muitas peças de artilharia e fazer as plataformas e mais obras necessárias nas ditas fortalezas. E bem assim, mandando fazer também os reparos, valados e trincheiras necessários, assim na marinha, como em as mais

partes necessárias para a melhor defesa da praça, o que tudo vi com meus olhos e o certifico. Dada nesta Vila de Santos, aos dezesseis de outubro de mil, setecentos e dez anos. E eu, José Gomes de Andrade, o fiz escrever todos, escrevi e assinei.

José Gomes de Andrade

(40) 18-10-1710

Oficiais do Senado da Câmara desta Vila de Santos, que servimos este presente ano de mil, setecentos e dez, por eleição etc., certificamos e juramos aos santos evangelhos em como o mestre de campo e governador desta praça, Manoel Gomes Barbosa, tomou posse do governo desta vila e suas fortalezas em os treze dias do mês de agosto deste presente ano, em a câmara desta dita vila, e o está exercitando o dito posto até o presente com toda a pontualidade, satisfação e zelo grandiosíssimos, no serviço de Sua Majestade, que Deus guarde. Por nos ser pedida a presente, a mandamos passar e veio por nós assinada e selada com o selo desta Câmara em os dezoito dias do mês de outubro de mil, setecentos e dez anos. E eu, Manoel de Vasconcellos d'Almada, escrivão da Câmara que o escrevi.

Verissimo da Silva

Francisco de Brito

Manoel Pires de Brito

Domingos Ribeiro

(41) 20-10-1710

João da Veiga, público tabelião do Judicial e Notas, nesta vila do Porto e praça de Santos em seu termo etc, certifico que conheço e reconheço ser a firma acima, posta ao pé da certidão, da própria mão do escrivão da sindicatura José Gomes de Andrada, a qual conheço e reconheço, por ter visto escrever muitas vezes e, por verdade, fiz este reconhecimento. Por mim feito e assinado em público e raso, aos vinte dias do mês de outubro de mil setecentos e dez anos.

João da Veiga

Em testemunho da verdade.

(42) 20-10-1710

A presente planta é uma trincheira que se deve fazer na montanha a que chamam o Monserrate, que está dominando a ilha e descobrindo muita parte da costa e toda a Barra Grande, onde se pode mandar fazer o armazém da pólvora, porque o que de presente serve não é capaz, e está dentro na vila em parte muito perigosa, tanto para acidentes que sucedem, como também se o inimigo chegar à vila não tem nenhuma dificuldade de ganhá-lo, assim por mar, como por terra. E também a muita umidade onde a pólvora está faz com que ela se perca.

Também pode servir este sítio por ser inacessível por todos os lados que os houver desimpedidos, ou é muito custoso ir lá, e muito mais será ao inimigo, indo sem mosquetaria, que artilharia é impossível. E se suceder que o inimigo vença e entre pela barra a mandar gente à vila, poderá o governador, com alguma guarnição, defender-se para o que pode ser feito reforço com pedras para que lhe chegue o socorro de alguma parte, para o que será necessário ter o dito governador mantimentos prevenidos, pois água tem bastante.

Quanto à despesa que se há de fazer, não será muito custo porque em cima da montanha se acham pedra e barro, do que se deve fazer a dita trincheira que não deve ser mais alta que a altura de um parapeito para que os soldados não sejam vistos do inimigo, não porque os possam ofender, apenas para que não venham ao conhecimento da guarnição que lá estiver.

E como o dito sítio é muito irregular e inacessível não se pode acomodar outra figura senão a que se manda, cujas condições não se deve atender, mas sim ao sítio que, com pouca fortificação, se defenderá pelas muitas dificuldades que tem o inimigo de subir. E como o dito sítio está com a maior parte coberto de mato, há de se mandar cortar. Depois de limpo, se poderá ver se é possível acomodar outra figura mais defensável. Isto é o que me parece. O governador, que agora acabou, e o que de presente serve são do mesmo parecer. Santos, 20 de outubro de 1710.

Pedro Gomes Chaves

(43) 25-10-1710

Senhor

Não se deu logo execução ao que Vossa Majestade ordenava, por carta de vinte e sete de novembro do ano passado, que era se fizesse a fortaleza na praia da Barra Grande defronte da fortaleza de Santo Amaro. O grande dispêndio, que esta havia de causar à Fazenda Real, Vossa Majestade verá, pela planta que remete o governador Antônio de Albuquerque ao Conselho.

Nesta terra, há um homem, por nome João de Castro de Oliveira, que se obriga a fazer a fortaleza conforme a planta, dentro de seis anos, com os partidos e condições que pede a Vossa Majestade de lhe dar dois hábitos de Cristo, com cinquenta mil réis de tença cada um, o comando do lote de duzentos mil réis e o foro de fidalgo e o governo da fortaleza perpétuos em sua casa e descendente, com a patente de sargento-maior do regimento de infantaria do Reino. Este tal homem não faz a fortaleza com oitenta mil cruzados e se Vossa Majestade mandar que se faça por conta da Fazenda Real não se faz com cento e trinta mil cruzados. Assim, Vossa Majestade lhe deferirá como for servido.

Na Barra da Bertioga, hei de dar princípio a um reduto, ou casa forte, onde tenha cinco peças de artilharia e infantaria para a guarda daquela barra e registro das embarcações que entram e saem pelo grande descaminho que tem por esta barra a Fazenda Real, principalmente nas canoas e embarcações das religiões que, com a casa de religiosos, levam e trazem muita fazenda desencaminhada da Fazenda Real e, neste caso, deve Vossa Majestade ordenar-me como me hei de viver com os religiosos que estão no costume de entrarem e saírem sem registrarem o que levam e o que trazem, como também deve Vossa Majestade ordenar que os religiosos não tragam nem levem fazenda de partes nas suas embarcações.

No alto do monte de Nossa Senhora de Monserrate, que fica ao pé desta vila um tiro de espingarda, termino de fazer uma fortificação, com a gente da terra e alguns pedreiros, por conta da Fazenda Real, para segurança desta vila, pois onde está situada não se pode defender, senão com grande número de pessoas, pois nem os moradores têm as suas fazendas seguras.

Este monte, que digo, tem duas fontes de água em cima. E dele se vê todo recôncavo desta vila, como também ambas as barragens e o mar, pelo que me parece ser conveniente esta fortificação no monte e, como nesta vila não há artilharia, será necessário que Vossa Majestade a mande remeter a este porto para começar a pôr isto em defesa.

Na barra, digo na fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, vou continuando com as obras para dar-lhe a última execução. Tenho cavalgado nela com vinte peças de artilharia e esta praça necessita muito de um cabo com a patente de capitão ou sargento-maior. Nesta vila, há um homem que tem servido bem a Vossa Majestade em muitas ocasiões, valente e bem procedido, por nome Pedro da Silva Correia, como também o ajudante Francisco Fernandes Montanha e o ajudante supra João de Abreu. Vossa Majestade mandará o que for servido. Santos, 25.

Achei esta terra em bandos, assim os moradores, como religiões, e que fica ia tudo desvanecido, sem justiça alguma por ter o Doutor João Saraiva de Carvalho suspenso a todos, tanto escrivães, como meirinhos. Vossa Majestade deve mandar que o governador de Santos dê provimento aos meirinhos e escrivães, como é costume em todas as mais partes dos governos da América, para assim adquirirem os governadores mais respeito.

Pelas certidões que remeto, verá Vossa Majestade em que situação achei a terra e de que sorte fica; pela outra certidão, verá Vossa Majestade o tempo em que tomei posse deste governo, a tamanha demora que tive no Rio, por falta de embarcação para trazer comigo as coisas necessárias a esta vila, para sua defesa.

Vossa Majestade me deve mandar dizer de qual governo sou súdito, se do Rio, se de São Paulo, para saber a que ordens hei de dar cumprimento, porque do Rio me vem umas e de São Paulo, outras sobre a mesma matéria, e ordens diversas. E vejo-me confuso com umas e outras, como também de juntar a Vila de São Vicente, que não é já do donatário. Vossa Majestade mandará o que for servido. Santos, 25 de outubro de 1710.

Manuel Gomes Barboza

(44) 31-10-1710

Vossa Majestade foi servido ordenar-me que o informasse se o sargento-mor Bento de Amaral Gurgel, a quem o desembargador João Saraiva de Carvalho, sendo ouvidor-geral desta comarca, havia substituído no dito cargo, era ou não criminoso. E mandando ver os livros dos cominados da comarca, não achei neles criminoso ao sobredito Bento de Amaral. Porém, é certo que ele se acha culpado da morte do provedor da fazenda do Rio de Janeiro, Pedro de Souza, na devassa que dela se tirou e se acha no Rio de Janeiro, da qual não se livrou. Isto é o que posso informar a Vossa Majestade. Santos, outubro 31 de 710.

O desembargador sindicante Antônio da Cunha Souto maior

(45) 18-11-1710

Senhor

Oferecesse-me fazer presente a Vossa Majestade que, chegando à Praça de Santos em companhia de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Governador de São Paulo e Minas, ordenou-me visse os portos daquela praça e o que seria necessário para a sua defesa. E entendi, por muito conveniente, fazer-se uma fortaleza na Barra Grande, como também mudar-se o armazém da pólvora, que se acha dentro da vila, para a eminência de um monte sito ao pé dela, em que se poderá erigir algum gênero de fortificação, que sirva para o resguardo do dito armazém e para defesa da dita vila, como Vossa Majestade, sendo servido, mandará ver pelas plantas e parecer que, com esta, represento a Vossa Majestade, que mandará resolver o que for mais conveniente a seu real serviço. À real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos. Minas Gerais, 18 de novembro de 1710.

Pedro Gomes Chaves

(46) 20-11-1710

Senhor

Por carta de Vossa Majestade de 27 de novembro do ano de 1709, ordena ao governador do Rio que me desse trezentos homens pagos para

guarnição desta praça e suas fortalezas, e não me deram mais que quarenta, tendo naquela cidade três terços. E acho-me, nesta Vila de Santos, somente com noventa homens pagos. Nem mandaram para esta vila os trezentos homens que Vossa Majestade me mandava dar, nem tampouco as quatro companhias que Vossa Majestade foi servido tirar da província do Minho e Trás dos Montes em o ano de 1699, cujos capitães trouxeram patentes, mesmo para esta Praça de Santos que assim o declaravam as ditas patentes, como fez a companhia do capitão Luís de Sá, a companhia do capitão Bento Correia, a companhia do capitão Aleixo da Fonseca e a companhia do capitão Baltazar Dias de Oliveira, que estas se acham relacionadas ao terço, que foi do mestre de campo Gregório de Castro e Morais, a cujas companhias deve Vossa Majestade mandar ordem expressa ao Rio de Janeiro para que venham para esta Praça de Santos, porque fortalezas sem gente, sem artilharia, sem munições não se defendem.

E esta vila é a única porta por onde o inimigo pode ter entrada para o sertão das minas e, agora, com os novos descobrimentos do ouro para as partes de Paranaguá, será ainda mais freqüentada esta de inimigos.

Ao Rio de São Francisco, mandei buscar uns franceses, que ficaram em terra, de dois navios franceses que andaram o ano passado fazendo o curso do capitão-mor do Rio São Francisco. Uma filha do capitão-mor casou-se com um piloto de uma balandra francesa, que andou fazendo curso nesta costa. E como o dito capitão-mor o não mandou por estar casado com uma sua filha, terminou por mandá-lo buscar para remetê-lo para o Rio de Janeiro, e Vossa Majestade deve mandar castigar o dito capitão-mor por lhe dar mantimentos e os consentir em terra, para exemplo de outros. Assim nisto, como no mais referido, mandará Vossa Majestade o que for servido para bem destes povos, a segurança de suas praças e aumento de sua Real Fazenda.

Já, repetidas vezes, foi aviso a Vossa Majestade de que na Vila de São Vicente há serralheiros e mais oficiais, de que necessita esta praça, e mandando lá buscá-los, quiseram fazer levante com um sargento que os ia conduzir a esta vila, isso com o favor da justiça daquela vila que os patrocina, dizendo que o governador desta vila não tinha nenhuma

jurisdição naquela para mandar lá buscar gente para trabalhar nesta.

E, agora, de presente, quis fazer alguns soldados para guarnição desta praça, todas as mais vilas marítimas me oferecem gente, ainda que pouca, só a de São Vicente fez dificuldade. Mandando eu ordem ao sargento-maior para que fizesse quinze soldados para guarnição desta praça, o que a Câmara não aceitou colocando gente para dar ou matar o sargento-mor. Esta tal vila está como levantada. Vossa Majestade a deve mandar castigar asperamente pois, de outra sorte, nem Vossa Majestade ficará bem servido, nem suas praças reparadas do que lhes é necessário, se aquela não ficar subordinada a quem governar esta. Vossa Majestade mandará o que for servido. Santos, 20 de novembro de 1710.

Manoel Gomes Barbosa

(47) 29-12-1710

*Procuração bastante que faz o Capitão Domingos
Rodrigues de Carvalho aos abaixo nomeados*

Saibam quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e dez anos, aos vinte e nove dias do mês de dezembro do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpétuo por Sua Majestade, partes do Brasil etc. Nesta dita vila, em pousada de mim tabelião, apareceu o Capitão Domingos Rodrigues de Carvalho, aqui morador, e por ele me foi dito, perante testemunhas no fim desta assinadas, no melhor modo de direito via e forma, que podia fazer. E mais lugar haja fazer como logo fez, ordenou e constituiu por seus bastantes procuradores nesta dita vila ao Capitão João de Toledo e Piza, Sebastião Ferreira Alberná, Domingos Ramos e José de Castilho Moreira. Na vila de São Paulo, o Capitão Pedro Taques de Almeida, o Capitão João de Toledo Castelhanos, o muito reverendo padre, o Licenciado Lourenço de Toledo Taques e o Capitão Bartolomeu Pais de Abreu. No Rio de Janeiro, Bernardo Álvares da Silva, Paulo Pinto e o muito reverendo Padre Manoel Álvares Correia. Na Bahia, o Capitão Antônio Álvares Carvalho, André

Pereira da Costa, João Carrioto Vilas Boas e Francisco Pereira Almada. Nas Minas, Antônio Fernandes Preto, o muito reverendo Padre João de São José, o Sargento-mor Ambrósio Caldeira, Antônio de Andrade e Góis e João Pinto, aos quais e a cada um de per si disse que dava, como logo deu e outorgou, todo o seu livre e cumprido poder, mandado geral e especial, quão direito se requer para que possam cobrar, receber, arrecadar e a seu poder haverem todas as suas dívidas, fazendas, dinheiro, ouro, prata, peças escravas e administradas, em comendas, carregações e seus procedidos e coisas outras de qualquer qualidade que sejam, que quaisquer pessoas lhe devam, assim no presente como adiante, por assinados, escrituras, sentenças e por outros papéis, e sem eles pela via e razão que for tomando conta de liquida-las, citar aos devedores e contra eles oferecer petições, libelos, contrariedades, sumários, artigos e mais papéis, pondo contraditas e suspeições, despachos e sentenças, ouvirem o que for dado em seu favor, consentir e executar, e, do contrário, apelar e agravar faze, digo, e tudo seguir até maior alçada, fazendo protestos, requerimentos, pedidos, embargos, seqüestros e execuções, recebendo principal e custas, dando quitações que convenham onde necessário for. E poderão requerer, alegar, defender e mostrar todo o seu direito e justiça em todas as suas causas e demandas movidas e por mover em que for autor ou réu, assim cíveis como crimes, em todos os tribunais, estando em juízo e fora dele, a todos os termos e autos judiciais e extrajudiciais, fazendo desistências, quitas, esperas, consertos de avença e convença, transações e amigáveis composições, compromissos e louvamentos, com todas as pessoas que lhes parecer. E jurar em sua alma qualquer lícito juramento, ainda de calúnia, que com direito lhe aja deserdado, fazendo-o dar a quem cumprir, lançando nos bens dos devedores, se convier, podendo que lhe sejam arrematados, e os poderão vender dando as ditas quitações, como dito é, com poder de substabelecer estes poderes a uma ou muitas pessoas, para onde for necessário, ficando-lhes esta em seu vigor, e reserva para si nova citação. Mas em tudo o que dito é e necessário for, farão o que ele fizera e presente fora, com livre e geral administração de seus bens, que obrigou em fee de verdade. Assim o outorgou e pediu que lhe fizesse este poder nesta nota,

que aceitou e assinou com testemunhas presentes: João de Oliveira Neves e Baltasar Fragoso, todos moradores nesta vila, pessoas reconhecidas como as próprias, de mim tabelião. João de Souza Dias o escrevi.

Domingos Rodrigues de Carvalho João de Oliveira Neves
Baltasar Fragoso

(48) 30-12-1710

*Traslado de um crédito de Paulo Preto, a
requerimento
do Síndico Domingos Rodrigues do Prado,
por pertencer
ao Convento de Santa Clara desta vila, e
com despacho
do juiz ordinário, o Capitão Antônio
Garcia da Cunha.
E é o que se segue.*

Diz Domingos Rodrigues do Prado, morador nesta vila, síndico do convento de Santa Clara, que ao dito convento fez doação Manuel Adorno, também aqui morador, de um crédito da importância de duzentas oitavas de ouro em pó. E como quer ele, o dito síndico, cobrar a dita quantia, por o devedor estar fora desta vila e correr risco de passagens e outros mais, pede a Vossa Mercê que lhe faça mercê mandar lançar o dito crédito, em modo que faça fé. E Receberá Mercê. Despacho: o tabelião lance o crédito como dito é. Taubatê, trinta de dezembro de setecentos e dez. Garcia.

Digo eu, Paulo Preto, que é verdade que devo a Manuel Adorno duzentas oitavas de ouro em pó, que pagou por mim a João Rodrigues Moreira, que lhe pagarei por todo o mês de agosto a ele, ou a quem este me mostrar, todas as vezes que me pedirem, sem pôr dúvida alguma. E por passar assim na verdade, pedi a Antônio da Cunha que fizesse este por mim. Hoje, vinte e sete de março de mil setecentos e um anos. Paulo Preto, Antônio da Cunha Garcia. E não se continha mais no dito crédito, que aqui trasladei bem e fielmente do próprio, que o tornei a partes e o corri e consertei, escrevi e assinei, aos trinta de dezembro de mil setecentos e dez

anos. João de Souza Dias o escrevi.

Consertado com o próprio por mim, sobredito tabelião.

João de Souza Dias

(49) 18-01-1711

*Rol de casamento, lançado nesta nota, a requerimento de
Francisco Rodrigues Montemor, com despacho
do Juiz Ordinário João de Figueiredo Teles.*

Diz Francisco Rodrigues Montemor, morador nesta vila, que haverá perto de quarenta anos que nela se casou com Andresa Félix, filha do Capitão Jaques Félix, que lhe dera um rol de dote para casar. E, porque lhe convém que este seja lançado nas notas por fazer a bem de sua justiça, pede a Vossa Mercê lhe faça mercê mandar lançar o dito rol para todo o tempo que lhe convier, por estar já corrupto com os anos que tem, em modo que faça fé. E Receberá Mercê. Despacho: o tabelião lance o dito rol como o suplicante pede. Taubaté, dezoito de janeiro de setecentos e onze anos. Figueiredo.

Rol do que dou a minha filha Andresa Félix de Góis. Primeiramente, três peças do gentio da terra por nome Tomé, sua mulher Urbana e Luiza, um sítio com suas casas de palha, com duzentas braças de terras de testada, começando da aguada que faz da defunta minha mãe, correndo para a minha banda, do comprimento de trezentas e cinquenta braças, pouco mais ou menos, correndo do sítio que dou a minha filha para a banda do sítio de Francisco Gonçalves. E fica-lhe um pau de jataíba, grande por sinal, no caminho que foi de Francisco Gonçalves, mais cinco braças de chãos nesta vila, um vestido com seu manto, três colheres de prata, uma caixa de sete palmos, uma cama com seu cobertor e lençóis, com suas miudezas de casa e quatro peças de ferramenta, conforme minhas possibilidades. Indo eu para o sertão, trazendo-me Deus com algum remédio, lhe darei mais duas peças. Jaques Félix. E não se continha mais no dito rol, que o tornei à parte, ao qual me reporto e aqui o lancei em 18 de janeiro de 1711 anos. João de Souza Dias, tabelião, o escrevi.

Consertado com o próprio por mim, sobredito tabelião.

João de Souza Dias
Antônio d'Alvarenga
Manuel Nunes de Souza
Pedro Rodrigues d'Almeida

(50) 11-02-1711

Senhor

Como parece. Lisboa, 13 de fevereiro de 1711

Por decreto de 23 de janeiro próximo passado, é Vossa Majestade servido que se veja e consulte neste conselho o que parecer sobre uma petição do Bacharel Sebastião Galvão Rasquinho, em que diz que Vossa Majestade foi servido determinar que cada um dos três ministros (que proximamente criar para três ouvidorias no distrito da capitania de São Paulo) levasse seiscentos mil réis de ordenado, assinaturas dobradas e quinhentos mil réis de ajuda de custo. A respeito da despesa que se considerou assim na dilatada viagem de mar e terra, como para a sustentação decente das suas pessoas na subsistência dos seus lugares, cujo dispêndio se deve considerar ao suplicante, que é mandado a emendar e compor a criação inadequada que teve o lugar de ouvidor geral de São Paulo, cabeça das ditas ouvidorias, pois sendo a jornada de mar igual entre todos até o Rio de Janeiro, ao suplicante (por ser casado em observância da lei que o obrigou), se lhe faz mais custosa, lhe pedindo só pela câmara de uma charrua, quatrocentos mil réis para conduzir a sua família que leva consigo, como determina o decreto 4º do Paço, fundado em que assim serve melhor o ministro a Deus, a Vossa Majestade e aos povos. Enquanto a jornada por terra (por se achar aquela costa infestada de corsários) fica com igual trabalho e risco do Rio de Janeiro a São Paulo, que os outros ministros aos seus lugares, e pelo que respeita a decente sustentação no lugar, necessita o suplicante de diferente tratamento no povoado, que os outros ministros no deserto com ouro, que faz subir os mantimentos, os faz tirar do povoado, deixando-os em maior carestia. E porque sendo assim, fica impossível ao suplicante poder honestamente sustentar com duzentos mil réis de ordenado com que foi criado o lugar de São Paulo em tempo em que não havia tantos ouros,

nem tem cabedais de que pode se valer por os ter gastado no serviço de Vossa Majestade e consumido em sete anos de requerimentos, depois de ter servido com tanta vantagem, como seria proposto a Vossa Majestade, na consulta deste lugar.

Pede a Vossa Majestade que lhe faça a mercê de determinar que o suplicante leve o mesmo ordenado, assinaturas e ajuda de custo que levam os três ouvidores seus companheiros, pois sendo todos do mesmo distrito, se deve instituir a todos o mesmo direito, nem deve haver melhor condição aos ministros do distrito, que ao da cabeça da capitania, havendo também respeito a que as ditas três ouvidorias recém criadas trancam e dominam a jurisdição da de São Paulo, a extensão da comarca e por consequência, ao benefício que dela poderia provir. E sendo certo que ele suplicante foi ouvidor neste lugar sem o pedir, assim por não supor de si as virtudes com que Vossa Majestade mandava consultar ministro para esta ouvidoria, como por ser casado e não ter de sacrificar como sacrifica a sua família, a tantos trabalhos e riscos que se experimentam, e a viver entre gente tão indômita.

Dando-se vista deste requerimento ao procurador da fazenda, respondeu que tudo aumentou e cresceu com ouro e até os viveres subiram, de sorte que é muito necessário para o sustento de qualquer pessoa, e deve arbitrar a um ministro com grua decente com que viva, pois arbitrou-se aos demais ouvidores, que vão para a mesma terra, maior ordenado e ajuda de custo, e que o mesmo se deve dar ao suplicante.

Ao Conselho parece que atendendo Vossa Majestade as razões que representa este ministro e por ser justo que os que servem em semelhante situação tenham com que possam se sustentar decentemente, segundo a autoridade de seus lugares, para que a necessidade não os obrigue a faltarem às suas obrigações, em dano do serviço de Vossa Majestade e da administração da justiça das partes. E por ser o suplicante notoriamente pobre e querer levar consigo a sua família, em que é preciso que se faça considerável despesa, que nesta atenção haja Vossa Majestade por bem de que tenha de ordenado por ano quatrocentos mil réis e que leve as assinaturas dobradas. E que no Rio de Janeiro se lhe dêem dos efeitos da fazenda real que houver mais prontos, trezentos mil réis de ajuda de custo,

pois não é exemplo igual ao que alega os outros ouvidores, porque estes vão a criar estes lugares e em partes onde não há povoado em que é preciso que tenham tudo mais caro. Lisboa, 11 de fevereiro de 1711.

Francisco Pereira da Silva

João Teles da Silva

Antônio Rodriguez da Costa

Foi voto o conde general da armada presidente.

11 de fevereiro

1711

Do Conselho Ultramarino

Sendo o que pede o Bacharel Sebastião Galvão Rasquinho,
que está nomeado no lugar de ouvidor geral de São Paulo.

Requerimentos

a folhas 4

(51) 23-05-1711

Escritura de venda de umas casas de taipa de pilão, cobertas de telha, sitas em Pindamonhangaba, que faz o Capitão Bartolomeu Garcia Velho, por seu constituinte Domingos Garcia Velho, estante por ora nas Minas.

Saibam quantos este público instrumento de escritura de venda de umas casas em Pindamonhangaba virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e onze anos, aos vinte e três dias do mês de maio do dito ano, nesta vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, da capitania do Conde da Ilha do Príncipe, governador e donatário dela perpetuo por Sua Majestade, partes do Brasil etc. Nesta dita vila, em pousada de mim tabelião adiante nomeado, apareceu o Capitão Bartolomeu Garcia Velho, nesta vila morador, e por ele me foi dito que seu constituinte Domingos Garcia Velho possui em Pindamonhangaba umas casas de taipa de pilão cobertas de telha, que partem com casas de Antônio Veloso da Costa por uma banda e pela outra com casas de Atanásio de Figueiredo Castelo Branco. E, como o dito seu constituinte se acha no presente nas Minas, lhe mandou ordem e procuração com outorga de sua mulher, Catarina Rodrigues Pais, para ele outorgante vender as ditas casas e por eles assinar escritura de venda delas. E, por este poder, disse ele outorgante

que vendia, como com efeito vendeu deste dia para todo o sempre, as ditas casas, na forma declarada, a Domingos Soares Neves, por preço e quantia de cento e dez mil réis em dinheiro de contado, que eu tabelião dou minha fê, por ver contar a dita quantia da qual disse ele outorgante lhe dava plenária quitação do dito preço e quantia, para que o dito comprador as logre, haja e possua como cousa sua, comprada por seu dinheiro, ele, sua mulher e filhos, ascendentes e descendentes, que após eles vierem. E tanto de si como dos donos das ditas casas disse ele outorgante que, pelo poder da dita procuração, demitia todo o poder delas na pessoa do dito comprador, quer que tome posse delas, quer não. Que ele e os ditos vendedores o hão por empossado delas por eles e os ditos vendedores desistirem da possessão que nelas haviam tido até fazerem esta venda. E ele outorgante se obriga a fazê-la, a todo o tempo, boa, livre e desembargada por seus constituintes. E também, se nesta escritura faltarem algumas cláusulas ou solenidades e pontos de direito para firmeza desta venda, que ele as há aqui em nome de seus constituintes por postas e declaradas, como se de cada uma delas fizera expressa e declarada menção. E de como assim o outorgou, pediu a mim tabelião que lhe fizesse nesta nota esta escritura de venda, que aceitou e assinou com testemunhas presentes. Manuel Rodrigues Moreira, João Pires de Miranda e Pedro de Brito Leme, todos moradores nesta vila e pessoas conhecidas de mim tabelião. João de Souza Dias o escrevi.

João Pires de Miranda Manuel Rodrigues Moreira Pedro de Brito Leme

Assino por meus costituintes, Domingos Garcia Velho e Catarina Rodrigues Pais e por mim como vendedor

Bartolomeu Garcia Velho

(52) 20-10-1711

Vi a planta da fortaleza que se intenta fazer na Praia Grande de Santos, e ainda que esta praia seja de duas léguas de comprido, e que com esta fortaleza se não pode toda defender, já em outras ocasiões se ponderou neste conselho ser a fortaleza não só útil e necessária para cobrir a Vila de Santos, mas para impedir a entrada do canal pelo qual se vai ter

a mesma vila, porque, cruzando-se os tiros desta nova fortaleza com os do forte de Santo Amaro, que lhe fica fronteira, ficará a entrada mais que abundantemente defendida, e terão os moradores uma praça de respeito, onde se possam retirar e resistir aos inimigos.

No tocante à planta, parece-me acertado o lado do polígono exterior de 1400 palmos que o engenheiro tomou, porque aqueles fortins pequeninos, que no Brasil estavam em uso, têm muito pouca serventia. Mas o método de Ozanam, autor francês, que o engenheiro escolheu para delinear a planta, não me parece tão bem proporcionado por ficarem nele os flancos muito descobertos, fazendo ângulos demasiadamente obtusos com as cortinas de que resultam os baluartes pequenos.

E não sei que razão tivesse este engenheiro para se desviar do método lusitano de fortificar que, quando não tivera melhores proporções, é mais fácil de desenhar na campanha que nenhum outro. Mas por se mostrar em tudo francês, até em lugar de pés, palmos, ou braças portuguesas, usa de toesas de França, nome que, porventura, nenhum pedreiro nunca ouviu no Brasil, nem em Portugal. E ainda que uma praça fortificada pelo método de qualquer um dos autores célebres da fortificação fique bem defendida, havendo-se esta de fazer de novo, poderá o engenheiro, sem nenhum escrúpulo, fortificá-la pelo método lusitano.

O custo de 1500 cruzados em que avalia esta obra não me parece demasiado, antes curto e que, se João de Castro de Oliveira a der acabada de todo, com seu fosso aberto e terra planada, a praça sendo tudo obra sem as falsidades que se costumam cometer nestas matérias, é digno das mercês que por este serviço pede, quando pela fazenda de Sua Majestade se não possa conseguir.

Fazendo-se esta fortaleza, parece-me escusada outra obra que se propõem haver-se de fazer no outeiro de Monserrate, para guardar a pólvora, porque na mesma fortaleza nova se poderá guardar com segurança e resguardo. Isto é o que me parece. O conselho resolverá o que lhe parecer mais acertado. Lisboa, 20 de outubro de 1711. Senhor André Lopes de Lavre.

Manuel Pimentel

(53) 07-02-1712

Senhor

O conselho ordena se faça por Manoel Pimentel nova planta, como ele aponta e como parecer mais conveniente, e interponha parecer sobre o que acrescer, cerrado com que se deve presidir a nova fortaleza que se fizer, se há meios para se conservar. Lisboa, 19 de novembro de 1712.

Vendo-se, neste conselho, as cartas inclusas do Governador e Capitão Geral de São Paulo e Minas, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, e do Mestre de Campo e Governador da Praça de Santos, Manoel Gomes Barboza, em que dão conta de se obrigar João de Castro de Oliveira a mandar fazer, à sua custa, na forma da planta que com esta se remete às reais mãos de Vossa Majestade, uma fortaleza na Praia Grande de Santos, junto ao Forte de Santo Amaro, fazendo-lhe Vossa Majestade as mercês que constam da memória inclusa.

E ordenando-se a Manoel Pimentel, cosmógrafo-mor do reino, que, por serviço de Vossa Majestade, informasse do que se oferecesse neste particular, respondeu o que consta da carta que com esta se envia também às reais mãos de Vossa Majestade.

De tudo que se deu vista ao procurador da fazenda, respondeu que, na matéria da fortificação, e em tudo o mais, tinham inteira e melhor autoridade os peritos na arte. E que assim lhe parecia que se devia seguir o que resolvia Manoel Pimentel, suposto que a fortaleza era necessária, o que hoje, com o ouro se fazia mais desejado o Brasil e que, sem despesas e fortificações, não se podia defender.

E ouvindo-se também pelo que respeita o contrato ao procurador da coroa, respondeu que, quanto à condição do foro de fidalgo e à promessa de ofício nas minas não tinha dúvida alguma, ficando a qualidade do ofício a arbítrio de Vossa Majestade para declarar qual há de ser.

E quanto à sargentaria-mor da praça ficar perpétua, de juro e herança para todos os descendentes do suplicante, não lhe parecia admissível porque, para estas ocupações se requeria, em primeiro lugar, a capacidade e préstimo da pessoa, o que seria contingente haver em

todos os descendentes que houver de suceder, que, além disto, tinha por muito prejudicial dar-lhe esta jurisdição perpétua em conquista tão afastada de acabar, e em terra, onde era provável, pela comunicação das minas, haver muita riqueza. E conseqüentemente, muita soberba, e a ocasião de levantarem estes descendentes o colo contra os governadores e, ultimamente, que não convinham no Brasil, poderosos com jurisdição, ainda que fossem subalternos aos governadores, que poderia, porém, conceder a ele, suplicante, em sua vida, e quando muito, a um filho, sendo capaz.

E quanto aos dois hábitos que pede para dois filhos seus, em três vidas, era coisa que ainda não vira praticar, e que não faltaria quem dissesse que neste caso havia simonia, o que não aprovava. Antes, parecia-lhe que, não haver este posto, devia-se admitir esta condição, e com a declaração de que só teriam lugar sendo filhos e netos do suplicante, capazes de tomar o hábito, segundo os estatutos da ordem. E que se não o era, ficaria a mercê senão de descendente para descendente, nas três vidas somente.

E que, finalmente, quaisquer destas condições que sejam admissíveis, ou todas, ou porque só deviam ter efeito e executar-se ao depois de estar perfeita e acabada a fortaleza. Conforme a planta, o que se examinaria pelos engenheiros, e que para se evitar os enganos que de ordinário costuma haver nestas obras, devia-se ordenar ao engenheiro que assista a fabricação dela. E que também supunha que a obra seria de pedra e cal porque de outra sorte não valeria coisa alguma.

Pareceu ao Conselho que, como o Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho reconhece por muito útil esta fortaleza, e que ficará mais defensável a Praça de Santos, e isto mesmo proponha o Mestre de Campo e Governador que está nela, Manoel Gomes Barboza, e a aprove Manoel Pimentel, e a Fazenda Real não se ache em estado de poder concorrer para uma obra de tanta despesa, que se devia abraçar a oferta de João de Castro de Oliveira e fazer-lhe Vossa Majestade, por este serviço, a mercê do foro de fidalgo, promessa do ofício que pede nas minas e de dois hábitos de Cristo, cada um com oitenta mil reis de tença efetivos, sendo para ele um e outro para seu filho, e que estas se lhe assente no rendimento

da provedoria de Santos; e a do posto de sargento-mor, com o soldo que requiere para que o logre em sua vida, e que passe a seu filho, sendo este capaz deste provimento, com declaração.

Porém, que estas mercês não terão efeito senão depois de estar acabada esta fortaleza de pedra e cal, feita pelo desenho do engenheiro, e aprovada a dita obra pelo governador da mesma praça e pelo da capitania do Rio de Janeiro. Lisboa, 7 de fevereiro de 1712. Satisfaz

Miguel Castro

João Teles da Silva

Antônio Rodrigues da Costa

José de Carvalho Abreu.

1712 Satisfaz-se ao que Sua Majestade ordena sobre
a fortaleza que se há de fazer na praça de Santos.

A Consulta, planta e mais papéis foram na consulta.

7 de fevereiro de 1712

Do Conselho Ultramarino

Sobre o que escreve o Governador de São Paulo e minas e o Mestre de Campo e Governador da Praça de Santos acerca de se obrigar a mandar fazer João de Castro de Oliveira a sua custa uma fortaleza na praia grande de Santos. E vão as cartaz e papéis que se acusam.

Requerimento

folhas 25

(54) 09-09-1712

Pareceu ao Conselho remeter a Vossa Majestade a planta que fez Manoel Pimentel, porque se entende que esta fortaleza não será a que baste para ficar mais defensável esta Praça de Santos, que Vossa Majestade deve mandar remetê-la ao governador que Vossa Majestade nomear para o Rio de Janeiro, para que confira com o engenheiro que tomar em sua companhia e com essas que estão naquela praça e, seguro o terreno e a situação, façam o desenho que julgarem ser mais conveniente.

E quanto aos pagamentos para esta se presidir, que como esta praça, é saber de havê-la ao governo do Rio, que dos efeitos que houver

na Fazenda Real do mesmo Rio e da mesma Praça de Santos se apliquem os que forem necessários para o sustento da guarnição que for competente para esta fortaleza.

E a saída para o maior número das infantarias, de que se necessita em Santos, e quando era para se acudir a tudo que do rendimento da casa da moeda e dos quintos se aplique àquela pessoa que Sua Alteza Real precisa, para a satisfação desta despesa, porém, que isto se entende não podendo a Fazenda Real cobrar este gasto, e havendo, em algum tempo, sobra, se tornasse o resto sem a mesma que da casa da moeda aqueles quintos como que os haver concorrida para a dita Praça de Santos. Lisboa, 9 de março de 1712.

(55) 01-07-1713

*Traslado de Mandado que passa o Ouvidor Geral de
São Paulo para ser citado o Desembargador Sindicante*

O Desembargador Sebastião Galvão Rasquinho, do Desembargo de Sua Majestade e seu Desembargador da Relação da Casa do Porto, Ouvidor Geral desta cidade de São Paulo e sua Comarca com alçada no cível e crime, Provedor dos defuntos e ausentes, auditor geral da gente de guerra, Juiz dos feitos da Coroa Resíduos, Capelas, e das justificações etc.

Mando aos Juizes ordinários da Vila de Santos que, visto este meu mandado, indo por mim assinado em seu cumprimento por um oficial ante si, faço citar o Desembargador Sindicante o Doutor Antonio da Cunha Sotto Maior, para dizer se quer acusar ao Mestre de Campo dos Auxiliares, Domingos da Silva Bueno, a cujo requerimento este se passou, pelo crime que lhe resultou da devassa que tirei nesta cidade da arruaça que os moradores de Parnaíba nela fizeram em casas do dito Desembargador Sindicante, e querendo-o acusar o fará em primeira audiência deste Juízo da Ouvidoria Geral, em que vindo será lançado da acusação, e livremente cumpram-no assim, e outra cousa não façam. Dado nesta cidade de São Paulo, aos vinte e quatro dias do mês de dezembro de mil setecentos e doze. Passou-se deste oitenta dias, e de assinar o mesmo, e eu Antonio Correa Sá o fiz escrever, e subscrevi. Rasquinho. Despacho do Juiz: Entendo que não

devo cumprir este Mandado do Senhor Desembargador ouvidor geral por ser expressamente contra a Ordenação do livro terceiro, título segundo, e o dito senhor ouvidor pode mandar fazer a dita diligência pelos oficiais ante si. Santos, 30 de dezembro de mil setecentos e doze. Souza, o qual traslado fez trasladar do próprio, que fica em meu poder, a que me reporto e vai na verdade. Rio de Janeiro, primeiro de junho de mil setecentos e treze anos

Joseph Gomes Andrade.

11 de fevereiro

1711

Do Conselho Ultramarino

Sendo o que pede o Bacharel Sebastião Galvão Rasquinho, que está nomeado, no lugar de Ouvidor geral de São Paulo.

(56) 20-10-1714

Senhor

Quando passei pela Vila de Taubaté, vindo para estas Minas, achei a notícia de nela se haver morto a José Ventura de Mendanha, às sete horas da manhã, estando a sua porta, sendo homicida João Batista, ajudado da gente e escravos de Antonio Correa, ambos moradores no mesmo distrito. Deste caso se tirou devassa em que ficaram culpados os dois e pronunciando-se a prisão e seqüestro de que tendo eles notícia, intentaram, segundo a voz pública, vir à vila com muitos escravos armados a insultar o juiz e mais oficiais de justiça, que se achavam na maior consternação que se pode imaginar, querendo desamparar a dita vila. O seu receio se vê bem do requerimento que me fizeram, que remeto a Vossa Majestade, à vista do que para evitar tal perturbação, castigar estes delinqüentes não só neste crime mas em outros, e restituir e conservar esta vila em sossego. Mandeí o meu tenente geral, com o maior número de ordenanças que se pode juntar, acompanhar os oficiais de justiça para o bom efeito da prisão e seqüestro, e lhe ordenei que no caso de haverem fugido lhes demolisse as casas, o que assim se executou. Como tiveram aviso e se meteram no mato, o procedido do seqüestro que se lhe fez a Antonio Correa, porque João Batista se refugiou sozinho em sua casa, se depositou por ordem minha até que chegue a de Vossa Majestade para se entregar a quem for servido.

Com o exemplo deste castigo, ficaram os povos com mais temor da justiça e obediência às leis, que é preciso introduzir com maior demonstração de castigo para evitar os horrendos delitos e crueldades de povos que ainda agora começam, com conhecida renitência a sujeitar-se à obediência das leis. Do referido, dou conta a Vossa Majestade para que lhe seja presente o que obrei neste particular. Deus guarde a real pessoa de Vossa Majestade, como seus vassallos havemos mister. Vila Rica, 2 de janeiro de 1714.

Brás Bacelar da Silva

(57) 24-03-1714

Senhor

Está bem. Lisboa 26 de março de 1714

O Governador e Capitão Geral de São Paulo e Minas, Dom Braz Baltasar da Silveira, em carta de primeiro de setembro do ano passado, fez presente a Vossa Majestade que, entrando em vinte e nove de agosto do mesmo ano na cidade de São Paulo, o receberam aqueles moradores com grande demonstração de gosto. Em trinta e um do dito mês lhe deu a Câmara posse do governo, mas não Antônio de Albuquerque, por ficar doente no Rio de Janeiro, como em outra carta representara a Vossa Majestade, que ia dando princípio aos particulares do mesmo governo, e de tudo o que recebeu daria conta a Vossa Majestade.

E vista a carta referida, pareceu ao Conselho dar conta a Vossa Majestade do que escreve o governador e Capitão Geral de São Paulo e Minas e de como tomou posse daquele governo e das demonstrações de gosto com que o receberam aqueles moradores, Lisboa, 24 de março de 1714

Antonio Rodriguez da Costa

Francisco Monteiro de

Joseph de Carualho Abreu

Silva

(58) 20-09-1714

Dom Brás Baltasar da Silveira, do Conselho de Sua Majestade, que Deus guarde, Mestre de Campo, General dos seus exércitos, Governador e Capitão General de São Paulo e Minas do ouro etc., faço saber aos que esta

minha Carta Patente virem que, em consideração aos muitos merecimentos e conhecida capacidade que concorrem na pessoa de João Barreiros de Araújo, Tenente Coronel do Regimento de Cavalaria da ordenança do distrito de Vila Nova da Rainha, e a grande satisfação com que tem servido o dito posto, e por ter por certo que, em tudo o de que o encarregar servirá com o mesmo acerto, e muito conforme a particular confiança que faço da sua pessoa, hei por bem de o nomear, e prover no posto, de Coronel de um Regimento de Cavalaria da ordenança que determino formar nos descobrimentos da Batipoca, Comarca de São João d'El Rei, para o servir enquanto eu o houver por bem, ou Sua Majestade não mandar o contrário, e haverá posse, e o juramento dos santos evangelhos em minhas mãos para bem servir o dito posto, com o qual gozará de todas as honras, privilégios, isenções, e liberdades, que diretamente lhe pertencerem, pelo que ordeno a todos os oficiais, e soldados do dito regimento o conheçam por seu coronel, e como a tal lhe obedeçam e cumpram suas ordens, assim por escrito, como de palavra, tão pontualmente como devem e são obrigados, e para firmeza de tudo, lhe mandei dar esta patente por mim assinada, e selada com o sinete de minhas armas, que se cumpra como nela se contém, e registrará nos livros da Secretaria deste Governo, e nos mais a que tocar. Dada nesta Vila de Nossa Senhora do Carmo, aos vinte dias de setembro de mil setecentos e quatorze. O secretário, Manoel de Affonseca a escrevi.

Braz Baltasar da Silveira

Carta patente porque Vossa Excelência faz mercê a João Barreiros de Araújo de o prover no posto de Coronel de um regimento de cavalaria da ordenança que Vossa Excelência determina formar nos descobrimentos da Batipoca, pelos respeitos e na forma nela declaradas.

Para Vossa Excelência ver.

(59) 20-10-1714

Senhor

Haja vista o procurador da coroa. Lisboa, 20 de janeiro de 1715.
Deve-se juntar a conta que deu o ministro André Leitão de Melo.

Já toca cessar o que aponta o procurador da coroa e satisfaz tratarem vista. Lisboa, 2 de dezembro de 1716.

A dita devassa se achava tirada já ao tempo que Sua Majestade resolveu na consulta inclusa, que se não tirasse, pelas justas razões que (devemos supor) teve para isso.

E como eu não tenho notícia delas, me é passado que nem o Conselho pode interpor parecer acertado e prudente, o que se pode conformar com as justas razões que teria o dito direito para tomar aquela resolução. E assim se deve pôr na sua real notícia esta carta da câmara, a conta do ministro que tirou a devassa, o número dos pronunciados nela, que é grande, como também os que se prenderam, para que a vista de tudo, tome a resolução que for servido. E da mesma sorte será conveniente que também se faça presente a carta do ouvidor, na qual havia de dar conta da prisão que fez ao réu Domingos Pereira de Padilha, como referiu o ministro.

Não podemos, por lei de obedientes vassallos, estranhar a justa punição que já começa a fulminar o desembargador sindicante André Leitão de Melo, a quem foi Vossa Majestade servido mandar com alçada e infantaria a cidade de São Paulo, para nela tomar conhecimento e castigar os da arruaça que os moradores desta vila de Parnaíba fizeram à casa do desembargador sindicante Antônio da Cunha Souto Maior, pois bem conhecem todos a grande atenção e respeito que se deve aos ministros de Vossa Real Majestade. Só pedimos, prostrados aos reais pés de Vossa Majestade, licença para lamentar a desventura de vivermos tão remotos e apartados de Vossa Majestade, a cuja real presença nossos retardados clamores, quando chegam, acham já preocupada a atenção de Vossa Majestade com as queixas dos que com sua presença e eloqüente retórica sabem com exagerações legais diminuir o seu pecado e agravar as nossas culpas. Não é desculpável o que cometeram os moradores desta vila na arruaça referida, mas na clemência de Vossa Majestade pareceria diminuta, se lhe fosse presente o notável excesso e descomedimento com que se houve o desembargador sindicante Antônio da Cunha Souto Maior, servindo juntamente o lugar de ouvidor geral nas injustiças, pouco temor de Deus e desatenção ao real serviço de Vossa Majestade e bom tratamento destes povos, coisa tão recomendada do paternal amor de Vossa Majestade. De tudo isto se

esqueceu aquele rigoroso ministro, e estendendo os limites de sua jurisdição ao que já tinha concluído a mais de ano, desautorizando casas honradas, com esta supérflua demora, e levando uma para essa corte, que desonestou com falsa promessa de receber. Ultimamente, dos capítulos, que a Vossa Majestade remetemos na frota passada, se colhem que foi tão excessivo o descomedimento do ministro que, irritados muitas vezes os ânimos, por desesperados, brotaram em semelhante absurdo. E se, assim como este foi patente a Vossa Majestade, esperamos que fora também o seu excesso, à real equidade de Vossa Majestade que, como pai e senhor, mandaria inquirir um e outro procedimento, para que o mundo visse que, se há castigos para o pouco respeito aos ministros de Vossa Majestade, também os há para os que faltam às obrigações de bons ministros.

Senhor, é inexplicável o temor que os moradores desta terra padecem do mar e das brigas. Por esta causa, não poderão os compreendidos na devassa tratar de seus livramentos na alçada do Rio de Janeiro ou na relação da Bahia. Assim, rogamos e humildemente pedimos a Vossa Majestade que por sua real grandeza seja servido lhes fazer mercê de um indulto, para que presos na cadeia de São Paulo possam livrar-se com o ouvidor geral que exercer a dita ocupação. E havendo de ser no Rio de Janeiro, ou na Bahia, seja por procuração, ficando os culpados presos na dita cadeia da cidade de São Paulo, com ordem de Vossa Majestade para que os degredos se confinem para os sertões desta capitania, nas diligências do descobrimento de ouro e prata em que a coroa de Vossa Majestade poderá ter grandes aumentos. A Real presença de Vossa Majestade guarde Deus como seus vassalos desejam. Escrita na câmara aos 20 de Outubro de 1714.

Os oficiais da câmara da Vila de Santana de Parnaíba, comarca da cidade de São Paulo.

Antônio Correa Caldeira

Manoel do Rego Cabral

Domingos Lopes da Silva

Damião de Souza Portugal

João de Godoy de Almeida

José Madeira Salvador

(60) 22-10-1714

Senhor

Por ordem de Vossa Majestade recebi na comarca de São Paulo do desembargador ouvidor geral da mesma comarca, João Saraiva de Carvalho,

quinze moedas de ouro da fábrica daquele estado, falsas e cortadas, e uma barra de ouro marcada com cunhos falsos e cortada, que tudo tenho em meu poder, do que dou conta a Vossa Majestade para me ordenar o que devo fazer delas. Lisboa, outubro 22 de 1714

O desembargador Antônio da Cunha Soto maior

(61) 05-11-1714

Senhor

Como parecer. Lisboa 6 de novembro 1714

Vendo-se neste conselho a carta inclusa do governador e capitão geral de São Paulo e Minas em que dá conta da morte que se fez na vila de Taubaté a José Bento de Mendanha, sendo homicida João Baptista, ajudado da gente e escravos de Antônio Correia e, juntamente, uma petição de João da Fonseca Coutinho Souto Maior, irmão do dito defunto, sobre o mesmo delito, a qual com esta se envia às reais mãos de Vossa Majestade, em que pede se mande tirar nova devassa pelo ouvidor do Rio de Janeiro, e que os culpados se livrem na mesma cidade. Tudo se deu vista ao procurador da coroa, que respondeu que esta demolição de casas não é bem feita, mas que se pode dissimular naquelas partes, mas não aprovar, porque com ela haverá alguns medos, mais à justiça ou respeito (se bem que se as casas são como ele cuida, tanto importam em pé como arruinadas). E que se deve escrever ao governador, que faça toda a diligência possível por prender estes réus e que mande juntar o seqüestro à devassa e deixá-lo à ordem das justiças daquela vila.

Parece o que ao governador se deve escrever que se abstenha de semelhante procedimento de mandar demolir casas, salvo se forem casas fortes feitas a fim de se impedir a execução da justiça. E que Vossa Majestade deve mandar tirar nova devassa pelo ouvidor do governo do distrito onde sucede este delito, e que faça muito por prender os culpados e lhe dê livramento e se pague aos oficiais pelos bens dos mesmos delinqüentes. Lisboa, 5 de novembro de 1714.

João Teles da Silva
Antônio Rodriguez da Costa

Francisco Monteiro de Almeida

José Gomes de Azevedo

Alexandre da Silva Gomes

João de Sousa

(62) 23-01-1715

Senhor

Como parece. Lisboa 23 de janeiro de 716

Manoel Mosqueira da Rosa fez petição a Vossa Majestade por este Conselho, em que diz que está provido no lugar de Ouvidor Geral do Rio do Ouro Preto no distrito das Minas de São Paulo, e que a seu antecessor se deu de ajuda de custo quinhentos mil réis, e da mesma sorte a Luís Botelho de Queirós, com o lugar do Rio das Velhas, em que fora provido por falecimento de João de Moraes Sarmento, e nele suplicante se verificam as mesmas razões, e existe, a mesma causa que houve para se dar ao dito seu antecessor a tal ajuda de custo, pois em todas é a jornada a mesma e com as mesmas despesas e incômodos.

Pede a Vossa Majestade lhe faça mercê de lhe mandar continuar a mesma ajuda de custo de quinhentos mil réis que se deu a seu antecessor mandando que se lhe passem para este efeito as ordens necessárias.

Com a dita petição apresentou o traslado das provisões tirado do livro da secretaria deste conselho pelos quais consta mandar Vossa Majestade dar quinhentos mil réis de ajuda de custo ao Doutor Manoel da Costa de Amorim que foi por ouvidor geral do Ouro Preto; e o mesmo mandou praticar com o Doutor Luis Botelho de Queirós que foi servir o lugar de Ouvidor geral do Rio das Velhas.

E dando-se vista deste requerimento ao Procurador da Fazenda, respondeu que, pela provisão que juntou, se deram ao antecessor do suplicante quinhentos mil réis de ajuda de custo, e que ainda que lhe parecesse grande a quantia, contudo não achava diferença entre um e outro, e que se devia pôr esta petição na real presença de Vossa Majestade para que mandasse o que fosse servido.

Ao Conselho parece que, visto o exemplo do que Vossa Majestade

mandou praticar a favor do Ouvidor Geral do Rio das Mortes, Valério da Costa, e concorrer neste ministro as mesmas razões, que Vossa Majestade haja por bem que se lhe dêem de ajuda de custo duzentos mil réis pagos da parte que se mandou dar aos mais ministros. Lisboa, 23 de janeiro de 1715.

Joam Teles da Silva

Antonio Rodriguez da Costa

Joseph Gomes de Andrade

Alexandre da Silva Correa

(63) 01-07-1715

Recebi a de Vossa Mercê, de 3 de maio, de que fiz a estima que Vossa Mercê me merece; nela vejo o que Vossa Mercê me diz sobre os meus particulares, que bem entendo não falta Vossa Mercê ao que deve a sua pessoa, porém, como Vossa Mercê me faz mercê querer esperar pelo seu pagamento, e juntamente estarem os bens sem nenhum valor, de sorte que Vossa Mercê se não pago nem aos mais a quem devo, pela impossibilidade da terra, estou de parecer sustar as vendas de tudo, por estar com lavras de importância, que brevemente, espero em Deus, todos os meus desempenhos, e mais me há bem de pagar juros de mais um ano do que vender a metade, e fico devendo a meu genro, tenente coronel Joseph Vieira Colaço, mando se entregue do sítio e o fabrique, para aumento dele, que em pouco tempo espero mandar satisfazer tudo, pelas lavras, assim me prometeram e com o favor de Vossa Mercê tenho por sem dúvida ser bem sucedido em tudo. A pessoa de Vossa Mercê guarde Deus muitos anos. Pitangui, o primeiro de julho de 1715 anos.

De Vossa Mercê o mais obrigado servo,

Garcia Rodrigues

Pais Betim

Tenente Coronel Major Pedro

Taques deAlmeyda

(64) anterior a 10-01-1714

|| Iv. || Senhor

Diz Anna Maria Duarte moça donzela e órfã, moradora nesta cidade de Lisboa ocidental, na Rua da Inquirição, Freguesia de Santa Justa que pela sentença de justificação que se oferece lhe ficou pertencendo, a ela, suplicante, todo a ação de serviços, por falecimento de seu irmão João

Tomás Duarte tinha feito a esta coroa, o qual começou a servir nesta corte de Solicitador das causas e negócios do conselho Ultramarino; pertencem-lhe as conquistas; no princípio de junho de 689, até o fim do ano de 698, como consta e se refere dos provimentos que correm de folhas 1 até folhas 6 e informações do procurador da fazenda do procedimento do suplicado, e embarcando-se o suplicado nesta corte para a cidade do Rio de Janeiro, sentou praça de soldado e continuou a servir em 8 do mês de outubro de 694 na companhia do capitão Bernardo Machado uma das da Guarnição da dita Praça e continuou o real serviço até 27 de setembro de 696 em que passou a cabo de esquadra da mesma companhia, posto no qual continuou até 11 de janeiro de 698, como tudo consta da fê de ofícios a folhas 8 e dando o suplicado baixa a dar um soldado por si, por despacho do governador que então era o Mestre de campo Martim Correa Vasquez. E passando o suplicado à praça de Santos sentou praça de soldado, na companhia do capitão Joseph de Almeida Soares, em primeiro de novembro de 1704, e serviu de soldado na dita companhia até 8 de novembro de 1705, dia em que passou por sargento supra-numerário para a companhia do capitão Luiz Antonio de Sá Queiroga; e tem servido até 23 de dezembro de 1707, como tudo consta da segunda fê de ofícios a folhas 10, o qual tem servido assim em praça de soldado, como de cabo de esquadra e sargento supra-numerário o decurso de seis anos cinco meses e doze dias, como tudo melhor consta das duas fês de ofícios a folhas 10 e no decurso dos ditos anos não teve o suplicado nota em seus assentos, antes assistindo a tudo aquilo que pelos seus oficiais maiores lhe foi mandado; e pelo seu bom procedimento e verdade e zelo que tinha do real serviço, ao dito João Thomás Duarte, o elegeram por escrivão dos quintos reais de Vossa Majestade, e por ordem do provedor das minas e quintos lhe acumularam, ao suplicado, ordens e várias diligências para as pessoas que fossem entendidas na matéria do ouro em pó ou em barra, com cunho de suspeita a levasse presa e lhe fizesse tomada em tudo quanto achasse; o que tudo obrou fez, e se refere na certidão a folhas 12, e pela certidão, a folhas 15, consta o ser nomeado para ir ao Rio de Janeiro dar conta ao governador e capitão general, Dom Fernando Martin Mascarenhas d'Alencastro de

Matos e diversos negócios de importância, o que fez levando os papéis com todo o segredo de que resultou a boa arrecadação dos reais quintos de Vossa Majestade, como em as mais diligências em que deu boa e cabal satisfação, como se refere na certidão afolhas 15 E pela certidão afolhas 19 consta tirar várias devassas o suplicado dos culpados, nos descaminhos dos quintos de Vossa Majestade conservando o suplicado em si todo o segredo rebatendo por parte dos culpados com prudência o não se sumirem as devassas que é o que pretendiam. E ordenada a mudança da Provedoria de São Paulo para a Vila de Santos, em chegando a ela, o suplicado que foi em primeiro de outubro de 704, fez as visitas em todas as embarcações que deste porto partirão para o Rio de Janeiro conforme as ordens de Vossa Majestade que até o presente foram muitas, umas na Barra grande duas, léguas distantes da Vila de Santos e outras em Bertioiga, cinco léguas afastado; e embarcações que procurou e negros para remarem, tudo à custa do suplicado com experimentou grandes infortúnios; como também prendeu a um João Soares Ribeiro, culpado em outra devassa por comprar ouro em pó e usar de cunhos falsos em tempo que era escrivão na ouvidoria de São Paulo o dito suplicado e, com efeito e pontualmente fez, e o entregou preso ao mestre de campo e governador da dita Praça Joseph Monteiro de Matos, o qual foi remetido para a cadeia do Rio, à ordem do general e por ser o governador da dita Praça amigo do dito preso; mandou logo prender o suplicado, João Thomas Duarte em cuja prisão o tem cinco dias depois de feita a dita diligência; e depois por ordem do Provedor das Minas lhe ordenar fosse o dito suplicado ao Rio de Janeiro, a expor e dar conta ao general de consideráveis particulares da provedoria para o aumento da fazenda real no que gastou três meses, e sem despesa alguma da fazenda de Vossa Majestade fez a dita viagem, como consta do despacho e registro a folhas 17 verso. E pelo alvará de folha consta a folhas 21 e se refere nele não ter crime algum o suplicado, e tudo o mais deduzido consta das certidões, e fês de ofícios apontadas as quais vão todas reconhecidas e justificadas. E nestes termos recorre a suplicante humildemente aos reais pés de Vossa Majestade, em consideração dos serviços referidos; e achar-se a suplicante em pobre desamparo e solidão, de lhe fazer mercê e graça,

atendendo aos merecimentos dos serviços do dito seu irmão de a prover com duzentos mil réis de tença na tesouraria da obra pia, E por essa causa

Pede a Vossa Majestade que em consideração do referido, e haver servido o irmão da dita suplicante para mais de quinze anos, com todo o bom e geral procedimento e à custa da sua fazenda, e com o perigo da sua vida, de lhe fazer mercê e graça, à suplicante de a prover e despachar, com duzentos mil réis de tença na tesouraria da obra pia, visto o que alega e consta da sentença de Justificação junta e certidão das mercês, a folhas 23, não se lhe ter feito mercê alguma.

Espera Receber Mercê

(65) 24-07-1716

Christóvão da Costa Freire, Senhor de

Pancas, do Conselho de Sua Majestade, que Deus guarde,

Governador e Capitão general do estado do Maranhão etc.

Certifico que, em 20 de maio de 1711, chegou à cidade de São Luís do Maranhão, em um dos navios que vieram do reino, Gervásio Leite Rebelo, provido por Sua Majestade, que Deus guarde, na ocupação de secretario deste estado da qual lhe dei posse em 21 do dito mês, e ano, e continuou o exercício do dito ofício até os últimos dias de junho deste presente ano de 1716, em que lhe sucedeu Antonio Rodrigues Chaves havendo-se, no decurso do dito tempo, com notória satisfação nas obrigações do dito ofício assim no bom trato, e acolhimento das partes, como pela boa expedição, e inteligência que teve para todos os negócios que nele se trataram no decurso do dito tempo como no agrado, que sempre experimentou na sua pessoa, em todos os particulares que se ofereceram; havendo-se com o mesmo zelo e cuidado na arrecadação das contas de Sua Majestade, leis e mais papéis pertencentes ao governo deste estado, que se acham na Secretaria dele, como também na reforma, que fez em alguns livros de registro, por se acharem muito danificados, fazendo um novo a sua custa, em que registrou todos os papéis, que o tempo tinha maltratado, por serem de importância para o governo destas capitânias, sem que lhe sirvam de impedimento o futuro de todas as ordens e regimentos, que

continuamente se expediam pela secretaria, para os sertões, fortalezas e capitanias deste governo, além das muitas patentes que, gratuitamente estava passando aos índios das missões deste estado, acompanhando-me cinco vezes de ida, e volta desta capitania para a de São Luís, padecendo grandes incômodos e riscos de vida na passagem de trinta e três baías, em que sucederam grandes trabalhos por serem mares quase inavegáveis e as embarcações pouco seguras, acompanhando-me na ocasião em que fui visitar a Vila de Santa Maria de Icatu, examinar a ruína, em que se achava a fortaleza da Vera Cruz, sita no rio de Itapicuru, acompanhou-me outro sim o ano passado de 1715, na guerra que fui fazer ao gentio da nação dos bárbaros Caicaíxes, e outros mais que infestam a Capitania de São Luís fazenda Moréa pelo rio de Itapicuru acima, e pelo muito trabalho e aspereza da jornada e grandes calores que experimentamos naquele sertão, lhe deram umas febres, que me obrigaram a mandá-lo para a Capitania, havendo-se em todo o tempo que exercitou o dito ofício de secretário, com exemplar procedimento e limpeza de mãos portando-se com o tratamento devido a sua pessoa e ocupação, mostrando em tudo o grande préstimo e zelo com que serve a Sua Majestade, que Deus guarde, pelo que o julgo capaz e benemérito de toda a honra e mercê que o dito senhor for servido fazer-lhe. Com toda a verdade, e o afirmo pelo hábito de Cristo de que sou professo e, por me ser pedido, mando passar por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas que se registrará, 24 de julho de 1716

(66) ...-11-1716

Christóvão da Costa Freire, Senhor

*de Pancas, do Conselho de Sua Majestade, que Deus guarde,
Governador e Capitão general do estado do Maranhão etc.*

Faço saber aos que esta minha provisão virem, que tendo respeito a Antonio Rodrigues Chaves, secretário deste Estado, a estar de partida para a Capitania do Pará a curar-se de enfermidade a que nesta capitania se lhe não sabe aplicar remédios, nem conhecer-se por falta de médicos e cirurgiões, e ser necessário prover-se a dita ocupação em pessoa capaz e suficiente e na de Gervásio Leite Rebelo concorrerem os requisitos necessários e haver

servido o dito cargo mais de cinco anos com boa satisfação, acolhimento às partes como consta da residência que se lhe tirou, hei por bem de o prover no cargo de secretário durante a ausência de Antonio Rodrigues Chaves, secretário dele e, enquanto eu o houver por bem e Sua Majestade, que Deus guarde, não mandar o contrário, e haverá os prós e os percalços que diretamente lhe pertencerem e o hei por metido de posse. Cumpram e guardem esta provisão inteiramente como nela se contém a qual lhe mandei passar por mim assinada e com o sinete de minhas armas que se registrará nos livros da secretaria. Dada nesta Cidade de São Luís do Maranhão, em novembro, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscentos e dezesseis. Antonio Rodrigues Chaves, Secretário do Estado a fez

Christóvão da Costa Freire

Provisão por que Vossa Senhoria há por bem de nomear a Gervásio Leite Rebelo na ocupação de Secretário deste Estado durante a ausência do Secretário dele Antonio Rodrigues Chaves, como nessa se declara.

Para Vossa Senhoria ver

(67) 08-02-1717

Copia Nº 2

Dom João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar, em África, Senhor de Guiné etc. Faço saber a vós, Provedor da Fazenda da Vila de Santos, que se viu o que escrevestes sobre a ordem que vos remeteu o Provedor da Fazenda da Capitania do Rio de Janeiro, acerca de dardes a razão por que não havíeis arrematado a passagem do Cubatão, e a terem arrendado os Padres da Companhia, tendo eu ordenado que se incorporasse à Coroa, representando-me que logo mandareis por edital para se arrematar a dita passagem, e que tendo notícia o Padre Reitor da Companhia pedira vista para embargos a ela, e que mandando-lha dar, por entenderdes lha não podíeis negar, começaram a firmar os ditos embargos; e para os acabar vos requereram lhe mandásseis dar o traslado da dita ordem, ou da que houvesse para a dita arrematação se fazer, dizendo não ser bastante para este fim a dita provisão somente,

e que esta não poderia ter execução enquanto eu não era informado; e que deduziram mais os ditos padres nos embargos, que eles nunca arrendaram, nem têm arrendada a passagem do Cubatão, mas só a sua fazenda em que está o porto de Cubatão, onde se embarcam as pessoas que dele vêm para essa Vila, pelo que vem navegando pelo rio abaixo em direitura por espaço de quatro léguas, que tanto dista o dito porto dessa vila, e que as passagens que se costumam arrematar são dos rios que se atravessam de uma para outra parte. E vendo o que nesta parte me representar, e as mais razões que vos alegaram, e como este negócio está embargado, e posto em juízo pelos padres da Companhia, que em juízo se devem findar, e que será razão que a apliqueis ordenando ao Procurador da minha Fazenda que siga a causa, e a vós vos mando que a sentencieis em toda a brevidade, e tendo a Fazenda Real Sentença contra si, façais logo remeter os autos por traslado ao meu Conselho Ultramarino, citados os padres, atendo ela sentença a seu favor não admitais apelação aos padres, senão para o juízo da Coroa da Casa da Suplicação. El Rei Nosso Senhor o mandou por João Teles da Silva e Antonio Rodrigues da Costa, Conselheiros de seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. Dionísio Cardoso Pereira a fez em Lisboa ocidental a dez de fevereiro de mil setecentos e dezessete. O Secretario André Lopes da Lavre o fez escrever Joaquim Teles da Silva = Antonio Rodrigues da Costa = Segunda Via = Por despacho do Conselho Ultramarino de oito de fevereiro de mil setecentos e dezessete = Por El Rei = Ao Provedor da Fazenda da Vila de Santos = segunda via

Está conforme

Clemente José Gomes Camponezes

(68) 19-12-1718

O Conde de Assumar, Dom Pedro de Almeida, governador e capitão general da capitania de São Paulo e terra das minas, responde à ordem que lhe foi para examinar a parte mais cômoda e conveniente em que se pudesse fundar e assentar uma casa da moeda nas mesmas minas, e o custo que faria, tanto nos materiais como nos

ordenados dos oficiais, que deve haver na mesma casa.

Ordenando-se ao governador e capitão general da capitania de São Paulo e terras das minas, Dom Pedro de Almeida, que examinasse a parte mais cômoda e conveniente em que se pudesse fundar e assentar uma casa da moeda nas ditas minas e o custo que faria tanto nos materiais, como nos ordenados dos oficiais que deve haver na mesma casa, e quanto se devia dar a cada um, respectivamente, na parte em que hão de servir. E para esse efeito se informaria do que se pagava aos que servem na casa da moeda do Rio de Janeiro e também averiguaria as utilidades que podem seguir à Fazenda de Vossa Majestade em ter a dita casa e, se seria este o meio de poder impedir a extração do ouro dos seus domínios para a mão dos estrangeiros, bem como as conveniências que nisso podem ter os moradores das mesmas minas e ainda para o comércio dos mercantes deste reino, o que tudo faria com toda a individuação, mandando fazer a planta da mesma casa, que remeteria a este reino para que, com toda a notícia, se pudesse tomar a resolução que comporta matéria tão importante. E de tudo daria conta a Vossa Majestade na primeira ocasião que se oferecesse de embarcação para esse reino, o que Vossa Majestade lhe havia por muito recomendado e se lhe declarava que a seu antecessor mandara Vossa Majestade encarregar esta mesma diligência, esperando dela e do seu zelo, que de sua parte não faltaria em fazer mui exatamente esta mesma averiguação.

A esta ordem respondeu o dito governador e capitão general o que consta da carta inclusa que, com esta, se remete à real presença de Vossa Majestade.

Dando-se da referida carta, vista ao procurador da Fazenda, respondeu que dessas notícias que o conselho, com providência e zelo pede para segurar os acertos que no serviço de Vossa Majestade se deseja empregar, ainda que pareça que não se pode colher coisa alguma a favor de seus designios, por não parecer ao governador das minas ser proporcionado o meio de se porem casas da moeda nelas para o fim pretendido de se evitar a extração do ouro, sendo o único fundamento que, na sua carta apontava, não ser praticável se vedar este descaminho em um país tão largo e tão aberto, contudo não podia ele persuadir que se usasse algum outro tão eficaz

para impedir a dita extração. E para Vossa Majestade poder cobrar os seus reais quintos, como lhe são devidos, e não como lhe são pagos, segundo o que já, em outra ocasião lhe parecera, ainda não tendo a segurança de que as casas da moeda se poderiam com facilidade estabelecer, e que indo a elas todo o ouro das minas, poderão produzir tão exorbitantes rendimentos que sejam equivalentes aos dos mesmos quintos, o que tudo o dito governador assegurava. Porque suposto não deixava de reconhecer a dificuldade e impossibilidade que haveria em se vedar que das minas saia ouro em barra e em pó, havendo casas da moeda no Rio e Bahia, esta lhe parece se faria totalmente se trespassando nas ditas casas para as minas e havendo por perdido todo e qualquer ouro que fora dos distritos delas, e que se acha, não só em o Rio e Bahia, mas neste reino também, acrescentando algumas penas corporais e admitindo-se escavações em segredo e ainda aos mesmos condutores do dito ouro e comissários, e que de pouca quantidade seria o faltarem os emolumentos e senhorios que Vossa Majestade perceba das casas da moeda que, por ora tem, se por outro lado, uma parte com vantajosos excessos os vinha a lucrar, que nem ao negócio acrescia maior caminho, que o das casas de moeda do Rio e Bahia já experimenta. Porque mandando Vossa Majestade pagar nelas aos lavradores seu ouro pelo que toca, tem cessado a utilidade que o comércio experimentava em usar do ouro como gênero, nem da que se seguiria ficarem as minas mais opulentas, porque ter um vassalo cem mil cruzados em moedas, não o faz mais rico do que era quando, pelo seu toque, os tinha em ouro. Nem finalmente este se poderia fixar nas minas sem se reduzir a moeda, porque era certo que aos mineiros não servia, senão para mandarem para fora. E que ninguém ia às minas, com ânimo de se haver de perpetuar nelas, mas sim de se recolher à sua pátria, abundante e aproveitado, ou de lá acudir a sua família e parentes. Que isto lhe representava mais acertado sobre essa matéria e porque esta era a mais importante, que na conjuntura presente, se oferecia sobre ela, com maior acerto interporia o conselho o seu parecer a Vossa Majestade. E quanto a haver sempre nas casas da moeda dinheiro pronto para se pagar sem demora o ouro, aos que a elas o levam, como o governador advertia, lhe parecia muito conveniente e necessário em qualquer parte, que estas se

achassem.

Sendo tudo visto, pareceu ao conselheiro João Pedro de Lemos conformar-se com o que respondeu o provedor da fazenda e com o que vota o conselheiro desembargador José de Carvalho Abreu.

Ao conselheiro e desembargador Manoel Fernandes Varges, lhe parece referir-se, nesse negócio, ao seu voto que deu na consulta que se faz a Vossa Majestade na conta que deu o governador e capitão general das minas, o Conde de Assumar, Dom Pedro de Almeida, sobre a forma que deu a arrecadação dos quintos.

Aos conselheiros doutores João de Souza e Alexandre da Silva Correa, lhes parece representar a Vossa Majestade que, por esta carta do governador das minas se mostram os inconvenientes que há para se executar o que se mandou perguntar. E como Vossa Majestade tem mandado ponderar esta matéria em várias juntas, onde se tem ponderado os meios condizentes para o seu intento, que Vossa Majestade a deve mandar ver pelos ministros com quem se conferiu na junta desse negócio para que, consideradas as circunstâncias e inconvenientes que nele se podem oferecer, se possa tomar a resolução que melhor parecer e for mais conveniente.

Ao conselheiro José Gomes de Azevedo lhe parece dizer a Vossa Majestade que em outra consulta votam que se entende deve obrar neste particular.

Ao conselheiro e desembargador José de Carvalho Abreu lhe parece que o pretender evitar-se totalmente que das minas não haja de se extraviar algum ouro sem ser quintado, é pretender um impossível porque, enquanto nelas houver homens ambiciosos, não faltarão descaminhos, tanto pelo dilatado âmbito em que elas se estendem, como porque os homens práticos do sertão acostumados a vadiá-lo por rumos da agulha, não necessitam de estradas para atravessá-lo e, a cada dia, descobrem novas veredas para fazer suas jornadas com que se poderão desviar daquelas partes donde souberem que serão examinados, e a experiência nos está mostrando que sendo as minas da Índia ocidental mais fáceis de guardar e defender por não serem tão valentes como as do Brasil, e se cansando há tantos anos tantos e tão graves talentos em excogitar meios para o evitar, até agora o

não puderam conseguir, pois sabemos que nesta última frota da Índia se fez em Cádiz uma importante tomada da prata. O referido soberano na sua política, que havendo tirado da Serra do Potosi desde o ano de 1543 em que foi descoberto até o de 1585 cento e onze milhões de pesos ensaiados, que se haviam quintado, não se envergonha de confessar que o que se furtou a este direito seria outra tanta quantia.

Sendo, pois, esta pretensão praticamente impossível, se deve procurar aqueles meios, pelos quais prudentemente se possa obviar grande parte desse dano, já que não pode ser todo, e assim lhe parece poderá conduzir para isto (não parecendo adequado nem justo a Vossa Majestade toda a avença que agora se pratica) mandar pôr nas minas, naquela parte que o governador arbitrar mais proporcionada e conveniente, uma casa de quintos, em que juntamente se lavre moeda, com cunhos não só de moedas a meias, mas de quartos e décimos e, estabelecida, proibir totalmente todo o uso do ouro que não for quintado, assim como é proibido nas Índias de Espanha. Todo aquele que nas minas for achado em poder de mercadores, traficantes, rendeiros, taberneiros e outras pessoas quaisquer, assim eclesiásticas como seculares, que atualmente não minerarem, se tome por perdido, assinando certa parte a quem o denunciar e aos mineiros, tempo distribuído pelo curso do ano, conforme os sítios e distâncias em que minerarem, em que sejam obrigados a vir quintar todo o ouro que tiverem tirado com cominação de que passado, se lhes poderão tomar por perdido e fora das minas, em todos os mais domínios de Vossa Majestade, seja perdido todo o ouro que se achar em pó e sem os cunhos dos quintos, exceto na Índia, o que for dos rios de Serra e China, porque o avanço que os mineiros terão no preço do ouro depois de quintado ou reduzido à moeda, e o temor que assim estes, como os traficantes terão de perdê-lo, os conterà para não o descaminhar.

Não ignora que os gêneros de carroto e que se gastam nas minas, hão de subir de preço, sendo o pagamento feito em moeda de contado, porém este prejuízo, hão de experimentar os moradores delas, ficará compensado e saboreado com o avanço que hão no ouro que meterem na casa da moeda, que agora se lhes dá mil réis, nela lhes poderá chegar a mil e quinhentos. A

ponderação que a moeda de ouro neste reino não está proporcionada com a de prata, por cujo motivo os estrangeiros transportaram toda a de prata aos seus países, não deve servir de obstáculo a esta resolução, porque este dano já não tem remédio, pois ainda que agora se quisesse proporcionar, já eles não a tornariam a restituir, e a experiência nos tem mostrado que o mesmo saque vão dando ao ouro, e se a esta se deu menor valor para efeito de desproporção, mais conveniência lhes fariamos para solicitarem a sua extração. A reflexão que o governador faz de que a condução necessária dos materiais para o lavor da moeda fará grande despesa, se poderá prevenir, ou abraçando o meio que ele aponta, ou ordenando que na recessão do ouro que as partes meterem na casa dela, se tenha atenção a esta despesa, abatendo no valor todo que se arbitrar o equivalente a elas.

E porque não será fácil achar, neste reino todo, os oficiais de que esta casa se comporá, com a brevidade com que a frota partirá, nem delas poderão transportar as minas sem grande despesa da fazenda de Vossa Majestade, a das ditas casas que se acham no Brasil até a Bahia. E sem que menos moeda se lavre, se poderá mandar passar esta às minas, resultando também disto à conveniência de que este arbítrio, quando não produza o efeito desejado, com mais facilidade se pode tornar a restituir a mesma terra donde agora se tirou.

Ao conselheiro Antônio Rodrigues da Costa parece se referir ao voto que deu na consulta que sobe, junto com esta a Vossa Majestade, sobre a nova forma a contribuição e arrecadação dos quintos, que deu o governador das minas. Lisboa Ocidental, 19 de dezembro de 1718. Constam Abreu Azevedo Silva Souza e Vargas Lemos.

Joaquim Miguel Lopes de Lavre

(69) 20-12-1718

Senhor

Por carta de 12 de julho do ano passado, dei conta a Vossa Majestade do motim que fizeram os soldados desta praça, por causa de não lhe não pagarem as fardas, as quais se esperavam do Rio de Janeiro, na forma das ordens de Vossa Majestade, visto não haver neste almoxarife efeitos

com que se pudesse pagar. E não obstante estas razões, se amotinaram, sendo a minha casa o alvo da sua fúria, porque a levaram à escolha com outros desacatos feitos a minha pessoa por razão de meu ofício. Este temerário arrojo não teve demonstração alguma de castigo, mas antes se lhes concedeu perdão em nome de Vossa Majestade, dando-se ocasião, com essa tolerância, a que o façam repetidas vezes, de que dou conta a Vossa Majestade para que seja servido lhe mandar aplicar o remédio que parecer mais conveniente. A real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos. Santos, 20 de dezembro de 1718 anos.

Timóteo Correa de Góes

(70) 15-03-1719

Senhor

O conde general das minas pretendeu que o contrato dos dízimos destas capitanias se rematasse na cidade de São Paulo e que se lhe pagassem seiscentos mil réis de propina, com o pretexto de ser grande parte destes dízimos das vilas de sua jurisdição, o que eu duvidei fazer, com o fundamento da posse antiqüíssima em que está esta provedoria de arrematar este contrato nesta vila e praça de Santos, onde residem os oficiais da fazenda, onde está o almoxarifado e se recebem as fianças para segurança do dito contrato. E mais, quando da tal inovação, não se podia considerar utilidade alguma à fazenda real, mas sim, alguns inconvenientes, não sendo o menor deles a insuficiência das fianças pela qualidade dos cabedais daqueles moradores, que comumente constam de escravos, que se hoje o são, amanhã podem não o ser. E quanto à propina, lhe respondi que não havia provisão de Vossa Majestade para ser paga, nem parecia conveniente tirar tão grande propina de um contrato de tão tênue substância como é este, em que necessariamente diminuiria no corpo do mesmo contrato toda a importância da propina que se lhe impusesse. E suposto que, com a minha resposta tenha cedido o dito general do seu intento, faço a Vossa Majestade presente às razões que me moveram a não dar cumprimento a sua ordem. A real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos.

Santos, 15 de Março de 1719 anos.

Timóteo Correa de Góes

(71) 08-05-1719

Senhor

Achou-se que a contribuição das câmaras para o ordenado do ouvidor geral desta comarca importava somente cento e vinte e cinco mil réis, entrando neste cômputo vinte mil réis que pagava a câmara desta vila do rendimento dos subsídios que administrava e, como estes se cobram hoje pela fazenda real, a dita câmara se eximiu de pagá-los com o pretexto de que não tem outros rendimentos de onde possam sair. E assim ficou a dita contribuição em cento e cinco mil réis, que os oficiais da câmara da cidade de São Paulo pagam neste almoxarifado para cada ano o ordenado do dito ouvidor geral, saindo da fazenda real os duzentos e noventa e cinco mil réis que faltam para os quatrocentos que Vossa Majestade foi servido mandar-lhe dar de ordenado. À real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos. Vila de Santos, 8 de maio de 1719 anos.

Timóteo Correa de Góes

(72) 12-05-1719

Senhor

Os Padres da Companhia do Colégio de São Paulo tiveram sentença contra si na causa sobre o posto do Cubatão, de cuja sentença apelaram para o juízo da Coroa da Casa da Suplicação, de onde recebi a apelação na forma da ordem de Vossa Majestade, de 10 de fevereiro de 1717. E em ambos os efeitos, por me requererem assim e eu entender que não podia negar. E será conveniente que me ordenando Vossa Majestade que esta passagem se arremate pela Fazenda Real, me seja servido mandar declarar qual procedimento terei no caso que não haja lançador à dita passagem. À real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos. Vila de Santos 12 de maio de 1719 anos.

Timóteo Correa de Góes

(73) 16-05-1719

Senhor

Ao porto desta vila chegou em setembro do ano passado um navio francês com carga de negros, marfim, ferro e cera bruta. E examinada pelo ouvidor geral de São Paulo a causa de sua arribada, se achou ser fingida e afetada porque o seu intento era fazer negócio por estas vilas do sul. Os autos deste exame se remeteram ao governador do Rio de Janeiro para determinar e remetê-los com a relação deste estado e para declarar se tem incorrido na pena da lei, na forma da ordem de Vossa Majestade de 5 de outubro de 1715. E porque nesta averiguação se havia de gastar tempo considerável, e porque os negros, que eram cento e três e cabeças entre grandes e pequenos, além do risco de morrerem estariam fazendo uma despesa notável, ordenou Luis Antônio de Sá Queiroga, o governador desta praça que os ditos negros fossem vendidos em praça, a quem por eles pagasse mais, e que o restante da carga do dito navio se pusesse em depósito até se determinar em relação se incorrem na pena da lei.

Isto assim se executou, vendendo os ditos negros por novecentos e setecentos mil réis, dos quais se deve descontar as despesas feitas com os negros e com o descarregamento do navio, que por estar a nove meses nesse porto, dizem os mestres da ribeira, não está capaz de navegar, por estar o casco passado e podre, sem um concerto de muito grande despesa, de que esta terra não é capaz, por não haver nela os materiais necessários. E será conveniente no caso de se julgar na relação o dito navio e sua carga por perdido para a Fazenda Real, que seja Vossa Majestade servido mandar que, deste dinheiro procedido dos negros, se paguem as fardas aos soldados deste presídio, que as devem há três anos, por não chegarem os efeitos que há neste almoxarifado para pagamento das ditas fardas, nem virem do Rio de Janeiro, como Vossa Majestade tinha ordenado. E que o resto do dito dinheiro se aplique na obra da cadeia, tão necessária nesta vila. A real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos. Vila de Santos, 16 de maio de 1719 anos.

Timóteo Correa de Góes

(74) 30-05-1719

Traslado do auto que mandou fazer o Doutor Mathias da Silva, juiz de fora nesta Vila e Praça de Santos e seu termo, com alçada por Sua Majestade, que Deus guarde, por mim, Antônio Freire Agostinho, escrivão das varas, sobre um açoitador

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e setecentos e dezenove anos. Aos trinta dias do mês de maio do dito ano, nesta Vila e Praça de Santos, em pousadas do Doutor Mathias da Silva, juiz de fora, onde eu, escrivão sobredito e adiante nomeado, fui por ele chamado e sendo aí pelo dito doutor juiz de fora dito a mim escrivão que depusesse, com toda a clareza e distinção, como e de que sorte tinha acontecido o ser eu açoitado dentro do convento de Santo Antônio desta dita vila, o que prometi fazer, na verdade.

E foi o caso na forma seguinte: que sendo a vinte e sete do mês de maio do dito ano, achando eu, escrivão, rondando a vila de noite, topei, fora de horas, a um preto crioulo, por nome Bartolomeu, que se diz ser escravo do padre Frei José de Santa Brígida, guardião do dito convento de Santo Antônio desta vila, e repreendendo eu ao dito crioulo que se recolhesse, respondeu-me que se recolheria quando quisesse e, à vista desta resposta, dei no dito crioulo umas vergastadas e o dito crioulo levantou da mão com um prato que levava e depois se abaixou ao chão a pegar em uma pedra para me atirar.

E logo no outro dia, domingo do Espírito Santo, indo eu à missa, ao dito convento, com o dito doutor juiz de fora, estando ele dentro da igreja, às oito horas da manhã do dito dia do Espírito Santo, chamaram-me ao alpendre do dito convento dois religiosos, por nomes Frei Pedro e Frei Bartolomeu, e pegando-me em mim, recolheram-me para dentro da portaria que logo se fechou, onde estavam seis religiosos. E puxando-me pelos cabelos, levaram-me ao capítulo os ditos dois religiosos com os outros seis, em cuja companhia foram também o dito guardião Frei José de Santa Brígida e o padre Frei Antônio Cubas, o definidor, e sendo eu levado ao capítulo, tiraram-me a casaca e vestia depois de me haverem tirado a espada logo na portaria, e fizeram-me ajoelhar-me à força.

E dizendo eu ao dito padre-guardião que me não fizesse algum desacato, respondeu-me que houvera de fazer e perguntando-me por que dera no dito seu negro, digo no dito seu escravo, lhe respondi que por achá-lo fora de horas, de noite, à vista do que o mesmo padre-guardião me queria disciplinar nas costas, o que fez, por seu mandado, um leigo, dando-me com as disciplinas por três vezes, com força, nas costas, de que me ficaram vergões. Na qual ocasião, chamaram-me de mameluco e bastardo o dito padre-guardião e o dito padre Frei Antônio Cubas e, se era por mandado de alguém, que lhe viesse constar que também nesse alguém houvera de fazer o mesmo e, com isto, me largaram. O que passa, na verdade, eu juro pelo juramento de meu ofício.

Foram testemunhas deste fato Manoel de Sousa Gásio, e Francisco Xavier Pissarro, e outros muitos moradores desta vila. O qual o auto e o mais que dele constam e o que tenho deposto do caso mandou ele dito doutor juiz de fora fazer e em que assinou comigo, Antônio Freire Agostinho, escrivão da vara do alcaide, que o escrevi.

Aos trinta e um dias do mês de maio de mil e setecentos e dezenove anos, nesta Vila e Praça de Santos e casas das moradas do Doutor Mathias da Silva, juiz de fora nesta dita vila, e seu termo com alçada por Sua Majestade, que Deus guarde, aí por ele comigo, tabelião adiante nomeado, foram inquiridas e perguntadas as testemunhas pelo conteúdo no auto atrás, as quais foram chegadas pelo alcaide desta dita vila, Gonçalo Correia, e seus ditos nomes e idades são os que adiante se seguem, de que de tudo fiz este termo de assentada e eu, Pedro Pinto tabelião, o escrevi etc.

Testemunha

Francisco Cardoso Madureira, morador nesta vila e Praça de Santos e nela mercador de loja aberta, de idade que disse ser de cinquenta e dois anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada.

E perguntado pelo conteúdo, no auto atrás, disse ele, testemunha, que, no dia do caso sucedido, estivera de visita com o padre-guardião

Frei José de Santa Brígida e, despedindo-se dele, vindo para baixo, ele, testemunha, vira vir, da parte da portaria do convento de Santo Antônio desta vila, a um religioso corista, pegando em um homem que era o escrivão da vara dele, dito doutor juiz de fora. E o dito corista com todos os mais religiosos e o mesmo guardião, exceto o padre Frei João de São Boa Ventura e o padre Frei Antônio, por alcunha o barra, e o levaram ao dito escrivão ao capítulo, a que tocaram, vindo o dito corista com a espada do dito escrivão, digo com a espada nua do escrivão na mão, em cuja ocasião ouvira dizer a uns rapazes, que aí se acharam, de que deram no dito escrivão três disciplinadas.

E estando ele, testemunha, na porta da sacristia do dito convento, ouvira falar, em voz alta, ao dito padre-guardião, dizendo ao escrivão, que causa tivera e por que dera muita pancada com um pau no seu negro Bartolomeu na noite antecedente, indo-lhe buscar o que era necessário; e, outrossim ouviu ele, testemunha, dizer, mas não se lembra a quem, que dissera o dito escrivão ao dito padre-guardião que se dera no seu negro fora por lhe mandarem dar e, ao depois, o mesmo escrivão, logo incontinente, retratou-se, dizendo que não dera no dito negro Bartolomeu por mandado de alguém, senão ele mesmo, de seu motivo próprio, à vista do que respondera o padre-guardião, Frei José de Santa Brígida, que se por mandado de alguém tinha dado no seu dito negro que lho viesse contar, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto tabelião, o escrevi. Silva.

Francisco Cardoso Madureira

Testemunha

Antônio de Campos Maciel, hora estante nesta Vila e Praça de Santos e nela oficial de ourives, de idade que disse ser de quarenta e dois anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha, que, no dia em que sucedeu o caso mencionado, estivera no convento de

Santo Antônio desta vila e vira mandar o dito padre-guardião chamar o padre-sacristão Frei Inácio que, depois de falar com o seu guardião, dissera o dito sacristão a ele, testemunha, estas palavras, hoje há de suceder neste convento uma diabrura e que se não fosse ele, testemunha, embora. E logo vira ele, testemunha, às oito horas, pouco mais ou menos da manhã, domingo do Espírito Santo, ao padre-guardião Frei José de Santa Brígida estar na portaria do dito convento junto com Frei Pedro e outros coristas, e, logo na primeira porta, ao diante da portaria, estavam outros dois frades, e na porta da sacristia, outros dois, e na porta do capítulo, outros dois.

E pegando os ditos que estavam na portaria em o escrivão da vara dele, dito doutor juiz de fora, que estava na igreja para ouvir missa, levaram-no ao dito seu escrivão, sem espada, a qual levava um frade na mão que ele, testemunha, não conheceu, e levando-o, à força, para dentro do claustro, puxando-lhe pelos cabelos um corista e ajuntando-se os frades todos, que aí estavam. E ao depois, vieram quando se tocou logo a capítulo, levaram-no a ele, onde o dito padre-guardião disse ao dito escrivão o grandessíssimo mameluco e desavergonhado e tem mãos para dar em negros deste convento, ao que respondeu o dito escrivão que se dera no dito seu negro que fora pela noite antecedente andar fora de horas na rua, querer abrir uma janela e entre outras razões.

A que ele, testemunha, não esteve presente, ouviu o estrondo que faziam as disciplinas, por onde julgou que com elas se estavam açoitando o dito escrivão no capítulo e, ao mesmo tempo, ouviu ele, testemunha, dizer, em voz alta, ao dito guardião para o dito escrivão orava se foi por mandado de alguém que deu no negro que lhas tire esse alguém, e ouviu ele, testemunha, dizerem os mesmos frades do convento tinham açoitado ao dito escrivão nas costas para o que lhe tiraram a casaca, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o escrevi. Silva.

Antônio de Campos Maciel

Testemunha

Francisco Xavier Pissarro, morador nesta Vila e Praça de Santos e nela homem que vive de seu negócio, de idade que disse ser de trinta anos,

pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em quem pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha, que, no dia que sucedera o caso, estava dentro da igreja de Santo Antônio desta vila, ouvindo missa e, indo para fora, estando no alpendre, vira abrir-se a portaria e sair de dentro dela o escrivão Antônio Freire e dizer Vossas Paternidades não me fizeram isto a mim, senão ao doutor juiz de fora. E, ao depois, no mesmo dia, ouviu ele, testemunha, dizer, não se lembra a quem, que tinham acoitado os frades de Santo Antônio ao dito escrivão, nas costas, com umas disciplinas, três ou quatro vezes, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o escrevi. Silva.

Francisco Xavier Pissarro

Testemunha

Estêvão Fernandes Carneiro, morador nesta vila e Praça de Santos e nela homem de negócio, de idade que disse ser de sessenta e um anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha, que, no dia que aconteceu o caso ao escrivão da vara, achara-se no convento de Santo Antônio desta vila, no claustro, querendo ir para fora e, ao mesmo tempo, topara ele, testemunha, com o dito escrivão e mais dois frades que o levaram, pegando nele, ao capítulo.

E vendo ele, testemunha, isto, subiu para a varanda do convento para ver melhor o caso, pois que debaixo se tinha ajuntado muita gente e indo para cima, chegando à dita varanda, dissera Sebastião de Passos, que ia em companhia dele, testemunha, estando para baixo, dissera o Passos já se acabou e, com isto, se viera ele, testemunha, embora e, antes que ele, testemunha, subissem para cima, vira que embaixo, no capítulo, ao dito

guardião, que tinha ido em companhia do dito escrivão, e perguntando ele, testemunha, depois do caso sucedido, ao mesmo padre-guardião por que razão fizera aquele desacato ao escrivão, respondera-lhe o dito guardião por lhe haver dado em um negro seu muita pancada com um pau, sem haver causa para isso. E perguntando ao mesmo queixoso o dito guardião que causa tivera para dar no dito seu negro, respondera-lhe o escrivão que fora mandado e isto ouvira dizer ao mesmo guardião.

E, outrossim, ouviu ele, testemunha, dizer publicamente, não se lembra a quem, assim a negros como a brancos e a todos desta vila era notório no convento desta dita vila, levaram ao dito escrivão ao capítulo e, lá, lhe deram umas disciplinadas e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o escrevi. Silva.

Estevão Fernandes Carneiro

Testemunha

Antônio Ferreira de Gamboa, morador nesta vila e Praça de Santos e nela mercador de loja aberta, de idade que disse ser de quarenta e um anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha, que, estando no mesmo dia do caso sucedido em o convento de Santo Antônio desta vila, dentro no claustro, vira vir o padre-guardião, Frei José de Santa Brígida, descendo de cima em companhia de outro religioso e vieram para a portaria, e, perguntando ele, testemunha, ao dito padre-guardião pela sua melhora, pois estava doente, respondera-lhe que a ocasião assim o permitia e logo vira ele, testemunha, daí a pouco espaço, vir um corista da porta da portaria, pegando no dito escrivão e na sua espada.

E querendo escapar da mão do corista o dito escrivão, acudira o padre-guardião a pegar nele junto com o outro e lhe puxaram pelos cabelos para o terem mais seguro, e disse o dito guardião aos outros religiosos que o levassem o dito escrivão para o capítulo e, logo no mesmo instante, tocaram a ele e se ajuntaram todos os religiosos e, no dito capítulo, ouviu

ele, testemunha, dizer do mesmo padre-guardião aos frades que tirassem ao escrivão a sua casaca fora e, tirando-lha, ficara escrivão em camisa, e mandara o dito guardião a um leigo, Frei Francisco, que desse no dito escrivão umas disciplinadas, duas ou três, muito brandamente, dizendo-lhe que era para o absolver porque estava excomungado por haver dado o dito escrivão em um negro do convento.

E depois de passado tudo isso, e composto o escrivão, dissera-lhe o dito padre-guardião que casta de figura era ele e que era um pedaço de mameluco e por que tinha dado no negro daquele convento, que se tornasse a dar no dito negro ou ter mãos para ele ou para coisas daquele convento que no meio da rua lhe havia de mandar rachar as costas com um pau no dito escrivão, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o escrevi. Silva.

Antônio Ferreira de Gamboa

Testemunha

Pedro da Silva Bueno, morador nesta vila e Praça de Santos e nela estudante, de idade que disse ser de dezenove anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha, que ouvira dizer a Antônio de Campos que um Frei Pedro, religioso, de Santo Antônio desta vila, chamara para dentro da portaria o escrivão Antônio Freire e o recolhera e que, lá dentro, os frades açoitaram ao dito escrivão com umas disciplinas e mais ouviu ele, testemunha, dizer ao mesmo Antônio de Campos que um padre velho do dito convento, nessa ocasião, dissera assim se castigam a mamelucos, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. Eu Pedro Pinto, tabelião, o escrevi. Silva.

Pedro da Silva Bueno

Testemunha

Manoel Moreira Porto, morador nesta vila e Praça de Santos e nela mestre de ferreiro, de idade que disse ser de vinte e seis anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor

juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha que, na ocasião do caso sucedido, estava no convento de Santo Antônio desta vila, falando com o padre Frei Domingos Leigo e, vindo para a porta junto à sacristia, ouvira um tropel de religiosos e logo viu, ele, testemunha, três ou quatro religiosos que não lhe sabe os nomes. E vinham da portaria e traziam agarrado ao escrivão, Antônio Freire Agostinho, e um dos ditos religiosos trazia em sua mão a espada do dito escrivão em bainha, e os mesmos religiosos logo levaram ao dito escrivão ao capítulo e, tocando-se logo a ele, dissera o padre-guardião do dito convento, Frei José de Santa Brígida, ao dito escrivão que se conhecera o negro se era do convento e o dito escrivão respondera não o conhecera e, então, dissera o dito padre-guardião que se o dito negro tinha feito algum agravo ao dito escrivão por que o não tinha levado lá.

E mandou o dito padre-guardião ao dito escrivão que tirasse a casaca fora para outro dia conhecesse o negro era do convento e mandou o dito guardião pôr de joelhos ao dito escrivão, mandara-lhe dar duas ou três disciplinas pelas costas por um religioso do dito convento que ele, testemunha, não lhe sabe o nome e, antecedentemente, o dito padre-guardião chamara de mameluco ao dito escrivão, a quem mandou vestir a casaca. Ele disse que viesse contar o dito escrivão a quem lhe tinha mandado dar no seu negro que ele dito guardião tinha feito aquilo a ele dito escrivão. E tudo isto viu ele, testemunha, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o escrevi. Mathias da Silva.

Manoel Moreira Porto

Testemunha

Manoel de Mattos Nogueira, morador nesta Vila e Praça de Santos e nela mercador de loja aberta, de idade que disse ser de quarenta e dois anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado.

E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha, que, estando ao tempo do sucedido no claustro do convento de Santo Antônio desta vila, vira vir bastantes religiosos do dito convento e irem para o capítulo, onde, ele, testemunha, ouvira ao padre-guardião perguntar ao dito escrivão por que causa dera no seu negro e com que arma se achara, ao que respondeu o escrivão que com nenhuma e que se dera no seu negro fora mandado e por ter topado ao dito negro em uma noite atrás, tirando uma orupema de uma janela.

E, ao depois, ouvira, cá por fora, a vários amigos e pessoas que, no dito convento, tinham dado umas disciplinadas no dito escrivão, pelas costas, sobre a camisa e acrescentou mais ele, testemunha, ao seu juramento, que vira um corista, nesta mesma ocasião, que lhe parece chamar-se Frei Pedro e foi o que trazia dominado ao dito escrivão e logo atrás dele o dito padre-guardião com mais seis ou sete religiosos, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o escrevi.

Manoel de Mattos Nogueira

Testemunha

Manoel de Sousa Gásio, morador nesta vila e Praça de Santos e nela mercador de loja aberta, de idade que disse ser de quarenta e dois anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, a quem o doutor juiz de fora deu o juramento, em que pôs sua mão direita e, debaixo dele, prometeu dizer verdade do que soubesse e fosse perguntado. E do costume disse nada etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto atrás, disse ele, testemunha, que, na ocasião do caso sucedido, por estar na igreja de Santo Antônio desta vila, ouvindo missa estar sucedido o caso antecedentemente, indo, ele, testemunha, para dentro do claustro somente vira e ouvira dizer o sobredito padre-guardião ao dito escrivão que não fosse desavergonhado e que viesse contar quem o mandou; o que ele, dito guardião, fizera-lhe pelo dito escrivão ter sido disciplinado nas costas, por cima da camisa.

O que ele, testemunha, ouviu dizer, cá por fora, a muita gente e que um religioso, Frei Pedro, já de missa acabada, fora quem chamara o

dito escrivão à portaria, dizendo-lhe que o chamara o dito padre-guardião, ao que respondeu o dito escrivão que não tinha nada com o padre-guardião, diante disso o dito padre Frei Pedro e outros frades, pegaram no dito escrivão e o levaram para dentro e lhe fizeram o que dito tem, e mais não disse e assinou com o dito doutor juiz de fora. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o escrevi.

Manoel de Sousa Gásio

O qual traslado eu, sobredito tabelião, adiante no meado o traslado dos próprios autos que em meu poder e cartório ficam e vão, na verdade, sem coisa que dúvida faça e com este conferi, consertei com o tabelião Antônio Pinto Leitão, no conserto abaixo comigo assinado nesta dita vila aos nove dias do mês de junho de mil e setecentos e dezenove anos. E eu, Pedro Pinto, tabelião, o fiz e escrevi e assinei de meus sinais rasos do que viu que são tais como adiante se seguem etc.

Pedro Pinto

Consertado com os próprios autos originais por mim tabelião.

Pedro Pinto

E comigo tabelião.

Antônio Pinto Leitão

(75) 08-06-1719

Senhor

Com o auto incluso, represento a Vossa Majestade minha queixa, que se dirige a mandar castigar o dito guardião, e mais religiosos cúmplices do convento de Santo Antônio desta vila, por insolências e açoítarem, nas costas, a Antônio Freire Agostinho, escrivão meu, pegando nele e levando-o violentamente para dentro da portaria, puxando-lhe pelos cabelos e descompondo-o de nomes afrontosos, tirando-lhe a espada, casaca, e veste, só em vingança do que informou ao dito guardião Frei José de Santa Brígida um seu escravo, Bartolomeu, em quem o dito escrivão deu umas vergastadas pelo achar de noite, fora de horas, na rua, e mandá-lo recolher, e o dito escravo ser pouco atento ao dito escrivão.

Tudo consta do auto e sumário de testemunhas porque se prova

muito bem este fato. Vossa Majestade mandará o que for servido. Santos, 8 de junho de 1719. Do juiz de fora da Vila de Santos.

Mathias da Silva

CAPÍTULO V

Lição Semidiplomática

(1) 16-03-1701

||1r.|| *Senhor*¹

5 Diz oMarques deCascaes; donatario das terras deSaõ | PauLo, eSaõ
Vicente do estado doBrazil, queaelle lhehe necessario | demandar
por humLibello aoprocurador daFazenda da repartição | doConselho
Vltramarino, pella dizima dos quintos doOuro, que temsahi | do das
dittas Suas terras, des de o tempo, que VossaMagestade foi Ser | vido
confirmarllas; que lhe pertence em virtude da Sua doação, eforal

10 *Pede aVossa Magestade lhe faça merce conceder aL-*
varâ para Ser citado para aditta cauza o dito procur[ador]
dafazenda da repartição doConcelho Vltramarino.

Espera Receber Merce

Haja uista o Procurador da fazenda Lisboa 16 de
Março de 1701²

15 A questaõ *que* intenta mover oSenhor Marques deCascaes pertence
aojuizo da | Coroa naforma da Ordenação [Livro] 1 titulo 9 in pride:
etcaetera eassim sobre dizimas posto*que* | dellas tenhamos feito merce
aalgũs pessoas; enaõ metoca adefensa | della; como em outrapetiçaõ
jatenho ditto

20 ||1v.|| Naõ há *que* defferir vista a forma daLei
Lisboa 20 dejunho de 1701

(2) 19-04-1702 ||1r.|| Regimento do Superintendente Guarda Mor
e Maiz Officaes daz Minas do Ouro de Saõ Paulo

25 EuElRey Faço saber aos que este meu regimento virem que por |
quanto *para* a boa direcçaõ, e governo dagente que trabalha naz Minas
que | ha nozCertoens do Brazil aque mando asistir os Menistros
deputa-| dos, e necessarios *para* ellez he necessario³ que estes tenhaõ
Regimento | lhe mandei dar na forma Seguinte

1 No canto superior esquerdo há a anotação tardia: “16-3-701”. Entre o vocativo e o texto há marca de carimbo redondo com os dizeres: “Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina”. Como é muito repetida essa marca em documentos do Conselho Ultramarino, dispensa-se informar a cada vez.

2 Seguem-se rubricas. Como são constantes nos documentos do Conselho Ultramarino, escusa repetir a informação a cada vez.

3 Terá havido um empastelamento que ser resolveria, por exemplo com a alteração de “necessarios *para* ellez he necessario”, por “esendo *para* ellez necessario”.

- 1 O Superintendente procurará saber com todo o cuydado se ha dis |
30 cordias entre os Menistros ou outras pessoas que acistem naz dittaz |
Minas, de que rezultem perturbaçoens entre aquellaz gentes, e porâ |
toda adelligencia em as atalhar, e no cazo que lhe pareça ser necessario
| mandar prender alguma ou algumaz daz pessoas *que* forem mentores
| de Semelhantez dezordens o farâ, e as não soltarâ sem primeyro fã=|
35 zerem termo de não entenderem hum com outro e tendo cometido
cul=| pa porque algum mereça mayor castigo como for direito
- 2 Em odito Superintendente chegando az Minas, deve Logo examinar |
os Ribeiros queestaõ descobertos, a riqueza dellez, eSe a pinta he geral,
| e depois de ter feito este exame, saberâ seestaõ muito distantes huns
40 | doz Outros, e no cazo que as distanciaz sejam deSorte que aGuarda |
Mor az Não possa repartir acistindo a todaz az repartiçoens, nomeará
| Guardas Menores *para* haverem de az hir fazer naquellaparte que lhe
| for ordenado, guardando az ordens que *para* isso lhes forem dadaz
- 3 Ehavendo alguma duvida entre os Ministros sobre a medição daz
45 | dattaz entendendo pertencerlhe maiz testa, querendo entrar pellaz
dat | taz dozVezinhos, recorrerão ao Superintendente ou Guarda Môr
| aquella que estiver maiz perto, que lhe mande novamente medir |
az dattas que lhe foraõ dadaz para que cada hum fique com aquelhe
| tocca; eellez lha mandaraõ medir, no cazo que Seja necessario; por
50 não | estar aprimeira medição feita com clareza.
- 4 Eporque muitazvezes tem succedido esbulhar algum poderozo
ahum | pobre, ou Miseravel em parte dasua datta pella achar com
pinta rica | e convir Muito concervar a cadahum no que lhe pertence
quando isto | succeda; recorrerâ o esbulhado ao Superintendente que
55 ouvidaz as par=| tes bocalmente inteirado do esbulho queselhe fez o
farâ restituhir ||1v.|| [[restituhir]], e quando não possa em prezença daz
partes logo averiguar | aquella questaõ, admittirá oesbulho ajustificar o
tal esbulho, ejusti | ficado ofará restituhir aSua datta, etendo jaLavrado
algumaz | braças deterra do esbulhado, lhe farâ restituhir toda aperda
60 e dam | no, que nisso lhe tiver dado, que se liquidará pello rendimento
daz | braças da mesma datta; dandosse ao esbulhado pellas braças que
| lhetocarem outro tanto, como importarem outras tantas braças, que |

Lavrar da Mesma datta com penna deesbulho se lhe fará Satisfaz=| zer
isso que seLiquidar em dobro.

- 65 5 OSuperintendente tanto que thomar conhecimento doz ribeiroz, |
ordenará ao Guarda Mor que faça medir ocomprimento dellez | para
saber as braças que tem effeito, saberá az pessoas que estão prezen | tes,
e osnegros que cadahum tem, thomando disso informaçoes [certas]
| eordenar ao Guarda Mor faça a repartição das dattas, dando em
70 primeiroLugar datta a Pessoa que descobrio oRibeiro, aqual lhe hade
| dar na parte a donde elle apontar, eLogo repartirá outra datta para |
aminhaFazenda no mais bem parado do ditto Ribeiro, e ao Descobri
| dor dará Logo outra datta como Lavrador em outra qualquer parte
que | elle apontar, por con vir que oz descobridores sejaõ em tudo
75 favorecidoz | eesta mercê os anime afazerem Muitoz descobrimentos,
eno cazo | que hum descobridor descubra quatro ribeiros no vltimo se
lhe da | raõ duas dattaz, duaz como descobridor e duas comoLavrador,
com | declaração porem que as duas que de novo lhe concederem,
seraõ | tiradaz por Sorte, como neste capitulo vay determinado se dem
80 aoz | Lavradores, eas maiz dattas repartirá o Guarda Mor regulandos
| sepellos escravos, que cadahum tiver, que em chegando a doze
| Escravos, ou dahi para sima fará repartição dehumadatta detrin |
tabraças conforme oestillo, e aquellazpessoaz que não chegarem | ater
doze escravos, lhe Seraõ repartidaz duaz braças e meya por cada |
85 escravo para que igualmentefiquem todos Logrando da Merce que
lhes | faço, epara que não haja queicha, nem doz pobres, nem doz
ricos por dize | rem que na repartição houve dolo, repartindosse ahuns
melhor Citio | que aoutros por amizade ou respeito, o Guarda Mor
Mandarâ | fazer tantos escrittos quantaz forem as pessoaz com quem
90 se houver | de repartir, ecom o nome decadahum os deitarâ a hum Vazo
em | baralhados, por um menino de menor idade, queSe achar man |
dará tirar cadahum doze escrittos ao primeyro queSahir lhe assign= |
narâ aSua dattaLogo naque Seceguir aque naforma deste Capi | tulo
se tiver dado ao descobridor comoLavrador, epella mesmaordem |
95 sehirâ ceguindo as demais que forem sahindo, e nas dattas deca-||2r.||
[[de ca]]dahuma pessoaz seporaõ Marcos para que não possavir em

| duvida aparte que lhe foy assignada, etambem seporaõ Mar | cos
naque tocarã minhaFazenda

- 6 <Revogado> E porque muitaz vezes succede Levarem os
100 Descobridores em sua | companhia pessoaz que os ajudaõa descobrir
os ribeiros, epor haver | muita gente com quem repartir as dattas,
ficaõ de fora as pessoaz | que as ajudaraõ a descobrir, epor respeitos
sereportem aoutros, | Ordeno que as pessoaz que acompanharem ao
ditto Descobridor en- | tram na repartição do tal ribeiro com as dattaz
105 que lhe tocar.

- 7 Eporque he muito prejudicial repartirem-se aoz poderozos em ca |
daRibeiro que Se descobre sua datta, ficando por estacauza muitos |
pobres sem ella, e Succede ordianariamente por não poderem Lavar
| tantaz dattas venderem-nas aos pobres, ouestarem muito tempo | por
110 lavar, oque não he Sõmente em prejuizo dos meosvassallos, mas |
tambem doz meozQuintos, pois podendosse tirar logo se dillataõ com
| se não Lavrarem as dittaz dattas, havendo ficado muitos de meoz |
Vassallos sem ellaz; por evitar esta Sem justiça, senaõ darã segun | da
datta a pessoa alguma sem teremLavrado aprimeyra; estando | porem
115 todoz oz Mineiros accomodadoz havendo maiz terrapara | repartir
entaõ seattender aos que tiverem mais negros, porque sen | do mais
doz doze pertencentez aprimeyra datta, sefarã com elle a | repartição
naforma do Capitulo 5.º deste regimento, dandosse du | as braçaz e
meya acada negro, e constando também aoGuarda | Mor que cada hum
120 doz Mineiros tem Lavrado aSua datta, aquel | le que ativer Lavrado,
havendo terra para repartir, a repartirá no | vamente com elle naforma
quefica ditto.

- 8 Enocazo que algum doz Mineiros não principiẽm aLavar as dat= |
tas que lhe forem dadaz dentro de quarenta diaz, oSuperintenden | te
125 ordenará ao Guarda Mor, que com oEscrivaõ daz Minas veja | as dittaz
dattas eachandoaz intactaz, fará termo de em como es= | tavaõ intactas,
oqualtermo assignanã oGuarda Mor com as Teste= | munhas que se
acharem presentes, que sempre seraõ ao menos du= | as, e ouvida a parte
por contestação somente as julgarã por perdidas | paraaMinhaFazenda,
130 ehavendo denunciantes selhe darã a terça | parte, easpartes queficarem

- paaraaminhaFazenda, sedesfruta | raõ Na forma daz que lhe forem repartidaz; advertindo porem, *que* | poderá muitaz vezes succeder pararem com aLavra das Minaz, | ou não as principiarem aLavar por estarem muito distantes, em | tal cazo lhe não tiraraõ as dittaz
- 135** dattaz por devolutas, eo Mes ||2v.|| [[Mes]] mo seentederã se se deichar deLavar por inverno dafalta | dos Mantimentoz, ou saúde.
- 9 <Revogado> Eporquepello regimento da MinhaFazenda he prohibido se interesse nel | la oz Menistroz, eOfficiaes della, como tambem oz dajustiça pelloz | prejuizos que disso seseguirãõ;
- 140** Ordeno que nenhum doz Menistroz | ou Officiaes deputados para a admenistração das dittaz Minaz ou | outro dequalquer prehinencia a que Seja possa por Sy ou por intepos=| tapessoa haver datta nas dittaz Minas, nem ter nellaz outro interece | Mais queo Sallario ordenado neste Regimento | eo que ocontrario | fizer perderã o Posto, Lugar ou
- 145** Officio que tiver, eSerã condem=| nado no que importar o rendimento da datta o interesse que ti | ver em tres dobro para aMinhaFazenda, ehavendo denunciantes | se lhe darã aterça parte, e oSuperintendente, ou Guarda Mor | que tal datta der, ou repartir, perderã o officio, eparará o ren-| dimento em dobro aplicado naforma assima ditto, ehavendo in-|
- 150** terpostaPessoa terá a mesma penna imposta ao Guarda Môr | oqual não sabendo da intepozição e conluyo, será delle relevado | efazendo algum dos dittos Menistroz, ou Officiaes praçaria com | o Mineiro aquem for repartida datta, haverã hum, eoutro as pen-| nas contheudaz NaOrdenação Livro 5.º titullo 71 paragrafo 6. VI e Se tiverem pra |
- 155** çaria pagando cadahum doz praceiros todo o rendimento da datta | com perda do Porto, Lugar ou Officio, quetiverem.
- 10 <Revogado> Eporquehejusto, que oSuperintendente, Guarda Mor, eSeoz Offi=| ciales tenhaõ commodamente dequevivaõ, segundo aqualidade do Lu=| guar, trabalho desuaz, occupaçoens,
- 160** terá oSuperintendente, deorde | nado em cada hum anno tres mil, equinhentoz cruzados, oGuarda | Mor douz mil Cruzados, oMeyrinho, eEscrivaõ daSuperinten=| dencia quinhentoz Cruzadoz cadahum, eSendo necessariofazer-se | algumGuarda Menor em algumaoccaziãõ se lhe darã de orde | nado Mil Cruzadoz cada anno e no cazo que esteSeja

- 165 feito portem | poLimitado, vencerã oordenado pro ratta do tempo que
Servir a res | peito doz dittoz mil cruzados, eporqueestez ordenadoz
oz devem | pagar oz Mineiros, poiz a respeito daSuaconservação
evtillida-| de fuy servido criar estez officios; cada huma daz pessoas
aquem | se repartirem dattaz darã para ozSallarios doz dittozOfficiaes
- 170 a | dessima parte do preço porque Se arremattar adatta quepertença â
| Minha Fazenda, porque Sendo a datta em Menor quantidade, sefarã |
aconta a respeito das braças, para que assim fiquem todos contribuhin=|
do egualmente. <11> ||3r.|| [[11]] Sou informado que algumaz pessoaz
vendem as dattas quelhe | foraõ repartidaz afim de as terem em melhor
- 175 ribeiro o quehecon | tra aigualdade com que as mando repartir a
todos os meos Vassallos. | Mando que nenhuma pessoa possavender,
nem comprar Semelhan | tes dattaz, mas que todos desfrutem as que
lheforem repartidaz | como assim fica ordenado, efazendo o contrario
oComprador seja | condenado no rendimento que tiver da ditta datta,
- 180 eoVendedor | em outro tanto tudo applicado naforma assim ditto no
Capitulo 9.º | Porem no cazo que for repartida alguma datta, aquem a
naõ | possa disfrutar por lhe falecerem, ou faltarem os escravoz queti
| nha; nesse cazo apoderã vender, fazendo primeyro carta aoSuper=|
intendente a cauza que tem para fazer a ditta venda oqual selhe |
- 185 concederã licença para opoder fazer, porem lhe naõ darã nova datta, |
nem o Guarda Môr lha repartirá sem lhe constar ter novoz es=| cravos
com que a disfrute.
- 12 ESuccedendo fazerem se alguns descobrimentos em partez muito
re=| mottaz das em que acistir oSuperintendente, ou oGuarda Mor,
- 190 oDesco=| bridor o farã logo asaber aoSuperintendente para que mande
oGuar=| da Mor fazer repartição daz dattaz na forma que lhehe
ordenada | enaõ podendo oGuarda Mor hir fazer aditta repartição,
nomearã o | Superintendente hum Guarda Mor que a vâ fazer e nunca
em ne=| nhum cazo poderaõ os Descobridores fazer a repartição
- 195 em outra forma, | enaõ dando oz Descobridores a ditta parte ao
Superintendente oc=| cultando otal descobrimento, selhe naõ daraõ
dattaz algumas, antes | as que selhe haviaõ de dar, sedaraõ a Pessoa
que della tratar o tal | descobrimento que Setinha occultado.

- 13 OGuarda Mor terâhum Livro rubricado pello Superintendente
200 emque | farâ assento de cadahum dos ribeiros que se descobrirem com
titulo apar=| te do dia mes e anno em que sedescobrio, do dia em que
se repartiraõ as | dattas, fazendosse declaração das pessoas aquem
serepartiraõ braças da | terra que se deraõ acada hum, confrontaçõens
e Marcos que se lhe pozeraõ | edetudo farâfazer termo emque assignará
205 o Guarda Môr, e cadahum | doz Mineiros aque se repartir a datta.
14 Eporque muitaz pessoas da Bahia, ou daquelle dstricto trazem, ou
| Mandaõ Gados para sevenderem nas Minas, de que sepode ceguir | os
descaminhos demeoz quintos, porque com o que se vende he o troco
deou=| ro em pô, toda aquella quantia se hade [[de]] dezemcaminhar,
210 eporque esta Matéria he de taõ damnozas consequências, he preciso
que neste par=| ticular haja toda acautella, pello que ordeno ao
Superintendente e Guar=||3v.|| [[Guar]]da Mor, ou Menor, ou outro
qualquer Official quetendo noticiatem che=| gado ás Minas, façaõ
logo Noteficar a pessoa, ou pessoaz que o tro | cherem para que
215 venhaõ dar entrada daz cabeças deGado que trazem, eoccul-| tando
algumaz pagaraõ oSeu valor anoveado, e seraõ prezos, ecastigados
| com as pennas impoztas aos que dezcaminhaõ minha Fazenda, o
que tudo | selhe declara quando os noteficarem para darem entrada;
e oSuperintenden=| te saberâ o preço por que vendem o ditto Gado
220 para conforme aisso se co | brarem Quintos de Ouro que Se lhe de em
pagamento, naõ sefazendo | este em Ouro ja quintado, e esta cobrança
farâ o Superintendente com | o seu escrivaõ que farâ termo em
humLivro que para isso terâ rubricado pel-| lo ditto Superintendente,
em que Se farâ declaração doz Quintos que Se | cobraõ, de que pessoa,
225 donde he natural, o qual termo assignará o ditto Su-| perintendente
com a pessoa que pagar oz dittos Quintos, eSe[lhe]eLerâ | primeiro
que o asigne, e naõ permittirá o ditto Superintendente que | para
aquellaz partes se introduzaõ negros alguns porque se deve prac-| [[c]]
ticar inviolavelmente a prohibiçaõ, etaxa que tenho ordenado para |
230 que sô pello Rio de Ianeiro possaõ entrar os taes negros na forma | que
tenho mandado.

15 Eno cazo que os dittoz vendedores de Gado digaõ que querem vir

- pagar | os Quintos aoz Officiaes de *São* Paulo, ou Taubaté, em tal cazo os deicha | raõ vir thomandolhe aprimeyra fiança de como haõ de pagar
- 235** oz dittoz Quintos | nos dittos Officios ou aqual fiança selhe somará cegura, e abonada na | quella quantia que os Quintos que deve pagar importarem, eoFiador | naõ será desobrigado della sem mostrar como a pessoa fiada tem pago | os ditos Quintos, enaõ dando a ditta fiança quintará comofica ordena-| do no Capitulo precedente.
- 240** 16 Pode tambem succeder que algumas pessoas que acistem daquellas | partes daz Minas por seu negocio particular queiraõ hir buscar Gado | aoz Curraes do destricto da Bahia Levando Ouro em pô *para* ocomprarem e re=| gistaraõ, e pagaraõ osQuintos que deverem; eSelhe daraõ as arrecadaçoens | necessarias, eachandosse sem ellaz
- 245** será confiscado todo oOuro que levarem | para a MinhaFazenda e da arrecadação dos dittoz Quintos, edo Ouro que | Levaõ sefarâtermo e delle se lhe darã guia em que se declare aquanti=| dade do Ouro que leva, e de como fica quintado.
- 17 Nenhuma Pessoa do destricto daBahia poderá levar as Minaz | pello caminho do Certaõ outrazfazendaz, ou Gênero que Naõ Sejaõ | gado, e querendo trazer outrazfazendaz as naveguem pella Barra do | Rio de Ianeiro, eas poderaõ conduzir por Taubaté, ou *São* Paulo, como | fazem os Mais, paraque se evite olevarem Ouro em pô, eellezfi||4r.||[[fi]] caõ fazendo o Seu Negocio, como fazem os Maiz Vassallos, e oSu=|
- 255** perintendente, eGuarda Mor teraõ Muito cuydado emLançar daz | Minas todaz as pessoas que nellaz Naõforem Necessarias; poiz estaz | so servem de descaminhar osQuintos, e degastar os Mantimentoz | aoz que la *São* precisos, como também naõ consentirá nellaz outras pes=| soaz que viessem do destricto da Bahia pello Certaõ com outraz fazen=|
- 260** | daz que naõ for gado.
- 18 Succede descobrindosse Ribeiros pedirem os Descobridores diaz *para* | o exame dellez, oque procuraõ com dollo afim de os Minerar, eesca-| lar, e depoiz deterem tirado opreciozo, daõ conta ao Superintendente, ou | Guarda Mor em que a minha fazenda, eos
- 265** meus Vassallos ficaõ pre-| judicados, e por evitar este descaminho o Superintendente lhe conce-| derã sô outo diazpara oexame, eno cazo que

- exceda o tempo conce=| dido, perderã az dattaz que deviater naquelle
Ribeiro como Desco=| bridor, eLavrador; porem se oRibeiro for muito
dillatado, e az Cat=| taz muitofundaz parecendo ao Superintendente
270 senaõ poderã | fazer o exame em taõ poucoz diaz, ficarã naSua elleiçaõ
conceder | lhe os que lhe parecerem convenientez.
- 19 Como succede que oz Ribeiros saõ taõ ricos, que entra a Sua rique=|
za Muitas braças, pellaterra dentro, havendo pessoaz quetenhaõ fica=|
do sem datta pedindo a nas Sobrequadraz se lhe repartirà na mesma
275 for=| ma que tenho disposto no Capitulo 5.º ; porem no cazo que
todoz estejaõ ac=| commodados com dattaz; e acabando de Lavrar a
datta que lhe thomou | por ter noticia que alguma datta daz repartidaz
aoutrazpessoas he de | pinta rica, epor isso pedir selhe dê asobre quadra
della, em tal cazo | se lhe naõ darã porque ella pertence ao quelavrou,
280 ouestaLavrando | atal datta, deque Se pede a Sobrequadra.
- 20 Descobrindosse algumRibeiro em quepor razã daMuita gente que
| ha com quem serepartir az dattaz naõ possaõ estaz ter naquelle tama=|
nho em que Setem Mandado repartir; em tal cazo oSuperintenden=|
te ordenarã aoGuarda Mor quefaça a repartição confome oznegroz |
285 quecadahum tiver, e elle afará com tal igualdade, quefiquem todoz
| satisfeitos, ousejaõ pobrez, ou poderozos, ainda que para isso seja
necessa=| riofazer a medição por palmos, mazsempre a repartição sefarã
em qualquer forma que Seja, disposta por sortes neste regimento.
- 21 OSuperintendente terã muito cuydado deexaminar se nas Mi | naz
290 acistem Ourives, ououtro algum Official quefaça fundição deou=| ro
ou exercite oOfficio deOurives, eoqueSouber andaõ naz dittaz | Minaz
lhefarã thomar todo oOuro que tiverem, eserã aplicado para ||4v.||
[[para]] a MinhaFazenda, e o Mesmo serã achandoselhe Ouro ainda
que | seja de partes, eozfarã extraminar daz dittaz Minas paraque naõ |
295 tornem maiz aos luguares em que Sefabricarem as Minas, eo Mesmo
| se obcervarã com os Moradores quetem Ourivez escravos seos naz
dittaz Minaz .
- 22 Eporquanto az dattaz que pertencem â MinhaFazenda sedeve ter |
nellaz toda aboa arrecadação, etem mostrado aexperiencia os varioz |
300 descaminhos quetem havido Nesteparticular aque he preciso accodir |

- comremedio: Mando ao Superintendente queponha napraça az | dattaz que pertencerem â MinhaFazenda paraSe arrematarem a | quem maiz der, e andaraõ em pregaõ nove diaz, eoEscrivaõ thomarâ | ozlanços que cadahum lhes der, eao mesmo tempo mandará por todaz | as
- 305** partes circumvezinhaz por donde se Minerar pôr taqmbem as dittaz | dattas empregão para quevenha â noticia de todos para poderem Lan=| carNellaz, e procurará quetodoz possaõ livrementeLançar nas dittaz | dattas sem respeito algum aos poderozos quefarâ castigar como mere-| cerem no cazo quepor algum modo impidaõ aosLançadores
- 310** quequize-| remLançar nas dittaz dattaz, fazendo sobre isso oz autos que lhe | parecerem Necessários, eno cazo que não hajaLançadores queLan | cem preço equivalente nas dittaz dattaz, oSuperintendente as | Mandará Lavrar por conta de MinhaFazenda paraoque pucha-| rã por oz Indioz que lheforem Necessários, elhepagará pella Mi=|
- 315** nhaFazenda, eo mesmo que lhe costumaõ pagar ozparticulares quando | os servem, enomeará pessoa que acista â dittaLavoura, que te=| nha boa intelligencia, e bom procedimento, elhe nomeará hum | Escrivaõ pessoa fiel, e dezembaraçada aquem dará, por elle hum | Livro Numerado, e rubricado em queLancara por diaz todo oOu-| ro
- 320** que naquelle dia setirar, equantos Indios no mesmo dia batea-| raõ de quefaratermo, easignará com apessoa que acistir a ditta | Lavoura.
- 23 Tem succedido haver algumaz duvidaz entre osDescobridores que | descubrem oRioprincipal, eoutros que discobrem algunz Riachos que | vem dar no primeyro que Se descobrio; em tal cazo sendo
- 325** ozRiachos pe=| quenos, pertencendo estez descobrimentos aoprimeiro Descobridor que des=| cobrio oRioprincipal; porem se oztaes Riachos forem grande, posto | quevenhaõ dar no Rio principal ja descuberto, estez entaõ perten=| cerã, apessoa que oz descobrir, a datta que Se costuma dar aoz Des=| cobridores doz dittoz Rioz.
- 330** 24 Eporque metem vindo â noticia, que nozRibeiros quese repartem ||5r.|| [[repartem]] se achaõ algumazEnseadaz, epontaz que se repartiraõ | atheagora pellaz voltaz quefaz o dittoRibeiro, oque he prejudici=| alissimo Ordeno ao ditto Guarda Mor que a repartição que fizer | dos dittosRibeiros afaça pellaterrafirme, enaõ pellas voltaz dos

- 335 Rios | Lançando humaLinha retta para fazer atal repartição; ena terra |
queficar fora da quadra para aparte do Rio por cauza da volta | quefaz,
sepraticará o mesmo quefica ditto naz sobrequadras | quefica para
oCertaõ daz dattas.
- 25 Paraevitar os descaminhos que podehaver na MinhaFazenda |
- 340 assim nos Quintos, como em tudo omais que Mepertencer toccante
| âz Minas, oSuperintendente thomarâ az denunciaçoens que se |
lhe derem, não sô em publico, mas tambem thomarâ as que se lhe |
derem em Segredo eem humaz, e outraz guardará as disposiçoens |
de direito, eo que se conthem neste regimento como tambem oque |
- 345 hedado aAlfandega desta cidade em Semelhantes denuncia=| çoens, e
as Mesmaz denunciaçoens poderaõ thomar osOuvido=| res daCamara
de São Paulo, Rio de Janeiro no cazo que as partes as | queiraõ dar por
lheficar mais commodas perante elles e conheci=| mentos lhes darâ
oSuperintendente para o que os dittos Ouvi=| dores lhes remeteraõ
- 350 otreslado dos Autos.
- 26 EoSuperintendente nomeará nas dittaz Minas humapessoa | das
maiz principaes, e abonadaz que nellaz acistirem paraSer The=|
zoureiro dozQuintos, e maiz dinheiro em couzas que nas dittaz Minas
| se houverem de cobrar para a MinhaFazenda, para oquehaverâ hum
- 355 | Livro de receita e despeza rubricado pello ditto Superintendente
em | que se assentaraõ pelloEscrivaõ daSuperintendencia todaz as
receitaz, | e despezas que que se fizerem, eo mesmo será tambem
Thezoureiro do que | seha-de cobrar para oSallario dosMenistros, eo
dittoThezoureiro | terá deordenado três mil cruzadoz, que lhe Será
- 360 pago na mesma | forma, epello mesmo rendimento que se mandaõ
pagar aos Ma=|is Menistros, eOfficiaes que acistem naz dittaz Minas,
eSendo | cazo que as dizimas daz dattas não cheguem aos sallarios doz
| Menistroz, eOfficiaes refferidos selhez prestaraõ por minhaFazenda,
epellozQuintos que Mepertençaõ.
- 365 27 DoLivro que há-de ter oGuarda Mor para a repartição das dattas
| parater cuydado defazer cobrar tudo oque importar, assim a dat-|
ta que for repartida para a MinhaFazenda pello preço em que foy |
arrematada como a dizima das Maiz dattas passará parahum | livro,

- que terá oThezoureiro geral das Minas por receita por lem=| branca
370 todaz as dattaz repartiçoens que se fizerem com toda a ||5v.|| [[toda a]]
clareza, eNaforma que NoLivro do Guarda Mor se acharem | escrittas
enaz contas que der odittoThezoureiro sefarã conferencia de | ambos
oz livros para Melhor justificação das dittaz Contaz.
- 28 Eporque o ditto Thezoureiro não poderã acistir em todososRibeiros
375 | elle nomeará dousTres se parecerem precizoz para melhor expediente
| das cobranças boa arrecadação da MinhaFazenda ealivio daspartes,
e acadahum se daraõ quinhentos Cruzados pellaforma assima ditta.
- 29 Epara a boa arrecadação dos Quintos que pertencem aMinhaFazenda
| todo o Ouro que sahir das dittaz Minas sahira com registo para oque
380 | oSuperintendente terá humLivropor elle rubricado, e numerado em
| que pello seuEscrivão sefaça termo com declaração da pessoa que |
registra oOuro dos Marcos, ou Outavaz que regista daOfficina doz |
Quintos parahonde oLeva aquintar, do dia, Mes, eanno em que | faca
o ditto registo, oqual termo assignará o dittoSuperintenden=| te com
385 toda pessoa que registrar oOuro, e do ditto Termo lhe Man=| dará o
dittoSuperintendente dar huma guia por elle assignada | dirigida para
aOfficina doz Quintos que tiver declarado no ditto | Termo no qual hirã
declarado opezo do Ouro queLeva, de que ha-de | pagar oz Quintos, e
as pessoaz que não registarem o ditto Ouro que Levarem | daz Minas,
390 sendo achados sem oquintar, ou registrar | antes, ou depoiz de chegar
az Cazas dos Quintos, operderaõ para | a MinhaFazenda, e aLem disso
haveraõ as Maiz pennaz em que | encorrem os que dezemcaminhaõ
os Meoz direitos; porem succeden=| do que algumaz pessoas tenhaõ
levado Ouro daz Minaz sem guia, | nem registo não lhe tendo sido
395 achado, opoderaõ Manifestar | em qualquer doz Quintos que tenho
ordenado para as dittaz | Minas.
- 30 Eporque aexperenciatiem Mostrado que oGovernador doRio |
de Ianeiro com a acistencia daz Minas, falta necessariamente oque |
devefazer naCidade de Saõ Sebastião, daqual se não deve apartar |
400 sem occasiaõ que importe maiz a meu serviço; lhe ordeno que não |
possahir az dittaz Minas sem especial ordem minha, assim elle como
| os maiz que lhe Succederem, salvo por hum accidente tal que | não

possa esperar, e que Se lhe daria em culpa se aella com | promptidaõ
naõ accodisse.

- 405** 31 O Superintendente terá toda a jurisdição ordinaria civil, eCrime
dentro dozlimittez destaz Minas, quepellas MinhazLeys, e regimentos
he dado aos Iuizes de Fora, | eOuvidores geraes das Comarcas do
Brazil naquillo em que lhe poder accomodar, eamesma alçada ||6r.||
[[alçada]] queaos dittos Ouvidorez he outrogada, enaõ obstante que |
410 anaõ ha nos pleitos de MinhaFazenda, havendo respeito â dis | tancia
das Minaz aterá Nellaz athe cem mil reis, enos que [are]=| cadarem
âSua alçada darâ appellação, eaggravo para aRellação | daBahia nos
casos em que couberem.

- 32 EporqueoSuperintendente daz Minas com aExperiencia⁴ | da
415 acistencia dellaz, poderâ achar que neste Regimento faltaõ | algumaz
couzas que Sejaõ convenientes a boa arrecadação de Minha | fazenda
e admenistração della, darâ conta do que lhe parecer conveni=| ente
e se deve acrescentar ao regimento, certo tambem a darâ, seachar |
que alguns Capituloz delle podem ser inconvenientes e quando to=|
420 talmente, aexecução dellez seja prejudicial aofim queSe pertenda | me
darâ conta suspendendo a Mesmaexecução.

- EsteRegimento hey por bem, e Mando se cumpra eGuarde int-|
teiramente como NelleSeconthem sem duvida, nem embargo algum |
a quem que o ache posto queoSeu effeito haja de durar maiz de hum |
425 anno e deNaõ passar pella Chancellaria sem embargo daOrdena | ção
do Livro 6 *Numeros* 39, e ditto em contrario. Manoel Gomes da Syl
| va ofez emLisboa a dezanove deAbril de Mil, settecentoz e | douz e
oSecretario Andre Lopes deLavra ofezescrever. Rey.

(3) 09-06-1702

- 430** ||1r.|| *Senhor*
<Haja uista o Procurador
da Coroa iunta aConcelho
Lisboa 12 defeuereiro de 1703>

<Tudo oque refere o ouuidor geral

4 Acima dessa palavra, entre este número e o anterior, há a marca de carimbo oval com a inscrição “Arquivo Histórico Ultramarino”. Por ser muito recorrente, dispensa-se a informação a cada vez

- 435 nesta Sua Carta Sefes ja pre-
zente á Sua Magestade na Consulta
doConselho, eSem embargo diso
Se decedio que Sem declara-
ção algũa se obseruase o in-
440 dulto, Eassim não há para
que torne esta materia a su-
bir a real presença de Sua Magestade.>

- A Vossa Magestade dei Conta, que era Conueniente para me-| Lhor
administração da Iustiza, que Vossa Magestade me Con-| Cedese
445 Prouizaõ para tirar deuassa detodos os | Cazos succedidos em
aminha iurisdicão, que | peLla Ley fossem de deuassa, eprouados
tiue-| Sempenade morte; Aoque VossaMagestade foi serui-| do
deferir me emSette de Junho deSettecentos | ehum, que guardase o
disposto em a Or-| denação, Sem aLteração do Indulto, que Vossa
450 Magestade | Concedeo aos moradores destas Capitancias: | eporque
as deuassas, que aVossa Magestade pedi man-| dase tirar Saõ dos
Crimes, queSucedesem; | despois da minhaposse, em os quais não tem
| ja Lugar oIndulto, pois Só Vossa Magestade opremittio | para os
deLictos Comettidos athe otempo da minha | posse, e a Ordenação
455 Somente manda aos Iuizes | defora, ou Ordinarios tirar SemeLhantes
deuassas, | eas mais da ley, não deuassando os Corregedo-| res alem
dos Casos contheudos em adeuassa de | Correição, ouporespecial
ordem de Vossa Magestade me | pareseo repetir aVossaMagestade,
que em os Iuizes ordi-| narios destas Capitancias preualesem muito os
460 | dous affectos amor, eodio, tiraõ as deuassas, | queLhesparese muito
maL instruidas, Sem cons-||1v.|| [[Cons]]tar de Corpo de deLicto,
e CumpLeces, das tes-| temunhas não inquirem a rezaõ deseus
dittos, | procedendo taõ desordenadamente, que Crimes pu-| blicos
Sentenceiados não Se Lhespode dar oCasti-| go quemeresem, pello
465 incuriaL das deuassas, e | nao saberemformar aculpa, equicã por | esta
rezaõ Vossa Magestade como Reino em semelhan | tes cazos mande
tirar porsua especialordem | segunda deuassa pelloz Corregedores,
eProuedo | res das Comarcas, sem embargodeseha-| uer tirado

470 a primeira deu assa da Ley pellos | Juizes ordinarios, perqueparese, que
 não he Conue-| niente asim aboa administração da Justiça Co-| mo
 aos Reos, que estes sejaõ sentenceiados, epu-| nidos em Cazos graues
 por deuassas tiradaz per | hum Luis de capa, e espada Vossa Magestade
 orde-| nará, oque mais Conuier a Seu real Seruiço. | São Paulo 9
 de Junho de 1702

475 O Ouvidor geral da Vila de São Paulo e Capitania do SuL

Antonio Luis Silua

(4) 19-08-1702

||1r.|| Senhor

Porquanto convem Remeterse a Sua Magestade naproxima feria a
 480 Rellação | do que Sitem dispendido com o terço dos Paulistas, deque
 o Mestre | de campo Manuel Alvares de Moraes Navarro Governador
 geral vindo | os papeis da despeza dos Tesoueiros Gerais fará adita
 Rellação por duas | vias. Bahia, etcoetera Agosto, 8 de 702

[Lamberto]

485 Rellação do Dinheiro que setem dis
 pendido Com o Terço dos Paulistas de
 que he Mestre de Campo Manoel Alvares de
 Moraes Navarro.

Por mandado do Governador e Capitam geral que foi
 490 este Estado Dom João de Magalhães de 25
 de Agosto de 698 Pagou o Tesoureiro Domingos
 Lima de Carvalho sete Centos mil reis 700\$000
 A Antonio Velloso Maxado Capitaõ da fragata Sancta
 Catherina de Sena, e tres Reis Magos que
 495 selhedeviaõ de Resto de 800\$000 porque foi fretado
 odito Navio na Capitania do Rio de Janeiro para
 trazer aesta cidade aos officiais e Soldados do Terço dos Paulistas.
 Por outro mandado do dito Governador de 5 de Agosto de 698
 pagou o dito Tesoureiro geral quatro Centos mil reis 400\$000
 500 ao dito Capitaõ Antonio Velloso Machado queselhe
 deviaõ de frete delevar no dito Navio os officiais
 e Soldados do dito terço do Porto desta cidade ao

- da Capitania da Paraíba do Norte
- Por hum conhecimento em forma de 9 de Setembro
- 505** de 698. Pagou o *dito* Tesoureiro geral sete Centos eoi
tenta e sinco mil e trezentos e oitenta e sinco reis 785\$385
1:885\$385
- ||1v.|| A Manoel Iria Antunes Tesoureiro dos Dizimos da
chancelaria peloque havia recebido o Almoxarifê da
- 510** Capitania do Rio de Janeiro do Tesoureiro das Dizimas
Della por ordem do Doutor Sindicante Miguel de
Siqueira Castello Branco para Com elles refazer o gasto da
matalotagem, e outros gastos para socor-
rer aos officiais e Soldados do *dito* terço da qual
- 515** Coantia pagou o Procurador da mesma Capitania letra
para se pagar ao Tesoureiro das dizimas da chancelaria desta cidade
Por *mandado* do *dito* Governador de 8 de outubro de 698 pagou
o *dito* Tesoureiro Geral quatro Centos e setenta e
sinco mil e oito Centos e quarenta reis 475\$840
- 520** a Ioseph Carvalho Pinto que selhedeviaõ da ferra
menta, que fez para levarem os Paulistas para a Conquista
do Gentio do Certaõ do Rio Grande.
Por outro *mandado* do *dito* Governador de 14 de Outubro do *dito*
anno pagou ao *dito* Tesoureiro geral dezanove mil Cento
- 525** eoitenta e quatro reis 19\$184
a Manoel Correa Gomes, que se lhe deviaõ de seten-
ta e nove aRobas e vinte oito liuras de Carne
de vaca fresca, que selhe Comprou para mata
Lotagem do *dito* terço
- 530** Por outro *mandado* do *dito* governador do *dito* dia, mes e anno
pagou o *dito* Tesoureiro geral vinte esete e sete Centos 27\$700
a Domingos Martiz juiz do *dito* officio de Tanoeiro que
selhedeviaõ do Conserto da Aguada, que fes para
levar o Navio em que foi o *dito* terço dos Paulistas
- 535** para a Conquista do Gentio do Certaõ do Rio Grande.
Por outro *mandado* do *dito* Governador de 25 de Outubro de

	698 pagou o <i>dito</i> Tesoureiro geral Cento e seis mil reis106\$000	
	a Manoel Ferreira Raymundo eo seu Procurador Soares	
	Carvalho Villas Boas pello frete de 35 soldados	
540		2:514\$109
	2r. que sesomaõ ao que importou o frete do dito terço	
	da villa de Sanctos para a Cidade de Rio de Janeiro	
	para a conquista de gentio do Certaõ do Rio Grande.	
	Por outro <i>mandado</i> do <i>dito</i> Governador de 9 de novembro	
545	de 698 pagou o <i>dito</i> Tesoureiro sincoenta e qua	
	tro mil reis 54\$000	
	ao Capitaõ Manoel <i>Goncalvez</i> de Faria que selhe	
	deviaõ do frete de levar o Mestre de Campo Ma	
	noel <i>Alvares</i> de Moraes de Navarro com oito pagou	
550	desta <i>Bahia</i> para a Villa de Sanctos quando foi manter o terço	
	dos Paulistas para a dita Conquista	
	Por outro <i>mandado</i> do <i>dito</i> Governador de 18 de Novembro	
	deste anno Pagou o <i>dito</i> Tesoureiro <i>geral</i> sessenta	
	e seis mil quinhentos e oitenta reis 66\$580	
555	a Pantaliaõ de Souza Porto que selhe deviaõ	
	da Botica, que forneço aLevar os Medicamentos	
	nesessarios que levarão os que Serviaõ Paulistas que fo-	
	ram desta cidade para a dita Conquista	
	Por outro <i>mandado</i> do <i>dito</i> Governador de 6 de Dezembro	
560	do <i>dito</i> anno Pagou o <i>dito</i> Tesoureiro <i>geral</i> duzentos	
	e dez mil e trinta e sinco reis 210\$535	
	A Manoel Correa Seixas queselhe deviaõ devarias	
	couzas para apaRelho e for	
	nesimento do terço dos Paulistas	
565	Por outro <i>mandado</i> do <i>dito</i> Governador de 12 de Ianeiro de 699	
	pagou o <i>dito</i> Tesoureiro <i>geral</i> a Antonio Velloso Machado	
	Capitaõ da fragata Sancta Catherina de Sena	
	e tres Reis Magos trezentos mil reis 300\$000	
		3:145\$224
570	Em que se lhe arbitrou oserviço <i>que</i> fes com levar	

- na dita fragata o dito Terço dos Paulistas ao
Rio grande em direitura sendo *que* o fretamento
que fes foi para oLevar a Paraíba
||2v.|| Por outro *mandado* do dito *Governador* de 12 de Ianeiro do mes
- 575** mo anno Pagou o dito *Tesoureiro geral* ao dito Antonio
Velloso Machado vinte mil e quatro Centos
eoitenta reis 20\$480
queselhe deviaõdo frete devinte enove Pi-
pas e doze Barris que adita fragata trouxe
- 580** da capitania do Rio grande para estaBahia
pertencentes a Fazenda Real.
Por outro *mandado* do dito *governador* dos ditos 12 de Ianeiro do
dito anno Pagou o dito *Tesoureiro geral* sinco mil e oito
centos e cincoenta reis 5\$850
- 585** a Manoel Rodrigues Paiva despendido da dita fragata
e ao Escrivãõ della pello Servico que fizeraõ
em trinta dias que referiraõ Com as despesas
dos mantimentos, que se lhes entregaraõ nesta
Bahia para sustento do dito Terço dos Paulistas
- 590** Por outro *mandado* do dito *governador* dito março do dito anno
pagou o dito *tesoureiro* sinco mil e seiscentos reis 5\$600
a Juliaõ da Costa Medeiros detal que selhedeviaõ
de 14 Alqueires que selhecompraraõ para asлга da
Carne do provimento dos soldados e officiais
- 595** do dito terço.
Por outro *mandado* do dito *governador* de 30 de Junho do dito
anno pagou o o dito *Tesoureiro geral*
secenta e quatro mil reis 64\$000
aloaõ Reis Branco Mestre da Sumaca Nossa Senhora
- 600** do Bom Sucesso que importou o frete de 32 sol
dados do dito terço queda Villa de Sanctos le
vou nadita Sumaca para a Ilha grande.
Por outro *mandado* do dito *Governador* de 8 de Agosto do dito
anno pagou o dito *Tesoureiro geral* Cento o cinco

605	enta mil reis	150\$000
		3:391\$154
	a Antonio Soares Mestre da Sumaca da Nossa Se nhora da Encarnasão e Almas queselhede viaõ do frete de trazer nadita Sumaca vários	
610	capitães e soldados do dito terço do Paraíba do Sul a esta Cidade.	
		3:391\$154
	3r. Por outro <i>mandado</i> do dito Governador de 10 de Dezembro de 699 mandou fazer despesa ao dito <i>tesoureiro</i>	
615	de hum conto nove Centos setenta mil e cento e oitenta e quatro reis	1:970\$184
	Pellos hauer despendido com o Socorros que deraõ aos officiais e soldados do dito terço.	
	Por outro <i>mandado</i> do dito Governador do dito dia, mes, anno se man dou fazer despesa ao dito <i>tesoureiro</i> de trinta e seis mil	
620	duzentos e dez reis	36\$210
	Pellos hauer despendido em fretes e carretos de varias cousas que levarãõ os ditos Paulistas.	
	De 15 conhecimentos conforma que tem o dito <i>Thesoureiro geral</i>	
625	para sua despesa Consta que remeteo seis contos de reis ao <i>Almoxarife</i> da Capitania de Per nambuco para SoCorrerem os officiais e soldados do dito terço	6:000\$000
	Por outro <i>mandado</i> do dito Governador de 3 de Novembro do dito	
630	anno Pagou o dito <i>Thesoureiro geral</i> Francisco Mendes de Souza secenta eito mil etrezentos eoitenta reis	68\$380
	ao Procurador Mor da fazenda Real deste Estado Francisco Lamberto. Cujã contia recebeo o <i>Almoxarife</i> da Capitania de Pernambuco do Escrivã da	
635	Fazenda real della pertencentes as propinnas que tocaraõ ao dito Procurador Mor de huma daquellas Capitanias por se averem despendido com o frete e comboio do dito que desta <i>Villa</i> seremeteo para	

- a dita capitania edella para o Rio Grande
- 640** para SoCorro do terço dos Paulistas.
 Por mandado do dito Governador de 12 de Abril de 1701 Pa
 gou o dito *Thesouheiro geral* a Joaõ Reis Coelho dez mil
 coatro Centos e sincoenta reis 10\$450
 que importavaõ quatro Tachos de Cobre que
- 645** levaram para o Rio Grande dous Capitaens Paulistas.
 11:476\$378
- Por outro *mandado* do dito Governador de 18 de novembro de
 ||3v.|| [[De]] 1698. Semandou fazer ao *Thesouheiro*
 geral Domingos Pires de Carvalho de cento
- 650** e vinte mil reis dos effeitos das matalotagens pellos
 haver pago ao Mestre de Campo do dito terço Manoel Álvares
 Navarro que selhedeviam de seus soldos
 120\$000
- Por despacho do Conselho da Fazenda deste Estado
- 655** de 23 de setembro de 1701 remeteo o *Thesouheiro geral*
 Joaõ Pereira Guimarães ao Almoxarife de Pernam
 buco Manoel Antunes Correa coatro Contos de reis para
 socorro do dito terço dos Paulistas 4:000\$000
- Por portaria do dito governador e Capitaõ geral D. Joaõ
- 660** de Alencastro do primeiro de Dezembro do dito
 anno deu o dito *Thesouheiro geral* cento e cinqüenta
 mil reis 150\$000
- A Juliaõ Pimentel de Moraes Castro hum dos Capitaens
 do dito terço para o gasto que havia
- 665** de fazer com Alferes, Sargento e mais gen
 te que foram em sua campanha para comboiarem
 os ditos coatro contos de reis que remeteo o dito
Thesouheiro geral pello despacho do Conselho da Fazenda.
 Importa o dinheiro que se tem despendido
- 670** com o terço dos Paulistas de que o Mestre
 de Campo Manoel Alvares de Moraes Navarro
 quinze contos setecentos quarenta e seis mil

trezentos e oito reis. Bahia 9 de Agosto de 1702.

Antonio Lopez de Moraes

- 675** Por letra de dois de Agosto deste presente anno de
||4r.|| 1702 pasada por Domingos Reis Correa, reme-
teo o *Thesoureiro geral* Joaõ Pereira Guimarães ao
Almoxarife da Fazenda Real da capitania de Pernam-
buco a ordem do Prouvedor della hum conto e duzen-
680 tos mil reis em dinheiro 1:200\$000
Pertencentes ao seu recebimento tocante a com-
signação dos Dizimos Reais por conta de trinta e tres mil cruzados,
que no Conselho da Fazenda deste Estado se resolveo
se remeta a peça para este Socorro
685 do terço dos Paulistas, que assiste na Capitania do Rio Grande.
De hum Conhecimento passado em 18 de Agosto des-
te presente anno de 1702. por Manoel Gonsalves
de Aguiar *mestre* da fragata dos Padres da Companhia
de Jesus desta Cidade. Consta, que Recebeo do *dito*
690 *Thesoureiro geral* Joaõ Pereira Guimarães doze contos de reis
em dinheiro 12:000\$000
Para entregar a ordem do Provedor da Fazenda Real da
dita Capitania de Pernambuco. Cujá contia de
clarou o *dito* *Thesoureiro geral* Remetia por conta
695 eRisco da Fazenda Real na forma da risulussam do asiento
que sefes no *dito* Conselho da Fazenda de 16 do *dito* Mes
de Agosto de Resto dos ditos trinta e seis mil cruzados
quese asentou no *dito* Conselho se remetessem para
SoCorro do dito terço dos Paulistas de que é mestre de
700 Campo Manoel Alvares de Moraes Navarro.⁵ 36\$000
E todo o dinheiro que se tem despendido em o dito Ter-
ço dos Paulistas importa vinte e oito Contos nove
centos corenta seis mil trezentos e setenta e oito
reis Bahia 19 de Agosto de 1702 28:946\$378

5 À margem das três últimas linhas lê-se esta anotação, possivelmente da época:
“osen[ilegível] que selhe pagou como 8vf. foy devido p[ilegível]”

705

Antonio Lopez Morais

(5) 24-02-1703 Senhor

- Vi a ordem incluza, e a nenhũa | das pessoas *que Vossa Magestade*
manda pro-| hibir *para* passarem às Minas tenho | dado licença e sem
orde disso | vão todos os *que* querem, *porque* pode | mais com elles
710 a ambição para | obrigallos do *que* o pouco castigo | que aqui tem
para despersua-| dillos como ja fis presente a | *Vossa Magestade* e só
me parece se podia | evitar, mandando *Vossa Magestade* por lhe | as
penas *que* ja fis presente a *Vossa Magestade*,| como tambem se *Vossa*
Magestade for ser-| vido mandar hũa ordem ao | Superintendente das
715 Minas *para* se | repartirem pelos Guardas Mores | dellas *para que*
cada hũ no seu | destrito examine as pessoas *que* | nelle entraõ, e naõ
aprezentando | Licença minha os expulse con-||130r.|| fiscandolhes os
bens, e dessa sorte⁶ | naõ só se prohibirá virem as Mi-| nas as pessoas
que Vossa Magestade aponta, mas | tambem os Soldados Marinheiros,|
720 e artilheiros, assim desta praça como | da frota em que se experimenta
| grande excesso nas suas fogidas, e grande | falta no serviço de *Vossa*
Magestade. *Deos* guarde a Real | pessoa de *Vossa Magestade* muitos
annos como | seus vassallos havemos mister.

Rio de Janeiro 24 de Fevereiro 1703

- 725 (6) 07-05-1703 Carta em *que* Se revoga oCapítulo 6º do
Regimento

- Dezembargador IozeCarvalho Pinto *etcaetera* Mandando ver em
Juntaparticu | lar alguns meyo *que*Semeapontaraõ para a arrecadação
dos Quintos, sendo | hum dellez naõ se assignar no regimento que
730 mandey fazer para usardes della | na Superintendencia daz Minas do
que vos tenho encarregado, eaoGuarda | Mor das dattaz, eaos Socios
dos descobridores. Fuy servido rezolver que a tu | do *que*Se determina
no Capitulo 6º do Mesmo regimento se de a cada [hum] | dos Socios
dos Descobridores sinco braças de repartição âSuaescolha de-| poiz
735 daSegunda datta do descobridor entraraõ depoiz na repartição | que
lhe tocar a cadahum dellez como Mineiros e depois destaz braças |

6 No canto direito, acima desta primeira linha, como em todas as páginas à direita do leitor, está a assinatura do Diretor do Arquivo Nacional, “Portella”. Há um carimbo do mesmo Arquivo, à esquerda, no canto, com os dizeres: “Arquivo Nacional”.

que se haõ de dar a cada hum doz Socios escolhereiz hum lado que
| tambem vosconcedo, e outro ao Guarda Mor queelleescolherã e
porque | assim ohey por bem, e que com estaz declaraçoens [segundo]
740 o *Capitulo* 6º do | ditto regimento escrito emLisboa a 7 de Mayo de
1703 Rey

(7) 07-05-1703 Carta em *que Sua Magestade*
revoga os
Capitulos

745 9 e 10 do Mesmo *Regimento*

Dezembargador Ioze *Carvalho Pinto etcaetera* Fazendo me presente
pello Meu⁷ ||6v.|| [[Meu]]Concelho Vltamarino as duvidas que se vos
offereseraõ a alguns Capi= tulos do regimento que Mandeí fazer para
delle uzares na Superintendencia | das Minaz do Ouro deque vos tenho
750 encarregado, e Mandando [osver] em Junta | particular. Fuy servido
permitir / sem embargo deque está disposto nos | Capitulos Nono, e
dessimo do ditto regimento / que alem do ordenado de= clarado Nelle
possaes Minerar como az Maizpessoaz que acistem nas | Minas sem
diferença alguma, e vzar das maiz conveniencias que as | Minas daõ
755 de Sy, e a Mesmapermissão concedo ao Guarda Mor e Thesoureiro,
emaiz Officiaes sem se lhe dar ordenado algum daFazenda | real, como
antezSe dispunha No Regimento, com oquefica cessando | o disposto
Nelle sobre oque deviaõ contribuhir os Mineiros cadahum | a respeito
daSua datta para o pagamento doz taes ordenados. Deque | vos avizo
760 paraque tenhaes assim entendido, e Nestaforma afaçaes prac= ticar
esta minha rezolução Escritta emLisboa 7 deMayo de | 1703. Rey

(8) 07-05-1703 Forma dos emolumentos do *Escrivaõ*;
e Meirinho das dattas despois que *Sua*
Magestade revogou oz *Capitulos* 9 e 10

765 Haverã oEscrivaõ dehuma Carta de datta duaz Outavas, e o Guar= |
da Mor outava emeya, haverã maiz oEscrivaõ da posse que dâ, eSeu
[ter]= mo outo Outavaz, e oMeyrinho de correr aCorda Meya outava,
eoCami= nho conforme for sepagarã a razaõ de quatro Outavaz
por dia ahum, e | a outro, ehaverã Maiz aSua preferencia em cada

7 Na margem inferior do fólio, há três arabescos, que voltam em alguns outros fólhos.

- 770** Ribeiro, epoderâ | Minerar para oque entraraõ tambem com os Mais
Nas partilhaz | egozarâ tambem todos os proes eprecalços da Sua
acistencia eo Mey=| rinho haverâ Meyadatta tambem aSua Escolha.
(9) 07-05-1703 Carta em *que* Se dispoem
edeclara oCapítulo 12.
- 775** Dezembargador Ioze Carvalho Pinto *etcaetera* Por se reconhecer a
impocibillida=| de doGuarda Mor poder acistir e accodir aparte taõ
distante como az | em que ao Mesmo tempo se trabalha naz Minas ao
que pôde Ser Neces | saria aSua acistencia Mepareceo concederlhe
que possa Nomear Guar | das Substitutos seos, que acistaõ nazpartes
- 780** Maiz distantes, etambem | Escrivaens queSirvaõ com ellez, os quaes
guardaz, eSeosEscrivaens poderaõ ter a Mesma conveniencia de
Minerar, e as Mais queSe conce=| dem aoGuarda Mor emLugar do
ordenado queantez se lhes taxava | No Regimento, De quevos avizo
para oterdez assim entendido, eaoGuar=| da Mor Mando declarar
- 785** esta premissaõ que lhe concedo paraquepossa | uzar della, escrita
emLisboa a 7 deMayo de 1703 / Rey
(10) 07-05-1703 Carta porque Sedispoem oCapítulo 22
Dezembargador Ioze Carvalho Pinto *etcaetera* Fazendosseme presente
pello Meu | Concelho Vltramario as duvidaz que Sevoz offereceraõ
- 790** avarios Ca | pitulos doRegimento que Mandeifazer para delle uzardes
NaSu| perintendencia das Minaz de Ouro dequevos tenho encarregado,
e | Mandando osVerem Junta particular por reconhecer como apontaez
| aimpocibillidade, e grande prejuizo que rezultaria aFazenda real | de
Se Minerarem az dattas por Conta da MesmaFazenda quan=| do se
- 795** naõ possaõ arrematar por lanço conveniente, como dispoem oCapítulo
| 22 do ditto regimento. Mepareceo ordenarvos, que NoCazo Suppos=|
to de Naõ se achar pessoa que queira Lançar nas dittas dattaz preço
| conveniente az deis aquem as fabrique de Meyaz fazendo os gastos
||7r.|| [[os gastos]] em Minerar todos por suaconta, e doOuro queSe tirar
- 800** meta | de para elle, e outraparaaFazenda real, epara se minerarem estaz
| dattaz na refferida forma az dareiz às pessoas queforem de Melhor
| conveniencia, eMayor credito, e dequeem entenderdes podeiz fiar
corres=| pondaõ pellaSua parte com afidellidade que se deve, e com

- esta | declaração Mando se observe oditto Capitulo 22 do regimento
805 es=| critta emLisboa a 7 deMayo de 1703. //Rey//
(11) 07-05-1703 Declaração dos Capítulos do Regimento
Capitulo 1 Daz discordias entre os Mineyros
2 Dos Exames *que* Sehaõ defazer *Sobre* os Ribeyros
discobertoz
810 3 Doesbulho
4 Do conhecimento quehaõ dechamar os Superintendentes
5 Da repartição daz dattas
<Revogado> 6 Das Pessoaz *que* levam ozDescobridores em
suaCompanhia
815 7 Daz dattaz *que* se repartem às pessoaz poderozas
8 Dos que Naõ principiarem aLavar Nos 40 dias
||7v.||Capitulos 9 Da prohibição dos Menistros, e Officiaes de justiça
<Revogados> 10 Sobre os Sallarios do Superintendente, Guarda Môr,
eMais
820 Officiaes
11 Dos que vendem dattas que lhe foraõ repartidas.
12 Dos descobrimentos queSefazem em partes remottas.
13 Sobre oLivro que ha-deter oGuarda Mor rubricado
14 Dos que trazem da BahiaGados
825 15 Daz duvidas quepodem ter osVendedores doGado
16 Dos quetem *Negocio particular* eforem buscar Gado aBahia
17 Daprohibição *que* ha a respeito daConduçãodaFazenda
pellaBahia
18 Dos diaz *que* pedem oz Descobridores dozRibeiros
830 19 DeComo sehaõ-de repartir as sobrequadrax
20 Sobre a repartição dosRibeiros quando ha Muitagente
21 Daprohibição dosOurivez nasMinas
22 DosRibeiros quepertencem a realFazenda
23 Das duvidas que ha com quem descobreRibeiros
835 24 DasEnceadas *que* Se achaõ Noz Ribeiros
25 DeSeevitarem descaminhos da realFazenda
26 Da nomeação de Thezoureiro dos Quintoz

27 Do Livro que hadeter o GuardaMor em Maõ do Seu Escrivão

28 Da Nomeação queha defazer o Thezoureiro de douz

840 Officiaes

29 Daproibição do Governador vir às Minaz

30 Dajurisdicção do Superintendente

31 Da Conta que ha-deter o Superintendente para se fazer o que
for mais

845 vtil a real Fazenda

32 Do comprimento que Seha-de dar a esteregimento

Manoel Caetano Lopes de Lavre

(12) 20-09-1703 ||142r.|| Carta sobre se fazer

Caza nova da Moeda

850 Dom Alvaro da Sylveyra de Albuquerque EU | El Rey vos invio muito
saudar. Haven-| do visto a conta que me destes das | duvidas que se vos
offereceraõ â execu-| ção da ordem que se vos mandou | para que na
mesma Caza que havia | servido do Labor da moeda se | quintasse o
ouro pellos officiaes della,| mandandose fazer armazem de | novo para

855 se restituir a Junta do | Comercio, pelo que se havia ocupado | para a
mesma moeda, e o que sobre | este particular se asentou na Junta que
| mandastes fazer para esse effeito. | Fui servido resolver se faça de |
novo hua caza para o Labor da | Moeda com as officinas necessa-|
rias segundo oque apontar Manoel de Souza | por se entender que

860 ainda que esta | obra seja de grande despeza não ha de | ser menor a
de fortificar, e gradar ||142v.|| a caza que hoje serve deste minis-| terio
e fazerse novo armazem para | dar a Junta do Comercio que fica-| rã
mais bem acomodada do | que tinha de antes em razão do | sitio: e a
caza da moeda he re-| partida, e segura, e que juntamente | se faça nella

865 Caza para os quin-| tos, e enquanto que a caza nova se | não acabar
se quintará na Ca-| za em que se fazia ate agora com | os mesmos
officiaes de quem se tem | taõ grande opiniaõ, e especialmente | Luis
Lopes Pegado Ministro de | grande inteligencia e verdade, como tem
mos-| trado a experiencia consideran-| doselhe facil este trabalho,

870 porquanto | o officio de Provedor da fazenda que andava | unido ao
da Alfandega ja pode acodir | a esta administraçaõ Livre do | encargo

de hum dos dous officios | *que* tinha; e assim vos ordeno o fa-| çais
executar: com declaração *que* | feita a Caza da Moeda se resti-| tua
â Junta do Comercio a *que* ate ||143r.|| agora servia deste Labor na
875 for-| ma em *que* se tomou ao princi-| pio escrita em Lisboa a 20 de
Setembro | de 1703.

(13) 24-01-1704 *Senhor*

Quando dei conta a *Vossa Magestade* de *que* | mandava fazer
averiguação | da prata, e das esmeraldas com-| forme a proposta *que*
880 Antonio | Correa da Veiga me fez por | seu Procurador Antonio de Oli-
veyra Guimaraes mandei ordem | para se ir tratar dessa diligencia | e
ajustei Logo com o *dito* Procu-| rador *que* não se havia de fazer | outra
mais do *que* a de traze-| rem as amostras quando se desco-| brissem
as minas, e *que Vossa Magestade* | lhes havia de fazer a merce *que* |
885 respeitasse ao serviço *que* fizessem | a *Vossa Magestade*, o *que* acei-
taraõ, Sem *que* a ||145r.|| *fazenda de Vossa Magestade* tivesse despeza
al-gũa; e so lhe entreguei 15 In-| dios *que* deu e lhe dei | ordem para
que das aldeas das | Villas do Sul lhes desse os *que* mais | lhe fossem
necessarios dilatouse | a entrada destes homens pelo | Sertaõ por
890 morrer o *dito* Antonio de | Oliveira Guimaraes e tenho avizo de | *que*
Antonio Correa da Veiga tem em-| trado ja, e espero brevemente |
avizo seu, e quando suceda fazer o | *dito* descobrimento observarei o
que Vossa | *Magestade* he servido ordenarme. Deos | *guarde* a Real
pessoa de *Vossa Magestade* muitos an-| nos como seus Vassallos
895 havemos | mister. Rio de Janeiro 24 de Janeiro de | 1704.

(14) 28-10-1705 ||1r.|| *Senhor*⁸

<[Guardem] para atua
residenCia Lisboa
22 deJunho de1706>

900 Não posso escuzár de fazer a*VossaMagestade* Presente | emComo
achei nesta Villa a hũm Homem Seruindo | de Juis quazi Regulo,
ousoberano no exxecutar | eem Iulgár descomedido; o *qual* achando
hũa noute | hũm Negro rebusádo; *que* Sem duuida Seria por | razaõ

8 Na margem superior, à esquerda, há a seguinte anotação tardia: *Saõ Paulo* | 28-X-705.

- do frio, pois Se achou Sem armaz, lhe não va | Leu asua Ignorancia,
905 nem oser escrauo do seu Go= | uernadorepara onaõ prender, e no
disequinte man= | dar asoutar no PiLourinho desta Praça; em que |
pos ao dito *Gouernador* em Notauel Centimento; Ìunta mente | hũm
filho Seu criado Com asoberua deseupaỹ | a cada passo Seacha Com
pemdençiaz yã Com | os soldados dedia, eỹá dinoute Com *quem* lhe
910 parese, | como assim seria a hum Mulato do Prouedor da | *Fazenda*
Real que he hum Ministro de mui boa suposisaõ | eComo Homem
abastado de Cabedál esoberuo, os | Moradores otemem, e Respeitaõ
aofilho Com esta | Lembrança emtrei eu neste *Gouerno* por merce
de*VossaMagestade* | elogio no dia de minha Posse o experimentei |
915 de falta, por *que* mandando o *primeiro* aduirtir | *que* no tribunal auia
Somente depor dous a Cemtos | Jguais, para mim, e para o *Gouernador*,
postres, Ìguais, para os | dous *Gouernadorez*, e para o OuVidor
Geral oDoutorIoaõ | Saraiua deCarualho *que* inda não tinha tomado |
aposse de Sua ouVidoria, Somente por asinte | epelo Lizongiar, Sufri
920 a *Primeira* dando ao | escriuaõ e Procurador hũa Reprehençaõ em |
Minha caza (de *que* o ouVidor Geral ficou sentido, | e foi bastante
para Senaõ Com responder mais Commigo, | a poucos diaz dipois
de minha posse estãdo | hum mulato Forro Requerente nesta*Villa*
que | comsua Industria Viuia de requerer, nas | audiências por Reparár
925 em hũm dezpacho | do dito Juiz emandou prender, esem mais | couza
nem Cemtença asoutar no PiLou ||1v.|| [[Pilou]]rinho, e foraõ tais os
asoutes *que* pasando muito de | hũm Cemtenario me Informatãõ *que*
desmaiara duas | uezez, e no dia Seguinte dandoseme parte Respondi
que | lhedesem mais sincoenta; e elle dito Juiz emtendendo adicignis
930 | Se cegou a sua Ìra; *que* ainda hia por diante asuamá temçaõ. final |
mente estes diaz pasados, Sendo eu aduertido de Como era [tempo] |
de fazer Mostraz para Saber asinte *que* há armaz e Cabos | Militares
daz hordenançaz desta *Villa* e Seu destrito, pasei | ordem aosargento
Mor *que* exziste Neste Prezidio, pello Ser | tambem daz Ordenançaz
935 daz Cappitanias, doSul para Comdu | zir aos ditos cappitains e
officiais, debaixo do Comducto | *que VossaMagestade* Comcede
para as Suas Mostraz aos vmiziãdos, *quelo* | go fui imformado *que* o

- era o Capitam da Ordenança por hũm | unico Leue crime da deuasa de Soborno, eu por não que | rer em lugar ao OuVidor Geral o Doutor
- 940 Antonio Luis Peleja Setenta | mil Reis, *que* diz pertençiaõ ao seu luizo; enaõao dos [os] ffilhos | *que* o dito Cappitam Seruia; Sem *que* lhe pasaçe Recibo deComo lhos | emtregaua; o *que* elle dito OuVidor onaõ quis pasar, e o deixou | em Rol do vmiziado, maz Como me era necessariaasuapessoa | os seus officiais e soldados, para tomar
- 945 Conhecimento, e ser ser[uiç]o de | VossaMagestade debaixo dese seguro omandei aluorar, e *que* tratase deseu | Liuramento por quanto era [tempo] em *que* os Cocarioz Costumaõ andar | na Costa e Como enemigos deCLarados de nossa naçaõ e pelo | pouco aparelho de muniçoins, armaz, Artilharia, esoldados | facilmente podem Imuadir
- 950 esta Praça. elle dito Juis não quiz | estár quieto, eSem embargo de oCappitam lhedar satizfaçaõ | deComo era obrigado deste Gouerno e Se querer por em Liuramento | o Prendeu; e indo Junto da Cadea yá Prezo o Cappitam aCudio | oSargento Mor eo Reteue, preguntando setinhaõ dado parte | aoSeu Governador; e Logo momandou dár; eeu
- 955 dispuz | *que* passase e exzerçese oSeu Posto; e se puzese emliuramento | emandando Logo chamár ao Juis; (*que* demá vontade Veio) lhe | pedi, *que* não emtendese Como Cappitam maz *que* o puzese em autos | deliuramento por quanto estauapor minha ordem no seruiço deVossaMagesta[de] | ao *que* Emo Soberdo etenáz Respondeo
- 960 inprudente, *que* ou ||2r.|| [[Ou]] elle ou o Cappitam não auiaõ de paçar, e *que* Se o Cappitam | estaua noseruisso desua Magestade elle Íria para asua fazenda | e ficaria aVilla Sem Ístija: disse: e eu Respondi, *que* fi | zese o *que* quizesse; Isto he o *que* tem precedido; eelleSebem | o dise melhor o fez, por *que* alem de Se recolher á suafazenda |
- 965 suzpendeo atodoz os escriuains *que* há nesta Villa e alCay | de; e Logo deu parte aoseu ouVidor Geral *que* sem duuida Re | dumdará pella má vontade *que* metém em algũa queixa | aVossaMagestade quando eu o deuia fazer, por menaõ querer dar pose | do meu officio ahũm Sogeito de minha Caza, por aCo | modar aoutro dasua, [d]izendo *que*
- 970 VossaMagestade me fizera Merce | da Propriedade do officio e deo poder vendér dár, e doár, maz | não para poder apresentar o escriuaõ

- que* ade seruir, por *que* | aelleSó compete; | *VossaMagestade* Sobre hũm, eoutro *particular* disporá o *que* for Seruido, *que* | neste do OuVidor e offiço, Sabe *VossaMagestade* muitobem, *que* por me |
- 975 fazer *merce para* meu dezempenho, me empenha o dito Mi | nitzro em Largar toda a esperança deoLograr, pondo o | em *muito* pouco valor; tudo esto merese hũm Pobre *Gouvernador que* | por seruir ao seu Rej com *aquelle* openiaõ *que sempre* sube mereser | venha a terra donde os Ministros sombaõ dos Gouer | nadorez, e dem fabor
- 980 aos Juizez *para que* queiraõ fazer | omesmo; maz naõ he *muito* em mim Suçeda, *quando* ao meuantecesor Sendo taõ Justificado Sucedeu omesmo *VossaMagestade* | mandará ao tal Juis *que* por mim em Nome de *VossaMagestadeseja* | Publicamente Reprehendido; eem tudo o*que* for mais com | ueniente ao Seu *Real Seruiço*; apessoa de
- 985 *VossaMagestade* guarde Deos | Sanctos em 28 de outtubro de 1705
Jozeph Monteiro de mattos
- (15) 16-12-1705 ||1r.|| Francisco Henriques de Miranda cappitam de Im fantaria dehuã das *Companhias* do 3º de Saõ Iuhaõ da Barra deque he *Mestre* de Campos o Conde deCoculim por
- 990 *Sua Magestade que* Deos guarde
- Certifico*que* estando de Goarniçaõ na praca de Elvas mefoi ordemnado-| pelo meu *Mestre* deCampo por ordem *queteve* doSargento Mayor deBatalha | Oconde do Rio g[ra]nde Marchace com o 3º aimcorporarce Com o exercito | *que* Seachava aCampado na villade Aronches o*que*
- 995 fizemos em 25 de | Abril de1705 e em 29 do *dito* marchamos com todo o exercito emdireitura | apraça de Vallenca deAlcantara áqual lansamos Citio em 3 demayo | ePrincipiamos os ataques pera as nossas batarias donde fui varias | vezes trabalhar nasfachinas com aminha *Companhia* dedestacamento eem 6 | do *dito* fui ordenado marchaçemos deGoanda
- 1000 Com todo o 3º perahuns | Ranchos amejotiro de mosquete daPraça donde estivemos | pellegando 24 horas com o inimigo dadita Praça com grande risco | de vida e em7 do *dito* foi ordemnado marchasemos *para* os ataques | peloCondedoRio [Grande] no dia 8 avansarmos apraça pella Brecha | *que* nadita praça tinhamosfeito o*que* fizemos,
- 1005 e ganhamos no | primeiro avance apraçade Castello Com o *dito*

- Sargento Mor | de Batalhas oConde do Rio *que* estava de Somana
Com tal vallor | erezullução *que* empouco espaço detempo fomos
Senhores da dita | praça edahy marchamos a praça em direitura de
Albuquerque | *aqual* Lancamos Citio em 15 do *dito* e em 16 Setomou
1010 o arebalde eprin=| cipiandoce os ataques em 17 do *dito* fui com aminha
Companhia de destacamento a | trabalhar nas faxinas e Sepelejou
com anossa Artelharia the 20 do*dito* | dia em*que* vendece oinimigo
Com hua brecha aberta capas deseavançar | e duas Minas, Capitulou
a Praça reduzindo aobediência a *SuaMagesdade que* Deos *garde* e
1015 deixando lhe goarnição Marchamos em direitura *para* o Rio | Zabata,
edahy *para* orinção junto agodiana donde estivemos the | 23 deJunho
donde Serodemnou ao Meu *Mestre* deCampos Marcha=| semos com
o3º de Goarnição *para* aPraca deEluas o*que* comefeito fizemos e |
[[e]]em todo o refferido tempo me acompanhou Antonio Francisco da
1020 Companhia do | Cappitam *Mestre* Cordeiro na ocupação de Soldado
oqual fez Sempre a Sua obrigação | hauendo comgrandevalor ezello
do realservisso Como honrrado Soldado tanto | em marchas goardas
rondas, Faxinas, ataques como em tudo o mais *que* Por mim e |
Seus officiaes lhe foi Ordemnado epor meser pedida aprezenre por
1025 falecimento | do seu Cappitam Manoel Cordeiro lhamandey passar,
eojulgo merecedor ||1v.|| [[Merecedor]]detoda amerce ehonrra *que*
SuaMagesdade que Deos *garde* for servido | fazerlhe para o refferido
naverdade pello Sacramento dos Santos | Evangelhos elhamandey
passar pormim asinada aos 16 de Dezembro | de1705

1030 Francisco Henriques de Miranda

(16) 26-10-1706 ||1r.|| <Copia>

<nº 5>

- Com o extracto *que*fes oConselheiro Francisco Dantas
Pereira, sobrealguns arbitrios *que*seoferecem para maior augmento do
1035 rendimento dosquintos dasMinnas deSão Paulo, evaõsapeis *que*Se
acuzaõ.

<Rezolução

Por Ser deficultozo impedirse o
descaminhodoOuro, enaõserem

- 1040 bastantesosremédios, *que* setem
aplicado aestedamno, eporSer
informadoserá mais eficáz
arendaremse os ditosquintos
do ouro: Heyporbem *que* oConselho
- 1045 arendeo rendimento dosditos quintos,
juntosouSeparados osda
Bahia eRio deJaneiro, como en-
tender mais conveniente á
MinhaRealFazenda, procurando *que*
- 1050 seja com aSegurança *que* caibana
posibilidade, cobrandosehum
quartel adiantado, o*que* oThezouro
arecade o rendimento dosquintos
para por elles Satisfazer opreço do
- 1055 arrendamento, equando estaSegurança
naõbasta, Será o rendeiro obrigado
adarfianças acontento do Pro-
vedordaFazenda, eProvedor da
Coroa o Conselho passaráas ordens ne-
- 1060 cessarias advertindose*que* nunca se arema-
taraõ os ditos quintos por menor
preço*que*aquele *que* importouos
annospassados oseo rendimento, *eque*
a arematação Naõserá pormais
- 1065 tempo *que* o dehum anno, com de-
claração *que*Se não haverápor
perdido o ouro*que* vier aeste Reino
efor ácaza da moeda, eemquanto se
não effectuar adita arematação
- 1070 secobrraãosquintos com a a
recadação *que* convem. EHey
porbem*que* cada carga grande
||1v.|| *que* for*para* asMinnas paguehum

- cruzado, e de cada carga pe-
- 1075** quenado usto toens; e por *que*
o *Dezembargador* Gregorio Pereira Fidal-
go da Silveira Concelheiro do
Conselho Ultramarino vai á *Bahia* de vassar
dos *Menistros da Rellação*
- 1080** della, selhe encarregará esta
deligencia; dando selhe a [s] instru-
ções necessarias. *Lisboa* 30
de *Março* de 1707. Com a
rubrica de *Sua Magestade que Deos Guarde*
- 1085** *et caetera*>⁹
|| 1r. || Vendose Neste *Conselho* as Cartas incluzas, em que Se | tratade varios
arbitrios sobre as *Minnas*, se deo dellas | vista aos *Procuradores*
da *Fazenda e Coroa*, que respon-| deraão *que* Conzta das *Suas* respostas.
E entregando se | os ditos papeis ao *Concelheiro* Francisco Dantas Pe-|
1090 reira, para que o examinasse e fizesse hum extra-| cto do que nellas
se continha, Satisfez como papel | junto, por elle feito e assignado.
E sendo tudo | conciderado e Visto Pareceo ao *Concelheiro* An-|
tonio Carneiro Barbosa conformarse como Voto | do *Douttor*
Francisco Dantas Pereira. Ao Con-| celheiro Gregório Pereira Fidalgo
1095 da Silveira lhe parece, | *que* como a experiencia tinha mostrado pouco
que apro-| ueitou para se evitarem os descaminhos dos quintos |
do *Ouro* mandar *Vossa Magestade*, *que* se recebesse na *Caza* | da
moeda a mil e duzentos reis aoutava, antes Com | esta resolução
tinha a *fazenda de Vossa Magestade* menor | rendimento, do *que* quando
1100 Sequintava o *ouro* empó, *que* Se | não deue Continuar na compra
delle, *equ*e tendo ou-| vidopraticar varios arbitrios para se evitarem
os des-| caminhos dos quintos, nenhum lhe parece melhor que o |
de mandalos *Vossa Magestade* atender, passando se as Or-| dens
necessarias para que o *Governador e Provedor* da *Fazenda* | os
1105 mandempór *emprego*, assim no *Rio de Janeiro*; | e *Minnas*, como nas

⁹ Terminado o despacho que avançou à margem do fólio 1v., retorna-se ao fólio 1r., onde começa o documento.

- mais partes quelhepareçer Nece-| ssariopara chegar ánoticiadetodos,
e achandoque davaõ | por elles aquantiaque excedesse alguma Couza
||1v.|| aoquetemrendido emalgumdos annos proximos os | arematassem
porhumsomente, porque estabelecido este | Contrato poderáser nos
1110 annosSeguintes demuítto | granderendimento, esuposto ouça dizerquese
naõ po-| derápraticar este arbitrio porque Naõ hauerá Na | quellas
partes fiadores queSegurem humtaõ grande | Contrato, nadaseperde
Naexperiência deSe | pór empregãõ eafalta defiadores SepodeaCu | dir
pondoselheaCondição, deque quemarematar | darásemprehumquartel
1115 adiantado.
- Equetaõbemblheparecia senaõdeviadedesprezar, | oque
escreueFelippe deBarros, oferecendoseadar hum | arbitrio, porque
rendaõaVossaMagestade osquintos do ourodous | milhares
deCruzados, equeSe lhe[de]via escreuer declarase | oditoarbitrio,
1120 eque verificandose, fariaaVossaMagestade hum grande | Serviço,
aoqualteria VossaMagestade muita atençaõparalhe | fazer
algumamerçe.
- Enoque respeita ás Cizas, que de nenhuma maneirase |
deueabraçar estearbitrio, eporqueSeria esta novidade | mais estranha
1125 nasconquistas.
- Aosconcelheiros MiguelNunes deMesquita, e | Francisco
PereiradaSilva, lhepareçe dizer aVossaMagestade, que o |
negoçioqueConthem estasCartas, earbitrios que nellasedaõ |
aVossaMagestade naõpodemproduzir nenhumefeito, emquanto |
1130 seadmetir acomprar oouroporquintar nacaza damoe-| da, eporque
trazendosedas Minnas Semtemor algũ de| lhe ser tomado, pois aindaque
naõ sejaachado, sempre tem | opretexto, de que ovemaquintar aoRio
de Janeiro, e da | quella praçahétaõfacil o transporteparaestacorte
como | sesabe, naqual naõ temriscoalgun pois VossaMagestade
1135 oman-| dacomprar nacazadamoedapeloseovallor, efaltando | otemor
dapena, quemhauerá que Livremente queirapagarvinte | porcento,
podendo comtaõ poucorisco (comotem) Livra | lo, ehêsemduvida,
quese nesteReino se dessem buscas | comosedãõ para o tabaco, ese Se
tirassem devassas, esese to-| masem denunciaçoens, naõse haõdeariscar

- 1140** com tanta Li-| berdade os homens atrazerem oouro por quintar das |
Conquistas, porque aexperiência temmostrado, quem ||2r.|| quanto no
Brazil não houve acertezadessapremiação, im | portaraõosquintos alguns
annos desouto aroubas, ede-| pois que tiveraõ estacertesa, [b]emse vê
o abatimento quehou-| ve nelles, sendo hoje muito maior orendimento
- 1145** dasMinnasque| bementendemquetodaaconcideração poresta premiação
com | siste emque hiráoOuro paraforado Reino, mas que estaresaõ
não | hétaõequivalente porque para mais adaconsideravel perda |
quetem aFazenda deVossaMagestade, eoquehé mais paraadmirar,
héque | sep[re]mita nacasado moeda este descaminho contra | asLeys
- 1150** deVossaMagestade contratando, e aindaaprovando atrans-| gressaõ
dellas; maiormente que o ouro não deixapor estacau-| za de hir para
osEstrangeiros, porque se não for em pó, hade | hir emmoeda, porque
lhetras mais Conveniência Levar em | dinheiro por não terem generos
porser certo queos fruttos | que embarcaõ deste Reino não equivalem
- 1155** oqueimportam | asfásendas quenelle metem, eestaheácauza porquehaõ
| deLevar ouroeprata ainda quelhe não tenhaconta; Que | osLucrosque
ficaõ nacaza da moeda não podem comtra-| pezar aodamnoquetem
aFazenda deVossaMagestade nos desca | minhos dosquintos, queeste
nasuaconcideração héore | mediomais eficaz paraseevitarentantos
- 1160** prejuizos, e | queSem este todososque Seapplicarem seraõ infrutiferos.
Que bemse moztra com evidência queas melhores Mi-|
nnasdoBrazil, saõ osAssucare etabacos, porque estes | saõ estaueis
eperpetuos oque senaõ concideranas doouro, | que aquelas acabaraõ
se faltargente para asuacultura, oque | Seráprovavel pelamuita
- 1165** que concorre ásdouros, queaisto | lhesperece se deviaatender
maisquetudo, eporque não | viesseafaltar humaeoutracouza, equedevia
de vir | emconcideração amuitagentequedeste Reino vaiparaas |
Minnas, eafaltaque nellepode fazer para asuadefensa,| não sendo
de menos relevância as noticias quevem de | todas asPraçasdoBrazil,
- 1170** queixandoseosGovernadores que a | maiorparte dos Soldadosedos
moradores, fogem paraas | Minnas, ficando as Povoaçãoens Sem
gente, eem tem-| poque podem serinfestados pelos inimigos destaCo-|
roa, Sendo indubitael que [seas] daMarinha não tiverem | genteque

asdefenda sepoderaõperder, eque perdidas ||2v.|| ellas, taõ bemficaõ

1175 perdidas as Minnas.

Que nesta attençaõ omelhor meio*que* Sepodiadar paraSe | evitar
oreferido damno, hé*que* se não deixepassar gentealgũa | asMinnas
*quesó*sedeveconceder aosPaulistas hirem aellas | premitindoselhe,
todos os annos trezentos Negros *para* o trava | lho dellas; escolhendose

1180 ahumdaquelles moradores para | guardamor dellas, efinalmente
ficandodelles todaadmenis-| traçaõ earecadação dosquintos, e
nestaformatem porsem | duvida *que*haõ derender muito mais, *que*hé
certoeaexperien-| çia temmostrado, *que*ajustiça Não temcoação
nasMinnas, | nemparacastigar, nem aindapara devassar, pellas

1185 ameaças, e | temor de morte, por cujo respeito não temLátantopoder |
paracastigar osdelinquentes, nemoarbitrio delhe dar em | soldados *para*
suaguarda lhes parece poder ser util, antes | seráomelhor mais *para*
odescaminhos dosquintos, pois abre | agrandedespesa *que*haõ defazer,
justamente sepodetemer sejaõ | os mesmos*que* os desencaminhaõ.

1190 Que*VossaMagestade* foi Servido | mandar humMenistropor
Superintendente *para* asMinnas, | nomeando aJozeVas Pinto *para*
estadeligencia; oqual tinha | servidonoRio deJaneiro comgrande
aceitação ebomproce-| dimento; epassando ás Minnas veiofugido
pelo reção deO | quereremmattar, erecolhendoseparaeste Reino;

1195 dizem*que*trazia | quarentamil Cruzados emouro, parte empó, *que*se
depozi | taraõ emJuizo; *que* sendoistoassim hé semduvida*que* |
ezteOuro vindo empó, não vinhaquintado; Ese oSu | perintendente
queVossaMagestade mandou *para* evitar os desca-| minhos oscometia
Sendo detaõ boa openiaõ, *que*faraõ | os*que* Se mandaõ *porque* opedem.

1200 Quetodaarezaõ de não terem osMenistrosCoação Nas | Minnas
*para*fazerem observar oregimento eordens de*Vossa Magestade*;
di-| zem héopoder dosPaulistas, *que* estes mesmoz oferecem me-|
yosparaaarecadação dosquintos, ese convidaõ *para* isso; eneste
| cazodeue*Vossa Magestade* fiar delles estenegoção, *que* hé só

1205 omeio de | poderemter boa arecadação, *porque* assimcomoestaõ
pode-| rososemfazendas, haõdeser ambiçiosos dehonrras, procu-|
rando*queVossaMagestade* lhefaça estas pelomeio deservirem a*Vossa*

- | *Magestade* como tem opoder oudependência, lhepoderáservir
| degrandeefeito estaCircunstança paraser muy diferente, ||3r.||
- 1210** esta arecadação, Nemsepodetemer *que*evendose comtodo-| opoder
seLevantaraõ amaiores, *quando* hecerto senaõ podem | sustentar
naqueleCertaõ SemseComunicarem com as | Praças, antes*quanto* mais
poderosos ericos estiverem, entam | dependemmais dacomunicação
dasPraças paraosprovimientos | defazendas egeneros do Reino; os
- 1215** *quenaõ* poderão ter sefal | taremaobediência devida.
QueGraçia Rodrigues Paes, *quede*prezenteheguardamór
das | Minnas, eoseo Escrivaõ, inculcaõ humtaõgranderendi |
mento nasMinnas, comomostraõ dasuas Cartas, esupos-| to naõ
declarem expressamente oarbitrio earecadação que | podehauer
- 1220** *parahumtaõ*grande rendimento, sedeixaenten-| der daconta *que*fazem,
*que*pagando cadapeçoa *que* mine-| rar humaoutavadeOurocadadia,
fazemaquelaím-| portançia*que* inculcaõ renderaõas Minnas; Masou
| seja esteoarbitrio em*que* sefundaõ ououtro, dizem*que* | esteGarçia
Rodrigues Paeshépoderozo, eaparentado | comos maispoderozos
- 1225** deSaõ Paulo, eestá tido erepu | tado emboaopiniaõ pelas noticias*que*
setemdado nes-| teconcelho, *que* lhes naõ parece dezassertado confiar
dele | esta arecadação, pois naõ estavajá Servindodeguarda | mór,
escreuendose asCartas *que*pedem aquellesmora | dores *que*aponta,
equandopossahauer outromais po-| dero e mais inteligente, *que*
- 1230** aesteSedeverecomen-| dar este negoçio.
Queeste tal *que* Vossa *Magestade* nomearporGuarda mór |
selhedará todaajurisdição *para*devassar detodos os male-| fições
edescaminhos, *que*secometerem nasMinnas, pren-| dendoaosculpados,
e remetellos com aculpa aoco-| rregedor ouOuvidor deSaõ Paulo,
- 1235** *para**que*oSENTENÇEE | naforma disposta noregimento dasMinnas.
Que NasMinnas deue hauer Ca[z]a dosquintos, equeesta | deueestar
onde oguardamór ordenar, eos oficiaes dela, | áordem do dito
guardamór, enaõ deuehauer outra caza dos | quintos empartealguma,
porsenaõ darocaziaõ a*que* achan-| dose algumouro empó, oupor quintar,
- 1240** Sedefendaõ com ||3v.|| *que*evaõ emdireitura aoRio deJaneiro aquintar
ouaoutra parte | hondehouuer quintos, *eque* quandopareça necessario

hauercaza | dosquintos noRio de Janeiro eBahya oouroquenaõ viêr
apor | registodas Minnas, setomaraporperdido.

- QuetaõbemlheConsta, entrarámuíto ouro naCaza damoeda
1245 do | RiodeJaneiro comcunhos eseprezumemfalços, porquesetodoa |
 quelle *que* entrouforaquentado tiueraõimportado osquintos muito |
 maiorquantia do*que* importaraõ, deque Secolhe Claramente; *que* ou
 na | cazadosquintos hauia muitos descaminhos, furtandoseosquintos |
 deVossaMagesdade, ouhâcunhosfalços; *que* suposto setinhamandado
1250 | devassar desteCrime, erataõbem necessario para ofuturomandar
 | mudar deCunhos, emandarLançar bandos, oupór Editaes em |
 todas aquelas partes para *que* quem tomououroCunhado comos |
 cunhos*que* atheahyavia, omanifeste dentro notempo*que* se aSig-
 | narparaseCunhar novamente parasepodertomar por perdido o*que*
1255 | seachar sem onovoCunho, o*que* deve sertal quenaõ sejaçafil |
 ohaueroutro Semelhantenaquellas partes.

- Quetaõbem nestespapeis seapontava oArbitrio dequeenas | Minnas
 paguemtodos, os*que*forem aellas deCadaCabeça degado | *que*Lásefor
 uender humCruzado; queestearbitrio lhepareçe | se nãodeviadesprezar,
1260 mas não deviadeser por este modo | senaõ mandandoVossaMagesdade
 cobrardestasVendas o*que*selhe | deue, importaria muito mais do*que*
 pode importar oarbitrio | apontado; Queemtodo este Reino sepagaCiza
 detodas as | Couzas *que*Sevendem ouseja moveis oussemoventes
 e*que*Su | postoesta se nãopague nasConquistas erapormerçe par-
1265 | ticular deVossaMagesdade; por attender aoaugmento dellas, que
 | lhesparece não DevamLograr os*que* vaõvender ásMinnas este |
 genero, poisofazem comtanto avanço, paguemaVossa Magesdade
 | osdireitos *que*lhesaão devidos. E noCazo *que* Vossa Magesdade
 mande | cobrar estedireito, deueserarendandose noRiodeJaneiro, | Saõ
1270 Paulo, ounaBahia, *que*pelaFazendadeVossaMagesdade | terámuíto
 máarecadação.

- Que se devia mandarguardar inviolaueLmenteasordens |
 quesetemmandadopassar para não virem ásMinnas reli ||4r.|| [[reli]]
 giosos, antessomentesedevia encarregar esta | Missaõ aosPadres
1275 daCompanhia, etomandoaporsua | conta, se não deviapermittir

fossem Lá clerigos porem | que quando os Padres da companhia Senaõ encarreguem | della, sedeue mandar ordenar ao Bispo do Rio de Janeiro, só mande ás Minnas os Padres que forem | precizos para a Cura daquellas Ovelhas, e que Se Naõ | deuem contentar outros.

- 1280** Quetaõ bem senaõ devaõ Lá consentir mais | *que* os moradores daquelas capitannias de São Paulo, com | os Escravos e Índios *quetiverem* e as peças aquellá vaõdo | Rio de Janeiro com mantimentos ou generos auender, | selhe tomem por perdidos, naõ hindo com Licença dos | Governadores daquelas Praças com as fazendas *que* Levarem
- 1285** | registo das Copias registos e Lisenças apresentará ao | guardamór compenade perdimto de tudo o que for | fora do registo, e sem Licença; e que hindo menos | gente teraõ os quintos maior rendimento, porque | teraõ melhor arrecadação e ainda *que* setire menos ou | ro das Minnas, estas Semprealificaõ para Sepo | derem disfructar mais geralmente em
- 1290** melhor tem- | po, enaõ se devirtirá a gente das Praças em tempo | de guerra nem da Cultura dos Assucares e tabacos, *que* | saõ os fructos, mais certos, e de maior importancia, tan | to para a Fazenda de Vossa Magestade; como para os Va | sallos.

Quetaõ bem lh'espareça Sedeuem mandar | por em Lancos

- 1295** os quintos, e se houver quem os aren- | de, será mais Conveniente arendallos com segurança, | e fianças a pagamento.

Ao Conde de Alvor Presidente lh'espareça *que* | suposta a premissaõ de Vossa Magestade, de que possa huir da | Bahia para as Minnas, assim gado como outro | muito mantimento, porque

1300 de outra maneira se ||4v.|| naõ poderaõ conServar os *que* assistem nellas, *que* sedeue | impor o tributo de hum Cruzado, assim em Cada Cabeça de | gado, como em cada carga, *que* passarem para aquellas | terras, onde estaõ os descobrimentos das ditas Minnas, Or | denandose ao Governador da Bahia, nomee para este | effeito

- 1305** e para a sua arrecadação aquellas peças Compe | tentes, fazendo a escolha de sujeitos de toda a satisfação | e verdade, e pondosenaquelles Citios onde seja preciso, *que* | naõ demandar os *que* ficam comodito Gado, e Cargaz | para as terras das Minnas, comparte tal, *que* Se naõ | possa de zencaminhar o ditto tributo, dandose-lhe por este | serviço a quele

1310 Ordenado proporcionado ao seu trabalho.

E No que se peita a se introduzir Infantaria | paga nas ditas Minnas, e naqueles Districtos onde se | possa entender haja algum estravio no rendimento dos | quintos do ouro, e para o maior respeito da peço a quem | se resolvesse de Confiar a superintendência das Minnas, | que

1315 de nenhuma maneira se deva pôr em prática este | arbitrio, porque sobre ser necessario fazer-se muita despe-| za Com elle, considerava-se seria acrescentar mais de-| zencaminhadores aos mesmos quintos, porque Cada | hum dos soldados Seria hum passador e transgressor das | Leys de Vossa Magestade, no que toca a se praticar o paga | rem se

1320 Sizas, que estão novidades seria muy estranha | nas conquistas, onde nunc se pagará, e que assim | não deue de admetir semelhante propozta.

E porque assim Fellippe de Barros como O | guardam o Garçia Rodrigues Paes, ensina que Se | se seguir a sua disposição, será muito importante e con-| sidera o rendimento dos quintos,

1325 não declarando a forma | que se pode dar para que elles tenham este augmento | que Segundo o que a firmação he Consideravel, que Só | deue avizar, que exponha o seu arbitrio dando-lhe Vossa ||5r.|| Magestade a entender que surtindo este efeito, | que Vossa Magestade usará com elles da Sua Real Gran-| deza.

1330 Que o melhor meio, e mais Seguro para | as conveniências da Fazenda Real, seria contrata-| rem-se estes quintos pois se inculca quedará por | elles hum subido preço, e que assim haendo peço a quem com | toda a segurança e com bons fiadores que se deue mman | dar a rematar por contrato, porque se efetuarão com | sidera e eis

1335 gastos que se podem fazer, assim na Creação | dos Magistrados, que se Supoem saõ necessarios Nas | Minnas, Como em outros muitos, que saõ precizos.

E Se véo obrigado elle Presidente adizer a Vossa Magestade | que hum dos grandes Instrumentos para o descaminho dos | ditos quintos,

1340 he estar-se permitindo as Compras do | ouro na Caza da moeda, pois he muito notorio a gran-| de quantidade que veio para este Reino; assim nestas frota, | como nas passadas, tanto empô, como em barras por quin-| tar, que he sem duvida que se não tiverão acerteza de que

- | selhehaviadeaCeitar Nadita Caza, não tiverão ouzadia |
1345 deotrazerempara este Reino, facilitandoselhe oextravio | napremissaõ
deselhecomprar pelozMenistros deVossa | Magestade, eque
jáemoutras ocazioens nasconferências e | Juntas, emque Seachou,
votou *que* não eraconveniente es-| taconcessaõ, porque era abrir porta
aos mesmos des-| caminhos, equeisto mesmo lhepareçia agora. Lisboa
1350 | 26 deOutubrode 1706. Oonde Presidente// | Mesquita = Silva =
Silueira = Barbosa.

Joaquim Miguel Lopes de Lavre

- (17) 27-03-1707** |70r.|| Meu Jrmaõ esenhor *domingos* nunes
Este Serue depedir mezeriCordia [a]Vossamerce a[q]ue me que[ra] |
1355 fazer *merce* Como bom Jrmaõ eComo *quem* athe aqui teue | pasi en
Sia en me esperar que me espere mais athe | prin Sipio de agosto Sen
falta Correndo Senpre | osequ *dinheiro* de Vossamerce aiuros des do
tenpo que pasei oCre|dito athe agosto proxhimo que bem Sem falta |
nẽ di lasao que faço Contas antes de <a>gosto estar oultraues en Caza
1360 mais *que* bou en busCa *dodinho* [p]ara | Vossamerce e *quando*
Cauzo eu págue outra diuida primeiro=| que a deVossamerce não me
tenha por Seu Jrmaõ que he | minha Reputasaõ hi e meu tinbre pelo
primor | Com que Vossamerce Setem auido Com migo não lhe fal|tar
para este tenpo que fico Com Vossamerce aminha Con|Siderasaõ he
1365 que me quero en ber gonhar apedir | aVossamerce e não a estranho
etaõ bem pelas uzenas que | estaõ uzando hestes Senhores pedindo
disprepozito de | abanço epor taõ breue me zes me não animo atom|ar
dinheiro para Vossamerce easim Como zelozo lhepeço pelo=| amor
de Deũs não Se en fade Contra min nõ me | quira mal adequerer Deũs
1370 que antes de<a>gosto lhe | hei de hir en pesoa Lebar osequ *dinheiro*
deVossamerce, esobre | tudo que Vossamerce Logre muita eper
feita Saude estimare|mos *muito* eseia na boa Companhia dasenhora
minha Cunhada | e mais familias danobre Caza eu e os mais deste |
Seu Rancho deVossamerce aposuimos boa para Seruir aVossamerce
1375 | Sua Cunhada en bia Suas am[corroído] *lembranças para asenhora*
| minha Cunhada e aVossamerce i e[n] partiCular mentes=| faço a

- Vossamerce eosenhör Seu So[grö] que lhe ueio [corroído]¹⁰ | muitas
vezes e os Senhores Cunhados minhas lembranças a Cuia pessoa oseio
1380 guarde oie | 27 de Março 1707 doseruidor e Jrmaõ muito obrigado
aVossamerce
Manoel munhos Pais
||70v.|| <Carta de manöel munhos>¹¹
Aosenhör domingos nunes
1385 Pais guarde Deüs muitos anos
Em
obairro da Conçipção
(18) 26-08-1707 ||2v.|| ESCritura de do asaõ eRenunçiasaõ
deseruiços que fazem Maria Portes del Rej
1390 Dona Viuua que fi[c]ou do Capitam Bertholameu
daCunhagago eseu filho Bertholameu
daCunhagago esua molher Margarida
Buena daVeiga moradores nestaVilla
de Taubatê aseu genRo oCapitam Amador
1395 Bueno daVeiga morador na Villa de Saõ Paulo
Saibaõ quantos este publico instromento de esCritura de doasaõ
eRenum|Siasaõ de seruissos ou Como em direitö melhor aja Lugar
Virem que | no anno do nasimento de noso Senhor JezuChristo demil
esete Centos | esete annos aos Vinte eseis dias do mes de Agosto do dito
1400 anno | [ne]staVilla desaõ franCisCo das Chagas de taubate da Capitania
| do Conde daIlha doprinsepe gouernad[o]r edonatario della | pertuo¹²
por Sua Magestade que Deus guarde Partes do Brazil etcaetera nesta
dita | Villa em as Cazas de moradas de Maria Portes del Rej Dona
Viuua | do Capitam Bertholameu daCunhagago donde eu taballiaõ
1405 aodi[a]nte nomeado fuj Chamado esendo ahÿ estando presentes adita
| Maria Portes delRej Seu filho oCapitam Bertholameu daCunh[ag]
ago | esua molher Margarida Buena daVeiga moradores nestaVilla | de

10 As linhas que se seguem até o fim do texto encontram-se à margem esquerda, em posição perpendicular com relação à mancha da primeira parte do texto.

11 Anotação escrita na margem inferior à direita, em direção perpendicular ao endereço da carta. Além das dobras originais da carta, na margem inferior ainda encontram-se vestígios do lacre vermelho utilizado para fechar a carta.

12 “pertuo” por “perpetuo”.

- Taubatê todas pesoas Conhesidas demim taballiaõ logo ahjpella | dita Maria Portes del Rej eseu filho odito Capitam Bertholameu daCun|[h]
- 1410** agago esua molher Margarida Buena daVeiga por todos juntos | [epo]r Cada hũ delles dep[ersj] insolidum¹³ foi dito perante mim ||3r.|| [[mim]] taballiaõ edas *testemunhas* ao diante no meadas enofim[de]sta¹⁴ | nota asig nadas *que* aelles todos pertensiaõ pella *parte que* acada hum | delles tocava os seruiços *que* aVia feito Seu marido Paj esogro delles
- 1415** | do adores eRenumÇiantes asua Magestade *que Deus guarde* na dezemfestasa[õ] | do gentio brabo destas partes franqueando oCaminho aos s[er]|tanistas eoutros *muitos que* Constauaõ das sertidoins; pellos qu[a]is | numCa fora despaChado: Com merçe algua dodito Senhor os quae[s] | todos doauaõ eRenumsiauaõ odireito *que* nelles tinhaõ a
- 1420** fau|uor do Capitam Amador Bueno daVeiga morador em aVilla desaõ | Paullo, genrro, eConhado delles doadores eRenumÇiadores por Ser | Cazado Com Sua filha Jrmã eCunha¹⁵ delles doadores eRenumÇian|tes Marta de miranda delRej aqual fora filha mais Velha | della dita doadora Maria Portes delRej e do defunto seu marido | Bertholameu
- 1425** daCunha gago eComo tal [a]o tempo deseu Cazamento | por naõ ter dote Suficiente pera dar atal genrro lhe prometera | os ditos ser[u]iços; os quais lhedauaõ edoauaõ Cauzadotis¹⁶ naforma | Sobredita elhe faziaõ adita doasaõ eRenumsiasaõ desuas propias | eliures Vontades Sem Constrangimento de pesoa alguã para oque | dezistiaõ a fauor
- 1430** do Sobre dito doãdo odireito acçaõ Rezaõ | edominio que nos ditos Ceruisos *emerges que* por elles lhesejaõ feitas | paraque estas Sejaõ Comsedidas ao Sobredito doado epediaõ asu[a] | Magestade *que Deus guarde* Seja seruido fazer ao dito Seu genrro eConh[ado] | todo oque em Remunerasaõ dos ditos seruiços for seruido faz|erlhe aqual doasaõ
- 1435** eRenumÇiasaõ diseraõ elles ditos doador[es] | eRenumÇiantes ter eaVer por boa firme eValioza atodo ote[mpo] | em Juizo eforadelle Sob aobrigasaõ desuas pesoas ebens moueis e | deRais em feê etestemunho

13 Por "in solido", expressão latina que significa: em massa, solidariamente.

14 No fim desta linha, encontra-se o nome "Albernãs", de outro punho, autenticação das paginas do livro, com tinta mais fraca, com certeza anterior ao documento.

15 "Cunha" por "cunhada".

16 "Cauzadotis" por "causa dotis", expressão latina que significa: por motivo dos bens, do dote, da compra.

- deVerdade outorgaraõ ser fei[ta] | aprezen te esCritura de doasaõ
eRenunÇiasaõ deseruicos nes[ta] | nota demim taballiaõ em aqual
- 1440** delles aseitej extipulej Com[o] | pesoa publica extipulante easeitante
em nome das partes [a]q[uem] | tocar posa enaõ presentes Sendo atudo
[[atudo]] testemunhas presentes | Manoel Correa daVeiga Januario
Rodriguez Joaõ Peres daCunha mo|radores nestaVilla outrosim
pesoas Conhesidas demim tabaliam que | [[que]] [to]dos aquj asinaraõ
- 1445** Com odito doador Bertholameu daCunhagago | epellas doadoras
Serem molheres edizerem naõ Sabiaõ esCreuer | Rogaraõ aRuj
Pedrozo deSilveira Manoel nunes desouza por ellas digo | moradores
nestaVilla por ellas asinasem os quais asinaraõ aseus | Rogos e<to>dos
aquj ofizeraõ depois destalhe Ser toda Lida edeCLa|rada por mim Joaõ
- 1450** desouza Dias tabaliam que oesCreuj
Joaõ pires daCunha Janoario Rodriguez a Sino a Roguo da
Bartolomeu daCunha gago Arogo daotorgante o u
tor ga[n te] Maria P[or]
- Margarida Buena tes de[l] Rej [d]ona Viu
- 1455** daveiga a[s]ino por ua. Ruý Pedrosoda Silveira
ella Manoel Nu-
nes deSouza
- (19) **14-09-1707** ||3v.|| Escritura de Venda de hũ pedaso
deterras no bairro detremembe fazendo
- 1460** atestada pela estrada do bom Jezus e
[[e]]o sertoã athe onde direito for; *que* faz
oCapitam Jaques feliz a francisco Pinto dema=
Sedo; todos moradores nestaVilla de
Taubatê
- 1465** Saibaõ *quantos* este *publico* instrumento de esCritura de Venda de
hũ pedaso | de terras *que* faz oCapitam Jaques Feliz Virem *que* no
anno do nasimento de | noso *Senhor* Jezus Christo de mil esete Centos
esete annos aos Catorze | dias do mes desetembro do dito anno nesta
Villa deSaõ Francisco das | Chagas de taubatê daCapitania do Conde
- 1470** daIlha do Prinsepe governador | edonatario della perpetuo por Sua
Magestade *que Deus guarde* Partes do Brazil etcoetatera nesta dita

- Villa em pou[z]adas de mim taballiaõ ao diante nomeado | apareseu
 presente oCapitam Jaques Feliz pesoa Conhesida pela propia demim
 | Tabaliam epor elle me foi dito em prezensa da[s] testemunhas ao
 1475 diante | no meadas easinadas *que* entre os mais bens *que* pesuia heraõ
 huãs ter= | ras na estrada do bom Jezus indo desta Villa amaõ esquerda
 que partem | por hua banda com Manoel desouza maÿa epella <outra>
 Com terras digo que partẽ | por huã banda Com terras deFrancisco
 Vieira onde mora Domingos Pires de britto epela | outra Com terras
 1480 delle dito Capitam Jaques Feliz; quais ditas terras dise elle | sobredito
que Vendia desde adita paragem donde mora oDito Domingos Pires |
 correndo Pera abanda da hermidia do bom Jezus athe ocharcinho | *que*
 está no dito Caminho Junto ao Ribeiraõ *que* pasa eatrauesa aestrada eo
 | Sertaõ desde adita estrada athe oReibeiraõ *que* seruia de agoad[a] ao
 1485 | defunto francisco Barboza sendo morador nas ditas terras, Coais dise
 elle | [a]Via pesuido Com outras mais por erança deseus Pais; epor
 esta manera | deCLarada dise elle dito Capitam Jaques Feliz Vendia
 Como defeito Vendeo | deste dia para todosempre a Francisco Pinto
 demasedo por preso de dês | mil Reis que lhe de[u] efes pagamento
 1490 em huã espingarda de quatro palmos | Co[m] seus anêis deprata epor
 este instrumento lhe da plenaria quitasaõ | deste dia *para* todo sempre
 dodito preso equantia *para que* logre as ditas terras | das quais odâ
 por emposado Como Couzasua Comprada por seu Dinheiro | elle Sua
 molher efilhos asendentes edesendentes *que* apos elles Vierem | Sem
 1495 Contradisaõ alguã Como elle athe oprezente as aVia posuido aVista
 | efase de todos edesi afastaua toda apose edominio que nas di[t]as
 | terras tinha et[u]do dimitia etrespasaua napesoa do dito Compra |
 dor *para que* as Logre na forma sobredita edise mais elle dito Ve[n]
 dedor | *que* se nesta esCritura de Venda faltarem algumas CLauzullas ou
 1500 solem | nidades epontos dedireito *para* afirmeza della. *que* aquj as hã
 porposta[s] | ede Claradas Como se de Cada huã dellas fizera expresa
 edeCLarada | mens[aõ] em feê etestemunho de Verdade outorgou ser
 feita aprezenste esCritu= | ra de [Ve]nda de terras emprezenca daparte
 nesta nota demim tabaliam | e[m] aqual delles aseitej extipulej como
 1505 pecoia [[pecoa]] extipulante e ||4r.|| easeitante em nome das partes

- aque tocar posa <Albernâs>¹⁷ | Sendo atudo testemunhas presentes
oReverendo Padre Antonio Bicudo desiqueira e | oCapitam Joaõ
detoledo epiza todos moradores nesta dita Villa que asina= | raõ Com
odito Vendedor Sendo lhe esta Lida e deCLarada por mim | taballiaõ
- 1510** Joaõ desouza Dias que oesCreuj
oPadre Antonio Bicudo deSiqueira
Crus doCapitan + Jaques feliz
Joaõ de Tolledo ePiza
(20) 07-01-1708 ||15v.|| Credito de Domingos jorge
- 1515** Santarem
Lançado nes[t]a nota Com despacho
do Juis ordinario Capitam Joaõ de Tolledo
ePiza que he oseginte
Dis Domingos jorge Santarem eizistente nestaVilla que aelle he
- 1520** necesario | m[a]ndar hũ credito para as minas, eComo haj pasagens
de Rios Cau | [d]ais eoutros Riscos mais que pellos Longes do
caminho se ofresem | quer elle suplicante Seja Lançado em oliuro
de notas do taballiam desta | Villa /// Pelloque /// pede aVossaMerce
Seja dito Credito Lancado em modo | que fasa feê em Juizo efora
- 1525** delle e Recebera merçe Despacho /// Como | Pede taubat[e] Sete de
Janeiro de mil esete Centos oito annos Piza | Digo eu Balthezar do
Rego dasiluas que E Verdade que <de>uo a Domingos jorge Santarem
duzentos esetenta mil Reis em Dinheiro prosedidos | de hua negra ehũ
moleque que lhe Comprej ameu Contento tan | to ameu contento tanto
- 1530** empresado como em bondade aqual | quantia me obrigo apagar por todo
omes de feureiro proxi | mo que Vem; epor assim ser uerdade lhe pasej
este por mim feito | easinado oie Seis deJaneiro de mil esete centos
oito annos | Balthezar do Rego da Siluas /// enaõ secontinha mais
nodit[o] | Credito que eu taballiam ao diante nomeado aqui tresLadej
- 1535** bem | efielmente do propio que otomej aparte ao qual me Repo[rt]
o | eocorrj econsertej escreuj easinej aos Sete dias domes de Janeiro
| de mil esete centos oito annos euJoaõ deSouzaDias taballiam |

¹⁷ "Albernâs", de outro punho, autenticação das páginas do livro, com tinta mais fraca, a mesma da numeração, com certeza anterior ao documento.

- comprouizaõ do governador geral do Rio de Janeiro oesCreuj easignej
Consertado com opropio
- 1540** por mim taballiam sobredito
Joaõ deSouzaDias
(21) 13-10-1708 ||39r.|| Credito do Muito Reverendo Padre
Antonio Barre[to]¹⁸
deLima Lancado nesta nota Com
- 1545** despacho doJuis ordinario oCapitam
George Dias Velho ehe osequinte
Dis oVigario desta Villa oPadre Antonio Barreto deLima que elle |
quer Remeter para as minas oCredito que junto ofrese afazer h[u]a
| Cobrança; epor aver Varios RisCos pello Caminho dellas quer que
- 1550** Com= | Despacho deVosaMerce Seja dito Credito Lançado no Liuro
denota[s]; Portanto | Pedes aVosamerce Seja Seruido Selhe Lançe
dito Credito em modo que | fasa fee eReceberamerce /// oTaballiam
Lançe oCredito naforma pedida | Taubatê treze de outubro de Sete
Centos eoitto /// Velho /// Deuo aoSenhor Reverendo | Vigario daVilla
- 1555** de Taubathe oPadre Antonio Barreto de Lima quinhent[os] mil Reis em
dinheiro de Contado prosedidos de outros | [t]antos que medeu aRezaõ
dejuro de outo por Cento Cada Anno | Como he Vzo eCostume os
quais quinhentos mil Reis ejuros | pagarej aodito Senhor ou aquem
este me mostrar para julho proximo que Vem Sem a hiso por duuida
- 1560** alguã aoque obrigo mi=|nha pesoa ebens epor Verdade lhe dej este
por mim feito e | assignado; Taubatê o[u]to deJulho de mil Sete Centos
esinco Anos | Ma[n]oel da Costa EsCobar /// Recibo que aChej no
dito Credito /// Receb[j] os juros do dinheiro asima que pagou oMuito
Reverendo Padre deque | p[a]sej ap[r]ezente oie dezoito deJulho de
- 1565** mil Sete Centos eseis Lima | enaõ SeContinha mais no dito Credito que
eu taballiaõ aodi=|an[t]e no meado aquj tresLadej b[em] efel mente
do propio que | otornej aparte ao qual me Reporto eoCorrj eConsertej
esCreuj | easignej aos treze deoutubro de mil esete Centos eoitto annos
| Joaõ deSouzaDias taballiaõ oesCreuj
- 1570** Comsertado Com opropio

18 No alto do fôlio: "Albernâs" para autenticação da folha.

por mim *tabaliam* Joaõ deSouza

Dias

(22) 01-02-1709 ||49r.|| Escri[tu]ra de Alforria

*que faz o*Capitam Lourenço Castanho

1575 *morador em a*VilladeSaõ Paulo eôra

estante nestaVilla ahua esCraua

Sua chamada Maria Mosa Parda

Saibam *quantos* este publico instromen[to] de ESCritura de Alforria |

Virem *que* no anno do nasimento de Nosso Senhor JezuChristo de mil

1580 esete | centos enove annos a[o]primeiro dia do mes de feüereiro do dito

| anno nestaVilla de Saõ francisco das Chagas de taubatê da Capitania

do| [[do]] Conde dallha do prinsepe *governador* edonatario della

perpetuo por | Sua Magestade partes do Brazil *etcoetera* nesta ditaVila

em pouzadas | do Capitam Lourenço Castanho *morador em a*Villa

1585 deSaõ Paulo eora estante nesta | onde eu *taballiam* ao diante nomeado

fuj chamado esendo Lâ por elle | dito Capitam Lourenco Castanho me

foj dito em prezença das *testemunhas* no | fim desta asinadas que entre

os mais bens *que* posue no caz[a]l eestâ | de pose delles he hua Mosa

parda por nome Maria daqual desde | que esteue em seu poder aVia

1590 Reçebido sempre bons seruicos a | te oprezente de cuja mã e poder

tambem aVia Reçebido seis | Centas esincoenta oitauas de ouro empô

por quais Rezoins epor | este prezente Instromento lhe daua como

Logo deu adita mosa | parda chamada Maria Alforria eliberdade e a

Avia de hoie | *para* todo Sempre por Izenta Liure edezembargad[a]

1595 de todaao | brigasaõ deseruidaõ ou adm[i]nistrasaõ *para que* asim ao

pr[e]zente | como aodiante n[e]nhuma pessoa dequalquer Calidade

que | seja asim seus herdeiros presentes como futuros posaç o | brigar

nem Constranger adita Maria dasilua; por quanto ||49v.|| [[quanto]]

elle outorga[n]te de sua liure edezembargad[a] Vontade | queria e

1600 hera contente fose adita Maria dasilua forra liure e | dezembargada

desde agora pera todo Sempre. equa por nenhũ | modo ou estillo

Judisial poderaõ ditos seus herdeiros presentes como | futuros ou

outra qualquer pessoa emcontrar otheor eforma | desta escritura [de]

Alforria por Ser asim Sua Liure Vontade e | sem constrangimento de

- 1605** pessoa alguã; epede as Justisas desua Magestade | que Deus guarde bem efasaõ dar aesta escritura muito inteiro comprimento | eque elle outorgante Renumsia todas equais quer Leis eordena | soins preuilegios edefensoins que sejaõ eposaõ ser aseu fauor | ealej que dis que nenhum pode Renumsiar odireito que não sabe | que lhe pertense:
- 1610** EdecLarou mais elle outorgante que senesta | escritura faltarem alguãs Clauzulas ou pontos de direito necesarios | pera mais Validade della as hauia aqui por postas expresas | edecLaradas como se decada hua dellas fizera expresa edecLa | rada mençaõ; peraque em todo epor tudo seja firme eValioza | [[osa]]: em feé deVedade asim adise eoutorgou
- 1615** pedio easeitou | emandou fazer este instromento nesta minha nota que [corroído]¹⁹ | taballiaõ como pesoa publica extipulante easeitante aseito | [[aseito]] em nome dequem tocar odireito della sendo atudo | testemunhas presentes Joaõ de Toledo ePiza Manoel de | Barros frere eJoseph ferrera deCastilho pessoas conhesidas pelos | propios
- 1620** emoradores nestadita Villa que asinaraõ com outor | gante morador nadesaõ Paulo euJoaõ deSouzaDias tabeliam comproui | zaõ do governador do Rio deJaneiro oescreuj
- Lourenço Castanho Taques Joaõ de Toledo
ePiza
- 1625** Manoel de Barros frere Joseph Ferreira
de Castilho
- (23) 21-05-1709 ||69r|| Senhor Jrmaõ
- tera Vossamerce para Si que faço p[ou]Co Cau|zo deVossamerce en lhe não d[ar] nouas | minhas des que chegei das minas So | esta oCaziam
- 1630** acho Ser portad[or] | Serto que he osobrinho do Cappitam A[ntonio] | Coreia que Creio Ser tam [apaz] de | instar Com Vossamerce.
- Senhor Jrmaõ uim das minas | Sem trazer nê huã oitaua deouro | que uim paraCudir afesta do na|tal que Se não fora hiso n[aõ] uie|ra eu uisto não ter Com que pa|gar minhas [di]uidas easim pe|ço aVossamerce
- 1635** pelo amor de deũs ten|ha pasiençia athe eu [ter] modo | de pagar Vossamerce não perde oseu | dinheiro Corre a juros dema[is te]|nho que eñ fa[dar] a Vossamerce Como | Custum[a]do nozo tio oCappitam

¹⁹ Muito seguramente: "eu".

- Joaõ | desiqueira Caldeira me esCr[e]ueu [q]ue | noço primo Manoel gomes [lh]eti[n]ha deixhado aminha esping[ar]da equ[e] faz[ia] de Custo
1640 des patacas | façame merce dar as des patacas anos²⁰ | tio etrazerme a espingarda quando uier uizitar anoza mai qua darei a Vossamerce | oseu *dinheiro* – mas Sobre tudo ficarei | festeiando que esta ache aVossamerce gozando muita | e per feita Saude e seia aConpanhada Com adasenhora minha Jrma e mais fami[Lias da nobre Caz[a] eu esua
1645 Jrma e os mais deste [corroído] Rancho deVossamerce a gozamos | boa i hesa esta ofer[eci]da ao dispor deVossamerce Sua Cunhada en bia Suas Sau[dades asenho[r]a minha Jrma e a Vossamerce i eu partiCular mentes aVossamerce aCuia posoa²¹ | Deus *garde* oie 21 de maio 1709 doseruio e Jrmaõ deVossamerce muito obrigado
1650 Manoel munhos Pais
hesa Carta que Sua Cunhada manda
a oprimo Pedro dasilua Remita
lhe Com breui dade que enporta que
asim pede [Su]a Jrma a Vossamerce de fauor
1655 (24) 13-07-1709 ||1r.|| Por vagar²² o posto de condestavel desta prassa de | Sanctos por promosaõ do condestavel della Antonio | Rodrigues; hey por bem, com o mestre de campo | e Governador desta prassa nomear a dita ocupa-| Sam em Pedro de Morsedo, por nelle concorrerẽ | todos os requezitos *necessarios para* adita ocupasaõ, e eu | fiar
1660 delle obrará em tudo o *que* selhe encarregar do | Real servisso com muita agelidade; ecom osobre dito | posto venserã somente osoldo de artilheiro the Sua | Magestade, *que Deos Guarde* confirmar o posto de Gentil ho-| me no sobre dito Antonio Rodrigues. Sanctos | 13 de Julho de1709²³

20 Até esta linha, a mancha, que começa a meio do fôlio, cola-se à extremidade direita do suporte. A partir da linha seguinte até o fim do texto, a mancha dispõe-se perpendicularmente à esquerda da parte anterior do texto, com larga margem à esquerda e sem margem à direita, salvo no *post scriptum*.

21 “posoa” por “pesoa”.

22 No canto superior esquerdo do fôlio está o n.º 25 seguido da rubrica de Francisco da Cunha Silva Lobo

23 O reconhecimento da firma de Luis Monteiro da Rocha remete ao documento 75, linhas 4511-4522, e à nota 79.

1665

Jozeph Monteiro de Mattos

(25) 14-08-1709

||69v.|| ESCrito de Lourenco Velho Cabral

Lançado

Nesta nota a Requerimento do Muito Reverendo Padre Antonio
BiCudo desiqueira he hê oque SeSegue

1670 Senhor Capitaõ Manoel fernandes Pinto, omeu mayor emterese foj |
Ver eu que Vosas merÇes estauaõ Diuididos, E a hora que Vosas merçes
estaõ | Juntos he oque mais estimo pera oseu bem deVosas merCes
etodos | nozoutros, fasaõ Vosas merÇes adeligência de prender aJoaõ |
Ferrera eos mais que lhe fizer Companhia; edado Cazo tomem Armas

1675 | Sem que Sequeiraõ emregar porbem, Seja aprizaõ feita com todo |
oRigor; eCom Segunda ordem nosa poderaõ Vosas merCes fazer oque
| [lhe] detreminarem. EaVosamerÇe goarde Deus muitos annos; treze
| de MarCo de mil esetecentos enoue annos Amigo emuito Criado
[de] | VosamerÇe Lourenco Velho Cabral /// enaõ seContinha mais no

1680 dito es | Crito que o dito Lourenco Velho Cabral Sendo Juis ordinario
daVilla de gurã | tinguetã esCreueu aese Manoel Fernandez morador
nadita Villa nese bairro Cham[a]do | guaipaCarê. que eu tabaliam aqui
tresladej bem efiei mente eotornej ao d[i]to Reverendo | Padre por
fazer abem desua Justisa todas asuezes que lhe for neçesario E | Corrie

1685 Consertej esCreuj easinej aos Catorze dias domes de Agosto dem[il]
| Esete Centos enoue annos euJoaõ desouzaDias tabeliam oesCreuj
eConfe[rj]

Consertado com opropio por
mim sobredito taballiaõ

1690 Joaõ desouzaDias

(26) 27-08-1709

||70r.|| ESCritura de Dinheiro aganhos que faz

Diogo

Arias daguirre asalvador morera deCastilho
todos moradores nestaVilla

1695 Saibam quantos estepublico instromento de EScritura dedinheiro
aganhos Viremque | no anno do nasimento de noso Senhor JezuChristo
demil esete Centos enoue | annos aos Vinte esete dias do mes de
agosto dodito anno nestaVila deSaõFrancisco | das [C]hagas detaubatê

- daCapitania doConde dallha doprinsepe governador edonatario | della
- 1700** perpetuo por Sua Magestade partes do Brazil etcoetaera nestadita
Villa empouzadas | de mim tabaliaõ ao diante nomeado apareseu
prezente Diogo Areas deag[u]i|Re aquj morador epor elle mefoj dito
emprezença das testemunhas nofim | desta asinadas que sendo em os
quatro dias domes deJun[h]o pasado des[t]e | mesmo anno lhe dera
- 1705** Salvador Morera deCastilho tambem aquj morador cento | oitenta mil
es[e]is centos Reis em Dinheiro deContado os quais elle outorgante
| tomou desde ese te[m]po aRezaõ dejuros de oito por c[en]to como
he estilo n[e]s[t]a | Villa [p]or tempo dehũ anno ou por todo omais
que em seu poder estive[r] ||70v.|| [[Estiver]] athe fazer Real entrega
- 1710** epagamento tanto deprinsipal como os | juro que Vencidos f[o]rem
em otempo delle sem a hiso por duuida alg[um]a em | Juizo nem fora
delle epera mayor seguranca obrigou sua pessoa ebens moueis | ede
Rais auidos epor hauer eofreseu por seu fiador eprinsipal pagador |
a Antonio Arias Correa oqual foj aceito pello dito Salvador Morera
- 1715** deCastilho E | tanto o fiado como o fiador se obrigaraõ por suas pesoas
ebens moueis e de | Rais auidos epor auer; ese obrigaraõ a fazer este
pagamento em odito tempo | consinado dizendo que senesta escritura
dedereito eobrigaçã faltarem | alguãs cLauzulas ou selemnidades em
direito necessarias para mayor Vigor della | que elles aquj as auiaõ por
- 1720** postas firmes eValiozas como sedecada hua de | las fizeraõ expresa
edcLarada mençaõ em fee deVerdade asim o outor | g[a]raõ epedio lhe
fizese esta escritura de obrigacaõ nesta nota que aseitou | eeu taballiam
como pessoa publica extispulante easeitante aceito em nome de | quem
tocar odireito della easinou com testemunhas presentes Antonio Pio
- 1725** Ferreira e Antonio | Correa Silva todos moradores nestaVilla epesoas
conhesidas pellas pro | pias demim taballiaõ Joaõ deSouzaDias
oesCrevj
- Diogo Aÿres deaguire Antonio Corea Silva
Antonio Pÿto Ferreira Antonio Aires Correa
- 1730 (27) 28-08-1709** ||70v.|| Creditos doCapitam Sebastiam
deSiqueira gil
Lancado nesta nôta comDespacho

doJuis ordinario oCapitam Hieronimo

Ferrera deMello são os seguintes

- 1735** Dis Sebastião deSiqueragil morador nestaVilla que elle quer manda
pera as minas afazer | suas cobranças quatro creditos deVarias pessoas
ecom o aja nos Longes do caminho | Riscos depasagens eoutros
mais. Pede aVossaMerce lhe fasa merce mandar selhe Lancem |
ditos creditos noLivro de notas em modo que fasa fee Receberã
- 1740** merce Despacho: o | tabaliaõ Lance os creditos nas notas. Taubatê
Vinte eoitto de Agosto desete | Centos enove annos Ferrera Seguese
oprimeiro credito²⁴ Digo eu Sal[ua]dor | gil que e[u] deuo ao Capitam
Sebastião deSequera gil doze Liuras de ouro empô prose | d[i]das
de hũ a Real que lhe comprej em goarapiranga com sincoenta e hũ
- 1745** a | cabêsa de pôrcos ecom omilho eplantas que se achou no a Real
asim no Payol | como no plantado na Rôsa easim mais oito alabancas
edoze almocafres | des Machados dezasete fouces enove eixadas eas
bateas que se acharaõ | ehũ ca[u]allo selado e emfreado oque tudo
comprej ameu contento asim em | preso como em bondade as quais
- 1750** ditas doze Libras de ouro empo pagarej a [es]e | dito senhor ou aquem
me este mostrar da feitura deste a anno emey[o] | sem Divida²⁵ nem
contradisaõ alguã pera oque quero que este Valha como | esCritura
publica e[corroído]nha ese lhe de amesma Validade *que* tem esedã
| as que são pasadas judisial mente ecomo tal faso jpotêca de todos
- 1755** os | meus bens auidos [e]por auer futuras e cont[i]ngentes eos obrigo
asim | eles como minha [p]esoa asatis fasaõ desta diu[i]da athe ser
Real mente ||71r.|| [[Mente]] satisfeita epor assim ser Verdade pedj a
Manoel dasylua Salgado este p[or] mi[m] fiseze | e como testemunha
asinase. guarapiranga coatro de dezembro de mil esete centos eSin[co]
- 1760** | ann[o]s /// Salvador gil /// Como testemunha Manoel dasilua Salgado
/// DecLaro *que* deuo mais na forma | sobredita trinta e huã outauas
emea de ouro empô procedidas de hũ capadote mais *que* lhe comprej.
Dia Era asima Saluador gil /// Reçibo Tenho Reçebido aconta deste
credito | trinta outauas de ouro por Verdade pasej este oie Vinte enoue

²⁴ "Seguese oprimeiro credito" vem entre três barras oblíquas.

²⁵ Certamente "Diuida" por "Duuida". Cf. ocorrências a linhas: 1525 e 1676-1677.

- 1765** de Abril de mil E | sete centos eSete annos Sebastião deSiqueragil ///
Segundo /// Devo ao Capitam Sebastião | deSequeragil cento ecorenta
esinco oitauas de ouro prosedidos de ouro de | emprestimo emilho que
lhe hera a deuer Nazario aqual dita quantia me obri | go pello dito asatis
fazer por todo omes de outubro proximo deste prezente anno | ao dito
- 1770** Senhor ouaquem este me mostrar sem duuida nem contradisaõ alguã
| epor Verdade fis este de minha Letra esinal borda do campo quinze
de Março | de mil esete centos eseis /// Valentim Rodriguez /// Terseiro
Credito Digo eu oCoronel Pedro | da fonceque²⁶ Magalhaeñs que eu
deuo ameu Compadre oSenhor Capitam Sebastiam desequeragil |
- 1775** cento eVinte eouto outauas de ouro empô que me emprestou as quais
pagarej a | elle ou aquem este me mostrar a minha chegada a pouoado
pera oque obrigo [m]i | nha pessoa ebens auidos epor auer epera
segurança desta Diuida dou por fiador e | prinsipal pagador a meu genrro
Lourenço henrrique do Prado Minas gerais eouro | preto Vinte eouto
- 1780** de Feuereiro de mil esete Centos eSeis Pedro da Foncequa Magalhaes
| como fiador eprinsipal pagador Lourenco henrrique do Prado ///
Quarto credito /// Devo ameu Tio oSenhor Sebastiam desequeragil
doze outauas de ouro empô as quais co | [b]rej de Domingos Borges
nas minas geraes elhas pagarej todas as Vezes que mas | pedir. Taubatê
- 1785** dous de Setenbro de mil esete Centos eouto. Lourenco henrrique | do
Prado /// enaõ se Continha mais nos ditos Coatro Creditos como asima
seu[e]m | [qu]e aquj tres Ladej bem fielmente eos to[m]ej aparte aos
quais me Reporto eos co | rrj econsertej escreuj easignej aos Vinte
eoitto de Agosto de mil esete centos e | noue annos euJoaõ deSouza
- 1790** Dias tabelliam oesCreuj
Consertado com os propios por
mim sobredito taballiaõ
Joaõ deSouzaDias
(28) 29-08-1709 ||71r.|| ESCritura
- 1795** de Diuida que faz
oCapitam Francisco de Almeida gago dos
Beñs e dinheiro que deue a fazenda

26 "Fonceque" por "Foncequa". Cf. linha 372.

de Domingos Goncaluez que Sematou perto do
Seu Citio de dous negros que

- 1800** Comprou empresa pertensente
ao dito defunto
Saibam quantos este publico instrumento de escritura de diuida Virem
que | no anno do nasimento denoso Senhor JezuChristo demil Esete
Centos enoue | annos a os Vinte enoue dias do mes de Agosto do dito
- 1805** anno nesta Villa desaõ | Francisco das Chagas de Taubatê da Capitania
do Conde da Ilha do prinsepe gouernador e do=| natario della perpetuo
por Sua Magestade partes do Brazil etcoetaera nestadita Villa | em
Cazas do Capitam Francisco de Almeida gago onde eu tabaliam ao
diante nomeado fuj Cha=|mado Sendo lâ por elle mefoj dito que elle
- 1810** Rematou emprasa dous negros de | guine aos Catorze de Julho dos
bens que saõ da fazenda que pertense a Domingos goncaluez, homem |
forasteiro ja defunto Como Constaua do emventario que Se fes por Sua
morte em oqual | Leilaõ Remataua onegro Josephe em Cento eCorenta
mil equinhentos eo o negro Pedro | [[Pedro]] em Cento eoitenta mil
- 1815** equinhos Reis quais quantias ambas faziaõ por | emCheyo trezentos
eVinte ehũ mil Reis os quais Se obrigaua apagar por em | Cheyo todas
as Vezes que por quais quer Justisas a quem pertenser da feitura desta
| ahũ anno sem a hiso por duuida algua tanto aos Juizos desta Villa
Como a | outras quais quer por quem a dita quantia lhe for pedida; e
- 1820** pera Segurança | deste pagamento obrigou sua pesoa e bens moueis
e de Rais auidos e por hauer, pote-|Cando hũ Citio na Roza ehuas
Cazas da Vila junto a Cadea etodos os mais bens ||71v.|| [[Bens]] que
se se aCharem Ser Seus pera otal pagamento em odito tempo Consinado
de hũ | anno pera a satisfasaõ desta esCritura Esenella faltarem
- 1825** alguãs CLauzulas ou So=|lem nidades em direito necessarias que elle
outorgante aquj as auia por postas ede|CLaradas Como Se de Cadahua
dellas fizera expresa ede CLarada mençaõ em fee deverdade | asim
o outorgou pedio amim tabaliam lhe fizese esta esCritura de diuida
nesta nota que | aseitou Eeu Sobredito Como pesoa publica extipulante
- 1830** easeitante aseito em nome de | quem toCar odireito della em aqual
o outorgante asignou Com testemunhas presentes | Joseph Cardoso

guterres e *Pedro* daFonseca deCarualho todos moradores nestavilla
e pesoas | Conhesidas pellas proprias de mim tabaliam Joaõ desouza
Dias oesCreuj

1835 *Pedro* daFonseca deCarualho

Joseph Cardoso gutерres

Francisco de Almeida gago

(29) 30-08-1709 ||73v.|| Credito que pertense ao Capitam
Sebastiam desequeragil

1840 Lancado nesta nota aseu Requerimento ehe oseguinte

Digo eu Ambrozio Caldeira Brantes que he Verdade que comprej
duas datas emeya | de terras ao Senhor Capitaõ belchior Feliz Correa
partindo com oPadre Barreto por | preso de trezentas esinquenta
outauas as quais lhe pagarej aelle ou | quem este me mostrar por todo

1845 omes de Setenbro deste prezente anno de | mil esete Centos esete;
epor clareza lhe pasej este escrito de obrigação por | mim asinado Rio
das mortes hoie quatro de Abril mil esete Centos esete a[n]os | Am[b]
rozio Caldeira Brantes : enaõ secontinha mais no dito credito Lancado
[a]ins | tancia do Capitam *Sebastiam* desiqueira gil neste meu Liuro

1850 denotas bem e fiel mente ao [q]ual | me Reporto que otomej aparte
eocorrj econsertej escreuj easinej aos trinta dias | do mes de Agosto de
mil esete Centos enoue annos Joaõ deSouza Dias tabelliam oesCreuj
Consertado Com opropio por mim
tabelliam

1855 Joaõ deSouzadias

(30) 03-10-1709 ||73r.|| Creditos do Muito Reverendo Vigairo dauara
nestaVilla

o *Padre Antonio* Barreto de Lima Lãçados nesta nota
com Despacho doJuis ordinario Hieronimo Ferreira de mello

1860 ehe oque se segue

Dis o*Padre* Vigairo Antonio Barreto de Lima morador nestaVilla que
elle quer mandar para as minas | dous creditos afazer suas cobranças
epor que pellos caminhos dellas haj Varios Riscos depasa | gens
eoutros mais em comVenientes por onde lhe he neçesario sejaõ os

1865 ditos dous creditos | Lancados nas notas para segurança delles por

- tanto Pede aVossaMerçe lhe fasa merçe mandar por | seu despacho sejaõ os ditos credits Lançados em modo *que* fasa fee Recebera merçe /// Despacho otabelliam | Lance os credits conteudos. Taubatê tres de outubro de sete centos enoue Ferreira /// Seguemse | oprimeiro
- 1870** Credito. Aos dezaSeis dias domes de Julho de mil esete centos eouto | annos nestaVilla deSaõ Francisco das Chagas de Taubatê em pouzadas demim tabelliam | ao diante nomeado easinado pareseu presente Paulo Duarte Coelho habitan | te em as minas epor elle me foj dito que elle hera adever ecom efeito de | uia ao Reverendo Vigairo dauara oPadre
- 1875** AntonioBarreto deLima quinhentas outauas de | ouro empô procedidas de outras tantas que lhe auia emprestado aseu [c]on | tento epor este se obrigaua a fazer boa asobredita quantia ao sobredito | Reverendo Vigairo ou asua ordemda chegada delle outorgante as minas atres | mezes pera oque deu por seus fiadores eprinsipais pagadores ao
- 1880** Capi[ta]õ | Sebastiam desiquera gil eoCapitaõ Francisco Alvez Correa que Junto com elle fiado diseraõ| obrigauaõ suas pessoas ebens moueis ede Rais hauivos epor haver asatisfaçaõ | da sobre dita quantia; emfee de Verdade pediraõ amim taballiaõ lhe fizese es | [te] que diseraõ queriam Valse como se fora huma escritura publica epor ella | naõ
- 1885** seriam ouuidos em Juizo nem fora delle esem contradisaõ alguâ por firme[za] | doque se asinou odito fiado com os fiadores eu Phelipe Morera queimado taballiaõ | o escreuj /// Phelipe Morera queimado /// Paulo Duarte Coelho /// Sebastiaõ deSiqueragil /// Francisco Correa Segundo /// Credito /// Aos sinco dias do mes de Novembro demil e
- 1890** | sete centos eouto annos nestaVilla de Saõ Francisco das Chagas de Taubatê empouzadas de | mim taballiaõ ao diante nomeadoeasinado pareseu presente oCapitaõ Paulo Duarte | Coelho Asistente em as minas ehora nesta dita Villa pello qual me foj dito *que* elle he | ra adever ecom efeito deuia ao Reuerendo Padre Vigairo dauava desta
- 1895** [Vila] o | Padre Antonio Barreto de Lima aquantia de Duzentas e quarenta outavas | de ouro empô prosedidas de outras tantas que lhe emprestou em ouro | de Reçeber aqual quantia dise elle outorgante se obrigaua apagar ao | sobredito Reuerendo Padre Vigairo dauara ou asua ordem dasua chegada e[m] as | minas pera onde estaua de partida

- 1900** a tres mezes pera oque dise obri | gaua sua pesoa ebens movueis ede
Rais hauidos epor hauer faltanto no | sobredito tempo Consinado
emfee deVerdade doque pedio, amim taballiam | lhe fizese este que
dise queria Valse como se fora huma escritura publica | epo[r] elle
naõ seria ouuido emjuizo nem fora delle antes sj seria obriga | do
- 1905** asatisfazer asobredita quantia de ouro naforma que asima declara | do
tinha por Verdade doque se assignou aquj Com migo taballiaõ Phe |
lipe Morera queimado que oescreuj /// Paulo Duarte Coelho /// Phelipe
| Morera queimado que oescreuj /// enaõ secontinha mais nos ditos
dous | Creditos que eutaballiaõ aquj tresladej bem efelmente eostornej
- 1910** aparte cor | rj econsertej escreuj easinej aos tres dias domes de
outubro demil | esete Centos enoue annos Joaõ deSouzaDias taballiaõ
compruizaõ do | governador doRio deJaneiro oescreuj easinej
Comsertados com as propios q[eu]
os tomej aparte por mim sobre
- 1915** dito tabelliam
Joaõ deSouza Dias
(31) 04-10-1709 ||74r.|| Creditos de Manoel dasilua Salgado
Lançados
nestanota aseu requerimento com Despacho do
- 1920** Juis ordinario oCapitam Hieronimo Ferreira de
mello essaõ osseguintes
Dis Manoel dasilua Salgado que elle suplicante quer Remeter pera
as minas os | creditos que apresenta. eComo sosêdem pello caminho
dellas muitos eVarios Rou | bos com Riscos depasagens eoutros
- 1925** mais que corre qualquer couza *que para ellas* | se Remêtê Pede
aVossamerce lhe fasamerce mandar por seu despacho sejaõ ditos
creditos | lançados nas notas em modoquefasafee Reçeberâ merce ///
Despacho /// otabelliam Lançe | os creditos contendos como sepede;
Taubatê quatro de outubro desete centos | enoue Ferreira seguese
- 1930** primeiro credito; Deuo a Manoel dasilua salgado Vint[e] e | hũ mil
equatro centos eCorentaReis prosedido defazenda que lhe | comprej
ameu contento os quais ditos Vinte mil equatroc[e]ntos [e]cor | enta
digo Vinte ehũ mil equatrocenos eCorenta Reis pagarej aelle | dito ou

- aquem este me mostrar por todo omes deJunho de[ste] prez | ente anno
- 1935** em dinheiro decontado por ser Verdade lhe pasej este| Taubatê catorze de Abril de mil esete Centos esinco annos *Domingos* daCunha do Prado /// Segundo credito ///: Digo eu Phelipe cabral que he Verdade | que eudeuo ao*Senhor* Manoel dasylua Salgado dezoito oitauas emea | de ouro empo prosedidos defazenda; as quais lhe pagarej dito ou |
- 1940** aquem este me mostrar por todo omes de outubro proximo que | Vem epor asim ser Verdade lhe pasej este emque asinej oie Vinte | e tres de Abril de mil sete centos edous [[edous]] annos Phelip[e] [C]abral | Terceiro credito /// Deuo a Manoel dasilua Salgado Duzen[t]os e | des mil e quinhentos eoitenta Reis prosedidos de fazenda *que* | lhe tomej
- 1945** nasua Loge ameu contento assim em preso como em | bondade as coais ditas duzentas edês mil quinhentos eoitenta R[e]is | pagarej aelle dito ou aquem este me mostrar portodo omes | de Dezembro proximo deste presente anno sem duuida nem | contradisaõ alguã equando assim anaõ Fâsa pagarej os ganhos | que correraõ athe Real entregua aoito
- 1950** por cento cada anno como | he vzo eCostume peraoque obrigo minha pessoa ebens moueis | e de Rais auidos epor hauer futuros econtingentes *para* adita satis | facaõ; epor assim ser Verdade pedj eRoguej a Francisco Alures de | Castilho este por mim Fizese easignace como testemunha oie dous de | outubro de mil eSete centos enoue annos
- 1955** aSino como *testemunha* | Francisco Aluares deCastilho Gaspar Vas daCunha /// Deuo mais na sobre | dita forma corenta mil Reis Taubatê diaêrasim[a] Gaspar Vas da | Cunha Seguese quarto Credito /// Digo eu que deuo a Manoel das[y]lua | Salgado Setenta eseis mil Reis oito centos p[r]oçedidos de hũ [c]aia | llo que lhe comprej ameu contento
- 1960** aco al quantia lhe pagar[ej] a| elle ou aquem este me mostrar p[o]r todo omes dedezem ||74v.|| [[De dezem]]bro proximo que Vem deste presente anno equando no dito | tempo não sastifasa asobredita quantia comesará acorrer ganhos | de oito por cento do primeiro deJaneiro por diante athe Real em | tregua Taubatê oie Sete desetembro demil esete
- 1965** centos enoue annos | Luis Cabral do Prado /// achej mais por baixo deste signal que dizia Mais pagarej na | sobredita forma Sinco mil sete centos Reis /// Luis Cabral do prado /// Seguese quinto | credito

- Deuo que pagarej ao *Senhor* Manoel dasilua Salgado ou aquem este me mos =| trar trinta ehũ mil equatrocentos esecenta Reis em Dinheiro
- 1970** deContado pro | cedidos de fazenda e Dinheiro *que* lhe tomejos quais pagarej todas as Vezes que | mos pedirem epor Verdade pasej este por mim feito easignado Thaubathe | Sinco d[e] nouembro de mil esete Centos eoitto annos Paulo Duarte Coelho /// Seguese seisto credito Deuo ameu Primo osenhor Manoel dasylua Salgado | trezentos eonze
- 1975** mil equarenta Reis que tanto tem pago pormim; os qua | es pagarej por todo omes de nouembro proximo que Vem, epera clareza | pasej este por mim feito easignado Taubathe dous de outubro de | [m]il esete centos eouto /// Lourenco Henrique doPrado /// enaõ secontinha | mais nos ditos creditos que os tornej aparte os quais eutabelliam aquj
- 1980** tresladej | bem efiei mente dos propios aos quais me Reporto eos corrj econsertej escreveu | easignej aos quatro de outubro de mil esetecentos enoue annos euJoaõ | deSouzaDias tabeliam oescreuj.
- Consertado com os propios *que*
os tornej aparte por mim
- 1985** Tabeliam
Joaõ deSouzaDias
- (32) 29-10-1709** ||76r|| escritura [de] AlfoRia fei[ta] por Maria Cardoza Dona Viuaa aJoaõ deSua adminis trasaõ moradores nestaVilla
- 1990** Saibam *quan*[tos] este publico instromento de escritura de Alforria Virem *que* no anno | do nasimento de nosso Senhor JezuChristo de mil esete Centos enoue annos aos Vinte e | nove dias domes de outubro do dito anno nestaVilla deSaõ Francisco das Chagas de Tauba | the daCapitania doConde dallha do prinsepegovernador edonatarario della
- 1995** perpet[uo] | partes do Brazil *etcoetaera* nesta dita Villa em pouzadas de Maria Cardoza Dona Viuaa | aquj moradora onde eu tabelliam ao diante nomeado fuj chamado sendo La a achej | presente elogo por ella me foj dito em prezença das testemunhas no fim des | ta asinadas que entre os mais bens que posue he hũ mamaluco por nome | Joaõ filho
- 2000** dehua negra desua administrasaõ por nome Anna e de hũ hom[em] | branco; eatendendo a liberdade *que* sedeue dar a Semelhantes

- mamallucos com forme o alva | rã de sua Magestade *que Deus guarde;*
oque suposto epera mais Rezaõ estar ella dita outorgante paga em
| tregue esatisfeita de Coatro mil Reis emDinheiro de Contado que
- 2005** eutabelliam| dou minha fee Ver ella outorgante Receber damaõ de
Gabriel Pimenta deoliueira | cujo Paj sedis com serteza ser do dito
Joaõ epor este prezente instrmento | lhe daua como Logodeu ao dito
Joaõ alforria eliberdade desua Liure Von | tade sem constrangimento
depesoa algua ede hoie *para* todo osemprẽ o auia | por Livre ehizento
- 2010** de toda aseruidaõ ou administrasaõ *para que* assim aoprezente |
como aodiante nenhuma pessoa dequalquer Calidade que seja asim
se[u]s | herdeiros presentes como futuros posaçõ obrigar econstranger
ao *dito* Joaõ| por *que* ella outorgante desua Liure edezembargada
Vontade queria ehe | ra contente fose odito Joaõ Liure Edezempedido
- 2015** detoda a administra | caõ dehoie *para* todo osemprẽ eque por nenhũ
modo ou estillo Judisial po | deraõ seus herdeiros presentes ou
futuros emcontrar oTheor e forma desta | alforria por ser asim sua
Liure Vontade epede as Justisas deSua Magestade | deue e fasaõ
dar aesta Alforria inteiro comprimento em fauor do dito Joaõ |
- 2020** [[Joaõ]] edeclarou ella outorgante *que* senesta escritura de Alforria
faltar[em] | alguas Clauzullas oupontos dedireito necesarios *para*
mais Validade della as | auia aquj por postas expresas edeclaradas
como sedecadahua dellas fizera| expesificada mençaõ *para que*
emtudo epor tudo seja firme eValioza em fee | de Verdade asim
- 2025** adiSe eoutorgou pedio easeitou emandou fazer este | instrmento
que eutabelliam como pessoa publica estipulante easeitante aseito
| em nome dequem tocar odireito della sendo atudo testemunhas
prezen | tes *que* asinaraõ com Joaõ Viera de Almeida *que* aRogo da
outorgante por ella | asinou. Francisco Pereira Dias eJoaõ Rodriguez
- 2030** montemor todos moradores nestaVilla | epesoas conhesidas pellas
propias demim tabelliam Joaõ deSouza dias oescre[u]j
Joaõ Rodriguez Montemor
a rogo da outorgante maria cardoza asino
Joaõ Vieira de almeida
- 2035** Francisco Pereira Diaz

(33) 29-11-1709

||1r.|| <Copia>

Numero 2[6]

- Antonio de Albuquerque Coelho deCarvalho [manchado], Sem |
embargo de ter rezoluto, ese vos ter ordenado, *que* fisesseis arendar
2040 | aarecadeação dosquintos doouro dasMinas do Destricto dessaca |
pitannia deSaõ Paulo porcomarcas, pelomenoz tempo *que*podesse |
ser, e *que* parecendovos não ser racionauel opreçodos arrendamentos,
| ouque não podia terpratica estaformadecobrança, uzareis de |
outromeio, *que*sevosoferecesse, peloqual SemvioLençia, nem
2045 | opre-| ssaõdosvassallos se utilizasse mais aMinhaFazenda eMe |
pareçedizervos souinformado*que* omeiomais eficaz, suave, e |
seguro *para* a recadação dosquintos ainda no cazo*que* sehajaõ de |
arendar, hêestabelecerse huma aVença, pelaqual todas aspeçoas |
*que*seocuparem nasditasMinnas, hajaõdepagar huã couza | certa
2050 | pordia arespeitodoOuro *que* secostumatirar daquela parte | em*que*
minerarem, de*que* faraõpagamento aos meses, ouaos quarteis, |
comdeclaração*que*eaAvença sefaça favoravel aosLavradores do |
ouro, eda maneira*que* reconheçaõ, *que* mais foi merçe *que* lhefiz
| neztaforma decobrança, do*que* tributo, *que*selhe impoz; eassim |
2055 | vosordenoaexecuteis nestaconformidade, ainda no cazo*que* | vospareça
se deuem arendar osquintosdoOuro, porque assim | ohey porbem,
eoferecendosevos algum inconveniente, Suspendaes | aexecução
destaOrdem, eMedareis Conta. Escrita em Lisboa | a 29 deNovembro
de 1709. Rey

2060

Joaquim Miguel Lopes de Lavre

(34) 07-12-1709 ||2r.|| Em nome da Santissima Trindade Padre, Filho,
Espirito Santo, | tres pessoas, ehũ sô Deos verdadeiro.

- Saybaõ quantos este Instrumento virem, como no anno do Nascimento
do Nosso Senhor | JESVS Christo demil, e Sete Centos enove annos,
2065 | aos Sete dias do mes de Dezem|bro, eu Marianna deFreytas, estando
em meu per feito juizo, e en tendimento, | *que* nossosenhora me deu,
San, ecom Saude. Temendome da morte *que* me pode Suceder |
repentina, pois atudo está Sugeita amizeria humana, edezejando pôr
minha | alma no Caminho da Salvação, por não Saber, o*que* Deos

- 2070** nosso *Senhor* demin q[u]er | fazer, e *quando* Serã Servido deme Levar para si, faço este testamento naforma *Seguinte*:
Primeira *mente* en comêndo minha alma â Santissima Trindade, *que* acreou, e rogo | aoPadre Eterno pella morte, epaixaõ de Seu Vnigenito Filho, a queira receber | Como recebeo a Sua, estando *para* morrer
- 2075** na Arvore da vera Crux, ea meu *Senhor* | JESVS Christo peço por suas divinas chagas, *que* ja *que* nesta vida me f[e]s merce de dar | Seu preciozo Sangue, emerecimentos de Seos trabalhos, me faça tam bem merce | na vida que esperamos, dar opremio delles, *que* he a gloria: epeço, e rogo â Glorioza | Virgem Maria Senhora Nossa Madre
- 2080** de Deos, e atodos os Santos daCorte | Celestial, partiCularmente ao Anjo da minha guarda, e a Santa do meu nom[e] | e aoPatriarcha Sam Francisco das chagas, e ao Gloriozo Sam Miguel, aos quais te|nho devassaõ, queiraõ por min interceder, e rogar ameu *Senhor* JESV Christo, | agora, e *quando* minha alma deste Corpo Sahir: porque
- 2085** Com o verdadeira christaõ | prote[st]o, de viver, emorrer em a Santa fê Catholica, eCrer o*que* tem, e Crê a | Santa Madre Igreja de Roma, e em esta fê es pero de Salvar minha alma, | não por meos merecimentos, mas pellos da Santissima Payxaõ doVnigenito | Filho de Deos.
Rogo ameu genro o Cappitam Joã Vas Cardozo, e a Manoel da Sylva
- 2090** Salgado, por | Serviço de Deos nossos*senhor*, epor me fazerem merce, queiraõ Ser meos testamenteiros. | Meu Corpo Serã Sepultado no Convento de Santa CLara desta Villa de Tau|batê, no Lugar deputado para os Terceiros, e em habito de meu Padre Sam | Francisco; e Serã o dito meu Corpo Levado em a tumba desta Matrês, e Serã |
- 2095** aCompanhado Com todas as Cruzes, e guioês, *que* ouverem em todas as Confrarias desta | villa; epeço aoReverendo Padre Vigario aCompanhe meu Corpo, de *que* Se darâ a esmola Custum[ada] ||2v.|| Por minha alma deixo Se fassa [hum] officio Solemne de nove [Li]çõins no dia [do] | Sahimento *que*fizerem meos filhos, e Seja namesma Igreja
- 2100** onde estiver Sepultada | Deixo mais Sedigam por minha alma trinta e Seis Missas: asaber, Sinco a Nosso | *Senhor* JESVS Christo, Sinco, digo, dês a Nossa Senhora daConceyçaõ, Sinco | a Nossa *Senhora* do Rozario, outras Sinco a Nossa *Senhora* doPillar, Sinco ao meu | Anjo

- da guarda, mais tres a Saõ Francisco das chagas meu Padre, e tres a
- 2105** Sam | Miguel. Declaro, *que* Sou natural da Villa de Saõ Paulo, Filha Legitima d[e] | Manoel Fernandes Yegra, e de Maria Cubas ja defuntos; declaro que | fui Cazada Com oCappitam Amaro Gil Cortês, in facie Ecclesie nesta villa; de | que tivemos onze filhos; assaber, Miguel, Salvador Manoel, Sebastiam e | Francisco que morreo Sendofilho
- 2110** famiLia, Florencia, Maria, Anna, Maria | Francisca, eMaria; os quais Saõ meus Legitimos erdeiros. Declaro, *que* das fil|lhas Cazei tres, assaber Florencia Com Antonio JorgePais Francisca Com I[oaõ] | Vas Cardozo, Maria de todos os Santos Com Domingos Rodrigues doPra[do] as | quais dotei Com forme minha pobreza, epossi bilidade
- 2115** Incluindo nos dotes a e|rança *que* lhes toCava daparte de Seu pay. Declaro que aos dous oCappitam Jo[aõ] | Vaz, e Antonio Jorge não dei rol, e So dei a Domingos Rodrigues; o*que* S[u]ppos|to, todos estão pagos do que lhes prometi. Declaro, *que* de Sem. brasas [de] | terra *que* vai acada hum na paragem chamada Itapecerica não tem os dois |
- 2120** clareza alguã, enoque respeita â Antonio Jorge não ha duvida porque as ven|deo Com esCritura passada pella qual Se governará. E Domingos Rodriguez | pello Seu rol; e Com o Joaõ Vas não tem CLareza me he forçozo declarar | que par tindo dehuã banda Com Antonio Jorge, e da outra Com Domingos Rodriguez lhe | dei Cem braças Com todo
- 2125** oCertaõ. Declaro *que* me restaõ duzentas braças dos | ditos dotes para aparte do Sitio *que*foi de Antonio de Siqueira Com todo oCertaõ que tiver, | Deixo, *que* se dê de dote ahuã filha Solteira por nome Maria. Declaro, *que* [na] pa|ragem chamada Itanhi tenho hũs Sobeijos de terra partindo Com o C[corroído] | a quantidade *que* se achar, as quais
- 2130** deixo às duas freyras, assim naconta da er[an]||ça de Seu pay, Como da minha, e por lhes Serem Convenientes, e Serem pobres, | Declaro *que* tenho mais terras, e chaõs, *que* Constarã das esCrituras, eCartas *que* esta[m] | naminha Caixa, das quais terras, echaõs Sepodem enteirar os mais erdeiros, para | Contra fazerem o*que* tenho dis posto. Declaro,
- 2135** *que* tenho huãs moradas deCaza n[es]|| ta Villa partindo Com Bento daCosta dehuã parte, e da outra Com Mano-|el da Sylva Salgado, as quais venderão os meos testamenteiros *parasatis* fazer ||3r.|| os meos

- [corroído] e en terramento e do *que* [re]star entregarão aos meos
erdeiros | pera *que* repar tam entre si. Declaro, *que* huã mole qua por
2140 nome Thereza he d[as] | duas freyras, *que* Seu Cunhado Joaõ Vãs lhes
deo de esmola em que nen eu, nen | meos herdeiros tem parte. Declaro,
que demoveis naõ tenho mais que hum | taxo meam, huã, digo, duas
bacías, huã prensa, Sinco pratos de estanho pe|quenos, enaõ hà mais
Couza alguã. Declaro, *que* Sou pobre, e a vinte annos | que vivo de
2145 portas a dentro Com meu genro Joaõ Vãs, e a Sua Sombra, | Comendo,
evestin do me da Sua fazenda. DeClaro *que* por morte demeo | marido,
opouco *que* ficou, me en tre gou a justiça, *que* Sustentasse os filhos, |
eos alimentasse Com o assim ofis, De que acho lhes nam, devo Couza
alguã, | por *que* nen vendi, nen vesti, digo, dispùs de Couza alguã, tudo
2150 elles gas taram | excepto as pessas do gentio da terra, *que* morreraõ
por Con ta, detodos. Declaro, | que meofilho Sebastiam, em quanto
viveo com migo, vestio, calsou, e gastou | para Seportar em Limpeza
sua *muito* mais do que lhe toCava de Sua erança <de seu pay>²⁷. De-
|claro, *que* naõ devo Couza alguã a alguen, nen a min se medeve, e
2155 por *que* | poderã Succeder algũ remorso de minha Conciencia (oque
naõ acho) peço me com-|pren, duas bulas deCom pocissaõ. Declaro,
que Se Sobeijar (oque duvido) | alguã Couza deminha terça Se dê a
minha filha Maria Dias, a *quen* instituo por | erdeira do re manecente
da dita terça havendo. EPoresta maneira dei es[te] | meu testamento
2160 por Serrado, e acabado; e Sepor ventura tenhofeito outro tes-|tamento,
ou Codicillo, o revogo inda que antes deste otenha feito ainda que
seja | entre filhos por mais clauzulas, que tenha de rogatorias deste
expressas, ou | tacitas, e ainda *que* Sejaõ in Solitas, e de rogatorias, e
ainda que aqui Se ouvessen | depor, de verbo ad verbum, por *que* as
2165 hei por postas, e de claradas e ainda *que* | diga em algũ dos precedentes
tes tamentos, que naõ valha nenhum, que ao diante | fizer, Senaõ
tiver Certo Signal, ou oraçoins, ou palavras. Para Satis fazer | Meos
Legados ad Causas pias, aqui declaradas, e dar expediente aomais,
que neste meo | testamento ordeno torno a pedir ao Senhor meu
2170 genro oCappitam João Vãs Cardozo, | e ao Senhor Manuel da Sylva

²⁷ Intervenção escrita com tinta diferente da do texto, mas com caligrafia semelhante.

- Salgado, por Servizio deDeos Nossosenhora, eporme fazerem merce
| queiraõ aceitar, Serem meos testamenteiros, Como noprincipio
deste testamento | peço, aos quais, eaCadahũ In Solidum, dou todo
opoder, *que* em direito posso, efor | necessario para demeus beins
2175 tomarem, e venderem oque neccessario for para meo | enterramento
eCom priminto de meus Legados, epaga de minhas dividas. | E Por
quanto esta he minha ultima vontade domodo *que* tenho dito: rogo a |
Jozeph Leyttam de Abreu, *que* este fes, *que* assigne por min por eu naõ
Saber Ler | nem esCrever. Nesta Villa de Sam Francisco das Chagas,
2180 deTaubathê, em minhas ||3v.|| proprias cazas: aos Sete dias do M[es]
de Dezembro de mil [e] Sete centos nove | annos. Assigno arogo da
Testadora Marianna deFreytas = Joseph Leyttam [de] | Abreu.
Em nome deDeus amem Saibam *quantos* | este publico
instromento de aprouaçã detestamento Virem*que* no
2185 anno donasimento | denoso Senhor JezuChristo demil
esete | Centos enoue annos aos noue dias | domes de
Dezenbro dodito anno nesta | Villa desaõ Francisco
das Chagas detaubate | da Capitania doConde daIlhado
prinsepe *governador* | edonatario della perpetuo por Sua
2190 | Magestade partes do Brazil etcoetera | nestadita | Villa
em pouzadas de Mariana defreitas | onde eutabaliã
fuj Chamado. Sendo La | a aChej Sañ eem Seu perfeito
Juizo elogio | desua maõ me foj dado este papel que |
he huã folha enella esCritas tres Laudas | enas Coatro
2195 duas Regras onde Comesej | esta aprouaçã dizendome
hera o | Seu Solemne testamento que oauia | mandado
esCrever por Jozeph Leitaõ | de Abreu epor ella asinado
emepedia | lho aprouase porque ella oauia por | aprouado
oCoal eutomej epor me | dizer estava dames ma Sorte
2200 que | oaditara lho aprouej ehej por aproluado tanto
quanto dedireito lho poso apro=uar Dezendome que
por ser asim | eoConteudo nelle Sua VltimaVontade
| Requeria as Justisas desua Magestade | lho fizesem
Comprir egoardar taõ ||3r.|| [[Taõ]] inteira mente Como

- 2205** nelle se Contem | doque de tudo dou minha fee Sendo |
testemunhas presentes Duarte Gomes defaria | Alberto
Pires Rapozo Miguel Pinheiro | Pedro de Barros digo
Pedro dasilva Frere | Matias Martins eeu que asignej
pella | testadora não Saber esCrever aseu Rogo | easinej
- 2210** empublico eRazo demeus Sig=|nais Costumados Joaõ
desouza Dias | em dito dias mes eanno Ut Supra
Em testemunho deVerdade Joaõ desouza Dias²⁸
ARogo da testadora
por não saber esCreuer
- 2215** Asino Joaõ desouzaDias
Pedro da silva frere Alberto Peres Rapozo
Miguel Pinhiro
Duarte gomes de fari
mathias martinz crasto
- 2220** Aos des dias do mes deJunho demil esete | Centos
edes annos nestavilla desaõ Francisco | das Chagas
de Taubatê em as Cazas emora|das do Juiz ordinario
oCapitam Antonio Garçia ||4v.|| [[Garcia]] daCunha
ahj pello SeCretario da | Jrmandade terCera [de] Noso
- 2225** Padre Saõ Francisco | foj apresentado este testamento
de Ma-rianna defreitas LaCrado Com tres pingos |
deLaCre deCada banda Sem outro nenhũ | des manCho
nem Veçio algum nem no | Fêxo nem na esCrita:
deque detudo man-|dou o dito Juis fazer este termo
- 2230** de aber|tura emque assignou euJoaõ desouza Dias |
Taballiaõ oesCreuj
Antonio garçia daCunha
Com prase Como nele
SeComtem taubathe
- 2235** 10 de junho de 1710
Garçia

28 Abaixo dessa linha encontra-se o sinal público do tabelião João de Sousa Dias.

||13v.||²⁹ Testamento de Mariana de Freitas aprouado por mim tabaliam
aos 9 de De[zembro] | de 709 Cozido Com *Linha* branca doReino
2240 em duas dobras etres po[ntos] | em Cada hũ deles Seupingo de
LaCreuermelho etcoetera

Joaõ desouzaDias

(35) 1710 ||1r.|| A Fortaleza daPlantajunta quehe hum quadrado, Sedeue
fa= | zer napraya dabarra grande dapraça deSantos para aSua defen-|
2245 ça, entrada dosNauios, eainda impedirsse, *que* lanssem genteEm | terra
com Lanchas nas prayaz vezinhas a ella, edaoutrabanda | dafortaleza
deSantoAmaro, cujaArtilharia cruza aditabarra | compoucadistancia;
eo canal por ondepação todas azEmbarçaõis | *que* Entraõ ouSaem:
esuposto aditafortaleza sepodia fazer | maiz chegada avilla deSaõ
2250 Vicente não he taõ conueniente, porque | deffendendo estapraya,
não pode defender o canal, por ondepação | azEmbarçaõis, quevem
pellabaragrande, epor esta rezaõ se | deue fazer nestesitio, enaõ Em
outro.

OSitioElegido tem az conueniencias seguintes, bons arez | Agoa,
2255 ecom lenha, circunstancias mais necesarias, *para*Seconser-| var
aguarnição, eadelineei comomostra aplanta, por mepare-| cer queadita
fortaleza, naõsofica sendo toda adefença da | Barra, maz tambem ainda
queo inimigo tome aterra, poderãadita | fortaleza, tendomoniõis
deguerra, eboca, conseruarse largo tempo, | atheser socorrida, por
2260 que alem dasua igual defença, teme | oinimigo adifficuldade defazer
aproches sobrearea, eagoa, e | suposto pareça, quedapartedomar deuia
deter mais baterias, | Entendo quenos dois Flancos, faces, eCortina,
selhepodeacco-| modar bastante Artilharia, equandopareça ser
Estapouca, se | poderaõ Levantar caualeiros quesiruaõ debatarias Alta:
2265 Se | medisserem que aguarnição doprezidio hepouca, equesendo a |
fortaleza dequatro baluartes carece demayor: rezpondo que | como esta
fortaleza; seja aprincipal defença dabarra, enaõ az | outraz destePorto,
por mal erigidas, nemaz defenças capa=| zez, sem agoadentro, cauza

29 Fólio deslocado no processo. Trata-se do fólio externo do testamento, cujo recto está em branco e o verso contém os dizeres acima, que ficavam na parte externa do documento dobrado. Nesse fólio ainda se preservam os pingos de lacre vermelho e partes da linha branca mencionados.

- porque estaõ condenadaz, semper-| da do inimigo, selhe poderã deminuir
- 2270** aguarniçaõ, eaugmen-| tar adadita fortaleza, aque se poderã agregar
na occaziaõ aor-| denança destes contornos, e de Serra asima, aqual
peleja=| ra cuberta, sem oprejuizo dese auzentar do Campo. ||1v.|| No
Quetoca adezpeza não Serâ pouca, porque a pedra hade | vir Embarcos,
e conduzir se do Porto em carros, e pela fazenda | real seragrande,
- 2275** não sô pella deficuldade da pedra, mas pellos | dez Caminhos quetem
nesta parte em que não hã impreiteiros, | que az tome[m] easim aorça em
cento esincoentamil cruzados, | poucomais, ou menos, E como Ioaõ de
Crasto se obriga | afazella Em seis annos; pela fazenda real, não poderã
con-| seguir se em menos, porque para esta fabrica he necesario bar-|
- 2280** cos, carros, ferramenta, e sadios trabalhadores de que ha grande | falta;
muito do que temja o dito Ioaõ de Crasto, equanti-| dade de escravos
com que cultiva mantimentos, motiuoz | porque apoderã fazer mais
breue, e ainda quando az concii=| nacoẽz, erendas da fazenda real
saõ tão tenuis, como se | cessaraõ os ministros da quella praça, e por
- 2285** eleuadas todaz | Estaz rezois, me parece sedeue a seitar afazella o dito
| Ioaõ de Crasto a sua Custa, Sua Magestade que Deoz guarde rezol-| vera
o que mais conueniente for a seu Real Seruiço et cætera

Pedro Gomes Chaves

- (36) 08-05-1710** ||88r.|| E Scriptura de Alforria eliberdade que f[a]s
- 2290** Matêriana Cabral moradora nesta Villa ahua [n]egra
de sua administrasão chamada Anna e ahũ Filho da dita
negra por nome Pedro pellos bons Ceruiços *que*
de ambos tem
Recebido
- 2295** Saibam quantos este publico instrumento de escritura de Alforria
eliberdade | Virem *que* no anno do nasimento de noso Senhor Jezuchristo
de mil e Sete centos | edes annos aos Oito dias do mes de Mayo do dito
anno nesta Villa de Saõ | Francisco das Chagas de Taubatê da Capitania
do Conde da Ilha do prinsipe | *governador* edonatarario della perpetuo
- 2300** por Sua Magestade partes do Brasil et cætera | nesta dita Villa em
pouzadas demim Tabaliaõ ao diante nomeado a | pareseo Matheriana
Cabral e por ella me foj dito em prezença das testemunhas | no Fim

- desta asinadas que ella posuia deseu hua negra do gentio dater | ra por nome Anna aqual atem servido auerâ doze ou catorze annos | c[o]m
- 2305** muita deligencia ecuidado: em este tempo teue como deprezente tem hũ | filho que dis ser de hũ homem branco oqual tambem atem çeruido | desde sua meniniçe athe oprezente com muito mais delegencia que sua dita may: e | nem hũ nem outra lhe tem faltado aqualquer tempo desua obrigação: E atendendo ella ser molher Velha edoentia
- 2310** que emqualquer ora que Deos | seja çeruido poderâ morrer sem ella poder pagar aestes Seus çeruicos | obom çeruiço que lhe tem feito queria desde agora ehe contente | como declara em seu testamento que estadita negra Anna eseu filho | chamado Pedro desde agora para todo sempre sejaõ hũ eoutra forros | Libertos sem obrigação de çeruidaõ
- 2315** alqua animguem mais que somente aDona | para que selembre della em lhe perdoar seus pecados por fazer aquella obrapia | elhes daua plenaria Alforria eliberdade para deSj disporem oque forem | seruidos ehirem por onde for suas Vontades como senhores desj esem em | pedimento algum de cervidaõ: oque ella fazia pello amor etemor de
- 2320** Deos e | sem Constrangimento depesoa alguã senaõ sô pellos bons cerviços que daditane | gra eseu filho tem tido athe oprezente, epor sempre lhe mostrarem obe | diença conhesendo ter lhe Custado sua agenciã edinheiro: ecomo a | sim setinha declarado no particullar dadita alforria pede as Justisas | deSua Magestade que Deos guarde mandem
- 2325** efação dar todo inteiro cumprimento aesta | Alforria eliberdade taõ emteiramente como nella secon³⁰ digo como sua | Magestade eodireito das Alforrias dispoem para que asim fique esta escritura de Alfo | Ria desde agora Vigoroza ese pera mais firmeza della faltarem al | guas clauzullas ou solemnidades em direito neçesarias dise adita
- 2330** outor| gante que aquj as ha por postas edeclaradas firmes eValliozas como se | de cada hua dellas fizera expresa edeclarada menção: em fee deVerdades | asim ooutorgou pedio lhe fizese esta alfoRia nesta notapara della dar | os treslados neçesarios aqual aceitou eeu taballiam como pesoa publica extj | pulante eaceitante aceito em nome deque
- 2335** toca adireito della sendo a[tu]do | testemunhas presentes Luis Cabral

30 "nella secon" vem entre barras verticais, indicando que deve ser suprimido.

do Prado e Salvador Barboza que pella outorgante não saber ler | Rogou
a Diogo barboza por ella | asinase o ~~que~~ ~~fes~~ ~~com as~~ ~~testemunhas~~ eu João
de Souza Dias. Taballiam | oescreuj

[corroído] Siqueira do Prado

2340 Salvador Barboza Calheiros

A Rogo da outorgant[e]

Matiriana Cabral asino

Diogo Barboza Rego

(37) 15-09-1710 ||96v.|| EScriptura de doação de cem braças

2345 de terras em quadra que da Marta de

Miranda Munis Dona Viuva a Seu

genro Diogo Arias de

Aguirre todos Moradores nesta Villa³¹

Saibam quantos este publico instrumento de escritura de doação |

2350 deterras Virem que no anno donasimento de noso Senhor Jezuchris

| to demil esete centos edes annos aos quinze dias do mes de seten |

bro do dito anno nesta Villa de São Francisco das Chagas de Taubate

da Capitania | do Conde dallha do prinsepe gouernador e donatario

della perpetuo | per sua Magestade partes do Brazil etcoetera

2355 nestadita Villa em cazas de Marta | de Miranda Munis Dona Viuva

onde eu Taballiaõ ao diante nomeado | fuj Chamado sendo Lâ a achej

prezente e por ella me foy dito *emprezença* | das testemunhas no fim

desta assignadas que ella posue no citio em que | De prezente mora

trezentas brasas deterras detestada com ocertaõ que se | achar que as

2360 tinha comprado pello seudinheiro de Maria de Brito que *Deus* | aja

eseus erdeiros como melhor consta das escrituras que tem; das quais

| ditas terras na forma que decLarado tem dise ella outorgante que |

daua edoaua a seu genro Digo³² Arias de Aguirre que lhe prometeu

| em dote de casamento easua *filha* Françisca Cardoza cem brasas

2365 de terras | comesando de hũ corrego que lhe serue de Agoada para

abanda do | Rio da Parayba athe donde fizer as cem braças eoutras

tantas de | certão que Vem aficar em quadra estas daua Como Logo

32 "Digo" por "Diogo".

- deu ao | dito seu genro e filha para que as gosem ajão eposuaõ Como
Cousa | sua dada em dote decasamento elles eseus erdeiros de hoie
2370 para | todo o sempre edesj afastaua toda apose acção dominio Util |
eReal Senhorio que nas ditas terras tinha etudo de[mi]tia | nas pessoas
dos ditos compradjo ditos doados eseu decenden | tes sem mais
contradição algua como ella as Logrou a Vista efase | detodos sem
empedimento; e por esta se obriga e por todos seus | bens moueis
2375 ede Rais afazer esta data boa Liure edezembarga | da asua propia
custa. edise ella outorgante que Se nesta escrj | tura faltarem algumas
cLauzullas ou Solem nidades em direito ne | sarias³³ para mais Vigor
della que aqui as ha por postas edecLaradas | como se decada hua
dellas fizera expresa edecLarada mencaõ | o que tudo eu Taballiam
2380 como pessoa publica ext[i]pulante easeitante | aceito em nome dos
auzentes doados aquem toca odireito des | ta escritura dedoacaõ que
aoutorgante mandou fazer nesta | nota que aceitou e por não saber
escreuer assignou por ella seu | filho Domingos Viera Cardoso Sendo
testemunhas presentes | João Garcia Velho eManoel Rodriguez do
2385 Prado todos moradores nesta Vila | pessoas conhesidas pellas proprias
demim Taballiam Joaõ deSouza Dias o | escrevj
João GarSia velho
pormãdado erogo deminha Maj A Senhora
Marta de milanda Mu<n>is doadora
2390 asino Domin[gos] Vieira Cardozo
Manoel Rodriguez do prado
(38) 12-10-1710 ||1r.|| *Senhor*
Offerecesseme fazer presente a Vossa Magestade, | que na consideração
domuito que he necessario tratar-| se da segurança do Porto de Santos,
2395 fortifi=| candosse, como convem, e permite ositio, aque | não será
facil poder suprir afazenda real | peLafalta, que há della, e costumarse
despen-| der nestas obras com muitos descaminhos, ediffi-| culdades, e
por haver já poucos Indios forros | nas Aldeas, que são os trabalhadores;
Eencar | regandosse algum Vassallo de afortificar â | suaCusta com
2400 ointeresse de qualquer merce | que Vossa Magestade se sirvafazer lhe,

³³ "nesarias" por "necesarias".

será mais fá-| cil oconseguir se combrevidade , arespeito deque | tendo
escravos, se escuzaraõ os Indios, e omuito | que câ importaõ os jornaes
dos obreyros e officiaes | E assim me parecia, que VossaMagestade
sendo ser-| vido, mandasse ver as condiçoẽs com que quer | tomar por
2405 sua Conta Ioaõ de Castro, morador | naquella Praça a fabrica dehuã
fortaleza | taõ necessaria eque fecha aquella entrada, por | ser o sitio
nas mesmas suas terras, ê elle de-| grandes cabedaes, que passa de
ter quatro centos | mil Cruzados, com muita escravaria, e agi | lidade
e zelo, ejâ feito muitas obras com conve | niencia da fazenda real,
2410 como huã Casa para | Alfandega, e quarteis para os soldados, e assis-
tido com farinhas para elles por preços acomo | dados, em tempo que
valiaõ câras.

Ao sargento mor Engenheiro tenho ordena-| do fizesse as
Plantas com o Gouernador da Praça ||lv.|| na mesma forma, que
2415 comigo se viraõ os | sitios, pois eu todos os corri eexaminey, para | se
remetterem aVossaMagestade, e quando naõ ve-| nhaõ atempo para
esta embarcaçaõ, hiraõ na | primeira. Esta obra jâ em algum tempo,
eno | deArtur de Sâ, foy avaliada em cem mil | Cruzados, e dez annos:
este homẽ a hade fa-| zer em menos de tres, e com muita convenien-|
2420 cia, ainda que com trabalho: Pedeoser Governador, e | seus herdeiros
da ditta fortaleza, e omais, que | VossaMagestade mandarâ ver doseu
requerimento

Outro, quehe Paulista, e Capitam porVossaMagestade | de hum
Fortim, perto davilla nositio da | Itápema, se obriga tambem alhe fazer |
2425 o acrescentamento deque necessita epermite o | Canal, com ointeresse
das conveniencias, que es-| pera da real grandeza deVossaMagestade,
tem cabedal, | e he briozo, e dezeja servir aVossaMagestade, que
man-| darâ rezolver nestes particulares o que mais con | veniente for
ao seu real serviço; que oentender eu | as difficuldades, e despeza
2430 consideravel, que have-| rã, edilaçaõ, fazendosse estas obras por conta
| da fazenda real, me obriga a esta inculca.

A Real Pessoa de Vossa Magestade guarde Deoz | muitos annos. Villa
de Santo Antonio de Go-| rotinguitá, 12 de Outubro de 1710.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho

- 2435 (39) 16-10-1710** ||1r.|| Ioseph Gomes de Andrade escrivão da alcada e Sindicatu-| ra em as Capitanias do Sul por Sua Magestade que Deos *guarde etcaetera* Certifico que | chegando a esta Villa de Santos em os fins de Julho deste presente | anno em Companhia do [De] zembargador Sindicante Antonio da Cunha | Sotto mayor, achou odito
- 2440** Dezembargador adita Villa sem admenistração al | gua de justiça, por que o D[outor João Sara]yua de Carualho que foy Ouuidor geral | desta Comarca se [encontrau]a por suspenso do dito cargo hauia hum anno | pouco mais, ou menos; e os [ju]yzes ordinarios estauão sem confirmação, | e da mesma sorte estãuão suspensos todos os mais
- 2445** officiaes de justiça, em | oque tudo se proueo; e outro sim Certifico que chegando no mesmo tempo | â dita Villa o Mestre de Campo Governador dëlla nouamente prouido Manoel | Gomes Barboza tratou com toda a breuidade, diligencia, zello, ecui=| dado das fortificações, e Fortalezas desta Villa, mandando fazer Car=| retas, e caualgar muitas
- 2450** pessas de artilharia, efazer as platafor=| mas, emais obras necessarias nas ditas Fortalezas; ebem asim man=| dando fazer os reparos, vallados, e trimcheiras necessarias, asim na | marinha, como em as mais partes necessarias para a melhor defesa | da Prassa, oque tudo vy com meos olhos, eo certifico. Dada nesta Villa | de Santos, aos dezaseis
- 2455** de Outubro, de mil, settecentos, edes annos e | eu Jozephgomes de Andrade ofiz es creuer sobescreuy | easigney
- Jozephgomes de Andrade
- (40) 18-10-1710** ||1r.|| Offeçiais do çenado da Camara desta | Villa de Sanctos, que seruimos este | presente anno demil sette sentos | edez, por Elleissam etcaetera CertifiCamos | eIuramos aos sanctos euangelhos | emComo o Mestre deCampo, eGouerna | dor desta praça Manoel Gomes Bar | bosa, tomou posse do gouerno desta uilla | esuaz fortalezas, em os treze dias do | mes de Agosto deste presente anno, em | aCamara desta dita Villa; eesta exerci | tando o dito posto
- 2465** athe o presente comto | da Apontuallidade, Satisfassam | eZello grandiozissimo no seruiço deSua | Magestade que Deoz *guarde* epor nos ser | pedida a presente amandamos passar, | euay por nôs aSignada, SelladaCom | osello desta Camara em os dezoito Dias | do mes de

outubro de mil sette sentos e | des annos, eeu Manoel de uasConçellos
2470 | dalmada escrivão da Camara que oes | creuy

[Verissimo] daSilua

Manoel [Pires]de Britto

Francisco [ilegível]

Domingos Ribejro

[ilegível] Nunes[ilegível]

2475 (41) 20-10-1710 ||1r.|| Ioam daueiga Publico tabaliam deJudicial | e
Nottas Nesta villadoPortto ePrassa desan | tos eseu termoetcaetera
Certefico emComo eu Conhe | so e reconheso afirmaasima posta aope
da | Certidam Ser dapropriã mã do escriuão | dasindicatura Jozeph
gomes deandrada | oqual firma Conheso ereConheso pelloter | visto

2480 escreuer muitas vezes e por uerdade | fis este reconhecimento por
min feito ea ||1v.|| hasignado em Publico e Razo aosvinte | dias domes
deoutubro demiL e setecen | tos edes annos

Joamdaveiga

Emtestemunho deuerdade³⁴

2485 (42) 20-10-1710 ||1r.|| Aprezente planta he huatrincheira que | se
deue fazer namontanha aque chamaõ o=| Monss[e]rrate que está
dominando ahiha | edesCobrindo muita parte da Costa, e toda | a
Barragrande, ondesepode mandar fa=| zer oAlmazemdapoluora,
porque oque de | prezente serue não heCapaz, eestadentro | navilla
2490 emparte muito perigoza, tanto para | acsidentes quesucedem, como
tambem seoinimigo | chegar avilla não tem nehũa defilcudade de |
oganhar asimpor mar Comopor terra ejun=| tamente amuita umidade
onde ella está faz comque | apoluora seperca.

Tambempodeseruir estesitio por ser | inasesiuel por todos os

2495 lados quehos houer de | zempedido [e]he muito Custoso ir la, emuito
mais | será aoinimigo indo sem mosqueteria, que artilharia he in=|
possiuell; e suceder que oinimigo vensa e entre pela Bar-| ra amandar
gente avilla poderá o *Gouernador* com algua | guarnição defendersse,
quepara emCaresimento | compedras apode fazer, [t]he que chegue

2500 osocorro | de algua parte para oqueserá necesario ter o dito*Gouernador*

³⁴ Há sinal público centrado, com altura de 6 linhas, e igual largura cobrindo o espaço entre a assinatura do notário e a declaração de fê pública. A assinatura reconhecida é de Joseph Gomes de Andrade, no documento 39, à linha 2457.

| ter mantimentos peruenidos *que* Agoa tem bastante.

Emquanto adespeza *que* se hade fazer | não será d[e] muito Custo,
 porque emsima da | Montanha se acha pedra ebarro, do *que* se deue | fazer
 adita trincheira *que* não deue ser mais alta | *que* altura de huparapeito
2505 para *que* os soldados | não sejaõ vistos do inimigo não porque os po[c]
 aõ | ofender, so sim para *que* não venha no | Conhesimento daguarniçaõ
quelá estiuier.

E Como odito sitio he muito ||1v.|| [[muito]] Irregular
 inasesiuel não sepode | aComodar outrafigura senaõ *aque* se man=|
2510 da aqual senaõ deue atender <condiçoens> della mas | sim aositio
que Compouca fortificaçaõ | se defenderá pellas muitas defilculdades
 | *que* tem oinemigo desubir asima eComo | odito sitio está amajor
 <parte> Cuberto demato eeste | se hade mandar cortar depois delimpo
 | sepodera ver seselhepode aComodar | outrafigura mais defensiuel
2515 isto | oquemeparese eao *Gouernador* oque agora aCabou, | eo *que*
 de prezentes erue saõ domesmo | parecer. Santos 20 de outubro de 1710

Pedro Gomes Chaves

(43) 25-10-1710

||1r.|| *Senhor*

Não sede u Logo á exzecucaõ o *que* Vossa | *Magestade* Ordenaua
2520 por Carta devinte eSete deno | uembro do anno pasado *que* hera
 sefizesse afor=| TaLeza napraia da BaRa grande defronte da | fortaleza
 de *Santo* Amaro e Como esta avia fazer gr | ande dispendio â fazenda
 Real pello *que* Vossa Ma | *gestade* verapella planta *que* remete o
gouernador | *Antonio* deAlbuquerque aoConSelho e nesta tera |
2525 hã hum homem pornome Ioaõ deCrasto deoLi | ueira *que* Seobriga
 afazer afortaLeza Conform | epLanta dentro emSeis Annos Com
 ospartidos | eCom disois *que* pede aVossa *Magestade* delhedar dois-|
 abitos de *Cristo* Com sincoenta mil reis detensa | Cada hum ehumo
 ComandadoLote deduzentos | mil reis eoforo defidalgo eogouerno
2530 dafor | TaLeza perpetuo em Sua Caza eDesendente | Comapatente
 de *Sargento* maior doregimento deIn | fantaria doReino este tal homem
 não fas a | fortaLeza Com oitenta mil Cruzados eSeVossa | *Magestade*
 mandar *que* Sefassa porconta dafazen| da Real Senaõ fas Com Sento
 etrinta mil | Cruzados aSim Vossa *Magestade* lhe deferira como |

2535 forSeruido.

NaBaRa daBertioga heide dar principio | ahum Redutto ou Caza forte onde tenha sinco | Pessas deArtilharia eInfantaria para guarda da | quella Bara eRegisto das emBarcacois *que* ent | raõ eSaem pello grande descaminho *que* tem p[or] | esta Bara afazenda Real

2540 principalmente nas | Canoas eembarcações das religiois *que* Com a Ca | sa deReLigiozos Leuaõ etrazem muita fazenda | descaminhada afazenda Real eneste Cazo | deue VossaMagestade Ordenarme oComo meheide | aver Comos ReLigiôzos *que* estaõ no Costume ||1v.|| De emtrarem eSahirem Sem regiztarem o[*que*] | Leuaõ eõque trazem

2545 como taõ bem deue VossaMa | *gestade* Ordenar *que* osreLigiozos não tragam nen | Leuem fazenda departes nas Suas emb | arcações; Pro alto do monte denosa *senhora* dom | onserrates *que* fica aope desta villa hum tiro de | espingarda tremino fazer huma fortificação | Com agente daterra ealguns Pedreiros por | Conta dafazenda Real

2550 para Segurança desta | villa pois Onde esta Cituada Senaõ pode de | fender Senaõgrandes numeros degente | *que* nem os moradores tem as Suas fazendas se | Guras este monte *que* digo tem duas fontes dea | goa em Sima edelle Seue todo este recon | Cauo desta villa Como taõ bem anbas as Baras | e mar Comque meparece Ser comuiniente

2555 es| Tafortificação nomonte e Como nesta villa não | há Artilharia Sera nesceSario *que* VossaMagestade am | ande Remeter aeste Porto para sahir pondo isto | EmDefenSa. NaBara digo nafor | TaLeza da Santo Amaro daBara grande vou Com | Tinuando Com as ôbras para apor naSua vlti | ma exse[cu]caõ Tenho Caualgado nella vinte |

2560 PeSas deArtilharia e esta prasa nesecita | muito dehum Cabo para ella Com apatente deCappitam | ou Sargento maior e Nesta villa hã hum homem | *que* tem bem Seruido aVossaMagestade em muitas oCaziois | vaLente eBem porcedido pornome Pedro | DasiluaCoreia Como taõ bem oaludante Fr | *ancisco* fernandes montanha eo aludantesupra |

2565 Ioaõ deAbreu VossaMagestade mandará oque for | seruido Santos 25 Achey esta Tera em Bandos aSim os mora | dores Como reLigiois eque fica Ia tudo ||2r.|| Desvanecido Sem Iustisas algumas pello dou | Tor Ioaõ Seraiua deCarualho aSuspende atodos | aSim escriuaes Como

meirinhos *Vossa Magestade* deve | mandar *que* o *governador* de Santos
2570 proua officios demei | rinhos eescriuaes Como he Costume em todas
| as mais partes dos governos da America *para* assim | adquirem os
governadores mais respeito

Pellas Sertidois *que* remetto ve | ra *Vossa Magestade* da Sorte
que achei atera e Da=| Sorte que fica pella outra sertidaõ vera |
2575 *Vossa Magestade* o tempo em que tomej pose destego | verno *que* fis
tanta demora em o Rio por falta | deem Barcaçaõ atrazer Comigo as
Cousas ne | Se Sarias *para* esta villa *para* sua defensa;

Vossa Magestade me deue demandar dizer aque governo | Sou sudito
Se ao Do Rio Se ao De Saõ Paulo *para* sa | Ber aque Ordens heide dar
2580 Comprimento porque | do Rio meu em humas e De Saõ Paulo outrasso
| Bre a mesma materia e ordeñs diuersas eve | jome Comfuzo Com
humas e outras Como taõbem | de Levar avilla de Saõ visente *que*
naõ hé Iá dodo | natario *Vossa Magestade* mandara o que for seruido |
Santos 25 de outubro de 1710

2585 Manuel Gomes Barboza

(44) 31-10-1710

||1r.|| *Senhor*

<Pasa por jauista. Lisboa 8 Abril de
1711>

Vossa Magestade foi seruido ordenarme o informasse se o | Sargento
2590 mor Bento de Amaral Gorgel a que o *Dezembargador* | Joaõ Saraiua
de Carualho sendo ouvidor geral desta Comar-| ca havia substituido
no dito Cargo, era ounaõ Crimino-| so, emandando uer os Liuros da
Comarca dos [comin] | ados naõ achei nelles criminozo ao sobredito
Bento de | Amaral; porem he certo *que* elle se acha Culpado d[a] |

2595 amorte do Prouedor da Fazenda do Rio de Janeiro Pedro de | souza em
adeuassa *que* della se tirou, e se acha emo | Rio de Janeiro, da qual se
naõ Livrou, e isto he o *que* | posso informar a *Vossa Magestade*. Santos
outubro 31 de 1710.

O *Dezembargador* Syndicante Antonio da Cunha Sottomaior

2600 (45) 18-11-1710

||1r.|| *Senhor*

Offeresese me fazer presente a *Vossa Magestade* que | chegando
a Praça de Santos em Companhia | de Antonio de Albuquerque coelho

de carualho | Gouvernador deSaõ Paulo, eMinas, meordenou | visse
osportos daquellapraça, eoquese=| ria necesario para asua defença,
2605 eentendi | por muito conueniente fazer se huã fortaleza | naBarra grande,
como tambem mudar se | o armazem dapoluora, que se acha dentro
| navilla, para aiminencia dehum monte si-| to aope della, emquese
poderã erigir al-| gumGenero defortificaçaõ, que siruapara | rezguardo
do dito armazem, epara defença | daditaVilla, como VossaMagestade,
2610 sendoSer-| vido mandarã ver dazPlantas, epa-| recer, que com esta
reprezento aVossaMagestade | quemandarã rezoluer o que for mais
conueniente | aseu realseruiço: ARealpessoa | deVossaMagestade
garde Deos muitos annos: Minaz | geraez 18 de Nouembro de 1710

Pedro Gomes Chaves

2615 (46) 20-11-1710 ||1r.|| *Senhor*
Por carta de vossaMagestade de27 denouembro do an | no de1709.
Ordena ao *gouvernador* do Rio que medeu trez | entos homens pagos
para goarniçaõ desta prassa | e Suas fortalezas enaõ mederaõ mais que
qua | renta tendo naquella Cidade tres terSos eã | chome nesta villa
2620 deSantos somente Com nouenta | homeñs pagos nem medarem para
esta villa os | Trezentos homeñs que VossaMagestade memandaua
dar | nem taõ Pouco as Coatro Companhias que vossaMagestade |
foj Seruido tirar daprouinSia dominio etras | dos montes em ô anno
de1699. Cujos Cappita[es] | Trou Seraõ patentes mesmo para esta
2625 prassa de | Santos que aSim oDecLarauaõ as ditas patentes | Como fez
aCompanhia do Cappitam Luis deSsã a Comppanhia | do Cappitam
Bento Coreia a Companhia doCappitam aLe | icho dafonSequa
aCompanhia do Cappitam Baltezar | dias daSilueira que estas Seacham
agarga | das ao *terço* que foj do Mestre deCampo gregorio de | Castro
2630 eMorais Cujas Companhias deueVossa | Magestade mandar Ordem
expreSsa ao Rio deja | neiro para que venham as ditas Companhias
para esta | prassa de Santos que fortaLezas sem gente Sem | Artilharia
sem monicois naõ Se defendem | eesta villa he aunica porta por o[n]de
o Inimi | go pode ter emtrada para oSertam das minas | e agora Com os
2635 nouos desCubrimentos do ou | ro para as partes depernagoa Sera Inda
mais | ferquentada esta deInimigos

- AoRio deSaõ Francisco mandej | Buscar huns francezes *que* ficaraõ em tera | dedois nauios francezes *que* andaraõ o anno pa | Sado fazendo CorSo do Cappitam mor do rio de | Saõ Francisco Cazou
- 2640** huma filha Com hum | piLoto dehuma BaLandra franceza *que* an | dou fazendo Corsso nesta Costa e Como o ditto | Cappitam mor o naõ mandou por estar Cazado | Com huma sua filha Termino mandallo ||1v.|| Buscar *para* o remeter para oRio dejaneiro e | VossaMagestade deue mandar Castigar o *dito* Cappitam | mor por lhedar mantimentos
- 2645** eos conSentir em | Tera *para* exzemploLo deoutros aSim nisto Co | mo nomais referido mandará VossaMagestade | o que for Seruido *para* Bem destes pouos ase | guranSsa deSuas prassas e aumento deSua | real fazenda
- Ia Repetidas vezes foi avizo a VossaMagestade | Em Como
- 2650** navilladeSaõ visente ha saralhei | ros emais officiais deque neSecita esta pr | assa emandando os LaBuscar Sequizeraõ | Leuantar Com hum Sargento *que* os hia acomduzir | a esta villa isto Com ofauor daIustisa daque | lla villa *que* os apatrocina dizendo *que* ogouernador des | Tavilla naõ tinha nenhuma Iusridicaõ | naquella *para* mandar
- 2655** La busca gente *para* tra | balhar nesta e agora deprezente quis fazer | alguns Soldados *para* goarnicaõ desta prassa | Todas as mais villas maritimas meofere | Sem gente Inda *que* pouca So á deSaõ visen | Te repuna *que* mandando eu ordem aoSargento | maior *para* *que* fizesse quinze Soldados *para* goar | nicaõ desta prassa oque aCamara repunou
- 2660** | Cõllo Cando gente *para* darem ou matarem | oSargento maior esta tal villa esta Como | Leuantada Vossa Magestade adeue mandar Cas | Tigar asperamente *que* de outra Sorte nem Vossa | Magestade ficará bem Seruido nem Suas pra | Sas reparadas doque lheheneSeSario Sea | quella naõ ficar aordem deque governar es | Ta VossaMagestade
- 2665** mandara oque for Seruido | Santos 20 denouembro de 1710

ManoelGomes Barboza

(47) 29-12-1710

||99v.|| Procuracaõ Bastante *que* faz oCapitam

Domingos Rodriguez de Carualho

2670 Aos abaixo nomeados³⁵

Saibam *quantos* est[e] publico instrumento deprocuração bastante Virem que | no anno do nasimento denoso Senhor Jezuchristo demil esete[cen] | tos edes annos aos Vinte enoue dias do mes de Dezembro do di[to] | anno nesta Villa deSaõ Francisco das Chagas de Taubate

2675 daCapita[nia] | do Conde da Ilha do prinSepe governador edonatario de[ll]a [per] | Petuo por sua Magestade partes do Brazil etcoetera nestadita Villa em pou[zada] | demim Taballiaõ apareseu oCapitam Domingos Rodriguez deCarvalho aquj morador ep[or] | elle me foj dito perante testemunhas no fim desta assignadas *que* no [corroído] |

2680 modo dedireito Via e forma que a podia fazer emais Lugar aja faze[r] | como Logo fez ordenou econstituio por seus Bastantes procurado[res] | nesta dita Villa ao Capitam Joaõ de Tolledo epiza, Sebastiaõ Ferreira Albernâs Domingos [corroído] | amos Jozeph deCastilho Morera; em aVilla deSaõ Paullo o Capitam Pedro Ta[ques] | de Almeida oCapitam

2685 Joaõ de Tolledo Castelhanos omuito Reverendo Padre oleçenç[a] | do Lourenço de Tolledo Taques eo Capitam Bertholameu Paes de Abreu; no [R]io [de] | Janeiro Bernardo Alvez daSilua, Paullo Pinto omuito Reverendo Padre Manoel Alvez Correa; Na Baia | oCapitam Antonio Alvez Carvalho, Andre Perera daCosta, Joaõ Carrioto Villas

2690 boas | Francisco Perera Almada, Nas minas Antonio Fernandez Preto oMuito Reverendo Padre Joaõ deSaõ Jozeph | o Sargento mor Ambrozio Caldera, Antonio de Andrade egoes eJoaõ Pinto aos | quais eacada hũ depersj dise dava como Logo deu e outorgou todo [oseu] | [L]ivre ecomprido poder mandado geral e expesial quam bastante

2695 dedireito | se Requer peraque poSaõ cobrar Receber aRecadar easeu poder auerem | todas suas Dividas Fazendas dinheiro ouro prata pesas escravas ead |ministradas em comendas carregasoins eseus prosedidos ecouzas ou | tras de qualquer Calidade que sejaõ *que* quaes quer pessoas lhe deuaõ assim [corroído] | presente como ao diante por

2700 assignados escrituras centen[ç]as [e]por | outros papeis esem elles pella Via eRezaõ que for Tomando conta [corroído] | Liquidallas citar aos

35 Neste fólio, a assinatura de autenticação vem também com o prenome: Simaõ Albern[corroído].

- deuedores econtra elles ofreser pitisoins Libe | los contrariedades
 Sumarios Artigos emais papeis pondo contraditas | esus peisoins
 Despachos esentencas ouuirem que for d[a]do em seu fau[or] |
2705 consentir eexecutar edo contrario apellar eagrauar fazedigo e | tudo
 seguir The mor alsada Fazendo protestos Requerimentos pedimentos |
 embargos sequestros excusoins Recebendo prinsipal ecustas dan[do]
 | quitasoins que com Venhaõ onde necesario for. epoderaõ Reque | rer
 alegar defender emostar todo oseu direito eJustisa em todas | suas
2710 cauzas edemandas moudas epor mouer em que for *Autor* ou *Reu* |
 asim siueis como crimes em todos os tribunaes estando em Juizo |
 e fora delle atodos os termos e autos Judisiaes eextra judisiaes fa |
 [zen]do dezistencias quitas esperas comsertos de auença econVença |
 Transacsoins eamigaueis composisoins comprimisas elouuamento[s]
2715 | com todas as pessoas *que* lhes pareSer, ejurar em sua alma qualquer
 | Licito Juramento inda decalunnia que com direito lhe aja deserda |
 [do] fazendoo dar aquem cumprir Lancando nos bens dos deue | [d]
 ores secomuier podendo lhe sejaõ aRematados eos poderaõ Vender |
 dando [a]s d[i]tas quitasoins como dito he compoder desobstabaleser
2720 | em estes po[d]eres em huã ou *muítas* pessoas pera onde for neçesario
 fica[n] | dolhes esta e[m] seu Vigor. eRezerua para sj noua citaçaõ
 mas em tudo | oque dito he enecesario [f]or faraõ oque el[l]e fizera
 [corroído] ||100v.|| Pr[e]sente fora com Liure egeral administracaõ
 <Albernâs> | [de]seus bens que obrigou em fee deuerdade assim o ou[t]
2725 orgou | pidio lhe fizese este poder nesta nota que aseitou easig[n]ou
 com| testemunhas presentes João deoliueira Neves eBalthazar fragozo
 | todos moradores nesta *Vila* pessoas conhesidas pellas proprias demim |
 Taballiaõ João deSouza Dias oescreuj
Domingos Rodriguezde Carualho João deoLiveira Neues
2730 Balthazar Fragozo
(48) 30-12-1710 ||96r.|| Treslado de hum Cridito dePaullo
 Preto aRequerimento do Sindico
 Domingos Rodriguez do Prado por pertencer ao
 ComVento desanta CLara destavilla
2735 eCom despacho doJuis ordinario

oCapitam Antonio garÇia daCunha

ehe oque Se Segue

Dis Domingos Rodriguez do prado morador nestaVilla Sindico do
ConVento | desanta Clara della que ao dito ComVento fes doaçaõ

2740 Manoel Adorno | tambem aquj morador dehũ Credito da emportançia
deduzentas oi | tauas de ouro empo, eComo quer elle dito Sindico
queira Cobrar dita | quantia pello deuedor estar fora destaVilla ecorrer
Risco de | pasagens eoutros mais // Pede aVoSa merçe lhe fasa merçe
mandar, | Lançar di[to] Credito em modo que fasa fee Recebera merce

2745 /// Despacho // | oTaballiaõ Lançe oCredito Como dito hem Taubate
trinta de Dezembro | desete centos edes /// garcia /// Digo eu Paulo
Preto que he Verdade *que* | deuo a Manoel Adorno Duzentas oitauas
de ouro empô que pagou | por mim aJoaõ Rodrigues Morera os quais
lhe pagarej por todo o | mes de Agosto aelle ou aquem este me mostrar

2750 todas as Vezes *que* | me pedirem Sempor duuida alguã. epor pasar
asim naverda= | de pedj a Antonio daCunha que fizese este por mim
oie Vinte | esete de Março de mil esete centos ehum annos /// Paulo
Preto | Antonio daCunha garçia /// enão Secontinha mais nodito Cre=
| dito que aquj tresladej bem efiei mente do propio que otornej aparte

2755 | eocorrj econsertej escreuj easignej aos trinta de Dezembro de mil |
esete centos edes annos Joaõ desouzaDias oesCreuj

Consertado Comopropio por mi[m]

Sobredito Taballiaõ

Joaõ desouzaDias

2760 (49) 18-01-1711 ||104r.|| Rol deCazamento Lancado nesta
nota aRequerimento deFrancisco
Rodriguez Montemor com depacho doJuiz
ordinario Joaõ defeguieredo Tellez

[D]is Francisco Rodriguez montemor morador nestaVilla que hauera

2765 perto | deCorenta annos que nella seCazou com Andreza Felix filha
doCapitam | Jaques Felix que lhe dera hũ Rol dedote pera cazar
eporque lhe Com | uem que este Seja Lançado nas notas por fazer abem
desua justisa | Pede aVossaMerçe lhe facamerçe mandar Lancar dito
Rol para atodo otempo *que* | lhe Comuier por estar ja corrupto com os

- 2770** annos que tem em modo | que fasa fee Recebera merce /// Despacho
oTabaliam Lance dito Rol Como | osuplicante pede Taubate dezoito
de Janeiro de sete Centos eonze anos [F]igueiredo | Rol doque
dou aminha filha Andreza Felix degoes primeira mente tres pesas |
dogentio daterra por nome Thome sua mulher Urbana eLuiza, hũ |
- 2775** Citio com suas Cazas depalha Com duzentas brasas deterras detestada
| Comesando da agoada que faz dadefunta minha may Correndo para
ami[n]ha | banda deComprimento trezentas esinco enta brasas pouco
mais ou menos | coRendo doCitio que dou aminha filha para banda
dositio de Francisco gonçalvez eficalhe hũ | pau dejiticiba grande por
- 2780** sinal no Caminho que foj deFrancisco gonçalvez mais sinco br | asas
dechaons nesta Villa hũ Vestido Com seu manto Tres Colheres deprata
| hua caixa desete palmos hua Cama Com seu Cobertor elansois Com
suas | meudezas deCaza quatro pesas defeRamenta com forme minha
posebeledades | indo eu para ocertaõ trazendome Deus com algum
- 2785** Remedio lhe darej mais | duas pesas Jaques Feles enão seContinha mais
nodito Rol que oto[r] | nej aparte aoqual me Reporto eaquj olancej em
18 dejaneiro de | 1711 annos Joaõ desouza Dias Taballiam oescreuj
Consertado co[m] oproprio por
mim Sobredit[o] Taballiaõ
- 2790** Joaõ desouzaDi[as]
Antonio daluarengua
Manoel Nunes de [S]ouza Pedro
RodriguezdAlmeida
(50) 11-02-1711 ||1r.|| Senhor
- 2795** <Como parece Lisboa 13 deFeuereiro de711>
Por decreto de 23 de Ianeiro proximo passado he | VossaMagestade
Seruido queSe veja e Consulte neste Conselho | oqueparecer Sobre
huã petição do Bacharel Sebastiaõ | Galuaõ Rasquinho, em que dis
que VossaMagestade foi Seruido | determinar que cada hum dos
- 2800** tres Ministros (que novamente | [crear] para trez Ouuedorias no
destricto da Capitania | de Sam Paulo) Leuace Seis Centos mil reis
de ordena | do aSinaturas dobradaz, e quinhentos mil reis deaju-
da deCusto, a respeito da dezpesa queSelhe Conciderou | assim

- nadilatada viagem de mar, eterra, Como para a | Sustentaçãõ descente
- 2805** das Suas pessoas, naSubsisten-| çia dosSeus Lugarez, Cujo dispendio Se deue Conciderar | aelleSupplicante, que he mandado, a emendar, eCompôr, a | Má creação que teue o Lugar deouuidor geral deSam | Paullo, Cabeça das dittas ouuedorias, pois Sendo ajorna=| da de mar igoal entre todos athe o Rio deIaneýro, | aelleSupplicante (por Ser
- 2810** Casado em obseruança da Leý que | oobrigou) Selhe fas mais custosa pedindosselhe Só | pella Camara de huã Charrua quatro Centos milreis | para Conduzir aSua familia *que* Leua Comsigo, Como | o detremina odecreto 4º do Paço fundado em que assim | Serue o Ministro Melhor aDeos, aVossaMagestade eaos Povos; | equanto ajornada por terra
- 2815** (por Seachar infestada | de Cossarios aquella Costa) fica Com igoal trabalho | erisco do Rio deIaneiro a Sam Paulo, *que* os outros Minis-| tros aos Seus Lugarez; Epello que respeita adecente | Sustentaçãõ no Lugar; de differente tratamento necessita | elle Supplicante no pouoad, *que* os outros Ministros No | dezerto; com ouro *que* no
- 2820** dezerto fas Subir os mantimentos | os fas tirar do pouoad, deixando o em maýor Cares-| tia; Epor que Sendo aSSim fica impossuiel aelle | Supplicante o poderse honesta mente sustentar Com dusementos | Mil reis deordenado Com que foi Criado o Lugar | de Sam Paulo em tempo em*que* não hauia tantos | ouros, nem temcabeais deque poder valerse
- 2825** pellos | ter gastado no Seruiço deVossaMagestade; eConsumido ||1v.|| emSette annos de requerimentos depois dehauer Seruido | Com tanta ventagem, ComoSeria proposto aVossaMagestade | na Consulta deste Lugar.

- Pede* aVossaMagestade lhe faça merce detreminar que |
- 2830** elleSupplicante Leue omesmo ordenado, assignaturas | eajudadecusto que Leuaõ os trez Ouuidorez Seus | Companheiros, pois Sendo todos do mesmo dstricto, | Se deue statuir Com todos os mesmo direito, nem deuem | hauer Melhor Condição os Ministros do dstricto, que | o da Cabeça da Capitania, hauendosse tam bem respeito | *aque* asditas
- 2835** trez ouuedorias, de nouo Creadas [tranção] | edominaõ, ajurisdiação da de Sam Paullo, *que* aex-| tenção daComarca, epor Consequência, aoprol, que | della poderia provir: eSendo Serto que elleSupplicante

| foi Ouvidor neste Lugar Sem o pedir, aSsim por não | suppordeSy
as virtudes Com que *VossaMagestade* mandaua | Consultar Ministro
2840 para esta ouuedoria, Como | por ser Casado, enão ter de Sacraficar
Como Sacrafica | aSuafamilia, atantos trabalhos, eriscos queSe |
exprimentaõ; eouiuer entregente taõ indomita.

Dandosse vista deste requerimento ao Procurador | da fasenda,
respondeo que tudo Se augmentou e | creceo Com ouro, eathe os
2845 viveres Subiraõ deSorte | *que*he necessario muito para oSustento de
qual quer pessoa | e deue arbitrar a hum Ministro grua Com decente |
Com *que* viuia; epois, aos mais ouuidores que vaõ para | amesma terra,
Searbitrou maÿor ordenado, eaju-| das decusto, eque omesmo Sedeue
dar aoSupplicante.

2850 Ao Conselho parece *que* attendendo *VossaMagestade* | as
rezões que representa este Ministro, e Ser justo | queos *que* Seruem
em Semelhante [situaçaõ] tenhaõ | Com quepossaõ Sustentarse
decentemente; Segundo | aauthoridade de Seus Lugares; por que
anecessi-| dade os não obrigue afaltarem as Suas obriga-| çoes;
2855 emdamno doseruico de*VossaMagestade* e da admi-| nistraçaõ da
Iustiça daspartes, eSer oSupplicante noto-| riamente pobre, equerer
Leuar Comsigo aSua fami-| lia, emqueheprecizo faça Conciderael
despesa | Que nesta atençaõ haja *VossaMagestade* por bem |
dequetenhadeordenado por anno qua-| tro Centos mil reis, eque Leue
2860 as assinatu-| ras dobradas; equenoRio deIaneÿro ||2r.|| Selhe dem dos
effeitos da fasenda real que ouuer | Mais promptos, trezentos mil reis
de ajudade | Custo, pois não he exemplo igoal *que* allega nos | outros
Ouuidores, por *que* estes vaõ aCriar estez | Lugares, e em partes onde
não ha pouoado em que | he precizo tenhaõ tudo maiz Caro. Lisboa 11
2865 de | Feuereiro de 1711.

Francisco Pereira daSilva

JoamTelles dasilva

Antonio Rodriguez daCosta

<foi uoto oConde *general* daarmada Presidente>

(51) 23-05-1711 ||115 r.|| EScritura deVenda dehuas Cazas de Tai[p]a
2870 dipillão Cobertas detelha Citas empindamo=
nhangaba *que* fas oCapitam Bertholameu garcia Velho

- por Ae[u] Constituinte Domingos Garcia Velho
 Estante por ora nas minas
 Saibam *quantos* este publico instrumento deEscritura deVenda de |
2875 huas Cazas empinda monhangaba Virem *que* no anno do nasimento de
 | noso Senhor JezuChristo demil esete Centos eonze annos aos Vinte
 | etres dias domes de Mayo do dito anno nestaVilla deSão Francisco
 das Cha | gas de Taubate daCapitania doConde daIlha do prinsep[e]
 gouernador | edonatario della perpetuo por Sua Magestade partes do
2880 Brazil *etcoetera* nestadita | Villa empouzadas demim Taballiaõ ao diante
 nomeado apareseo o | Capitão Bertholameugarçia Velho nestaVilla
 morador eporelle me| foj dito que Seu Constituinte Domingos garcia
 Velho posue em pin | da monhangaba huãs Cazas de Taipa depillaõ
 Cobertas detelha que par | tem Com Cazas de Antonio Vellozo daCosta
2885 por hua banda epella outra Com Ca[zas] | de Athanzio defigueiredo
 Castel branco; ecomo odito Seu Constituinte | Se acha deprezente nas
 minas lhe mandou ordem eproCuraCaõ Com | outorga desua molher
 Catherina Rodriguez Pais paraelle outorgante Vender as ditas | Cazas
 epor elles asignar esCritura deVenda dellas: epor este poder, dise | elle
2890 o[u]torgante que Vendia Como Com efeito Vendeo deste dia para |
 todo osempe as ditas Cazas naforma deClarada aDomingos S[o]ares|
 Neues por preso equantia de Cento edes mil Reis em dinheiro deConta
 | do que eu Taballiaõ dou minha fee Ver Contar adita quantia da qual
 | dise ell[e] outorgante lhedaua plenariaquitacão do dito preso equan |
2895 tia paraque odito Comprador as logre aja eposua Como Couzasua Com
 | prada por Seu Dinheiro elle Sua molher efilhos acsendentes edecen |
 dentes *que* apos elles Vierem; eTanto desj Como dos donos das dita[s]
 Cazas | dise elle outorgante pello poder dadita procuracão dimitia todo
 | op[o]der dellas napesoa do dito Co[m]prador que quer tome pose
2900 dellas quer | não *que* elle eosditos Vendedores oham por emposado [d]
 ellas por elles | eos ditos Vendedores dezistirem daposesão que nellas
 [a]uião tido | at[h]je fazerem esta Venda: eelle outorgante Seobriga
 afazer atodo | otempo boa Livre edezembargada por Seus Constituintes.
 etam | bem se nesta esCritura faltarem algumas Clauzullas ou Solem
2905 ni | dades epontos dedireito *para* firmeza destaVenda *que* elle as ha

- aquj | em nome deseus Constituintes por postas edeClaradas como
Se de | cada hua dellas fizera espresa edeCLarada mencão ede Como
| asim ooutorgo[u] pedi[o] amim Taballiaõ lhe fizese nesta notaesta
| <escratura de Venda > que aseitou easignou Com testemunhas
- 2910** presentes Manoel Rodriguez | Morera João Pires demiranda ePedro
de Brito Lemme todos | moradores nestaVilla epesoas Conhesidas
pellas propias ||115v.|| [[Propias]] demi[m] Taballiaõ Joaõ deSouza
Dias oesCreuj
João Pires de Miranda Manoel Rodriguez Moreira
- 2915** Pedro deBrito Lemme
Asino por meos Costetuintes *domingos* grasia Velho
ECaterina Rodriguez pais epermj Como vendedor
BertholomEu grasiavelho
- (52) 20-10-1711** ||1r.|| Vi a planta da Fortaleza que se intenta fazer na
2920 pra-| ya grande de Santos, e ainda que esta praya he de | duas leguas de
comprido, e que com esta Fortaleza se não | pode toda defender, ja em
outras occasioens se pon-| derou neste *Conselho* ser a Fortaleza não só
util e necessa-| ria para cubrir a Villa de Santos, mas para impedir | a
entrada do canal pelo qual se uay ter a mesma | Villa, porque cruzandose
- 2925** os tiros desta noua Fortale-| za com os do Forte de *Santo* Amaro que
lhe fica fronteiro | ficara a entrada mais que abundantemente defendida
| e teraõ os moradores huã praça de respeito onde se pos-| saõ retirar e
resistir aos inimigos
- No tocante a planta me parece acertado o lado | do Polygono
- 2930** exterior de 1400 palmos que o Engenheiro | tomou, porque aquelles
fortins pequeninos que no Bra-| sil estauaõ em uso tem muito
pouca seruentia. Mas o | methodo de Ozanam autor Francez que
o Engenheiro | escolheu para delinear a planta me não parece taõ |
bem proporcionado por ficarem nelle os Flancos *muíto* | descubertos
- 2935** fazendo angulos demasiadamente obtusos com | as Cortinas de que
resultaõ os baluartes pequenos. E não | sey que rezaõ tiuesse este
Engenheiro para se desuiar | do Methodo Lusitanico de fortificar, que
quando não | tiuera melhores proporçoens he mais fa[ci]l [d]e d[ez]
enhar | na campanha que nenhum outro. Mas por [se] mostrar | em tudo

- 2940** Francez até em lugar de pés, palmos, ou bra-| ças Portuguezas usa de toesas de França nome que por | uentura nenhum pedreiro ouuio nunca no Brasil nem | em Portugal. E ainda que huã praça fortificada ||1v.|| pelo methodo de qualquer dos Autores celebres da | Fortificação fique bem defendida, hauendose esta de | fazer de nouo podera o Engenheiro
- 2945** sem nenhũ escru-| pulo fortificala pelo methodo Lusitanico

O custo de 150mil cruzados em que aualia es-| ta obra não me parece demasiado antes curto, e que se | Ioaõ de Castro de OLiueira a der acabada de todo com | seu fosso aberto, e terraplenada a praça sendo tudo obra | do sem as falsidades que se costumaõ cometer nestas

- 2950** | materias, he digno das merces que por este seruiço pede | quando pela fazenda de *Sua Magestade* se não possa conse | guir.

Fazendose esta Fortaleza me parece escusada outra | obra que se propoem hauerse de fazer no outeiro de | Monserrate para guardar a poluora, porque na mes | ma Fortaleza noua se poderá guardar com

- 2955** segurança | e resguardo: Isto he o que me parece, o *Conselho* resolve | ra o que lhe parecer mais [[mais]] acertado

Lisboa 20 de Outubro 1711

Senhor Andre Lopes de Laure

Manuel Pimentel

- 2960 (53) 07-02-1712**

||1r.|| *Senhor*³⁶

<o*Conselho* ordena sefassa por
Manoel Pimentel noua planta, co
mo elle aponta, e como pa
recer mais conueniente, e in

- 2965** terponha parecer sobre o*que*

acrecer, cerrado com *que* se de
ue prezidiar anoua fortale
za *que* se fizer, esa ha meses para
seconseruar *Lisboa* 19 de *novembro*

- 2970** de1712>

||1r.|| Vendosse³⁷ Neste *Conselho* as cartas inclu | zas do

³⁶ No alto do fôlio, à direita, há a anotação tardia: “7-2-712”.

³⁷ Terminado o despacho que avançou à margem do fôlio 1v., retorna-se ao fôlio 1r.

- Gouernador, e Capitão geral de São Pau | lo, e Minaz Antonio de Albuquerque Coelho | de Carvalho, e do Mestre de Campo, e Gouernador | daPraça deSantos Manoel Gomes Barboza, | em que daõ
- 2975** conta de Seobrigar Ioaõ de Crasto | de oLiueira a mandar fazer a Sua Custa nafor | madaplanta que Com esta seremete as reaez | maos de VossaMagestade huã Fortaleza napraya gran | de de Santos, junto ao Forte deSanto Amaro, | fazendolhe Vossa Magestade as merçes que Constaõ da | memoria incluza.
- 2980** Eordenandosse aManoel Pimentel | Cosmographo Mor do Reyno que por Seruiço | de VossaMagestade informasse do que se offerecesse Nes | teparticular, respondeo oque Consta da Car | ta que Com esta se envia tambem as reaez maos | de VossaMagestade
- Deque dandosse de tudo Vista aoProcurador | da fasenda
- 2985** respondeo que namateria dafortifi | cação, eemtudo omais tinhaõ inteira, emelhor au | thoridade os peritos Na arte; eque aSy lhe parecia | que se devia seguir o queresolvia Manoel Pimen | tel, supposto que a FortalezaeraNesessaria, o que | oje com o ouro sefazia mais dezejado, o Brazil, | eque Sem despezas, e fortificaçoẽz senaõ podia | deffender.
- 2990** E ouvindosse tambem pelloque respei | ta ao Contracto ao Procurador daCoroa | respondeo, que quanto a Condição do foro de | fidalgo, e promessa deofficio nas Minaz ||1v.|| não tinha duuida alguã ficando aqualidade | do officio aarbitrio de Vossa Magestade para declarar qual | ha de Ser. Quanto a Sargentaria mor dapraça |
- 2995** ficar perpetua, e dejuo, e herdade para todos os des | cendentes do Supplicante, lhe não parecia admecivel | porque para estaz ocupaçoenz serequeria em | primerio Lugar a Capacidade E prestimo dapessoa | oque Seria Contingente aver em todos os descen | dentez que ouuerem de Suçeder, que alem disto | tinha pormuito perjudicial
- 3000** darlhe esta jurisdicaõ | perpetua em Comquista tam [afas]tada daCosta | e emterra aonde hera prouavel pella Comonica[ção] | das minas hauer muita riqueza; eConcequentem[ente] | muita Soberba, ea ocaziaõ deLeuantarem estes | descendentez o Collo contra os Gouernadores e VI | timamente, que não Convinha NoBrazil pode | rosos Comjurisdicaõ
- 3005** ainda que fosse Subalterno | aos Gouernadores, que poderia, porem

Conçe | der aelle *Supplicante* em suavida, e quando *muito* a | hum filho sendo Capaz.

- E que emquanto dos dous habitos que ped[e] | para dous filhos seus em trez Vidaz hera Couza | que ainda não vira praticar, e que não
- 3010** faltari[a] | *quem* disesse que neste Cazo havia simonia, o qu[e] | não aprovava, antes lheparecia que anaõ ha | e este postto Sedevia admetir esta Condição, [e] | Coma declaração de que Só teria Lugar sendo | filhos eNetos do *Supplicante* Capazes de tomar o[ha] | bito segundo os estatutos da ordem, eque | Senaõ vera ficaria a *merce* senaõ de
- 3015** descendente | paradescendente, Nas trez Vidas *Somente*

- Que finalmente *que* quaisquer destas Con | dicoenz que Sejaõ admitiveiz, ou todas ou p[or] | que so deviaõ ter effeito, eexecutarssse ao [de] | pois de estar prefeita, eacabada a Fortaleza ||2r.|| Conforme a planta o que Se examinaria pellos | EMgen[h]eiros, e que para se evitar
- 3020** os emganos | *que* deordinario Costuma hauer nestaz obraz se | devia ordenar ao EMgenheiro que aSista | a fabrica della. E que tambem Suppunha | queaobra Seria de pedra e Cal porque de outra | Sorte não valeria Cousa alguã

- Pareço ao *Conselho* que comooGouernador Antonio | de
- 3025** Albuquerque Coelho de Carvalho reconheçe | pormuito Vtil esta Fortaleza, eque ficarã mais de | fençavel a Praça de Santos; e isto mesmo pro | ponha o *Mestre* de Campo e Gouernador que esta nella Ma | noel Gomes Barboza, eaaproveManoel Pi | mentel; eafazenda real Senaõ ache em estado de | poder Concorrer para huã obra detanta
- 3030** despeza, que | Sedev[ia] abraçar aoferta deLoaõ de Crazto deoLiuei | ra; efazerlhe *Vossa Magestade* poreste Serviço amerce do | foro de fidalgo, epromessa do officio que pede nas mi | nas, ede dous habitos de Chrizto, Cada hum Com | outenta milreis de tença efectiuos, Sendo paraelle | hum, eoutro para seo filho, eque estas se lhe a sen | te no
- 3035** rendimento da provedoria de Santos; Eado posto | de Sargento Mor Com osoldo querequere para queolo | gre em Sua Vida, eque passe aseofilho Sendo este | Capaz deste provimento; Com declaração pore *que* | estas mercez não teraõ effeito Senaõ depoiz deestar | acabada esta Fortaleza depedraecal, e feita pe | llo desenho doemgenheiro,

- 3040** eaprovada a ditta obra | pelloGouernador da mesma praça, Epello da
Capitania | do Rio deJaneiro Lisboa 7 deFeuereiro de1712
Miguel Castro
Joam Telles da Silva
Antonio Rodriguez daCosta
- 3045** Jozeph deCarvalho Abreu

||2v.|| 1712

Satisfasse aoque Sua Magestade ordena
Sobre a Fortaleza quese ha de faser

- 3050** na praça de Santos

A Consulta planta e mais pa-
peis quanto a execucao foraõ na
Consulta
Consulta

- 3055** ||3r.|| 7 de fevereyro
de1712³⁸

Do ConselhoVltramarino

Segue o que escreve oGouernador de São Paulo eminaz | E o Mestre
de Campoe Gouernador da Praça deSantos | A Serca de seobrigar a

- 3060** Mandar fazer Ioaõ | de Crasto deoLiueira asua Custa huã fortale | za na
praya grande deSantos. E vaõ as | cartaz e papeis que seacusaõ.
R.R.
folhas 25

(54) 09-09-1712 ||1r.|| Pareceo³⁹ ao Conselho remeter aSuaMajestade

- 3065** aplanata | quefes Manoel Pimentel epor que se entende que | esta
fortalleza nao sera a que baste para ficar maes | [defensauel] esta praca
desantos que SuaMajestade | deue mandar remete[1]la ao gouernador
que suaMajestade | no mear para o Rio deJaneiro para que [Se] Confira
| Como engenheiro que tomar ensuaCompanhia | ecom [esa] que estao
- 3070** naquellaprasa e seguro | o [terreno] esi tuasao faCao odesenho que
Iulgaren | ser mais conueniente, e quanto aos [paga]mentos para | esta

38 À direita da mancha, há a seguinte anotação tardia: “Consulta M 1714 -15 (e)”.

39 Acima da mancha, à direita, há a seguinte anotação tardia: “São Paulo 9-9-712”.

- se prezidiar *que* Como esta praCa he | saber de auela ao gouerno doRio
que dos effeitos | *que* o ouuer nafazenda real do mesmo Rio edamesma
 | pra Ca desantos seapliquem os *que* forem necesari | os *para* osustento
- 3075** daguarnicao *que* for Competente | e ~~quando não cheguem para~~
 estafortalleza, e asaida | *para* o maior numero das infantarias e *que*
 se ne | Cessita ensantos e *quando* <naõ>⁴⁰ bastao hera *para* se | acudir
 atudo *que* do rendimento dacaza da moeda | e dos quintos se aplique
 aquella porcao *que* [for] | precisa *para* asatisfacao desta despesa |
- 3080** poren *que* isto se entende não podendo ||2v.|| a fazenda real Cobrar
 estegasto e hauendo | enalgu tempo sob a [ilegível] se tornasse | oresto
 sem a mesma *que* dacaza [da] moeda | aquelles quintos Como*que* o
 auer Concorrida | *para* a ditta praca desantos Lisboa 9 desetembro |
 de1712
- 3085 (55) 01-07-1713** ||1r.|| Treslado deMandado quepassa oOuvidor geral
 deSam Paullo *paraser* citado oDezembargador Sindicante
 ODezembargador SebastiãoGalvão Rasquinho | doDezembargo de
 Sua Magestade e seu Dezembargador daRellaçõ daCaza | doPorto,
 Ouvidor geral desta cidade de Saõ Paullo e sua Comar-| ca com
- 3090** alçada nosivel, ecrime, Provedor dos defuntos e | auzentes, auditor
 geral dagente deguerra, Juis dosfeitos | da Coroa Reziduos, Capellas,
 edasjustificações *etcoetera*
 Mando aosJuizes ordinarios daVilladeSantos, que vs-| to este meo
 mandado indopor mim assinado em seu | cumprimento porhum official
- 3095** antesy faço citar-| oDezembargador Sindicante o Doutor Antonio daCu-
 | nhaSotto Maior, peradizersequer aCuzar aoMestre=| deCampodos
 Auxeliares Domingos daSilva Bueno | acujo requerimento este se
 passou, pelo crime quelhe-| rezultou da Deuassa quetirei nesta cidade
 da Soada | que os moradores dePernahiba nella fizeraõ emCazas |
- 3100** doditoDezembargador Sindicante, equerendoo a-| cuzar ofará em
 a primeira audiencia desteJuizo | daOuidoriageral, em*que* vindo
 seráLançado da a-| cuzação, eLivrementemente pela justiça crumprano a-
 Sim, eal naõ#fação. Dado nesta cidade de Sam Paullo, a-| os vintee

40 O advérbio de negação aparece sobre a palavra “basta”, indicando correção de próprio punho.

- quatro dias domes deDezembro demil esetecentos | edoze. Pagousse
3105 deste oitenta *reis*, e deassinar omesmo, e-| eu Antonio Correa Saâ o
fisesescreuer, esobscreuy = Rasquinho = =Despacho doJuis // Entendo
que não devo cumprir este Mandado do Senhor dezembar-| gador
ouVidor geral por serexpressamente contra a or-| denação doLivro
tresseiro *titulo oitavo* eoditosenhorouuidor ||1v.|| [[Ouvidor]] geral
3110 pode mandar fazer aditadeligencia pelos | officiaes dantesy. Santos
trinta de Dezembro demil | sete Centos edoze = Souza o cual tresLado
fez tresla-| dar de propio quefica em meu poder a que | me Reporto
evay naverdade Rio delaneiro | oprimeiro de Junho de mil esete sentos
e tre| ze annos
3115 Ioseph Gomes Andrade.
||2v.|| 11 de Feuereiro
1711

Do Consellho Vltramario

- Sendo* o que pede o *Bacharel* Sebastiaõ Galuaõ Ras-
3120 quinho, *que* está nomeado, em o Lugar de Ouuidor
geral deSam Paulo.
<Requerimentos 8.8.
folhas 4>
(56) 02-01-1714 ||1r.|| *Senhor*⁴¹

- 3125** Quando passei pella Villa de Taubate vin | do paraestas Minas, achei
anotiça de nel | lla sehauer morto aloze Ventura deMenda | nha as sete
horas da manhã, estando aSua | porta sendo homiçida Ioaõ Baupista
ajudado | da gente eescrauos de Antonio Correa ambos | moradores
no mesmo destricto; deste cazo | setirou deuaça em que ficaraõ
3130 culpados os | dous epronunciandos aprizaõ esquestro de | que tendo
elles notiça intentaraõ segundo | auox publica uir a Villa com muitos
es | crauos armados a insultar o Iuis emais | Offiçiais de Iustiça que
seachauaõ na mayor | consternação que sepode imaginar queren | do
dezemparar a dita villa, e oseu Receyo | seue bem, do requerimento
3135 que me fizeraõ | que remeto a *VossaMagedade*, Auista do que *para*
eui | tar tal perturbação; castigar estes de | Linquentes não sô neste

⁴¹ Na margem esquerda há a anotação tardia: “São Paulo 2 janeiro 1714”.

- crime mas em | outros, e restetuir e conseruar esta Villa | em sosego, mandei o meu tenente *geral* | com amais gente das ordenancas que | sepode Iuntar, acompanhar os officiais ||1v.|| De Iustiça para o bom
- 3140** effeito da prizaõ | esquestro, elhe ordenei que no cazo de ha | uerem fogido lhe de molisse as cazas, oque | assim se executou por que elles tiueraõ a | uizo esemeteraõ no mato, oprocedido do se | questro que selhefês aAntonio Correa | (*porque* Ioaõ Bautista serefugiou *somente* em sua | caza com asua pessoa) sedepozitou por ordẽ | minha athe ade
- 3145** *VossaMagestade* para seentregar â | *quem* for seruido.

- Com o exemplo destecastigo fica | raõ os Pouos com mais temor da justiça eo | bediença as Leys, que he preciso introduzi | remselhe com mayor de monstraçaõ decasti | go *para* euitar os horrendos delictos e cruel | dades depouos que ainda agora começãõ | com conhecida
- 3150** renitencia asugeitarse ao | bediença das Leys; do referido, douconta a | *VossaMagestade* para quelhe seja prezenteoque obrei neste par | ticular *Deos guarde* areal pessoade *Vossa Magestade* como seus uasa- | llos hauemos mister Villa rica 2 de Ianeiro de 1714.

Bras Bacelar da Silva

- 3155** (57) 24-03-1714

||1r.|| *Senhor*⁴²

<Está bem. *Lisboa* 26 deMarço de1714>

- O gouernador eCapitaõ geraL de Saõ Paulo, eMi-| naz DomBraz Balthesar daSilveyra, em Carta de | primeiro deSetembro do annopassado, fesprezente a*VossaMagestade* | que entrando em Vinte
- 3160** enoue deAgosto do mesmo anno | na CidadesdeSaõPaulo, oreçeberaõ aquellez moradores | Comgrande de monstraçaõ degos[t]o⁴³; em trinta ehum | do dito mez lhe dera aCamara posse do gouerno, mas não | Antonio deAlbuquerque por ficar doente no Rio de | Janeyro, como em outra carta representara a*VossaMagestade*; que | hia dando principio
- 3165** aos particuLarez domesmo gouer-| no, e de tudo oque [recebeu] daria Conta a*VossaMagestade*

Esendo uista a Carta refferida

Pareceu ao Conselho dar Conta a*VossaMagestade* doque escreue

42 No canto superior esquerdo há a seguinte anotação tardia: “S. Paulo | 24 Março | 1714”.

43 Esta intervenção se deve à segunda ocorrência perfeitamente legível, à linha 3170..

- | ogouernador e Capitão geraL deSaõPaulo, eMinaz | ede Como
3170 tomouposse daquellegouerno, edasdemonstra-| çoins degosto Com
que oreçebereaõ aquelez moradores | Lisboa 24deMarço de1714
Antonio Rodriguez daCosta Francisco
Monteiro de
JosephdeCarvalhoAbreu [ilegível]Silva
- 3175 (58) 20-09-1714** ||1r.|| Dom Bras Balthasar da Silueira, do Conselho
deSua Magestade que Deos guarde | Mestre deCampo General
dosSeos exercitos Gouernador, eCapitam General de Saõ | Paulo, e
Minas do ouro etcoetera faço Saber aos que esta minha Cartapatente
virem que | tendo consideração aos muitos merecimentos, e conhecida
3180 capacidade queConcorrem na | pessoa de Ioaõ Barreiros deAraujo
TenenteCoronel do regimento deCauallaria da or-| denança do
destrictode Villa noua daRaynha, e a grande satisfação com que
tem Ser | vido o ditto posto, epor terpor certo que em tudo o de
que o encarregar serviraCom o mes=| mo acerto, e muito conforme
3185 áparticular confiança que faço daSua pessoa; hey por bem | de o
nomear, e prouer no posto, deCoronel de hum regimento deCauallaria
da orde-| nança quedetermino formar nos descobrimentos daBatipoca,
Comarca de Saõ Joaõ | deElRey, para o Seruir emquanto eu o houver
por bem, ouSua Magestade não man-| dar o contrario, e hauera posse,
3190 e o juramento doz Sanctos evangelhos em minhas mãos | parabem
seruir o ditto posto, com o qual gozara detodas as honras, privilegios,
isenções, e | Liberdades, que directamente lhe pertencerem, pello
que ordeno atodos os Officiaes, e Solda-| dos do ditto regimento o
Conheçaõ por Seo Coronel, e como a tal lhe obedeçaõ eCum=| praõ
3195 Suas ordens, assimpor escrito, Como depalaura tão pontualmente
Como devem | eSaõ obrigados, epara firmeza de tudo lhe mandey dar
esta patente por mÿ assinada, | eSelladaCom o Sinete de minhas armas,
que SeCumpriraComo nella Sse | Conthem, eregisttara nosLiuros
daSecretaria deste Gouerno, enos mais aqueto=| car. Dada nesta Villa
3200 deNossaSenhora do Carmo aos vintedias de Settembro | de mil [sete
Centos e quatorze] OSecretario Manoel deAffonseca a escrevi.

Bras Balthazar daSilueira

Carta patente porque Vossa Excellencia faz merce aloaõ
3205 Barreiros deArraujo | deo prouer no posto deCoronel de hum
regimentodeCauallaria da ordenança que | Vossa Excellencia
determina formar nos descubrimientos da Battipoca, pellosRespeitos
| enaforma nella declaradas.

ParaVossaExcellencia ver.

3210 (59) 20-10-1714 ||1r.|| Senhor
<Hajauista o Procurador da Coroa. Lisboa 20 delaneiro de
1715>
<Deuesse iuntar a Conta *que* deu
o menistro Andre Leitaõ de

3215 Mello>
<Ia toca cesar aoq[ue] appon-
ta o procurador daCoroa esa
tisfaz tratar en uista
Lisboa 2 de dezembro de1716>

3220 <Dita devassa se achaua tirada ia ao
tempo; [que] Sua Magestade resolveu na Consulta, in
cluza, *que* se não tirasse, pellas iustas re
zoẽs, *que* deuemos suppor, teve *para* isso
||1v.|| E como eu não tenho noticia dellas, é me passado, *que* nem o

3225 Conselho, não sepode | interpor parecer asertado, e prudente, o *que* se
possa conformar com as iustas rezoẽs | *que* teria o dito *direito para*
tomar aquela resolução, e assim se devem por na sua Real | noticia
esta charta da Camara, a Conta do ministro, *que* tirou a devassa, o
numero | dos pronunciados nella, *que* he grande, como tambem os

3230 *que* se prenderaõ, *para que* a vista de | tudo, tome a resolução, *que* for
servido. E da mesma sorte será conveniente *que* | tambem se lhe faça
presente a charta do Ouvidor, na qual auia de dar conta da prisão, | *que*
fes ao Reo Domingos Pereira de Padilha, | como refferiu o menistro.>
||1r.|| Senhor. Não podemos por Ley⁴⁴ de obedientes Vassallos

44 Terminado o despacho que avançou à margem do fôlio 1v., retorna-se teor do documento que começa no fôlio 1r.

- 3235** estranhar | ajusta punicaõ, que ja começa a fulminar oDezembarga=
dor Sendicante Andre Leytão de Mello, aquem foy *Vossa* | *Magestade*
Servido mandar com alçada e Infantaria a Cidade | de *Saõ* Paulo para
nella tomar conhecimento, e castigar os da asso | ada, que os moradores
desta *Vila* de Parnahyba fizeraõ a-| caza do *Dezembargador* Sendicante
- 3240** Antonio da cunha sotto mayor, pois | hê bem conheçaõ todos agrande
attençaõ, e respeyto, que | Se deve aos Ministros de *Vossa Real*
Magestade, Sô pedimos, postrados | aos reais pêz de *Vossa Magestade*,
Licença para Lamentar adesventura | de vivermos taõ remotos, ea
partados de *Vossa Magestade*, a *Cuja Real* | presença, quando chegaõ
- 3245** nossos retardados clamores achaõ ja pre: | occupada a attenção de
Vossa Magestade das queixas dos que Com sua | prezença valedores,
e eloquente recthorica Sabem Com | exageraçoins Legais deminuir
oseu peccado, eaggravar as | nossas culpas. Não hê disculpavel aque
Commetterão | os moradores desta *Villa* na assoada referida; mas na
- 3250** Cle=| mencia de *Vossa Magestade* pareceria deminuta, Se lhe fosse
prezente | onotavel excesso, e descomedimento, com que Se ouve o
Dezembargador Sin | dicante Antonio da cunha Sotto Mayor Servindo
juntamente OLugar | de Ouvidor Geral nas injustiças, pouco temor de
Deos, e desatten | çaõ ao Real Serviço de *Vossa Magestade*, e bom
- 3255** tratamento destes pôvos | Couza taõ recomendada do paternal amor
de *Vossa Magestade*. De-| tudo isto Se esqueceu aquelle rigurozo
Ministro, e estendendo | os Limites de Sua jurisdição aoque ja tinha
concluido mais | de anno, des authorizando nesta Superflua demora,
Ca=| zas honradas e Levando huã para essa corte que deshonestou |
- 3260** Com falsa promessa de areceber; Vltimamente dos Capitulos, que | a
Vossa Magestade remettemos na frota passada, Se colhem que foy |
taõ excessivo odescomedimento do Ministro que irritados muitas ve=|
zes os animos por dezesperados, brotarão em Semelhante | absurdo; e
Se assim Como este foy patente a *Vossa Magestade*; fora | taõ bem
- 3265** oseu excesso, esperamos da Real e[quida]de de *Vossa Magestade*; |
que como Pay eSenhor mandaria enquirir de hũ, eoutro proce | dimento
para que Visse omundo, que Se hã castigos para opouco | respeyto aos
Ministros de *Vossa Magestade*, taõ bem os haviaõ para os que | faltaõ

as obrigaçoens de bons Ministros.

3270 ||1v.|| Senhor. Hê inexplicavel otemor que [os mor]adores | desta terra padecem do mar, edas [br]igas; por e[st]a Cauza não | poderaõ os comprehendidos nadevaça tratar de Seus Livramentos | na alçada do Rio de Ianeiro, ou na relação da Baya, e assim | rogamos, e humildemente pedimos a *Vossa Magestade* que por Sua Real-

3275 | gr[andez]a Seja Servido fazerlhes merce de hũ indulto, para que | prezos na cadea de *São Paulo* se possaõ livrar com o Ouvi=| dor *Geral* que exercer a dita occupação e havendo de Ser no Rio | de Ianeiro, ou na Baya Seja por procuração, ficando os Cul=| pados prezos na dita Cadea da Cidade de *São Paulo*; Com or=| dem de *Vossa Magestade*,

3280 para que os degredos Se concinem para os Ser:| toins desta capitania, as diligencias do descobrimento de | ouro, e prata, emque a coroa de *Vossa Magestade* poderã ter grandes | aumentos. A Real prezença de *Vossa Magestade* guarde Deos como | Seus vassallos dezejaõ. Escripta [na] camara aos 20 de Ou-| tubro de 1714.

3285 <Os officiais da camara da Villa de Sancta Anna da Parnahyba, Comarca da Cidade de *São Paulo*.>

Antonio Correa Franca

Manoel do Rego Cabral

Domingos Lopes da Silva

3290 Damião desouza Portugal

Joaõ de Godoy de Almeida

Jozeph Madeira Salvador

(60) 22-10-1714

||1r.|| Senhor

Por ordem de *Vossa Magestade* recebi em aComarca de | *São Paulo*

3295 do *Dezembargador Ouuidor Geral* damesma comarca | Joaõ Saraiva deCarvalho quinze moedas deOuro | dafabrica da quelleestado falsas, e cortadas e | huma barra de oiro marcada com cunhos falsos | e cortada, o que tudo tenho em meo poder; do que | dou conta a*Vossa Magestade* para me ordenar o que | devo fazer dellas. Lisboa Outubro 22 de 1714

3300 O*Dezembargador Antonio da Cunha Sotto maior*

(61) 05-11-1714

||1r.|| Senhor⁴⁵

⁴⁵ Na margem superior esquerda há a anotação tardia: “*São Paulo* 5 Novembro 1714”.

<Como parece.Lisboa 6 de Novembro 1714>

- Vendosse neste Concelho aCarta incluza do | Governandor, eCappitam
geral de Saõ Paullo eMinas | em que dá Conta da morte *quese* fes
3305 Na vi-| lla de Taubaté aIozeph bento deMenda-| nha, Sendo homecida
Ioaõ Baptista ajuda-| do dagente, eescravos deAntonio Correja, e, |
juntamente hua petição deIoaõ da Fonçeca Cou-| tinha Sotto maýor
Irmaõ do *dito* defunto Sobre | o mesmo dilicto aqual Comesta Se
envia as reais | Maõs de *VossaMagestade*; emque pede Semande tirar
3310 | Noua deuaça pello ouuidor doRio deIaneýro | *eque* os Culpados Se
Livrem Na mesma Cidade | Se deu tudo Vistaao Procurador daConta
| oqual respondeo, *que* esta demolição deCazas-| naõ he bem feita,
mas *que* Sepode disimullar Na | quellas partes, mas naõ aprouar,
porque Comella | hauera algũo Medo Mais a justiça, ou respeito, |
3315 sebem *que*Se as cazas saõ como elle cuida, tanto | importaõ empé
Como aruinadas; e *que* Se deue es-| creuer aoGovernador *que*faça
toda adiligen-| çia posiuel por prender estes Reos, e *que* mande | juntar
oSequestro a deuaça, e deyxallo aordem | das justiças daquella Villa.

- Pareço que aoGouernador Se deue | escreuer *que* se abstenha
3320 desemelhante pro ||1v.|| cedimento de Mandar deMolir Cazas, Sal | vo
forem Cazas fortes feitas afimdeSe impe | dir aexecução dajustiça; e
que *VossaMagestade* deue | Mandar tirar Noua deVaça pello Ouuidor
| daComarca do dstricto onde Sucede este | dilicto, e quefaça muito
por prender os Culpa | dos, elhede Liuramento eSepague [*ilegível*] |
3325 officiaes pellos bens dos mesmos delinquentes. *Lisboa* 5 de Novembro
de1714.

Joam Telles da Silva

Antonio Rodriguez daCosta

Francisco Monteiro de Almeida

- 3330** Jozeph Gomes deAzevedo

Alexandre dasylva Gomez

João desousa

(62) 23-01-1715 <Como parece *Lisboa* 23 de janeiro de1716⁴⁶>

46 Segue rubrica.

Senhor⁴⁷

- 3335** Manoel Mosqueira da Rosa fes petição a | *Vossa Magestade* por este Conselho, em que dis que | elle está prouido No lugar de Ouvidor geral do | Rio do ouro preto no destricto das Minas de | São Paulo⁴⁸, e que a Seu antecessor se deraõ de ajuda-| de custo quinhentos mil reis, eda mesma Sorte a | Luis Botelho de Queiros Com o Lugar do Rio
- 3340** das | Velhas em que foraprouido por falecimento de | João de Moraes Sarmento, e nelle *Supplicante* Severe | ficaõ as mesmas rezoens, e existe, a mezma Causa | que ouue para Sedar ao ditto Seu antecessor a tal | ajuda de Custo pois em todas he a jornada a mesma | e Com as mezmaz despesas, e discomodos.

- 3345** *Pede*⁴⁹ a *Vossa Magestade* lhe faça merçe de lhe mandar Conti-| nuar a mesma ajuda de cuzto de quinhentos milreis | que Sederão aSeu antecessor mandando que Selhe | passem paraeste effeito as ordenás necessariaz.

- Com a ditta petição apresentou o treslado das Pro | uizeoz
- 3350** tirados do *Livro* da *Secretaria* deste *Conselho* pellos | quais Conzta mandar *Vossa Magestade* dar quinhentos mil | reis de ajuda de Custo ao *Doutor* Manoel da Costa de Amo | rim quefoi por Ouvidor geral do ouro preto; eo mezmo - | mandou practicar como *Doutor* Luis Botelho de quei- | ros que foi Seruir o Lugar de Ouvidor geral do Rio | das
- 3355** Velhaz.

- E dandosse vista deste requerimento ao *Procurador* | dafazenda respondeo que pella Prouizaõ que | ajuntou Se deraõ ao antecessor do *Supplicante* quinhentos | milreis de ajuda de Custo, e que ainda que lhepa | reça grande aquantia, Comtudo que não achava | deferença
- 3360** entre hum, e outro, e que a Sy, queSe | devia por estapetição na real prezença de *Vossa Magestade* | *paraque* mandasseoque fosse seruido.

||2v.|| Ao Conselho parece que visto o exemplo do *que* |

Vossa Magestade mandou practicar a fauor do Ouvidor geral | do Rio

47 Na margem superior esquerda, há a seguinte anotação tardia: *São Paulo* | 23 janeiro | 1714. Abaixo do vocativo, há uma marca redonda do carimbo da Biblioteca Nacional.

48 Na altura dessa linha, na margem esquerda, há uma marca redonda do carimbo da Biblioteca Nacional.

49 Na altura dessa linha, na margem esquerda, há uma marca redonda do carimbo do Arquivo Histórico Colonial.

- das mortez Valerio da Costa, e Concorrer Nez | te Ministro azmezmaz
3365 rezoos. Que *Vossa Magestade* | haja por bem de que Se lhe dem de
ajuda de Custo duzen | tos milreis pagos de na mesma parte em que Se
man | dou dar aos maiz Miniztros Lisboa 23 de Janeiro | de 1715.

Joam Telles da silva

Antonio Rodriguez da Costa

- 3370** Joseph gomes de Andrade

Alexandre da Sylva Correa

- (63) 01-07-1715 ||1r.|| Reçebi ade *Vossamerce* de 3 de Mayo de que fiz
aestimação *que Vossamerce* | me mereCe, nella uejo o*que Vossamerce*
me diz sobre os meus particulares, que | bem entendo não falta
3375 *Vossamerce* ao que deue asua pessoa, pore[m] Co | mo *Vossamerce* me
faz merce querer esperar pello seu pagamento, eiuntamente | estarem
os beins sem nenhũ [val]lor, desorte *que Vossamerce* senaõ pa | ga
nem os [[os]] mais *aquem* devo pella impocibi[[cibi]]lidade daterra,
| estou deparecer soster as uendas de tudo, por estar Com Lauras |
3380 de emportancia, que brevemente espero em Deus todos os meus |
dezempenhos, emais me a bem de pagar iuros demais hũ an | no do
que uender [uma] tudo, e fico deuendo ameu Genro *tenente Coronel*
Iose | ph *Vieira* Colasso, mando se entregue dositio eofabrique, para
au | mento delle, que em pouco tempo espero mandar satisfazer tudo |
3385 pella Lauras assim me prometeram e com ofavor de *Vossamerce* ten |
hopor sem duvidaser bem sucedido em tudo, a pessoa de *Vossamerce* |
garde Deus muitos annos. Pitangui oprimeiro de Julho de 1715 annos.

De *Vossamerce* omais obrigado Seruo

Garcia Rodrigues Pais Betim

- 3390** *Tenente Coronel* Major Pedro Taques de Almeida⁵⁰

(64) anterior a 10-01-1716

||1v.|| *Senhor*

Diz Anna Maria Duarte mossa donzella Eorfã moradora nesta
Cidade | de Lisboa oCidenttal na rua da Inquirição Freguezia de
Santa Iustta *que pella* Semtença | de Justificação *que se oferesse*

- 3395** lhe ficou pertensendo, â *Supplicante* tod[a]⁵¹ âacção | de *Seruicos*

50 O papel da carta recebeu dobras de modo que o nome do destinatário ficasse
externo. Vê-se abaixo dele um selo carimbado e, à direita, o número “1169”.

51 “todo”, por “toda”.

- por falecimento de seu Irmao Ioaõ Thomas Duarte tinha fei=| tto âesta Coroa; oqual comesou âseruir nestta Cortte de Sollicitador | das Cauzas Enegocios do Conselho Vltamarino; pertense[m]lhe[[s]]⁵² as Conquis=| tas; em oprincipio de Junho de 689, athe ofim do anno
- 3400** de 698 Co=| mo Consta esse refere dos prouimentos que Correm de folhas1 athe folhas6 | einformasoiñs do Procurador dafazenda do prosidimento do Supplicante, Eembarcando=| sse ôSupplicante nestta Cortte para a Cidade do Rio de Janeiro; Senttou praca de Sol=| dado e continuou a Seruir em 8 do mes de outubro de 694 na Companhia |
- 3405** do Cappitam Bernardo Machado hũa das da Goarnicaõ da ditta Praça e | Continuou oReal Seruico athe 27 de Setembro de 696 em que passou a Ca=| bo dês Coadra da mesma Companhia no qual posto continuou athe 11 =| de Janeiro de 698 Como tudo Consta da ffeê de Oficios a folhas8 edan=| do oSupplicante Baxa a dar um Soldado por
- 3410** Sy por despacho do *gouernador* que | emtaõ erâ oMestre deCampo Martim Correa Vasquez; eEpasando oSupplicante | a praça de Sancttos Sentou praça de Soldado, em aCompanhia do Cappitam | Joseph de Almeida Soares em oprimeiro de Novembro de 1704 eServuio de Sol=| dado na ditta Companhia athe 8 de Novembro de 1705 dia em
- 3415** que passou por Sar=| gento Supra Numerario para aCompanhia do Cappitam Luiz Antonio de Sâ Quei=| roga; etem Seruido athe 23 de Dezembro de 1707 Como tudo Com=| stta da Segunda ffeê de oficios afolhas10 oqual tem Seruido â Sy | empraca de Soldado Como de Cabo de Es Coadra eSargento Supra Numerario odes Curssso de Seis
- 3420** annos Sinco mezes edoze dias | Como tudo melhor constta das duas fês de oficios afolhas10 e no | dês Curssso dos ddittos annos não teue oSupplicantenotta em seos a=| Sentos Antes âsistindo atudo aquillo *que pelos* Seos oficiaes ||2r.|| Mayores lhe foy Mandado; Epelo Seu bom procidimento E | Verdade eZello que tinha do real Seruico oditto
- 3425** João Tho=| mas Duartte oeligerã por esCriaã dos quintos reais de | *VossaMagestade* Epor ordem do Prouedor da Minas equintos lhe Cumulla=| raõ aoSupplicante ordeñs E varias de *Ligencias para as pessoas que* | fosse[m] Compreendidas NaMateria do ouro em pô ou

⁵² “pertenselhes”, por “pertensem-lhe”.

- | barretiado Com Cunho de Suspeitta aLeuasse preza e lhe | fizesse
- 3430** tomadia em tudo *quanto* achasse oque tudo obrou fes | e Se refere na Certidão *afolhas12* Epela Certidão *afolhas15* | Consta oSer NoMeado para hir ao Rio de Janeiro dar Contta ao *gouernador* e *Cappitam general* Dom fernando *Martinz Mascarenhas* daLencas=| tro de Mattos ediuersos *negocios* de importancia oque fes Lê=| uando os papeiz Com
- 3435** todo oSegredo de *que* rezultou aboa | ârecadacaõ dos Reaiz *quintos* de *VossaMagestade* Como em as mais | deLigencias em *que* deo boa e Cabal Satisfacaõ Como Se re=| fere na Certidão *afolhas15* Epela Certidão *afolhas19* Coñstta | tirar Varias de Vaças oSupplicante dos Culpados, nos des Ca=| minhos dos *quintos*de *VossaMagestade* Com
- 3440** Seruando oSupplicante em | Sy todo oSegredo rebatendo por *parte* dos Culpados Com | prudencia onaõ SeSumirem as deVacas que he oque per=| tendiaõ; Eordenada â mudanca da Prouedoria de Saõ | Paullo para a *Villa* de *Sancttos* em chegando âella oSupplicante | *que* foy em oprimeiro de *outubro* de 704 fes as Vezittas em todas | as embarcassoîns
- 3445** que deste portto partirão para oRio de Janeiro | Com forme as ordeñs de *VossaMagestade* *que* athe oprezente foraõ muitas | humas na Barra *grande* duas Legoaas distanttes da *Villa* de *Sancttos* | eoutras nabirtioaga Sinco Legoaas afastado; Eembarcaso=||2v.|| [[Eembarcasoîns]] que procurou Enegros para remarem tudo âcusta do | Supplicante Com
- 3450** expremtentou grandes infortunios; Como tam bem prendeo a | hum João Soares Ribeiro Culpado em Outra deVassa por Com prar Ouro | empô eVzar de Cunhos falcos em tempo que era escriuaõ na O=| Vedoria em Saõ Paullo oditto Supplicante eCom efeito epontualmente fes, | eoentregou prezo aoMestre de Campo Egouernador da *ditta*
- 3455** Praça Joseph Mon=| teiro de Mattos; oqual foy remetido para a Cadea do Ryo Aordem do | *general* Epor Ser ogouernador da *ditta* Praça âmigo doditto prezo; Mandou | Logo prender aoSupplicante João Thomas Duarte em Cuja prizaõ otem | Sinco dias despois de feita aditta deLigencia; Edepois por Ordem | do Prouedor das Minas lhe
- 3460** ordenar fosse oditto Supplicante ao Ryo de | Janeiro apor por edar Contta ao *general* de Concideraueis particula=| rez da prouedoria para oaumento da fazenda real no *que* gasttou trez me | zes Esem

- despeza Alguma da fazenda de *Vossa Magestade* fes a *ditta* Viagê |
Como Constta *dodespacho* e registo *afolhas17verso* Epello Aluarâ
3465 de folha | Constta *afolhas21* esse refere nelle Não ter Crime Algum
o*Supplicado* | Estudo Omaiz deduzido Coñstta das Certidoiñs effêêz de
ofícios | apontadasa as quoaís uaõ todas reconhecidas e*Justificadas* | E
nesttes termos recorre â*Supplicante* Vmilde mente aos Reais pêz | de
Vossa Magestade em Comcideraçã dos Seruicos referidos; echar=
3470 sse â*Supplicante* em hũ pobre de Zemparo Esolidaõ delhe fazer *merce*
Egraca; atendendo aos merecimentos dos Seruicos *doditto* | Seu Jrmaõ
de aprouer com duzentos mil *reis* de tenca na Tezouraria da obra pia
E por essa Cauza
Pede aVossa Magestade que em Comcideraçã do referido e=| [[E]]
3475 hauer Seruido o jrmaõ *daditta Supplicante* â Mais de | quinzee annos;
Com todo obom E *geral procedimento* ea | Custta da Sua fazenda e
Com o perigo da Sua Vida de | lhe fazer *merce Egraca*; â*Supplicante* de
aprouer edespa=| char, Com duzentos mil *reis* de tenca na Tezouraria
da | obra pia *Visto* oque a*Lega eCoñstta* da *Semtença* de | *Justificação*
3480 junta; e*Certidaõ* das mercês *afolhas23* | não selhhe ter feito *merce*
Alguma.

Espera Receber Merce

(65) 24-07-1716 Christovão daCosta Freyre, Senhor de

Pancas, do Conselho de *Sua Magestade* que Deos *garde*

- 3485** *Governador eCappitam general* do estado doMaranhão *etcoetera*
Certifico, que em 20 deMayo de1711 chegou aCidade de São Luis
doMaranhão | em hum dos navios *quevieraõ* doReyno Gervasio Leyte
Rebello, provido *Sua Magestade* que Deos *garde* | na occupaçaõ
de*Secretario* deste estado da qual lhe dei posse em 21 do dito mes,
3490 eanno, e con-| tinuou o exercicio do *dito officio* ate os últimos
[dias] de Junho deste presente anno de 1716, em que | lhe sucedeu
Antonio Rodrigues Chaves, havendose no discurso do *dito tempo*
com notoriasa-| tisfação nas obrigações do *dito officio* assim no bom
trato, eacollimento daspartes, pella boa ex-| pedicaõ, e intelligencia
3495 que teve *para* todos os negocios que nelle se tratarão no discurso do
dito tempo | como noagrado, que sempre experimentou na suapessoa

em todos os particulares que se offere-| ceraõ; havendose com o mesmo
Zello, e cuidado na arrecadação das contas de *Sua Magestade*, | Leys
e mais papeis pertencentes ao governo deste estado, *que* se achaõ na
3500 Secretaria delle, como tam-| bem em a reforma, que fes em alguns
Livros de Registo, por se acharem muito damnificados, fazem-| do
hum novo asua custa, em *que* registou todos os papeis, *que* o tempo
tinha maltratado, por | serem de importancia, *para* o governo destas
cappitanias sem que lhe sirvam de impedimento o fut-| turo de todas as
3505 ordens, regimentos; que continuamente se expediaõ pella Secretaria,
para os Cer-| toës, fortalezas, e Cappitanias deste governo, alem das
muitas patentes, *que* gratuitamente | estava passando aos indios das
Missoes deste estado, acompanhando cinco vezes de | ida, evolta
desta Cappitania *para* ade São Luis padecendo grandes desconfortos,
3510 eriscos devida nã-| sagem de trinta e tres bahias, em *que* succederãõ
grandes trabalhos por serem Mares quazi inna-| navegaveis, e assem
barcaçoẽs pouco seguras, acompanhando na occasiãõ, em
que fui vizitar a *Villa* | de *Santa Maria* del catu, examinar a ruina,
em *que* se achava a fortaleza da *Vera Cruz* cita no | rio de Itapicuru,
3515 acompanhoume outro sim o anno passado de 1715 na guerra *que* fui
| fazer ao gentio danoção dos barbaros Cahicahixes, e outros mais
que infestaõ a Cappitania de São | Luis fazenda Moreha pelo rio
de Itapicuru assim, e pello muito trabalho e aspereza da jorna-| da
egrandes Calores que experimentamos naquelle certaõ, *que* deraõ huãs
3520 febres, *que* me | obrigaraõ a mandallo *para* este c[argo] havendose em
todo o tempo, que exercitou o *dito* | officio de Secretario, com exemplar
procedimento e limpeza de Mãos portandosse com o tratamento |
devido a sua pessoa e occupaçaõ, Mostrando entudo o grande prestimo,
e Zello com que serve a *Sua* | Magestade *que* Deos guarde; pello *que*
3525 o julgo capã, e benemerito de toda a honra, emerge *que* o *dito* Senhor
for servido | fazerlhe. [Com toda] a verdade e affirmo pello habito de
Christo de *que* sou professo | e por meser [pedido mando] passar por
mim assinada, e sellada com o sinete de | minha[s] armas que se regist-
arã 24 de Julho de 1716

- Christovão daCosta Freyre, Senhor
de Pancas, do Conselho de *Sua Magestade* que Deos guarde
Governador eCappitam *general* do estado doMaranhão etcoetera
Faço saber aos que estaminha Provizaõ virem quetendo respeito |
3535 aAntonio Rodrigues Chaves Secretario deste Estado aestar de partida |
para aCappitania doPará acurarse de emfermidade quenestaCappitania
se | lhe não sabe aplicar remedios, nem conhecerse por falta de
medicos, e | chirurgioes, eser necessário proverse adita occupaçaõ
empessôa Capas | eSuficiente enade Gervazio Leite Rebello concorrer
3540 os requezitos | necessarios ehaverServido odito Cargo mais deSinco
annos com | boa satisfação acolhimento aspartes como consta
da rezidencia | que selhe tirou. Hey por bem deoprover noCargo
deSecretario | durante aauzencia deAntonio Rodrigues Chaves
Secretario delle | eemquanto eu ohouver por bem e*Sua Magestade* que
3545 Deos goarde não mandar | oContrario, ehaverá osproes e os percalços
quediretamente lhepertencerem | eohey por metidodeposse. Cumpraõ
egoardem esta Provizaõ inteiramente Como nella SeContem aqual
lhemandey passar por my aSi | gnada e⁵³ [com] o Signete deminhas
armas que Seregis | tará nos [Livros da] Secretaria. DadanestaCidade
3550 deSão Luis | doM[aranhão em] Novembro Anno do nascimento de |
Nos[so Senhor Iesus *Christo*] demil seiscentos edezesseis. aAntonio |
Rodrigues [Chaves Secret]ario doEstado afes

Christovão daCosta Freyre

- Pro[vizaõ] porqueVossaSenhoria Há porbem de nomear a Gervazio
3555 Leite Re | bellonaoccupaçã deSecretario deste Estado durante
aauzencia | doSecretario delle Antonio Rodrigues Chaves Como nessa
SedecLara

Para VossaSenhoria ver

(67) 08-02-1717 <Copia>

3560

<1717>

53 Nesta altura entra o sinete das armas do signatário. Esse sinete atinge a penúltima linha do documento, tendo sido inseridas por conjectura *ope codicis* as palavras ficaram por baixo.

<Nº 2⁵⁴>

Dom Ioaõ por Graça de Deos Rey de Portu | gal e dos Algarves, da quem e da Lem Mar em Africa Senhor de Guine *etcaetera*

- 3565** Faco Saber a vos Provedor da Fazenda daVilla deSantos, *que* sevio o *que* | escrevestes, sobre a Ordem *que* vos remeteu o Provedor daFazenda da Capitania | do Rio de Ianeiro, á cerca de dardes a razaõ por *que* não haviéis a rematado | a Passagem do Cubataõ, e a terem arrendado os Padres daCompanhia, tendo | eu Ordenado, *que*
- 3570** se incorporasse na Coroa, representando-me *que* Logo mandare | is por Edital *para* se arematar a ditta passagem, e *que* tendo noticia oPadre Rey= | tor daCompanhia pedira vista para embargos a ella, *eque* mandando-lha dar, | por entender-des lha não podieis negar, comessaraõ afirmar os ditos embargos; | e para os acabar vos requereraõ
- 3575** lhe mandaseis dar, o treslado da dita Ordem, | ou da que ouvesse para a ditta arematação sefazer, dizendo não Ser bastante | para este fim adita Prouizaõ somente, e *que* esta não poderia ter execuçaõ em | quanto eu não hera informado; *eque* de duziraõ mais os ditos Padres nos Em | bargos, *que* elles nunca arendaraõ, nem tem a rendada aPassagem
- 3580** do Cuba | taõ, mas Só asua Fazenda em*que* está o Porto de Cubataõ a onde se embar | caõ as pessoas *que* delle vem para essa Villa, pelo *que* vem navegando pelo rio | abaixo em direitura por Espaço de quatro legoas, que tanto dista odito | Porto dessa Villa, *eque* as passagens *que* secostumaõ a rematar saõ dos ri | os *que* se atravessaõ dehuma
- 3585** para outra parte. Evendo o *que* nesta | parte me representar, eas mais razoens que vos allegaraõ, ecomo este nego | cio está embargado, eposto em Iuizo pelos Padres daCompanhia, que | em Iuizo se devem findar, *eque* será razaõ *que* a apliqueis ordenando aoPro | curador da minha Fazenda *que* siga a Cauza, e a vós vos mando *que* aSenten
- 3590** | cieis em toda abrevidade, e tendo aFazenda Real Sentença contra Sy, | fazeis logo remeter os autos por treslado ao meu Concelho ultramarino | Citados os Padres, atendo ella Sentença a seu favor não ad'mitais apella | çaõ aos Padres senaõ *para* o Iuizo daCoroa daCaza

54 Na altura dessa linha, com sua metade ocupando três linhas e com a outra na margem direita, há uma marca redonda do carimbo da Biblioteca Nacional.

daSuplicação. El⁵⁵ | Rey Nosso Senhor o mandou por Ioaõ Telles
3595 daSilva e Antonio Ro | drigues daCosta Conselheiros deseu Conselho
Ultramarino, esepssou por | duas vias. Dionizio Cardozo Pereira afes
emLisboa occidental adez | de Fevereiro de mil sete Centos edezasete.
O Secretario Andre Lopes da | Lavrezofes escrever Ioaquim Telles da
Silva = Antonio Rodrigues | daCosta = Segunda Via = Por despacho
3600 do Conselho ultramarino de oito | deFevereiro de mil sete centos e
dezasete = Por El Rey = AoProvedor da | Fazenda daVilla deSantos =
segundaVia

Está conforme

Clemente Ioze Gomes Camponezes

3605 (68) 19-12-1718 ||1r.|| <Copia>

<Nº 9>

OConde deAssumar *Dom* Pedro deAlmeida
Governador eCappitam General dacappitania deSaõ Paulo eterra
dasMinnas, responde á Ordemque lhefoi paraexaminar

3610 aparte maizcomoda econveniente emque sepodesse
fundar, e assentar humaCaza da moeda nas mes
mas Minnas, eocusto quefaria, tanto nos ma
teriaes comonosOrdenados dos Officiaes, que deue
hauer namesma caza.

3615 OrdenandoseaoGovernador ecappitam General dacappitania
deSamPaulo | eterras dasMinnas, *Dom*Pedro de Almeida examinasse
aparte mais | comodo econveniente emque sepodessefundar eassentar
huma | caza damoeda nas ditas Minnas, eocustoquefaria tanto
nos ma | teriaes, como nos ordenados dosoffiçiaes que deuehauer
3620 names | macaza, equanto selhedevia dar acadahumrespectivamente
áparte | ondehaõ deServir, epara esseefeito seinformaria, dos que
se | pagavaõ aosqueseruemnaCaza daMoeda do Rio deJaneiro e |
taõ bemaVeriguaria asutilidades quesepodemseguir aFazenda de |
VossaMagestade emhaueraditaCaza, eseSeriaeste omeio depoder
3625 impe-| dir aextracção doOuro dosSeos Dominios para amaõ dosEstran

⁵⁵ Na altura dessa linha, na margem esquerda, há uma marca redonda do carimbo do Arquivo Histórico Colonial.

- | geiros, como as conveniências *que* nissopodem ter os moradores das
| mesmas Minnas, e ainda para o Comercio domercantins deste Reino |
o *que* tudo faria com toda a individuação, mandando fazer a planta | da
mesma Caza, a qual remeteria a este Reino para *que* com toda | a noticia
- 3630** cepodesse tomar a resolução *que* pode materia taõ im | portante,
e de tudodia Conta a *Vossa Magestade* na primeira ocaziaõ | *que*
se offerecesse de embarcação para esse Reino, o *que Vossa Magestade*
lhe havia | por muito recomendado, e selha declarava *que* aseo
Antecessor man | da *Vossa Magestade* encarregar estamesma
- 3635** deligençia, esperando | della edoseo Zello, que não faltaria da Sua
parte em fazer muy | *exactamente* estamesma averiguaçãõ.
A esta Ordem respondeo o dito Governador e Capitam General
o *que* consta ||1v.|| da carta incluza, *que* com esta seremete á Real
Prezença de *Vossa Magestade*.
- 3640** Dandose da referida cartavista ao Procurador da Fazenda respondeo,
que | ainda quedessas noticias, *que* o ocelho com providencia e
Zelo pede para segurar | os acertos *que* no serviço de *Vossa Magestade*
se deveja empregar, pareça senão pode | colher couza alguma
a favor de seus designios, por não parecer ao Governador das Mi-|
- 3645** nnasera por porcionado o meiodese porem cazas da moeda nelas para |
o fim pretendido de se evitar a extração do Ouro sendo o unico fundamento
| *que* na sua carta apontava, enão se praticavel Vedar se este des Caminho
| em hum Paiz taõ largo e taõ aberto, com tudo elle, Senão podia persua |
dir se usasse Outro algum taõ eficaz para impedir a dita extração, e para
- 3650** *Vossa* | *Magestade* poder cobrar os Seos Reaes Quintos, com o lhasaõ
devidos, enão como | lhasaõ pagos, segundo *o que* já em outra ocaziaõ
lhe parecera, ainda não tendo | a seguransa de *que* as Cazas da moeda
se poderiaõ com facilidade estabelecer, | e *que* hindo a ellas todo
o Ouro das Minnas, poderiaõ produzir taõ exor-| bitantes rendimentos
- 3655** *que* equivalhaõ aos dos mesmos quintos, o *que* | tudo o dito Governador
a Severava; porque Suposto não deixava de reconhecer | a dificuldade
e impossibilidade *que* haviade hauer em se Vedar *que* das Mi-| nnas
saya Ouro em barra e empô, hauendo Cazas da moeda em o Rioe |
Bahia, esta lhe parece se faria *totalmente* trespassando senas ditas Cazas

- 3660** | paraasMinnas, ehauendoseporperdido todoequalquerOuro, quefora | dosDestructos dellas ceachasse, enaõsóemOrio eBahia, mas neste | Reino taõbem, accrecentandose algumaspenas Corporaes eadmetindose de| escauçoens emSegredo, e aindaos mesmosCondutores doditoOuro e | Commissarios eque depouca
- 3665** Cantidade Seria ofaltarem os emolumentos eSenho-| riagem queVossa Magestadeperceba dasCazas daMoeda, queporOratem; quando | de outraparte uma de vantajososexcessos osvinha aLucrar, que nemo | negócio acressiamaior caminho, que oquejá nasczasdamoeda do Rio | eBahia, experimenta, porque mandando Vossa Magestade pagarnellas
- 3670** | aosLavradores seo ouro peloquetoca, tem cessado utilidade, que oCo- | mercio experimentava em usardoOuro comogenero, nemdaque Se | Seguiria ficarem asMinnas maisopulentas, porque oterhum vassallo | cemmil cruzadosemmoedas, onaõfazmaizrico, doque eraquando pe-| lloSeo toque os tinhaemouro; Nemfinalmente este sepoderia
- 3675** fixar ||2r.|| emasMinnas semsereduzir amoeda, porqueeracerto, queaos | MineiroslhenaõServia se naõpara omandarem parafora, eque | ninguemhia ásMinnas comanimo deShauer deperpetuar nelas | masSim deserecolher ásuapatria abundanteeaproueitado, ou | deLáacudir asuafamilia, eparentes; Queisto em oqueSobre |
- 3680** essamateria selherepresentava mais acertado eporque estaeraa | mais importante que naconjuncturaprezente Seoferecia sobreella | com maior acerto interporia oconselho oSeopareçer aVossa Magestade, | equantohauerSempre emas Cazas da moeda, dinheioporem | pronto paraSepagar semdemora o Ouro,aosque aellas Olevaõ (como |
- 3685** oGovernador Aduertia) lhepareçiamuito conveniente e necessario em | qualquer parte, queestasSeachassem.

Sendo tudo Visto.

Pareçeo aoConcelheiro IoaõPedrodeLemos conformarsecomoque | respondeo Oprovedor daFazenda, ecomoque Vota oConcelheiro |

- 3690** dezembargador Ioze deCarvalhoAbreu.

AoConcelheiro oDezembargador Manoel Fernandes Varges | lhepareçe referirsenessenegoçio, aoseovoto quedeo naconsulta | que sefazaVossa Magestade nacontaquedeo oGovernador eCappitam

General das | Minnas, oConde de Assumar Dom PedrodeAlmeida,
3695 sobre aforma | *que* deo aarecadação dosquintos.

AosConcelheiros Douttores Ioão deSouza, eAle-
xandredaSilva Correalhespareçe representaraVossa Magestade; que
| por estaCartadoGovernador das MinnasSemostraõ Os inconveni-
entesquehá *para*seexecutaroque selhe mandou perguntar, ecomo |
3700 Vossa Magestade temmandado ponderar esta materia em varias Juntas,
| onde setemponderado os meios condusentes *para* o seointento, *que* |
Vossa Magestade adeue mandar uer pelos Menistros com quem cecon
| ferio Na Junta desse negocio, *para* que consideradas ascircuns |
tanças einconuenientes, *que* nelle se podemoferecer, se possa | tomar
3705 aresolução quemelhorparecer e formais convenien-| te.

||2v.|| AoConcelheiro JozeGomes deAzevedo lhepareçe, dizer aVossa
| Magestade que emoutra consulta votaoque entendese deve obrarneste
| particular.

AoConselheiro oDezembargador Ioze deCarvalho Abreu
3710 lhepareçe, | que opertender euitar setotalmente quedas Minnassenaõ
hajade extra-| viar algumouro Semserquintado, hépertender
humimposiuel porque | emquanto nellas houuer homens ambiciosos,
naõhaõ defaltar desca-| minhos, assim pelodilatado ambito em que ellas
Seestendem, como por | que oshomens praticos doCertaõ costumados
3715 auadialo porrumos da | agulha, naõ necessitaõ de estradas *para*
oatrauessar, e cadadiadescobrem | nouas veredas *para* fazerem
assuas jornadas com*que* se poderaõ desviar daque-| llas partes
dondesouberemhaõ deser examinados, ea experiencia nos está |
mostrando *que* sendoas Minnas da India occidental mais façeis de guar-
3720 dar e defender por naõ Serem taõ valentes como as do Brazil, e Canssan-
dose há tantos annos tanto setaõ graues talentos em excogitar meios
| *para* oevitar, athe agora onaõ poderaõ conseguir, pois sabemos que
nesta | ultima frota da India Sefezem Cadiz humaimportante tomadia
| da prata; oreferindo o soberano na Suapolitica, que hauendose tirado
3725 da Serra do Potoci, desdeo anno de 1543, em*que* foi descoberto, athe |
o de 1585, cento e Onze milhoens de pezos ensayados, e que se haviaõ
| quintado, naõ Seenvergonha de confessar, *que* o que se furtou aeste |

direito, seriaOutratantaquanthia.

- Sendopoisestapertençaõ praticamente impossuiel, sedeuen |
- 3730** procurar aquellesmeios, o porqueprudentemente Sepossa obviargran
| departe desse damno, jáquenaõpode Sertodo, eassimlhepareçe
po-| deráconduzir para isto / naõparecendoaVossa Magestade;
adequadonem | justo todaaavença queagora Sepratica / mandarpornas
| Minnas, naquelpartequeoGovernador arbitrar maisporporcionada |
- 3735** econveniente, humacazadequintos, emquejuntamente selauremoeda,
| comCunhos naõsóde moedas, a meias, mas dequartos edecimos |
eestabelecidaella, prohibirtotalmente todoo Uzo doouro, quenaõ |
for quintado, assimcomohéprohibido nas Indias deHespanha; ||3r.||
todoaqueque nasMinnas forachado empoder de mer-| cadores,
- 3740** traficantes, rendeiros, tauerneiros, eoutrasquaesquer | peçoas
assimEcleziasticas comoSeculares, queactualmente | naõ min[er]
arem, setomepor perdido, assignando certa parte aquem | odenunciar,
eaosmineiros tempodistribuhido pelocurso do | anno conforme
os Cítios edistâncias emque minerarem emque | sejaõobrigados
- 3745** avir quintartodoouro, quetiuerm tirado com | Cominaçaõdeque
passadoelle selhes podertomar porperdido, | eforadasMinnas emtodos
os mais dominios deVossa Magestade seja | perdido todooOuro,
queseachar em pó, eSemosCunhos dos | quintos, excepto naIndia
oquefor dos RiosdeSerra | e Chinna, porqueoavansoqueosMineiros
- 3750** haõdeter no | preço doOuro despoisdequintado oureduzido amoeda,
eo | temorqueassim estes comoostraficantes teraõ deoperder, osCon-|
teràpara onaõ descaminhar.

- Naõ ignoraqueosgeneros dec[arre]to quese | Gastaõ nasMinnas,
haõ desubir depreço, sendoopagamento | feito emmoeda decontado,
- 3755** poremetesteprejuizo, quehaõ de | experimentar osmoradores dellas,
ficarácompensado eSaboria-| do como avanssoquehaõdeter noouro
quemeterem na | casadaMoeda, queseagoraSelhesdá milreis, nelalhes
| poderachegar amil equinhentos. Aponderaçãõ, que a | moedadeOuro
nesteReino naõestá porporcionada com | adeprata, porcujomotivo
- 3760** osEstrangeiros transportaraõ | toda adeprata aosSeos Paizes, naõ
deue deServir deobsta | culo aestaresoluçaõ, porqueestedamno,

jánaõ tem remedio, | pois indaque agora Sequizesse porporcionar,
 jáelles anaõ | haviaõ tornar arestituir, e aexperiençia nos temmos
 | trado, queomesmo Saquevaõ dando adeOuro, eseaesta | sedeo
3765 menor Vallor paraeffeito deseporporcionar, mais | conveniençia
 lhesfariamos para solicitarem asua extraccaõ. <Areflexaõ> ||3v.||
 queoGovernador fazdeque aconducçaõ dos materiaes necessarios para
 | oLavor damoeda haõdefazer grande despeza, sepoderá preuenir ou |
 abraçandoomeio *que* elle aponta, ouOrdenando*que* narecessaõ doouro
3770 | *que* aspartes meterem nacaza della, setenhaatençaõ aestadespesa |
 abatendosenoValor dotoque, oquesearbitrar equivalenteaellas.

E porque não será facil achar nesteReino todoOs | offiçiais, deque
 estacazaSehadecompor com abrevidade queafrotta há | departir nem
 dellaspoderaõ transportar asMinnas semgrande | despeza daFazenda
3775 deVossa Magestade adas ditas Cazas queseachaõno | Brazil ateBahia,
 hésemque menos moedase Lavre, sepoderá | mandarpassar esta
 asMinnas, resultandotaõ bemdisto aCon-| veniençia, que quando
 estearbitrio naõproduza oefeito dezejado, | commais facilidade
 sepodetornar arestituir amesma terra don-| deagora Setirou.

3780 AoConcelheiro Antonio Rodrigues daCosta lhepareçe |
 referirse aosovoto quedeonaconsulta, quesobecom estajunta | aVossa
 Magestade, quesefezsobre anovaforma acontribuiçaõ, eareca | daçaõ
 dos quintos, quedeo oGovernador das Minnas. Lisboa Occidental | 19
 deDezembro de1718 Constam Abreu Azeuedo Silva-| Souza e Vargas
3785 Lemos.

Joaquim Miguel Lopes de Lavre

(69) 20-12-1718 ||1r.|| Senhor⁵⁶

Por carta de 12 deJulho do anno pas | sado dei conta aVossa Magestade
 do motim | que fizeraõ os Soldados desta praça | por cauza de se lhe naõ
3790 pagarem as | fardas, asquaes se esperauaõ doRio | de Janeiro na forma
 das ordens de Vossa Magestade | visto naõ hauer neste Almoxarife |
 effeitos por donde sepudesses pagar | enaõ obstantes estas rezoins
 se a=| motinaraõ sendo aminha caza o | alvo da sua furia por *que* a
 leuaraõ | a escolha com outros dezacatos feitos | a minha pessoa por

⁵⁶ Na margem esquerda há a notação tardia: “1718 Dezembro 20”.

- 3795** rezaõ de meu | officio. Este temerario arrojo | não teue demonstraçaõ
alguã de | castigo, mas antes selhes concedeo | perdaõ em nome de
Vossa Magestade dando | se occaziaõ com este disimulo aque | ofaçaõ
repetidas uezes, deque dou | Conta aVossa Magestade paraqueSeia |
seruido mandar lhe aplicar o re=| medio que parecer mais conveni=|
- 3800** ente. A realpessoa de Vossa Magestade | guardeDeos muitos annos.
San=| tos 20 de Dezembro de 1718 an | nos.

TimotheoCorreadeGoes

(70) 15-03-1719

||1r.|| Senhor⁵⁷

- OConde General das Minas preten | deo que oContrato dos Dizimos |
- 3805** destas capitancias se rematasse na | Cidade deSaõ Paulo, eque selhepa |
gassem seiscentos milreis depropi=| na com opretexto de ser muitapar
| te destes Dizimos das Villas deSua | jurisdicaõ; oque eu duuidei
fazer Com | o fundamento da posse antiquissima | emque está esta
provedoria de ar=| rematar este contrato nesta villa | epraça desantos,
- 3810** donde rezidem |os officiaes dafazenda, está oAl=| moxarifado ese
recebem asfi=| anças para segurança do dito Con=| trato: e mais quando
datal ino=| vaçaõ não sepodia conciderar uti=| Lidade algũa afazenda
real, mas sim | alguns inconvenientes não sendo | omenor delles
a insuficiencia das | fianças pella qualidade dos cabedae | daquelles
- 3815** moradores que comum mente | constão de escravos, queSchoiesão |
a menha podem não ser. Em quanto | apropina lhe respondi que não
| hauia provizaõ deVossaMagestade para selhe | pagar, nemparecia
conveniente | tirar se tão grande propina dehũ | contrato detão tenue
sustancia | como he este donde necessaria mente | havia de diminuir
- 3820** no corpo do | mesmocontrato toda a importan[sia] ||1v.|| dapropina
queSelhe impuzesse; | esupostoque com aminha repos=| ta tem cedido
o ditogeneral do | seu intento, faço aVossaMagestade pre=| zente as
rezoins que me move | rão a não dar com primento asua | ordem. Á real
pessoa deVossaMagestade | guarde Deos muitos annos.
- 3825** Santos 15 de Março de 1719 annos.

TimotheoCorreadeGoes

57 Na margem esquerda há a notação tardia: “1719 Março 15”.

(71) 08-05-1719

||1r.|| Senhor

- Achouse *que* a contribuição das *Cameras* | para o ordenado do
3830 Ouvidorgeral | destacamarca importavasamente | cento evinteesinco
milreis entran | do neste computo vinte milreis *que* | pagava a camera
desta villa do | *rendimento* dos subcidios *que* adminis =| trava; e como
estes celebraõ hoie | pella fazenda real, se eximio adita | camara deos
pagar com opretex | to *deque* não tem outros *rendimentos* | de donde
3835 possaõ sair. Easim | ficou adita contribuição em cento | esinco mil reis
que os officiaes da | camera da cidade de São Paulo | pagaõ cada anno
neste Almoxtari | fado *para* oordenado do dito ouvi =| dor geral, sahindo
da fazenda real | os duzentos e noventa esinco mil | reis que faltaõ para
os quatrocen | tosque *Vossa Magestade* foi seruido man | dar lhe dar de
3840 ordenado. A real | pessoa de *Vossa Magestade* guarde Deos | muitos
annos. Villa de Santos | 8 de Mayo de 1719 annos

Timotheo Correade Goes

(72) 12-05-1719

||1r.|| Senhor

- Os Padres da *Companhia* do Collegio de | Sam Paulo tiveraõ
3845 sentença contra | si na cauza sobre oposto do Cuba | tam, daqual
sentença appelaõ | para ojuizo da Coroa da caza da | supplicaçaõ para
donde lhe recebi | asua appellaçaõ na forma daor =| dem de *Vossa*
Magestade de 10 de Fevereiro | de 1717 e em ambos os effeitos por |
mo requererem asim e eu enten =| der quelho não podia negar: E | será
3850 conveniente que ordenando | me *Vossa Magestade* que esta passagem
| se arremate pella fazenda re | al, seja servido mandarme de | clarar
que *procedimento* heide ter no | cazo que não haia Lansador a | dita
passagem. Á real pessoa de | *Vossa Magestade* guarde Deos muitos
an =| nos. Villa de Santos 12 de Mayo | de 1719 annos.

3855

Timotheo Correade Goes

(73) 16-05-1719

||1r.|| Senhor⁵⁸

- Aoporto desta Villa chegou em setembro | do annopassado hũ
pataxe Frances | com carga de negros, algũ mar fim, | ferro, e sera
3860 bruta: e examinada pel-| Lo ouvidor *geral* de São Paulo a causa | de

58 Na margem superior esquerda há a anotação tardia: “1719 Maio 16”.

- sua arribada, se achou ser fingida | eaffectedada porque oSeu intento era fa=| zer negocio por estas villas doSul. | Os autos deste exame se remetteram | aogouernador doRio deJaneiro para os | determinar e remetter com aSua de-| terminação a rellação desteEstado | donde
- 3865** sehade determinar edeclarar | setem incorrido napena da Ley na | forma daordem de *VossaMagestade* de 5 de | Outubro de 1715 Eporque nesta aueri=| guaçaõ sehauiade gastar tempo con=| ciderauel; eos negros, *que* erã cento e | treze cabeças entregrandes epequenos, | aLem do risco demorrerem estariam | fazendo huã despeza notavel,
- 3870** ordenou | oGovernador destapraça Luis Antonio desaQuei =| roga *que* os ditos negros seuendesem em | praça aquem por elles mais desse, *eque* | seu procedido com a mais carga do dito | pataxe se puzese em depozito athe | se determinar em rellação se tem in | corrido na pena daLey; *oque* assim | seexecutou uendendose os dittos | negros por noue
- 3875** centos esette centos | milreis dos quaes sedeue descontar | as despezas feitas com os mesmos ne | gros edescargado pataxe: o qual | por hauer ja nove mezes *que* estasurto | nesseporto, dizem os mestres daRibeira ||1v.|| não estar capaz deSe navegar por | passado do buzano epodre sem hũ | concerto demuito grande despeza, | deque aterra não he capaz
- 3880** por não | hauer nella os materiaes necessarios. | E Será conveniente, no cazoquena | rellação se julgue o dito pataxe | eSua carga por perdido para a | fazenda real, queSeia *VossaMagestade* ser=| vido mandar que desse *dinheiro* pro=| cedido dos negros sepaguem as | fardas aos soldados deste prezidio | que selhe estão devendo há tres | annos por não
- 3885** chegarem os effei=| tos quehá neste Almoxarifado | para pagamento das ditas fardas, | nem virem doRio deJaneiro como | *VossaMagestade* tinha ordenado. e que | o resto do dito *dinheiro* seaplique aobra | da Cadeya tam necessaria nesta | villa. A realpessoade*Vossa Magestade* | guarde Deos muitos Annos. Villa | desantos 16 deMayo de 1719 an
- 3890** | nos.

TimotheoCorreadeGoes

(74) 30-05-1719 ||1r.|| Treslado doAuto que mandou fazer oDoutor Ma
thias dasilua Juis defora nestavilla eprassadesan

- 3895** tos eseutermo com alsada porSuaMagestade que
Deos guarde por mim Antonio freire Agostim,
escriuaõ das varas sobre hum asoiteiro
Anno doNassimento de nossosenhor Jesuschristo de mil | esetesentos
edezanoueannos aos trintadias domes de | Mayo dodito anno
- 3900** nestavillaepressadesantos empou | zadasdoDoutor Mathias dasilua
Juis defora onde eu es | criuaõ Sobredito eaodiantenomeado fuy
por elle cha | mado esendo ahypellodito Doutor Juis defora foy
ditoamim | escriuaõ que depuzesse comtodaaclareza edistinsaõ | como
edequesorte tinha acontecido oser eu asoitado | dentro doconuento de
- 3905** Santo Antonio desta ditavilla | oque eu promety fazer nauerdade efoy
ocazo naforma | seguintequesendo avinteesete dodito mes deMayo
| dodito anno ãdando eu escriuaõ Rondando avilla denoite | topey
foradehoras ahumpreto criollo pornome Bertholameu | que se dis
Ser escrauo doPadre Frey Joseph deSanta Brizida | Guardiaõ dodito
- 3910** conuento deSanto Antonio destavilla ere | prendendo eu aodito criollo
que Serecolhesse respondeume | queserecolheria quando quizesse
eavista desta reposta | dey nodito criollo humas vergastadas eodito
criollo leuan | tou damaõ comhumprato que Leuaua eaodespois
Seaba | xou ao cham apegar emhumapedra pera meatirar elogio
- 3915** | nooutro dia Domingo doEspirito Santo indo euamissa | aodito
conuento comoDitoDoutor Juis defora estando | elledentro daJgreja
as oito horas damenhan dodito dia do | espirito Santo mechamaraõ
ao alpende dodito conuento | dous religiosos por nomes Frey Pedro
eFrey Bertholameu | epegandome em mim me recolheraõ paradentro
- 3920** dapor | taria quelogosefechou aonde estavaõ Seis religiosos epu
| chandomepellos cabellos meleuaraõaocapitulo os di | tos dous
religiosos com os outros seis emcuja companhia | foratambemodito
guardiaõ frey Joseph de Santa Bri | zida eoPadre Frey Antonio cubas o
definidor esendo eu Le | uado aocapitulo metiraraõ acazaqua evestia
- 3925** depois | demehauerem tirado aespada logo naportaria efize | rame
ajuelharmeaforssa edizendo euaoditoPadreguardiaõ ||1v.|| [[Guardiaõ]]
que menaõ fissessem algum dezacato respondeume | que overade fazer
epreguntandome porque dera no dito | seunegro digo noditoseu

- escrauo lhe respondy quepor achalo | foradehoras denoite avistadoque
3930 omesmo PadreGuar | diaõ mequeria desiplinar nas costas oque fes por
seuman | dado humleigo dandome com as deseplinas nas costas por
| tres vezes com forssa nascostas deque meficaraõ vergoins | naqual
ocasiaõ mechamaraõ demamaluco ebastrado | oditoPadreGuardiaõ
eodito PadreFrey Antonio cubas | esehera pormandado dealguem que
3935 lhevesse contar | quetambem nessealguem ouueradefazer omesmo |
ecomisto melargaraõ oquepassa naverdade eojuro | pello juramento
de meu officio foram testemunhas | destefacto ManoeldesouzaGazio
eFrancisco chauier | Pissarro eoutros mays [[tos]] moradores destavilla
oqual | Auto eomais quedelleconsta eoque tenho deposto docazo |
3940 mandou elle ditoDoutor Juis defora fazer eem queasi | gnou comigo
Antonio Freire Agostim escriuaõ da | varadoAlcaide queoescreuy //
Mathias dasilua | Antonio Freire Agostim

Termo de Asentada

- 3945** Aos trintaehumdias domesdeMayo de mil esetesentos
| edezanoueanos nestavillaepressadesantos ecazasdas |
moradasdoDoutor Mathias dasilua Juis deforanestadita villa |
eseutermo comalsadaporsuaMagestadequeDeos guardeahy | porelle
comigo tabaliaõ aodiantenomeado foraõJnqui | ridas epreguntadas
3950 astestemunhas pello contheudo no auto | atras as quoais foraõ chegadas
pellooAlcaide desta ditavilla | Goncalo Correa eseusditosnomes
eJdades Saõ os que aodiante | seseguem dequeдетudo fis este termo
deasentada eeu | Pedro Pinto tabaliaõ oescreuy *etcaetera*
- 3955** Testemunha
Francisco Cardozo Madureiramorador nestavilla | epressadesantos
enella mercador delogiaaberta | deJdadequedissesser desincoenta
edousannos pouco | mais oumenos testemunhajuradaaos Santos evan |
gelhos aquem oDoutor Juis deforadeuojuramento em | quepos Suamaõ
3960 direitaedeabaixo delleprometeu dizer | [[prometeudizer]]verdade
doquesobesseefossepreguntado | edocostume dissenada

Epreguntado pellocontheudo noautoatrasdisse ||2r.||

- [[Disse]]elle testemunha que nodiadocazo susedidoestiuera |
 devezita comoPadreGuardiaõ Frey Jozeph desanta Brizida |
3965 edespedindossedellevindo parabaixo elle testemunha vira | vir daparte
 daportaria doconuento desantoAntonio desta | villa ahumreligioso
 curista pegando emhumhomen quehera | oescruiã davara delledito
 DoutorJuisdeforaeodittocurista|comtodososmaisreligiososeomesmo
 guardiaõ excepto | oPadreFrey Joaõ de SamBoa ventura eoPadre Frey
3970 Antonio | poralcunho oBarra eoleuaraõ aodito escriuaõ aocapitulo
 | aque tocaraõ vindo odito curista comaespadadoditoescruiã | digo
 comaespadanuadodito escriuaõ namaõ emcuja oca | siaõ ouuiradizer
 ahuns rapazes que ahy Seacharaõ deque | deraõ nodito escriuaõ
 tresdeSiplinadas eestando elle tes | temunha na Portada Sanchristia
3975 doditoconuento ouuira | fallar em vos altaaodito PadreGuardiaõ
 dizendo aoescruiã que | causa tiuera eporque dera muyta pancada
 com hum paõ | noseunegro BerthoLameu na noite antesedente indolhe
 | buscar oquehera nesessario; eoutro Sim ouuio elletestemu | nhadizer
 não Selembra aquem quedisera odito escriuaõ | aoditoPadreGuardiaõ
3980 quesedera noseu negro forapor lhe | mandarem dar eaodepois omesmo
 escriuaõ logo incontinen | te Seretratou dizendo que não dera nodito
 negro BerthoLa | meu por mandado dealguem Senaõ elle mesmo
 dese mo | theo proprio avista do que respondera oPadre Guardiaõ
 Frey | Joseph deSanta Brizida quesepor mandado dealguem tinha |
3985 dado nodito seu negro que lho viesse contar emais não disse | easignou
 comodito Doutor Juis deforaeu Pedro Pin | to tabaliaõ oescreuy //
 Silua // Francisco Cardoso Madureira

Testemunha

- 3990** Antonio decampos Maciel horaestantenestavilla | eprassadesantos
 enellaofficial de ouriues deJdadequedisser | ser decorenta edousannos
 pouco mais oudenos testemu | nhajuradaaos Santos euangelhos
 aquemoDoutor Juis de | fora deuojuramento emquepos Sua maõ direita
 edebaixo | delleprometeu dizer verdadedoquesobesse efossepregun |
3995 tado edocostume disse nadaetcaetera

Epreguntado pellocontheudo noauto atras | disse elletestemunha

- que nodia emquesusedeo | ocazo mencionado estiueraoconuento
de Santo An | tonio destavilla evira mandar odito PadreGuardiaõ
| chamar aoPadre Samchristaõ Frey Jgnacio que despois | defallar
4000 comoseguardiaõ disera odito Samchristaõ aelle ||2v.|| [[A elle]]
testemunhaestas palauras hoje hade suseder neste | conuento huma
diabrura equesenaõ fosse elletestemunha | embora elogo viraelle
testemunha as oito horas pouco mais | oumenos damenhan Domingo
doEspirito Santo aoPadre | guardiaõ Frey Joseph desanta Brizida estar
4005 naportaria dodi | toconuento junto comFrey Pedro eoutros curistas
elogo | naprimeiraporta aodiante daportaria estauaõ outros | dous frades
enaporta dasamchristia outros dous enaporta | docapitulo outros dous
epgando os ditos que estauaõ na | portaria emo escriuaõ dauara delle
dito Doutor Juis defora | que estaua naIgreja pera ouuir missa oLeuaraõ
4010 ao dito | seuescriuaõ Sem espada aqual Leuaua hum frade namaõ |
que elle testemunha naõ conheseo eleuandoo aforssa para | dentro
do claustro puxando lhe pellos cabellos hum curista | eajuntandosse
os frades todos que ahy estauaõ eaodespois | vieraõ quando Setocou
Logo acapitulo oleuaraõ aelle | onde odito PadreGuardiaõ disse
4015 aodito escriuaõ ogrande-| cicimo mamaluco he dezauergunhado etem
maos para | dar em negros desteconuento aoque respondeo oditoescri
| uaõ quesedera noditoseunegro queforapellanoite an | tesedenteandar
foradehoras na rua querer abrir huma | janella eentreoutras rezoens
aque elletestemunha | naõ esteueprezente ouuio oestrondo que faziaõ
4020 as desepli | nas por onde julgou quecom ellas Seestaua asoitando |
odito escriuaõ nocapitulo eaomesmo tempo ouuio elle | testemunha
dizer em vos alta aodito Guardiaõ peraodito | escriuaõ horava Sefoy
por mandado dealguem que deu | nonegro que lhas tire essealguem
eouuio elleteste | munhadizer aos mesmos frades doconuento que
4025 tinhaõ | asoitado aodito escriuaõ nas costas paraoque lhe tiraraõ |
acasaqua emais naõ disse easignou comooditoDoutor | Juis defora eeu
Pedro Pinto tabaliaõ oescreuy // Silua // | Antonio decampos Maciel

Testemunha

- 4030** Francisco xauier Pissarro moradorenestavillaepressa | desantos

enellahomenqueviue deseunegocio de Jdadeque | disse ser detrinta annos pouco mais oudenos testemu | nhajuradaaos Santos evangelhos aquemoDoutor Juis | deforadeu ojuramento emquepos Sua maõ direitaede | baixo delleprometeudizer verdadedoque sobesseefosse |

4035 preguntado edocostumedissenadaet*caetera*

Epreguntado pellocontheudo noautoatras ||3r.|| [[Atras]] disseelletestemunha queno dia quesusederaocazo | estaua dentro da Jgreja desanto Antonio destavilla ouuindo | missa esahindo para fora estando no alpendre vira abrisse | aportaria esahir dedentro della oescriuaõ Antonio freire edi | zer vossas Patrindades naõ mefizeraõ isto amim Senaõ | aoDoutor Juis defora; eadespoisnomesmo dia ouuio elletes | temunha dizernaõ Selembra aquem quetinhaõ asoitado | os frades desanto Antonio aodito escriuaõ nas costas com humas | deseplinas tres oucoatro vezes emaisnaõ disseesignou | comodito

4045 Doutor Juis deforaeu PedroPinto tabaliaõ [o es] | creuy // Silua // Francisco xauier Pissarro

Testemunha

Esteuaõ Fernandescarneiro moradornestavilla epra | ssadesantos enellahomen denegocio de Jdade quedissese | desesentaehum annos pouco mais oudenos testemu | nhajurada aos Santos evangelhos aquem oDoutor Juis defora | deu ojuramento emquepos Suamaõ direitaedeabaixo | delleprometeu dizer verdadedoque sobesse e fossepre | guntado edocostumedissenadaet*caetera*

4055 Epreguntado pellocontheudo noauto atras disse | elle testemunha que nodia que aconteseo ocazo aoescri | uaõ davara seacharanoconuento desanto Antonio | destavilla no claustro querendosahir parafora eaomesmo | tempo toparaelletestemunha comodito escriuaõ emais | dous frades queoLeuaraõ pegando nelle aocapitulo evendo | **4060** elletestemunha isto subio parasima paraabaranda | doconuento paraver milhor ocazo pois que debaixo Setinha | ajuntado muitagente eindo parasima chegando adita | Baranda disera SeBastiaõ dePassos que hia emcompa | nhia delletestemunha esthandoparabaixo diseraoPassos | ja Seacabou ecomisto sevi hera elle testemunha embora | eantesqueelle

- 4065** testemunha subisse parasima viraqu[e] | embaixo nocapitulo
aodito guardiaõ que tinha hido em | companhia dodito escriuaõ
epreguntando elleteste | munha depois docazo susedido aomesmo
Padre Guardiaõ | porque rezaõ fizera aquelle dezacato aoescruiãõ lheres
| ponderaodito Guardiaõ por lhehauer dado em hum negro | seu
- 4070** muitapancada comhum paõ Sem hauer cauza | paraisso epreguntando
aomesmo queixoço odito Guar | diaõ quecauzatiuera pararar nodito
Seu negro lheres | pondera oescruiãõ que fora mandado eisto ouuira
dizer | aomesmoGuardiaõ; eoutrosim ouuio elletestemunha | dizer
publicamentenaõ Selembraaquemasim anegros | como abrancos
- 4075** eatodos destavilla he[[ra]]notorio queno ||3v.|| [[ssê notorio que no]]
conuento destaditavilla leuaraõ aodi | to escruiãõ acapitulo e lâ
lhederaõ humas deseplinadas | emais naõ disse easignou comodito
Doutor Juis defora eeu | Pedro Pinto tabeliaõoescreuy // Silua //
Esteuaõ Fernandes Carneiro

4080

Testemunha

Antonio Ferreira deGamboa morador nestavillaepra | ssadesantos
enellamercador delogia aberta deJdade | que disseser decorenta e
humannos pouco mais ou menos | testemunhajurada aos Santos

4085 evangelhos aquem o Doutor | Juis de foradeuojuramento emque pos Sua
maõ direita | edebaixo delle prometeudizer verdadedoquesobesseefosse
| preguntado edocostumedissenadaetcaetera

Epreguntadopellocontheudonoautoatrasdisse|elletestemunhaque
estando nomesmo dia docazo | susedido emoconuentodesantoAntonio

- 4090** destavilla | dentronoclaustro vira vir oPadreGuardiaõ Frey Josephde |
santaBrizida desendodesima em companhia deoutro | religioso evieraõ
para aportaria epreguntando elle teste | munhaaoditoPadre Guardiaõ
pellasua milhora pois esta | uadoente lheresponderaqueaocaziaõ
assim opremetia | elogio viraelletestemunha dahy apouco espacio vir |
- 4095** humcurista daportadaportaria pegando nodito | escruiãõ enasuaespada
equerendo escapar damaõ | docurista odito escruiãõ acudirao
PadreGuardiaõ ape | gar nelle junto comooutro elhepuxaraõ pellos
cabellos | paraoterem mais Seguro edisse odito Guardiaõ aos outros |

- religiosos queoLeuasem aodito escriuaõ para ocapitullo | e logo digo
- 4100** ocapitullo elogo nomesmo istante tocaraõ | aelleeseajuntaraõ todos
os religiosos enodito capitullo | ouuiu elletestemunha dizer domesmo
Padre Guardiaõ | aos frades quetirasem aoescruiãõ asuacazaqua | fora
etirandolha ficara oescruiãõ emcamiza eman | dara oditoGuardiaõ
ahum Leigo Frey Francisco que | dessenodito escriuaõ humas
- 4105** deseplinadas duasoutres | muyto brandamente dizendolheque hera
paraoabsol | uer porque estaua excumungado per hauer dado | odito
escruiãõ emhum negrodoconuento e depois | depassado tudoisto
ecomposto oescruiãõ lhe disera | oditoPadre Guardiaõ quecasta de
figura heraelleeque | hera hum pedaço demamaluco epera que tinha
- 4110** | dado nonegro daquelleconuento que Setornasseadar | noditonegro
outer maos paraelle ouperacouzas daquelle | conuento que nomeyo da
rua lhe hauia de mandar rachar ||4r.|| [[Rachar]] ascostas comhumpaõ
nodito escruiãõ emais | não disse easignou comodito Doutor Juis
deforaeuPedro | Pinto tabaliaõ oescreuy // Silua // Antonio Ferreirade
- 4115** Gam[boa]

Testemunha

- Pedro dasilua Buenomorador nestavilla eprassade | santos
enellaestudante deJdadeque disseser dedezano | ueannos pouco mais
- 4120** oumenos testemunhajurada | aossantos evangelhos aquemo Doutor
Juis deforadeuju | ramentoemquepos Suamaõ direitaedebaixo delle
| prometeudizer verdade doque sobesse efosse perguntado edo |
costume dissenadaetcaetera
- Eperguntadopello contheudonoauto atrasdisse | elletestemunha
- 4125** que ouuira dizer a Antonio decam | pos quehum Frey Pedroreligioso
deSanto Antonio desta | villa chamara paradentro daportariaaoescruiãõ
An | tonio Freire e recolherã eque Lâ dentro os frades asoita | raõ aodito
escruiãõ comhumas deseplinas emais ouuiu | elletestemunhadizer
aomesmo Antonio decampos | quehum Padrevelho dodito conuento
- 4130** nessaocaziãõ | disera asimsecastigaõ a mamalucos emais não disse
| easignoucomoditoDoutorJuis defora eeuPedro | Pinto tabaliaõ
oescreuy // Silua // Pedro dasilua Bueno

Testemunha

- 4135** Manoel Moreira Porto morador nestavilla eprassadesan | tos
enella Mestre deferreiro deJdadequedisser de vinteeseis |
annos testemunha juradaaos Santos evangelhos aquem | oDoutor
Juis defora deuojuramento emque pos Suamaõ | direita edebaixo
delleprometeu dizer doque sobesse efosse | preguntado edocostume
- 4140** dissenadaetcaetera
Epreguntado pello contheudo no auto atras disse | elletestemunha
que naocaziaõ docazo susedidoesta | uanoconuento [de]santo Antonio
desta villa falando | com o Padre Frey Domingos Leigo evindo para
ap[orta]junto | asamchristia ouuirahum tropel dereligiosos elogo
- 4145** vio | elle testemunha tres oucoatro religiosos que lhes não | sabe os
nomes evinhaõ d[a]portaria etraziaõ agarrado | aoescriuaõ Antonio
Freire Agostim ehum dos ditos[reli] | giosos trazia em sua maõ a
espada do dito escriuaõ em [Bainha a] | eosm[es]mos religiosos Logo
Leuaraõ aodito escriuaõaoca | pitullo etocandosse logo aelledisera
- 4150** oPadre Guardiaõ ||4v.|| [[Guardiaõ]] dodito conuento Frey Joseph
desanta Brizida | aodito escriuaõ que Seconheseraonegro Sehera
docon | uento eodito escriuaõ responderaque não conhesera ean |
taõ disera odito Padreguardiaõ queseodito negro tinha | feito algum
aggrauo aodito escriuaõ por que o não | tinha Leuado Lâ emandou
- 4155** odito Padre eGuardiaõ | aodito escriuaõ quetirasse acazaqua fora
paraoutro | dia conhesesseque onegro heradoconuento emandou | odito
Guardiaõ por deJuelhos aodito escriuaõ lhemam | dara dar duasoutres
desiplinadas pellascostas por hum | religioso doditoconuento que
elle testemunhanaõ lhe | sabe onome eantesedentemente odito Padre
- 4160** eGuardiaõ | chamara demamaluco aodito escriuaõ aquem | mandou
vestir acazaqua elledisse que viesse | contar oditoescriuaõ aquem
lhetinhamandado | dar noseu negro que elledito guardiaõ tinha feito
| aquillo aelledito escriuaõ etudoisto vio elle teste | munha emais não
disse easignou comodito Dou | torJuis defora eeuPedro Pinto tabaliaõ
- 4165** oescreuy // | silua// Manoel Moreira Porto

Testemunha

ManoeldeMattos Nogueira morador nestavilla | eprassa desantos enella
mercador delogia aberta | deJdadeque disseser decorentaedousannos
4170 pouco | mais oumenos testemunha jurada aos Santos evan | gelhos
aquem oDoutor Juis defora deuojuramento | emquepos Sua maõ
direita edebaixo delleprome | teudizer verdadedoque sobesseefosse
preguntado | edocostume dissenadaetcaetera

Epreguntado pello contheudo no auto atras | disseelletestemunha
4175 que estandoaotempo | dosusedido noclastro doconuento de Santo
Antonio | destavilla viravir Bastantes religiosos dodito con | uento
ehiremparaocapitulo onde elletestemunha | ouuiraaopadreGuardiaõ
preguntar aodito escriuaõ | porquecauza deranoseu negrro ecomque
armase acha | ra ao que respondeo oescriuaõ quecom nenhuma
4180 eque ||5r.|| [[Eque]]seder noseu negro fora mandado e por ter topa
| do aodito negro emhuma noite atras tirando huma | o rupema
dehumaJanella eaodespois ouuira quapor | fora avarios amigos
ePessoas quenodito conuento ti | nhaõ dado humas desiplinadas nodito
escriuaõ pellas | costas sobreacamiza eacresentou mais elle testemu
4185 | nha aoseuJuramento quevirahum curistanesta | mesmaocaziaõ
quelheparessechamarisse Frey Pedro | efoy o que trazia Sugigado
aodito escriuaõ e logo atras | delle oditoPadreGuardiaõ com mais Seis
ou setereli | giosos emais naõ disse easignoucomoditoDoutor | Juis
defora eeu Pedro Pinto tabaliaõ oescreuy // Silua | Manoelde Mattos
4190 Nogueira

Testemunha

ManoeldesouzaGazio morador nestavillaepressa | desantos enella
mercador delogiaaberta deJdade | quedisseser decorentaedous annos
4195 pouco mais ume | nos testemunhajuradaaos Santos evangelhos
aquem | oDoutor Juis deforadeuojuramento emquepos Sua maõ |
direita edebaixo delle prometeu dizer verdade doque | sobesse efosse
preguntado edocostumedissenadaetcaetera

Epreguntado pello contheudonoauto atras | disseelle testemunha
4200 que naocaziaõ docazo suse | dido por estar naIgreja desanto Antonio

- destavilla | ouuindo missa estar susedido ocazo antesedente |
menteIndoelle testemunha paradentro do claus | tro somentes
viraeouuiradizer aoPadre Guardiaõ | sobredito aodito escriuaõ que
naõ fosse dezauer | gunhado eque viesse contar aquem lhemandou |
4205 oqueelle ditoguardiaõ lhefizera pello dito escriuaõ | tersido deseplinado
nascostas porsima dacamiza | oque elle testemunha ouuio dizer qua
por fora | amuyta gente eque hum religioso Frey Pedro | ja demissa
foraoque chamaraaoditoescriuaõ | aportaria dizendolhe queochamara
odito Padre ||5v.|| [[Padre]] Guardiaõ aoque respondeo aoditoescriuaõ
4210 que | naõ tinhanadacomPadreGuardiaõ aoestado | queodito Padre Frey
Pedro juntocomoutros pe | garaõ nodito escriuaõ eoLeuaraõ paradentro
elhe | fizeraõ oque dito tem emais naõ disse easignou | com oditoDoutor Juis
defora eeu Pedro Pinto ta | baliaõ oescreuy // Silua // Manoel desouzaGazio
| Oqual tresLado eusobredito tabaliaõ aodianteno | meado easignado
4215 otesLa[do]dey dos proprios autos que | em meupoder ecartorio ficaõ
evaõ naverdadesem | couzaqueduuidafaça ecomestecomfery consertey |
comotabaliaõ Antonio PintoLeitaõ nocomserto | abaixocomigo asignado
nestaditavilla aos no | uediasdomesde Junhodemilesetesentos edeza
| noueannos eeu Pedro Pinto tabaliaõ ofis eescre | uy easigney demeus
4220 sinais rasos doquevioquesaõ | tais como aodianteseseguemetcaetera

Pedro Pinto

Consertadocomos proprios
autos originais por mimtabaliaõ

- 4225** PedroPinto
Ecomigo tabaliaõ

Antonio Pinto Leitam

(75) 08-06-1719 ||1r.|| *Senhor*⁵⁹

- Com o auto incluzo reprezento a | *VossaMagestade* minha queixa, que
4230 diri-| ge a mandar *VossaMagestade* castigar ao dito | guardiaõ, e mais
Religiosos compli-| ces do convento de *Santo Antonio* desta Villa | por
insolensas, e açoutarem nas costas | aAntonio Freyre Agostim escriuaõ

⁵⁹ No canto esquerdo superior, em diagonal, lê-se: “São Paulo 8 Junho 1719”, anotação tardia.

meu, | pegando nelle, e Levando ô violenta-| mente para dentro da portaria,
puxandolhe | pellos cabellos, e descompondo-ô de no-| mes affrontosos,
4235 tirandolhe aespada, ca-| zaca, e veste, sô em vingança do *que*| informou
ao *dito* guardiam Frei Ioseph | da *Santa* Brisida hum seu escravo Ber |
thoLameu, em *quem* o *dito* escriptaõ deu hu | ãs vergastadas pelo achar de
noite fora | de horas na rua, e mandallo recolher | e o *dito* escravo ser pouco
attento ao *dito* | escriptaõ. Tudo consta do auto esu-| mario de *testemunhas*
4240 per *que* seprova muito bem | este facto. *Vossa Magestade* mandarâ o*que* |
for servido. Santos 8 de Junho de 1719.
Do Iúis defôra da Villa de Santos.

Mathias da Sylva

NORMAS PARA A TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS DO BRASIL

As normas adotadas neste livro para a transcrição semidiplomática foram elaboradas por uma comissão de pesquisadores, durante o Segundo Seminário Para a História do Português Brasileiro, realizado em Campos do Jordão, entre 10 e 16 de maio de 1998. Compunham a comissão: César Nardelli Cambraia (USP), Gilvan Müller de Oliveira (UFSC), Heitor Megale (USP), Marcelo Modolo (mestrando, USP), Perminio de Souza Ferreira (UFBA), Sílvio de Almeida Toledo Neto (USP), Tânia Freire Lobo (UFBA) e Valdemir Klamt (UFSC). As normas são as seguintes:

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em *itálico*, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo os seguintes critérios:
 - a. respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura m.to, a ser transcrita “*munto*”;
 - b. no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura D.s a ser transcrita “*Deus*”.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: epor ser; aellas; daPiedade; ominino; dosertaõ; mostrandoselhe; achandose; sesegue.
4. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado: [espaço]. Exemplo: que podem prejudicar. [espaço] Osdias passao eninguem comparece.
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: aRepublica; docommercio; edemarcando tambem lugar; Rey D. Jose; oRio Pirahý; oexercicio; hé m.to conveniente.
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a

- melhor solução.
7. Eventuais erros do escriba ou copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: nota 1. Pirassocunda por Pirassonunga; nota 2. deligencia por deligencia; nota 3. adeverdinto por advertindo.
 8. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado é acasa dePedro nolargo damatriz>.
 9. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplo: todos ninguem dospresentes assignarom; sahiram sahiram aspressas para oadro. No caso de repetição que o escriba ou o copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] emdireção opaço.
 10. Intervenções de terceiros no documento original, devem aparecer no final do documento informando-se a localização.
 11. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem devem vir entre colchetes. Exemplo: não deixe passar neste [registro] de Areas.
 12. Letra ou palavra não legível por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes [ilegível].
 13. Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corroídas + ou – 5 linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
 14. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical | entre as linhas. A mudança de fólio receberá a marcação com o respectivo número na sequência de duas barras verticais: ||1v.|| ||2r.|| ||2v.|| ||3r.||.
 15. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.
 16. As assinaturas simples ou as rubricas do punho de quem assina serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: Bernardo Jose de Lorena; sinal público: [Bernardo jose de Lorena].

Bibliografia

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de manuscritos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1994.
- ALMEIDA, Antônio Paulino de. “Deterioração da escrita e leitura paleográfica”, **Boletim do Departamento do Arquivo**. V. 10, fev., São Paulo, 1953.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (Coord.). **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830): catálogo 1**. Bauru, São Paulo: Edusc, Fapesp, Imesp, 2000.
- AZEVEDO FILHO, L. A. **Iniciação em Crítica Textual**. Rio de Janeiro, São Paulo, Presença, Edusp, 1987.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. “Glossário das espécies documentais”. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade (Coord.) BELLOTTO, Heloísa Liberalli e REIS, Gilson Sérgio Matos (org.) **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830): Catálogo 1**. Bauru, EDUSC, 2000.
- BERWANGER, Ana Regina, LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. Santa Maria: UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, 1991.
- BISCHOFF, Bernhard. **Latin paleography: antiquity and the middle ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- CAMBRAIA, César Nardelli, CUNHA, Antônio Gerado da, MEGALE, Heitor. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Série Diachronica, 1, São Paulo, Humanitas, 1999.
- CAMBRAIA, César Nardelli, MIRANDA, José Américo. **Crítica Textual: reflexões e práticas**. Belo Horizonte, Núcleo de estudos de Crítica Textual, Faculdade de Letras da UFMG, 2004.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- CARLO, Agustín Millares. **Paleografía española: ensayo de una historia de la escritura en España desde el siglo VIII al XVII**. Barcelona, Buenos Aires: Labor, 1929.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, SANTOS, Maria José Azevedo, GOMES, Saul Antonio, MORUJÃO, Maria do Rosário. **Estudos de**

- diplomática portuguesa.** Coimbra, Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.
- CONTRERAS, Luis Núñez. **Manual de paleografia: fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII.** Madrid: Editorial Cátedra, 1994.
- COSTA, Avelino de Jesus da. **Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos.** 3. ed. muito melhorada. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993.
- COSTA, Pe. Avelino Jesus da. **Álbum de paleografia e diplomática portuguesa.** Coimbra, Universidade de Coimbra, 1976.
- DIAS, João José Alves; OLIVEIRA MARQUES, Alexandre Herculano de; RODRIGUES, Teresa F. **Álbum de Paleografia.** Lisboa, Editorial Estampa, 1987.
- DAIN, Alphonse. “Il problema della copia”, in: STUSSI, Alfredo. (a cura di) **La Critica del testo.** Bologna, Il Molino. 1985.
- DONATO, Ernani. **A palavra escrita e sua história,** São Paulo, Melhoramentos, 1951.
- FACHIN, Phablo Marchis. **Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII.** Goiânia, Fapesp, Trilhas Urbanas, 2008.
- FERREIRA, Tito Lívio. “A paleografia e as suas dificuldades”, **Boletim do Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo.** v. 10, fev., São Paulo, 1953.
- FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de. **Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar.** Lisboa Occidental: Officina de Bernardo da Costa Carvalho, [s.d.].
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Inventários e testamentos como fontes primárias de pesquisa”, **Boletim Histórico e Informativo do Arquivo do Estado de São Paulo.** Vol. 3, n. 2, pg. 53-56, abr. – jun., São Paulo, 1982.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX.** 2 e., São Paulo, UNESP, Arquivo do Estado de São Paulo, 1991.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A São Paulo dos celerados.** Trópico - Idéias de norte a sul, São Paulo, , v. 1, 22 jan. 2004.

GARCÍA, Elisa Ruiz. La escritura humanística y los tipos gráficos derivados. In: TERRERO, Ángel Riesco (ed.), **Introducción a la paleografía y la diplomática general.** Madrid: Editorial Síntesis, 2000, p. 149-176.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

HOUAISS, Antônio. **Elementos de Bibliologia.** V. 2, Rio de Janeiro, MEC, INL, 1967.

LEMONS, Carlos A. C. Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempo coloniais, in: PRADO, Antonio Arnoni (et alii) **História da Cidade de São Paulo: A cidade colonial 1554-1822.** V. 1, p. 145-177, São Paulo, Paz e Terra, 2004.

LIMA, Yêdda Dias. Paleografia. **Apostila do curso sobre paleografia.** São Paulo: IEB, Universidade de São Paulo, 2006.

MAIA, Clarinda de Azevedo. **História do galego-português: estado lingüístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI.** Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **O crescimento demográfico e a evolução agrária paulista: 1700-1836.** São Paulo: Hucitec, EDUSP, 2000.

MARIANA, Manuel Sánchez. **Introducción al libro manuscrito.** Madrid: Editorial Arco Libros, 1995.

MARQUES, Antônio Henriques de Oliveira. “Diplomática”, in: SERRÃO, Joel. **Dicionário de História de Portugal e do Brasil.** V. 2, p. 823-828, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.

MARQUES, Antônio Henriques de Oliveira. “Paleografia”, in: SERRÃO, Joel. **Dicionário de História de Portugal e do Brasil.** V. 5, p. 292-298, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.

MARTÍNEZ, Tomás Marín. **Paleografía y diplomática.** Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2002.

MARTINS, Wilson **A palavra escrita.** São Paulo, Anhembi, 1957.

- MEGALE, Heitor. “Pesquisa Filológica: os trabalhos da tradição e os novos trabalhos em língua Portuguesa” in: **Estudos Lingüísticos (Grupo de Estudos Ligüísticos do Estado de São Paulo)**. 27, p. 3-28, São José do Rio Preto, IBILCE, Unesp, 1998.
- MEGALE, Heitor. “Filologia Bandeirante” in: **Itinerários**. 13, p. 11-31, Araraquara, Unesp, 1998.
- MEGALE, Heitor. “Documentos brasileiros do século XVIII para estudo lingüístico” in: **Estudos Lingüísticos (Grupo de Estudos Ligüísticos do Estado de São Paulo)**. 29, p. 309-314, Assis, Faculdade Unesp, 2000.
- MEGALE, Heitor. (org.) **Filologia Bandeirante; Estudos 1**. 29, p. 309-314, São Paulo, Humanitas, 2000.
- MEGALE, Heitor e CAMBRAIA, César Nardelli. “Filologia Portuguesa no Brasil” in: **DELTA Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**. 15, n. especial, p. 1-22, São Paulo, Educ, 2000
- MEGALE, Heitor, TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida, (Org.) **Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII**. São Paulo, Ateliê, FAPESP, 2005.
- MEGALE, Heitor. TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida, FERREIRA, ANDREA Hitos e SOUZA, Erica Cristina Camarotto de. “A leitura de manuscritos em Português: documentação do século XVII” in: MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo e GONÇALVES, Maria Filomena (Org.) **Novas Contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa**. P. 127-158, Araraquara, Unesp, 2007.
- MENDES, Ubirajara. “Evolução das escritas: tipos caligráficos”, **Boletim do Departamento do Arquivo**, v. 10, fev., São Paulo, 1953.
- MENDES, Ubirajara. **Noções de paleografia**. São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1953.
- MESGRAVIS, Laima. De bandeirante a fazendeiro in: PRADO, Antonio Arnoni (et alii) **História da Cidade de São Paulo: A cidade colonial 1554-1822**. V. 1, p. 115-143, São Paulo, Paz e Terra, 2004.
- MONTEIRO, John M. Dos campo de Piratiniga ao Morro da Saudade in:

- PRADO, Antonio Arnoni (et alii) **História da Cidade de São Paulo: A cidade colonial 1554-1822**. V. 1, p. 21-67, São Paulo, Paz e Terra, 2004.
- MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia brasileira do período colonial**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 1969.
- MOURA, Américo de. “Paleografia: definição e generalidades”, **Boletim do Departamento do Arquivo**. V. 10, fev., São Paulo, 1953.
- NESBITT, Alexander. **The history and technique of lettering**. New York: Dover Publications, 1957.
- NISHI, Elisabete Massami. Estudo grafemático de documento do século XIX, in: **CD Estudos Lingüísticos, 30.º Seminário do GEL**. Marília, 2001
- NISHI, Elisabete Massami. Edição de manuscritos brasileiros: estudo do <h> e das nasais, Carta de ordem de viagem do século XVIII, in: **CD Estudos Lingüísticos, 30.º Seminário do GEL**. Marília, UNESP, 2002
- RODRIGUES, José Honório. **As fontes de História do Brasil na Europa**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.
- SILVA NETO, Serafim da. **Textos medievais portugueses e seus problemas**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.
- SILVEIRA, C. D. L. de A. Carta de ordem de viagem do século XVIII, em **CD Estudos Lingüísticos, 30.º Seminário do GEL**. Marília, 2001
- SILVEIRA, C. D. L. de A. O uso das sibilantes em textos militares dos séculos XVIII e XIX, em **CD Estudos Lingüísticos, 30.º Seminário do GEL**, Marília, UNESP, 2002
- SILVEIRA, C. D. L. de A. Documentação do Yguape, em **Filologia e Lingüística Portuguesa**. 5, p. 205-217, São Paulo, FFLCH da USP, 2003
- SILVEIRA, C. D. L. de A. Edição e estudo de uma carta de 1825, em comunicação no 32.º Seminário do GEL, Taubaté, 2003 (inédito).
- SOUSA JÚNIOR, Antônio. “Manuscritos do Brasil nos arquivos de Portugal”, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Militar do Brasil**, n. 49, p 55-72, Rio de Janeiro, 1965.

- SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica**. 2 e., São Paulo, Edusp, Ars Poética, 1994.
- TOLEDO NETO, S. de A. Constituição de corpus de documentação do século XVII, XVIII e XIX (PB-São Paulo), em DUARTE, M. E. e CALLOU, D. (ed.) **Para a História do Português Brasileiro**. V. IV, Rio de Janeiro, 20-02, p. 39-48.
- TOLEDO NETO, S. de A. Uma incursão nas trilhas das bandeiras: edição semidiplomática do testamento de Bartolomeu da Cunha Gago, 1685, comunicação no 51.º Seminário do GEL, Taubaté, Unitau, 2003 (inédito).
- VALENTE, José Augusto Vaz. **Álbum de paleografia portuguesa**. São Paulo, USP, ECA, 1983.
- VALENTE, José Augusto Vaz. **De re paleografica**. Marília, FAFI, 1983.

Os documentos manuscritos, objeto deste livro, dão a conhecer a data e o lugar em que foram escritos, o nome de quem os elaborou e das pessoas envolvidas. Para o pesquisador interessado, são informações que permitem um retrato, o mais fiel possível da língua escrita da época. Salta aos olhos um dos traços fundamentais do conjunto de documentos publicados, a heterogeneidade, característica que se manifesta na convivência de punhos, possivelmente de muitas origens, com diversos graus de habilidade na escrita e detentores de variados hábitos de escrita. Além das características individuais de cada escriba, há que se considerar também as diferentes espécies documentais, públicas ou particulares, elaboradas com base em diferentes modelos e em diferentes contextos. A partir desses fatores, evidencia-se, nos textos que compõem esse corpus, um vasto panorama para os estudos filológicos e linguísticos. Com a cautela exigida, é possível buscarem-se indícios de retenção linguística em traços presentes na variedade padrão ou não-padrão escrita da época, e hoje encontrados, no Brasil, com maior frequência na fala coloquial, mais especificamente de idosos, com baixa escolaridade, criados e radicados em ambiente rural. Pode-se afirmar que o recorte documental reunido constitui-se em conjunto de escritos que pretende retratar, de forma ampla, o estado de língua do período, por meio de edição conservadora.